

C O M U N I C A Ç Õ E S D O

2º Encontro *Discente* de História da UFRGS

Débora Strieder Kreuz
Diogo Jardim Quirim
Douglas Souza Angeli
Eduarda Borges da Silva
Franklin Fernandes Pinto
Júlia Helena Dias

Lívia Amarante Gallo
Maíra Oliveira Dos Santos
Marluce Dias Fagundes
Naiara M. R. G. De Assunção
Vicente da Silveira Detoni
(Orgs.)

NÓS
PRECISAMOS
VOTAR
PARA
PRESIDENTE



Nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2017, o corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS), por meio de sua representação discente, promoveu o II Encontro Discente de História. O objetivo, mais uma vez, foi promover diálogos de pesquisa entre discentes de diferentes instituições. Motivados pelo interesse em debater sobre os desafios da pesquisa e do ensino na área de História, o evento buscou promover discussões transversais, considerando problemáticas comuns a pesquisas de áreas diversas da História. Realizado nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da UFRGS, o evento reuniu estudantes de graduação e pós-graduação em História de diversas instituições de ensino superior inscritos em seis eixos temáticos. Os eixos temáticos buscavam abranger trabalhos de diferentes recortes temporais, perspectivas teóricas e metodologias, a partir de questões norteadoras. Assim, os trabalhos dividiram-se em seis eixos: Fontes e escritas da História; Metodologias de pesquisa e práticas de Ensino de História; Tempo, memória e usos do passado; Subalternos, dominação e resistência; Elites e Povo na História; e Autoritarismos, violência e conflitos. Como resultado, apresentamos esta publicação que reúne trabalhos apresentados e discutidos durante o evento.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL



PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA



**Comunicações do
II Encontro
Discente de
História
da UFRGS**



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Comunicações do 2º Encontro Discente de História da UFRGS

Organizadores:

Débora Strieder Kreuz
Diogo Jardim Quirim
Douglas Souza Angeli
Eduarda Borges da Silva
Franklin Fernandes Pinto
Júlia Helena Dias
Lívia Amarante Gallo
Maíra Oliveira Dos Santos
Marluce Dias Fagundes
Naiara Müssnich Rotta Gomes De Assunção
Vicente da Silveira Detoni

φ editora fi

Direção editorial: Rafael Saraiva Lapuente; Tiago Arcanjo Orben; Rafael Ganster

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Fontella Margoni

Fotografia da capa: Wilson Avelar

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas dos autores, que foram orientados a seguir as normas da ABNT. Da mesma forma, os conteúdos de cada artigo, bem como os direitos de reprodução das imagens utilizadas, são de inteira e exclusiva responsabilidade dos seus autores.



Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Historicus - 5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

KREUZ, Débora Strieder; et al (Orgs.)

Comunicações do 2º Encontro Discente de História da UFRGS [recurso eletrônico] / Débora Strieder Kreuz; et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

374 p.

ISBN - 978-85-5696-299-7

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1.!História, 2. Historiografia, 3. História cultural, 4. Pesquisa. I. Título. II. Série

CDD-900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

II Encontro Discente de História

06, 07 e 08 de novembro de 2017

Realização:

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) / Representação Discente

Coordenação do PPGH:

Dr. Eduardo dos Santos Neumann – Coordenador
Dra. Carla Brandalise – Coordenadora Adjunta

Representação Discente:

Allan Kardec Da Silva Pereira - doutorado
Débora Strieder Kreuz - doutorado
Lívia Amarante Gallo - mestrado
Neila Prestes de Araújo - mestrado
Vicente da Silveira Detoni - mestrado

Comissão organizadora:

Allan Kardec Da Silva Pereira	José dos Santos Costa Júnior
Augusta da Silveira de Oliveira	Lívia Amarante Gallo
Débora Strieder Kreuz	Marluce Dias Fagundes
Douglas Souza Angeli	Róger Camacho Barrero Júnior
Eduarda Borges Da Silva	Vicente da Silveira Detoni
Franklin Fernandes Pinto	Tairane Ribeiro Da Silva

Eixos temáticos

Autoritarismos, violência, conflitos
Mediação: Débora Strieder Kreuz e
Marluce Dias Fagundes

Elites e Povo na História
Mediação: Douglas Souza Angeli,
Éverton da Silva Otazu e Franklin
Fernandes Pinto

Fontes e escritas da História /
Metodologias de pesquisa e práticas de
Ensino de História
Mediação: Lívia Amarante Gallo e
Vicente da Silveira Detoni

Subalternos, dominação e resistência
Mediação: Eduarda Borges da Silva,
Naiara Müssnich Rotta Gomes De
Assunção e Tairane Ribeiro da Silva

Tempo, memória e usos do passado
Mediação: Allan Kardec Pereira, Diogo
Jardim Quirim, Júlia Helena Dias e Maíra
Oliveira Dos Santos

Oficinas promovidas durante o II Encontro Discente de História:

História e Imagens
Ministrante: Allan Kardec Da Silva Pereira

História e Literatura
Ministrante: Maíra Oliveira Dos Santos

História e Patrimônio
Ministrante: Róger Camacho Barrero Júnior

História Oral - memórias e testemunhas
Ministrante: Eduarda Borges da Silva

Impressos e periódicos na pesquisa
histórica

Ministrante: Iamara Silva Andrade

Retórica, texto e leitura: construindo
objetos e ferramentas de análise
historiográfica

Ministrante: Jacson Schwengger

Apoio:

Editora FI

Gráfica da UFRGS

Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul

Organização dos anais do II Encontro Discente de História:

Débora Strieder Kreuz	Lívia Amarante Gallo
Diogo Jardim Quirim	Maíra Oliveira Dos Santos
Douglas Souza Angeli	Marluce Dias Fagundes
Eduarda Borges da Silva	Naiara Müssnich Rotta Gomes De Assunção
Franklin Fernandes Pinto	Vicente da Silveira Detoni
Júlia Helena Dias	

Sumário

Apresentação	15
Primeira parte	
Fontes e escritas da História / Metodologias de pesquisa e práticas de	
Ensino de História	
1.....	25
A Imaginação Histórica de Paul Gilroy	
Gabriel dos Santos Gonzaga	
2	35
Uma réplica a Von Martius: a moderna história mestra da vida de José	
Oiticica e a ordem do tempo na Primeira República	
Vicente da Silveira Detoni	
3	45
Temporalidade e Historicidade na Ficção de Anatole France	
Alana de Jesus Teixeira	
4	57
Entre o passado e o futuro: a democracia na obra de Frederick Jackson	
Turner (1893 - 1932)	
Lívia Amarante Gallo	
5	65
Entre idas e vindas: tensões e desafios para o Ensino de História a partir das	
Bases Nacionais Comuns Curriculares (2015, 2016, 2017)	
Carlos Eduardo Barzotto	

6	73
“Eu, escrivão, que o escrevi”: uma análise das tipologias da escravidão na região central do sul do Brasil presentes em fontes judiciais, legais, eclesiásticas e jurídicas do século XIX	
Cícero Augusto Richter Schneider; Thiago Maculan Zuchetto	
Segunda parte	
Tempo, memória e usos do passado	
7	83
Políticas da representação: o historiador como representante do passado	
Diogo Jardim Quirim	
8	95
Os Estados Unidos encontram o século XXI: entre as angustias do futuro e os fantasmas do passado	
Sandro Marques dos Santos	
9	107
A História YouTubada: discursos sobre ditadura civil-militar brasileira no YouTube	
Anita Natividade Carneiro	
10	119
A literatura medieval escandinava enquanto memória cultural: uma breve reflexão sobre reapropriações e usos do passado	
Andreli de Almeida Zanirato	
11	131
Representações de santos missionários dos séculos XVI e XIX na Pintura Sacra de Aldo Locatelli: Imagens como discursos (1952-59)	
Anna Paula Boneberg Nascimento dos Santos	
12.....	143
O tempo, a nação e a socialdemocracia vienense no início do século XX	
Simone Maciel Margis	

Terceira parte
Subalternos, dominação e resistência

13.....	155
Constituição de autoridade e de persona em <i>Revelations of Divine Love</i> (1393)	
Carolina Niedermeier Barreiro	
14	165
A medicinização do parto e seus conflitos profissionais (Sul do RS, 1960-1990)	
Eduarda Borges da Silva	
15.....	177
Os corpos violados e as vidas que não merecem viver: as marcas de uma infância marginal em “Pixote, a lei do mais fraco” (Brasil, 1981)	
José dos Santos Costa Júnior	
16.....	189
A escrita das mulheres: entre a científicidade e o amadorismo	
Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção	
17.....	201
Sobre uma mãe e uma não-mãe: a imprensa paulista e a formação de imagens de feminilidade em trajetórias de mulheres nos meios políticos (1987 - 1990)	
Roger Camacho Barrero Junior	
18	213
Repressão e Territórios Em Perspectiva: A População Negra Na Ditadura Civil-Militar	
Tairane Ribeiro da Silva	
Quarta parte	
Elites e povo na história	
19.....	223
A atuação dos homens de negócio fluminenses em busca de ascensão social no século XVIII	
Alana Thais Basso	

20	233
Deputados imigrantes: aspectos comuns entre as trajetórias de Koseritz, Kahlden, Brüggen, Haensel e Bartholomay	
Carlos Eduardo Piassini	
21.....	243
Estado e burguesia agrária na Argentina peronista: conflitos manifestos e latentes entre o capital e o poder público	
Allejandro Gomes Romero	
22	253
As celebrações no Multiculturalismo: o Dia das Etnias no RS e o Dia da Consciência Negra em Porto Alegre	
José Augusto Zorzi	
23	265
Constituição e Legislativo: dados eleitorais dos candidatos a deputado estadual do Partido Social Democrático em 1947	
Tiago de Moraes Kieffer	
24	273
Ernesto Dornelles: o capital político e a imagem pública do candidato petebista nas eleições para governador do Rio Grande do Sul (1950)	
Marcos Jovino Asturian	
25	281
<i>“We like Fidel Castro”</i> : a UBES como entidade anti-imperialista	
Giovane Zuanazzi	
26	287
O “fenômeno Brizola” no Rio Grande do Sul: populismo e interpelação das massas nas eleições de 1958	
Samuel da Silva Alves	
27	295
Donald Trump: o “populismo” e o “populista” nas páginas da Revista Veja	
André Luis Marques de Assis	

Quinta parte
Autoritarismos, violência, conflitos

28	309
Democracia e Imperialismo na Ática: Atenas Clássica e a Liga de Delos	
Ricardo Faria Corrêa e Scarpini	
29	321
<i>La Figura de la Miliciana na Guerra Civil Espanhola</i>	
Guilherme Nicolini Pires Masi; Marluce Dias Fagundes	
30	333
Violência: A cidade de Novo Hamburgo e o Jornal NH	
Bárbara Birk de Mello	
31.....	341
“Um sistema que matava e deixava de matar por capricho”: a Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), a repressão no Chile e a relação com os Estados Unidos da América (EUA)	
Renata dos Santos de Mattos	
32	353
Os “terroristas” na imprensa: a repercussão do sequestro do cônsul em Porto Alegre em 1970	
Sulena Cerbaro	
33	353
A noção de interdependência entre distintos estratos sociais em redes de compadrio de Viamão (1747 - 1759)	
Israel Aquino	

Apresentação

Nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2017, o corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS), por meio de sua representação discente, promoveu o II Encontro Discente de História. O objetivo, mais uma vez, foi promover diálogos de pesquisa entre discentes de diferentes instituições. Motivados pelo interesse em debater sobre os desafios da pesquisa e do ensino na área de História, o evento buscou promover discussões transversais, considerando problemáticas comuns a pesquisas de áreas diversas da História. Realizado nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da UFRGS, o evento reuniu estudantes de graduação e pós-graduação em História de diversas instituições de ensino superior inscritos em seis eixos temáticos.

Os eixos temáticos buscavam abranger trabalhos de diferentes recortes temporais, perspectivas teóricas e metodologias, a partir de questões norteadoras. Assim, os trabalhos dividiram-se em seis eixos: *Fontes e escritas da História; Metodologias de pesquisa e práticas de Ensino de História; Tempo, memória e usos do passado; Subalternos, dominação e resistência; Elites e Povo na História; e Autoritarismos, violência e conflitos*. Como resultado, apresentamos esta publicação que reúne trabalhos apresentados e discutidos durante o evento.

Na primeira parte, temos trabalhos inscritos nos eixos *Fontes e escritas da História; Metodologias de pesquisa e práticas de Ensino de História*, que abrangeram pesquisas de temas clássicos e atuais de Teoria e Metodologia da História, e aquelas que, ancoradas em problemas de natureza epistemológica, abordaram textos historiográficos (e não propriamente historiográficos) ao longo do

tempo e do espaço, focando tanto a operação que os produziu, como a sua edição, circulação, reprodução, recepção e crítica. A preocupação foi discutir questões relacionadas a escrita da história e as urgências do tempo presente. O que o(a) historiador(a) pode propor frente aos desafios e dilemas do mundo contemporâneo? Quais potências e limites são colocados pelas condições de possibilidades atuais da escrita da história? Se a história pode mais do que ser escrita, de que outras linguagens fazer uso? Como interagir, através delas, com públicos vastos e diferenciados? De que tipo de história uma sociedade democrática necessita? Onde encontrar outros fundamentos possíveis para a historiografia em um ambiente em que ela é desacreditada e, sobretudo, ameaçada?

Assim, estão publicados os trabalhos de Gabriel Gonzaga, intitulado *A imaginação história em Paul Gilroy*; de Vicente Detoni, *A moderna história mestra da vida de José Oiticica*; de Alana Teixeira, *Temporalidade e Historicidade na Ficção Histórica de Anatole France*; e de Lívia Amarante Gallo, *Entre o passado e o futuro: a democracia na obra de Frederick Jackson Turner (1893-1932)*. Na sequência, os trabalhos de Carlos Eduardo Barzoto, intitulado *Entre idas e vindas: tensões e desafios para o Ensino de História a partir das Bases Nacionais Comuns Curriculares (2015, 2016, 2017)*; e de Cícero Schneider e Thiago Zuchetto, “*Eu, escrívão, que o escrevi*”: uma análise das tipologias da escravidão na região central do sul do Brasil presentes em fontes judiciais, legais, eclesiásticas e jurídicas do século XIX.

Na segunda parte, apresentamos trabalhos oriundos do eixo temático *Tempo, memória e usos do passado*. As questões colocadas por esse eixo foram as seguintes: Como o passado é utilizado por determinados grupos em função de demandas de reconhecimento de um período? Percebemos como os atos memoriais e políticas de memória estão ligados a relações de poder. Nesse sentido, cada vez mais a historiografia tem procurado perceber como as experiências do tempo variam conforme grupos específicos: que o passado seja visto como algo a ser esquecido por uns ou que não passa para

outros só ressalta o quanto se trata de uma questão urgente. Assim, esse eixo temático procurou agregar pesquisas que transitassem em torno dessas reapropriações do passado, políticas de memória e reflexões sobre o tempo histórico.

Nesse eixo, constam os trabalhos de Diogo Jardim Quirim, *Políticas da representação: o historiador como representante do passado*; de Sandro Marques dos Santos, *Os Estados Unidos encontram o século XXI: entre as angustias do futuro e os fantasmas do passado*; e de Anita Natividade Carneiro, *A História YouTubada: discursos sobre ditadura civil-militar brasileira no YouTube*. Na sequência, temos as contribuições de Andreli de Almeida Zanirato, *A literatura medieval escandinava enquanto memória cultural: uma breve reflexão sobre reapropriações e usos do passado*; de Anna Paula Boneberg Nascimento dos Santos, *Representações de santos missionários dos séculos XVI e XIX na Pintura Sacra de Aldo Locatelli: Imagens como discursos (1952-59)*; e de Simone Maciel Margis, *O Tempo, a nação e a Socialdemocracia Vienense no Início do Século XX*.

Em seguida, a terceira parte conta com textos dos trabalhos apresentados no eixo temático *Subalternos, dominação e resistência*. Seu objetivo foi refletir sobre as “subalternidades” a partir das intersecções de gênero, raça, classe, geração e território. Pensou-se como o gênero definia a existência ou não de autoria e autoridade no medievo inglês; de que maneira as relações de poder marcaram a existência do “menor infrator” no Brasil do século XX; de que forma os saberes tradicionais sobre o parto - detidos, sobretudo, por mulheres - foram sendo marginalizados em relação aos saberes médicos, no Rio Grande do Sul, século XX; como a escrita das mulheres é considerada amadora diante da dos homens, a partir de relatos de viajantes ao Egito no século XIX; as representações que foram construídas sobre mulheres que se tornaram militantes políticas (Brasil, século XX) e o silenciamento e a ausência de reparação à população negra que resistiu a ditadura militar brasileira.

As discussões realizadas nesse eixo temático nos permitiram abordar as estratégias de resistência às opressões manifestadas pelos sujeitos históricos estudados, de forma a compreendê-los enquanto resistentes e não apenas dominados por uma estrutura fixa. Buscou-se pensar as relações do/a pesquisador/a com suas/seus personagens ou entrevistados(as), levando em consideração as implicações éticas e os debates teóricos e metodológicos que se apresentam. Afinal, como coloca Gayatri Spivak (2010), nossa tarefa enquanto intelectuais é questionar o lugar de onde teorizamos, discutir a inquestionável mudez dos subalternos, do contrário estaremos apenas reproduzindo os sistemas de opressão¹.

Seguindo estes questionamentos, temos os trabalhos de Carolina Niedermeier Barreiro, intitulado *Constituição de autoridade e de persona em Revelations of Divine Love (1393)*; de Eduarda Borges da Silva, *A medicinização do parto e seus conflitos profissionais (Sul do RS, 1960-1990)*; e de José dos Santos Costa Júnior, *Os corpos violados e as vidas que não merecem viver: as marcas de uma infância marginal em “Pixote, a lei do mais fraco” (Brasil, 1981)*. Na sequência, os trabalhos de Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção, *A escrita das mulheres: entre a científicidade e o amadorismo*; Roger Camacho Barrero Junior, *Sobre uma mãe e uma não-mãe: a imprensa paulista e a formação de imagens de feminilidade em trajetórias de mulheres nos meios políticos. (1987 - 1990)*; e Tairane Ribeiro da Silva, *Repressão e Territórios Em Perspectiva: A População Negra Na Ditadura Civil-Militar*.

Na quarta parte, apresentamos os trabalhos do eixo temático *Elites e povo na história*. Tendo as relações de poder como fio condutor, o eixo foi norteado pelas seguintes perguntas: Qual o impacto da emergência do povo como agente político na escrita da história? E, por outro lado, qual o espaço do estudo das elites políticas, econômicas, intelectuais na historiografia? Como o povo

¹ SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

foi constituído e concebido pelas elites políticas, pelos intelectuais e pela historiografia? A preocupação central foi discutir as diferentes formas de intervenção, atuação, inserção e mobilização política envolvendo tanto as camadas populares quanto as elites dos mundos rural e urbano. A ideia buscou abranger pesquisas sobre movimentos populares, movimentos sociais, representação política, partidos políticos, sindicatos e fenômenos de massas tanto em regimes democráticos quanto em regimes autoritários.

No plano metodológico, o eixo propiciou o debate sobre conceitos e ferramentas da História Política, da História Social, da História das elites e dos estudos envolvendo redes, prosopografia e trajetórias. Dessa forma, temos as contribuições de Alana Basso, com o trabalho intitulado *A atuação dos homens de negócio fluminenses em busca de ascensão social no século XVIII*; de Carlos Eduardo Piassini, *Deputados imigrantes: aspectos comuns entre as trajetórias de Koseritz, Kahlden, Brüggen, Haensel e Bartholomay*; de Alejandro Gomes Romero, *Estado e burguesia agrária na Argentina peronista: conflitos manifestos e latentes entre o capital e o poder público*; e de José Augusto Zorzi, *As celebrações no Multiculturalismo: o Dia das Etnias no RS e o Dia da Consciência Negra em Porto Alegre*. Em seguida, os trabalhos de Tiago de Moraes Kieffer, *Constituição e Legislativo: dados eleitorais dos candidatos a deputado estadual do Partido Social Democrático em 1947*; de Marcos Jovino Asturian, *Ernesto Dornelles: o capital político e a imagem pública do candidato petebista nas eleições para governador do Rio Grande do Sul (1950)*; de Giovane Zuanazzi, “*We like Fidel Castro*”: a UBES como entidade anti-imperialista; de Samuel da Silva Alves, *O “fenômeno Brizola” no Rio Grande do Sul: populismo e interpelação das massas nas eleições de 1958*; e de André Luis Marques de Assis; *Donald Trump: o “populismo” e o “populista” nas páginas da Revista Veja*.

Na quinta parte, temos trabalhos apresentados no eixo temático *Autoritarismos, violência, conflitos*. O debate norteador do eixo é o que problematiza a noção de violência como a fundadora de

uma sociedade hierárquica, desigual e dividida, a que atinge mais alguns grupos sociais do que outros, onde por meio de suas práticas se inserem numa rede de dominações de vários tipos como de: classe, raça, etnia, gênero, categoria social ou por violência simbólica. Resultando numa teia de exclusões, que possivelmente se sobrepõem, e configura a violência como uma norma social para algumas categorias sociais. A partir de uma temática que permeia diferentes momentos históricos, os trabalhos apresentados neste eixo buscaram problematizar a tríade autoritarismos, conflitos e violência em seus distintos aspectos: entre sujeitos (utilizando-se os marcadores de diferença de gênero, raça e classe), e a realizada a partir do Estado contra os sujeitos que a ele não submetiam (o caso das Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul).

De forma crítica, a discussão analisou os reflexos de tais posturas de desrespeito, especialmente a partir do Estado, aquele que, em nossas sociedades, possui o monopólio da força, contra sujeitos que a ele resistem, sobretudo na contemporaneidade. Frutos de tais discussões, apresentamos os trabalhos de Ricardo Faria Corrêa e Scarpini, *Democracia e Imperialismo na Ática: Atenas Clássica e a Liga de Delos*; de Guilherme Nicolini Pires Masi e Marluce Dias Fagundes, *La Figura de la Miliciana na Guerra Civil Espanhola*; e de Bárbara Birk de Mello, *Violência: A cidade de Novo Hamburgo e o Jornal NH*. Completando esta publicação, temos o texto de Renata dos Santos de Mattos, “*Um sistema que matava e deixava de matar por capricho*”: a Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), a repressão no Chile e a relação com os Estados Unidos da América (EUA); e o de Sulena Cerbaro, intitulado *Os “terroristas” na imprensa: a repercussão do sequestro do cônsul em Porto Alegre em 1970*.

Reunindo trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras em diferentes etapas de suas trajetórias formativas, da graduação ao doutorado, o II Encontro Discente de História teve como marca a profícua troca de experiências em cada um dos eixos temáticos. A presente publicação reúne essa diversidade e apresenta resultados

desses debates. Desejamos uma boa leitura e contamos com a presença de todos e de todas na próxima edição.

Allan Kardec da Silva Pereira²

Débora Strieder Kreuz³

Douglas Souza Angeli⁴

Eduarda Borges da Silva⁵

Franklin Fernandes Pinto⁶

Lívia Amarante Gallo⁷

Marluce Dias Fagundes⁸

Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção⁹

Vicente da Silveira Detoni¹⁰

² Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista da CAPES.

³ Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista da CAPES.

⁴ Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista do CNPq.

⁵ Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista da CAPES.

⁶ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista do CNPq.

⁷ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista da CAPES.

⁸ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista do CNPq.

⁹ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista do CNPq.

¹⁰ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista da CAPES.

Primeira parte

**Fontes e escritas da História / Metodologias
de pesquisa e práticas de Ensino de História**

A Imaginação Histórica de Paul Gilroy

Gabriel dos Santos Gonzaga¹

O presente texto apresenta caminhos pelos quais o pensamento e a obra histórica de Paul Gilroy, intelectual negro britânico vinculado ao marxismo, à teoria pós-colonial e à filosofia da diáspora, poderão integrar e cooperar em diversos problemas que envolvem a escrita da história da diáspora negra, subalterna ou pós-colonial. Gilroy é mais conhecido no Brasil como um sociólogo ou teórico dos estudos sobre raça e racismo. Nessas linhas desejo propor uma interpretação diferente de sua obra, à luz da história da historiografia e de sua agenda. Creio que os/as historiadores/as ganhariam muito em seus próprios debates disciplinares atentando para as formas pelas quais os *povos sem história* representaram seus passados e os legitimaram como parte da modernidade ocidental. Apenas recentemente os/as acadêmicos/as brasileiros/as demonstraram interesse em tradições intelectuais oriundas de grupos subalternos, é o caso do texto recente do professor Arthur Ávila (2016) que aborda as temporalidades dissidentes como questões à história-disciplina e o artigo conjunto dos professores Pedro Cristóvão dos Santos, Thiago Nicodemo e Mateus de Faria Pereira (2017) que sugerem a dinâmica centro/periferia como problema para o conhecimento histórico.

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Abordarei principalmente a produção de Gilroy ao longo da década de 80 e 90, destacando sua proposta de anexar ao evento da diáspora africana um componente imaginativo, o Atlântico negro, caracterizado como a forma pela qual o conteúdo das histórias negras poderiam alcançar a qualidade de histórias transnacionais e assim superar tanto o reducionismo da perspectiva nacional, quanto a obsessão pelas particularidades étnicas e raciais. Ele expressa este desejo, não pela primeira vez, mas de forma mais aprofundada e detalhada, em seu livro homônimo, *O Atlântico negro*, que representa um rompimento com a linha de sociologia histórica dos seus trabalhos anteriores, e apresenta questões que seguem presentes em reflexões posteriores. Publicado em 1993, *O Atlântico negro* significou uma grande virada na biografia de Gilroy, uma vez que, tomando o mesmo destino que os *cultural studies* na década de 90, foi popularizado nos Estados Unidos e logo traduzido para várias línguas.

Meu interesse é acerca da *imaginação histórica* de Paul Gilroy. Este conceito é vinculado a autores como Collingwood, em um ensaio canônico (1973), e Hayden White, desde a publicação de *Meta-história* (1995). Principalmente White, que recuperou para a cultura historiográfica as faculdades poéticas da escrita da história. Em um ensaio famoso, ele sugere tratar o texto histórico como artefato literário (2014), se preocupando com as diversas estruturas de enredo que um mesmo conjunto de eventos pode assumir. Dessa forma, adverte para a responsabilidade ética dos/as historiadores/as com o tipo de interpretação sobre o passado sancionado por suas narrativas. White é importante também por recuperar o papel da audiência. De acordo com ele, o/a historiador/a compartilha com seu público uma noção geral das *formas* que o passado deve assumir para fazer parte dos processos de criação de sentido dentro de uma determinada cultura. Creio que essa é uma perspectiva rica para explorar a imaginação histórica de Paul Gilroy frente aos processos de significação dos passados do tráfico negreiro, da escravidão e do terror racial do Atlântico negro. Creio ser igualmente importante

pensar a ordem do tempo (HARTOG, 2013) em Gilroy, um problema que trabalhei recentemente (GONZAGA, 2016). Não quero perder de vista que o tempo da diáspora no Atlântico negro opera como forma de interrupção do tempo vazio e homogêneo e de sua colonialidade, parte dos Estados-nações e suas modernidades, ao aprisionar negros/as no passado histórico, como diz Anibal Quijano, uma ordem temporal da eterna transição ao sujeito eurocentrado.

Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua relocalização no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser passado. Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo (QUIJANO, 2005, p. 127)

Michel de Certeau diz que a historiografia é um discurso sobre o Outro. O passado histórico, seu objeto, equivale a este Outro, que nasce de um corte inaugural entre presente e passado (CERTEAU, 2010, p. 14-15). A narrativa histórica do Atlântico negro não pode ser compreendida dentro do mesmo protocolo da *operação historiográfica*. Principalmente porque não há uma separação clara entre presente e passado: Paul Gilroy é consciente de que encontra em seu objeto o presente e que o passado histórico faz parte de sua prática performática². O passado em *O Atlântico negro* não opera como seu outro, mas como ato crítico parte dos processos de constituição da identidade negra.

Há boas razões para se defender que o lugar, na acepção de Certeau, de Gilroy e da tradição intelectual da qual faz parte esteve vinculado a uma modalidade do conhecimento histórico produzido

² Certeau já destacava a qualidade performativa da escrita da história (2010). Por sua vez, Chris Lorenz destaca a mesma performatividade das distinções temporais (2015).

fora do limite³ da historiografia, aonde a história-disciplina aparece como fórmula de exclusões e normatizações. O Negro foi historicamente produzido como parte do sistema capitalista global: extraído da África, fundido nas *plantations* das Américas e transformado em valor na Europa. Equivale ao que Achille Mbembe chamou de transformação do *homem-mineral* em *homem-metal* e depois este em *homem-moeda* (MBEMBE, 2014, p. 78). A história e a imaginação historicista ajudaram na construção da imagem ocidental do Negro ao longo do século XIX. Ela operou como um *julgamento de identidade*. Cabia responder: “quem é o negro?”, “como o reconhecemos?”, “no que ele se diferencia de nós?”, “como governa-lo?” (MBEMBE, 2014, p. 58).

Ao longo do século XX uma nova “consciência histórica” reagiu ao calabouço da raça. Ela se expressou em diferentes movimentos políticos, como a Frente Negra Brasileira e o pan-africanismo, e em inovações estéticas, como a poética da negritude. Ela diz de si mesmo que não é aquilo que o branco diz ser. Não está onde o colonizador espera que esteja, mas aonde é impensado. Ela funciona como uma *declaração de identidade*, tentando responder a questões existencialistas: “quem sou eu?”, “eu sou quem dizem que eu sou?”, “será verdade que não sou nada a não ser isto, minha aparência?” (MBEMBE, 2014, p. 58-59). Tal consciência ganhou sua maior expressividade e potencialidade em Frantz Fanon, que pedia que reconhecessem sua atividade negadora em relação ao passado histórico: “o negro, mesmo sendo sincero, é escravo do passado. Entretanto sou um homem, e neste sentido, a Guerra do Peloponeso é tão minha quanto a descoberta da bússola” (2008, p. 187). Escrever a história passou a ser fundamental para a expressão dessa consciência, que circulou durante a Guerra Fria fora da historiografia profissional. E mesmo quando buscou a autoridade da disciplina, não deixou se limitar pela imaginação histórica realista,

³ Para Michel de Certeau, o *limite*, ou a *diferença*, tem a ver com a própria discursividade da história: a distância que assume da realidade na formação de seu objeto e dos modelos pelos quais trabalha cientificamente.

como é o caso das bem conhecidas qualidades artísticas d'*Os Jacobinos negros* (2010) de C. L. R. James: a história da Revolução de São Domingos escrita nos moldes de uma tragédia⁴.

Paul Gilroy se esforça para ser herdeiro dessa tradição. Procura se apropriar de possíveis lições históricas que ela poderia fornecer ao presente e na projeção utópica do futuro. Frantz Fanon, C. L. R James e Stuart Hall, um de seus mentores, são especialmente presentes em seu pensamento. Assim, Gilroy torna-se profundamente crítico destas experiências, principalmente dos movimentos anticoloniais e dos pensadores afrocêntricos, como é o caso de Molefi Kete Asante. De acordo com ele, esses projetos de descolonização não romperam com os modelos essencialistas e eurocêntricos do romantismo nacionalista. Gilroy procura dialogar com uma audiência negra anglófona em ambos os lados do Atlântico norte, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Ele critica a idealização de uma comunidade racial fechada, definida por um absolutismo étnico que recusa *diferenças*, principalmente oriunda da cultura afro-americana. Uma de suas advertências mais famosas é como a identidade negra foi construída em torno da figura do homem negro, repetindo os papéis de gênero heteronormativos e subalternizando a mulher negra.

Gilroy adverte que é preciso pensar uma história da diáspora que se abra a *diferença*, o que seria possível a partir da *global history*, que se apresentou aos estudos pós-coloniais nos anos 90 como modo descentralização de perspectivas históricas (CUNHA; OLIVEIRA, 2017). Ele também reagiu à situação subalterna dos negros na Inglaterra. Em Londres, Gilroy atuou politicamente contra o crescimento da extrema direita racista inglesa, os grupos supremacistas brancos e a campanha de repatriação dos imigrantes pós-coloniais. Ele se preocupou em fazer da história um conhecimento usável na esfera pública, buscando alterar a posição

⁴James inicia o último capítulo explicando a estrutura de enredo de sua obra, a tragédia. Outro dado importante é que James escreveu *Os Jacobinos* primeiro como uma peça de teatro, que apresentava com um amigo em Londres.

dos/as negros/as, compreendidos ora como problemas, ora como simplesmente vítimas. Encontrou em Du Bois, intelectual negro pan-africanista norte-americano, o conceito de *dupla consciência*, que lhe serviu para pensar o problema do pertencimento, entre a raça e a identidade nacional, como base de reflexões filosóficas profundas das quais emergiram uma história intelectual vernácula da diáspora. É importante destacar que Gilroy fez seu doutorado (PhD) durante a década de 80 em Estudos Culturais no CCCS da Universidade de Birmingham, uma escola interdisciplinar que uniu a pesquisa acadêmica com a atuação política, se inspirando na figura do intelectual orgânico de Gramsci.

Creio que isto basta para afirmar que, para Paul Gilroy, bem como para diversos outros/as intelectuais negros/as, a história não é um estudo do passado com um fim em si mesmo. Ela é um ato performativo que consiste em passar do estatuto de escravo para o de cidadão como os outros. Para isso, creio que os outros reprimidos da história-ciência, como a ficção, a retórica e a política, retornam como dimensões onde a reescrita da história deve prioritariamente ocorrer. Ela opera menos em revisões de método ou de conceitos teóricos, mas principalmente pela imaginação histórica e moral. Gilroy alcança, como parte integral do seu ofício, como esforço do intelectual orgânico para operar dentro das formações culturais das quais se dispõe a falar por, a representar, compartilhando com elas as expectativas de transformação política, um estatuto que Hayden White chamou de *passado prático* – aquele que responde ao presente a pergunta kantiana: “o que se deve fazer?” (WHITE, 2012).

Um dos legados do historicismo do XIX é a concepção do passado histórico como um país estrangeiro. Esse passado, como diz Hayden White, tem pouca ou nenhuma capacidade de entender o presente ou prover uma direção para o futuro. Ninguém jamais experimentou o passado histórico. White não questiona as relações de poder, ou seja, a colonialidade de tal forma de representar e significar o passado. Por sua vez, a crítica pós-colonial tem

destacado esta herança historicista da historiografia e sua incapacidade de romper com tais representações que seguem relegando os Outros à temporalidade da transição. É contra esta ordem, e em um tom de voz excepcionalmente utópico, que Gilroy direciona seus escritos.

Por fim, quero destacar a crítica de Sanjay Seth (2013) a respeito da negação da historiografia aos povos não-ocidentais. Com isso ele quer dizer que por mais que já seja lugar comum afirmar que todos os povos tem história, ou todos os povos fazem parte da história, existe apenas uma historiografia, simplesmente porque há uma única forma legítima de registrar e se relacionar com o passado. Seu argumento paradoxal é que não há lugar para os espíritos e os deuses na historiografia. A história, como diz Seth, é o mito humanista do homem como o sujeito e a fonte de tudo mais que acontece. Podemos nos perguntar: como a história é imaginada por aqueles que foram excluídos desse humanismo?

Paul Gilroy busca pela ideia do Atlântico negro resgatar a razão e a agência histórica aos e as negros e negras. Ele se apropria do passado da diáspora e faz dele sua força para sugerir um novo humanismo que supere qualquer noção de raça. Que imaginação histórica permite essa proposta? De que modo ela se relaciona com o passado? E com o futuro? Ou seja, como é organizada sua temporalidade? Quais são as estruturas de enredo possíveis para o passado da diáspora? Quais são as suas implicações éticas?

Referências

- ÁVILA, Arthur. “Povoando o presente de fantasmas”: feridas histórias, passados presente e as políticas de uma disciplina. *Expedições: teoria da história e historiografia*, ano 7, n. 2, Agosto-Dezembro, pp 189-209, 2016.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. [Paris, 1975]
- COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues; OLIVEIRA, Leonardo Grão Velloso Damato. A proposta por uma *Global History* e os seus desdobramentos teóricos na historiografia contemporânea: as obras de Dipesh Chakrabarty e Jack Goody em perspectiva. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verônica (org.). *Do passado histórica ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Serra, ES: Mil Fontes, 2017.

DOS SANTOS, Pedro Afonso Cristovão; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 60, p. 161-186, 2017.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZAGA, Gabriel. *Como se escreve a história da diáspora? Um estudo sobre o tempo em “O Atlântico negro” de Paul Gilroy (1993)*. Trabalho de conclusão de curso [Graduação em História]. Porto Alegre Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L’Overture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LORENZ, Chris. Dividir el tiempo. Explorando las fronteras entre presente, pasado y futuro. Cap. 8. In: _____. *Entre filosofía e historia*. Vol. 1. Exploraciones en filosofía de la historia. Buenos Aires: Prometeo libros, 2015.

MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. Portugal: Antígona, 2014.

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 173-189, 2013.

WHITE, Hayden. El pasado práctico. . In: LAVAGNINO, Nicolas & TOZZI, Veronica (org.). **Hayden White, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía**. Buenos Aires: Eduntref, 2012. p. 19-40.

- _____. Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX. São Paulo: Editora da USP, 1995.
- _____. **Trópicos do Discurso:** ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

Uma réplica a Von Martius: a moderna história mestra da vida de José Oiticica e a ordem do tempo na Primeira República

Vicente da Silveira Detoni¹

Esta pesquisa tem como objeto principal um texto chamado *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado em 1910, na Revista Americana, por José Rodrigues Leite e Oiticica. Este autor é conhecido na historiografia por sua militância anarquista e por sua carreira como professor de língua portuguesa no Colégio Dom Pedro II. No momento de escrita do texto em questão, José Oiticica é outro: com apenas 28 anos, é um Oiticica defensor de posicionamentos liberais e republicanos, e professor de história no Colégio Batista, no Rio de Janeiro (FIGUEIRA, 2008). Outra marca dessa diferença: a revista em que publica é um veículo de transmissão de ideias favoráveis às políticas expansionistas dos Estados Unidos da América e possui um caráter oficial (velado por algum tempo) e de estreita relação com o governo, sendo o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores até 1912 no Brasil, uma figura central na elaboração do conteúdo e financiamento da revista (BAGGIO, 2000). Nas trinta e sete páginas de seu *Como se deve escrever a história do Brasil*, Oiticica oferece, passado mais de sessenta anos, uma réplica à dissertação de Von Martius, oferecida

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da CAPES.

ao IHGB em 1843. Em seu texto, José Oiticica apresenta uma outra maneira de se escrever a história da nação brasileira, fundamentada não mais na “lei de forças diagonais” do contato e reunião das três diferentes raças humanas que teriam formado o caráter nacional brasileiro, mas em um sistema, ancorado em uma filosofia da natureza ou cosmologia muito particular, que prescrevia que a história do Brasil deveria ser escrita como a história da amalgama, choque e mescla de diversas *energias* (sejam elas cósmicas, sociais ou vitais) que teriam se encontrado no território que veio a se tornar o Brasil.

Nesta etapa inicial da pesquisa, tem-se tentado refletir sobre as relações que este texto talvez possa estabelecer com a (des)ordem do tempo própria da Primeira República. Por enquanto, o que parece provocar a escrita de José Oiticica é justamente a emergência de uma mudança na percepção temporal (pelo menos por parte dos homens de letras e intelectuais), decorrente de um processo de “renovação da sociedade brasileira” (nas palavras de Oiticica), uma vez que ela estaria sob um novo regime político e não mais sustentada pela escravidão. Seria como se Oiticica sugerisse que as mudanças nas *formas temporais* demandassem mudanças mais profundas nas *estruturas narrativas* dos textos históricos. Seria como se Oiticica articulasse o momento pelo qual passaria a sociedade na virada do século XIX para o XX, a seu ver, um momento marcado por incertezas e em um estado de *desequilibrio* (de energias), e a experiência historiográfica de seu tempo, a seu ver, ausente de um método que poderia elevá-la ao estatuto de ciência, e que seria capaz de oferecer um “critério diretor” a partir do qual seria possível escrever uma história do Brasil “sintética” (o termo não é dele), expurgada de fatos insignificantes, de datas sem valor, casos inexpressivos.

Para Fernando Nicolazzi, o tempo em que Varnhagen escreveu sua história, no qual o passado iluminaria sem grandes hesitações o futuro do país, se apresentaria, nesta virada de século, como distante. Desnaturalizando a ideia de progresso, o próprio

desenrolar dos caminhos que a República tomou e, sobretudo, a sensação de descompasso “entre a sociedade e a história, entre o lento e descontínuo desenvolvimento social e o processo acelerado do tempo” (NICOLAZZI, 2015b, p. 48), a percepção de um lapso e diferenças de tempo que separariam a civilização (ocidental) e a cultura (brasileira), produziria, entre os intelectuais, uma sensação de instabilidade, de incertezas quanto o que deveria ser o futuro e qual deveria ser o lugar do passado na inserção da sociedade brasileira na modernidade ou mesmo no novo regime político instaurado em 1889. Segundo Nicolazzi, para as gerações que sucederiam o visconde de Porto Seguro “os problemas haviam se tornado mais complexos, porque as luzes de outrora já não teriam a mesma intensidade” (NICOLAZZI, 2015b, p.51).

Tendo que lidar com os problemas e questões decorrentes deste novo tempo, ou com os “males” oriundos de um passado distante, a proposta de escrita da história de José Oiticica seria uma resposta a essa urgência em reordenar o tempo. A proposição de uma outra história (nacional?) se apresentaria, nesse sentido, como uma das formas de lidar com este impasse. Neste caso, um impulso desejoso de “modernizar” a historiografia, de se produzir uma “descontinuidade” epistemológica, responderia a uma própria necessidade correspondente a transformações da época do último quartel do século XIX no Brasil. Para Oiticica, essa renovação da fundamentação epistemológica da historiografia deveria abandonar a insuficiente matriz filosófica de Martius, e adotar os conhecimentos provenientes das ciências sociais emergentes. De maneira muito curiosa, o autor propunha uma “atualização” do antigo *topos* da história mestra da vida (é o autor que evoca esta fórmula) a partir dos Modernos (sociólogos). Assim, ele também acreditava ser possível oferecer um plano para o desenvolvimento da nação.

O conceito *regime historiográfico* tem aparentado ser um bom instrumento para pensar este texto de Oiticica e as relações entre temporalidade e linguagem que ele estabelece. Uma formulação

possível deste conceito talvez pudesse seguir um caminho sugerido por Paul Veyne, em seu *Como se escreve a história*: “Uma história da historiografia que quisesse ir ao fundo de seu objeto deveria dedicar-se menos ao estudo fácil das ideias de cada historiador e mais a um inventário de sua paleta” (VEYNE, 1998, p.171). A meu ver, Oiticica tenta denunciar a insuficiência da “paleta” de Martius, e formular uma nova: um outro conjunto de possibilidades de “cores”, de termos, conceitos, de enredos, de pressupostos dos quais o historiador republicano faria uso para “pintar” essa nova história do Brasil. Seu *Como se deve...* seria a proposição de uma linguagem capaz de organizar a experiência de uma outra maneira. Uma outra maneira de se escrever a história, uma outra “forma de historiografia” (HARTOG, 2014, p. 13), um outro regime historiográfico. Por outro lado, a metáfora de uma “paleta” de pintura carrega consigo uma noção de limitação (outras “cores” deixam de estar disponíveis), e a ideia de regime remeteria a noção de norma (ele se impõe e estrutura). E o texto de José Oiticica é justamente uma tentativa de normatização da prática historiográfica, não casualmente em um período em que as fronteiras da disciplina historiográfica começam a ser definidas com mais ênfase no Brasil (NICOLAZZI, 2015a).

Indo ao encontro das preocupações da pesquisa, François Hartog é outro autor que pode fornecer elementos para a formulação do conceito, ao sugerir uma concepção de história da historiografia como a história dos “vários regimes historiográficos que desde a Antiguidade até nossos dias têm prevalecido no que veio a tornar-se a tradição europeia” (HARTOG, 2015, p.143). A história da historiografia seria, conjugando Veyne e Hartog, o inventário das diversas “paletas” ou regimes historiográficos disponíveis aos historiadores, e, sobretudo, a história daqueles que se impuseram como norma e, em alguma medida, governaram a maneira como os textos históricos puderam ser escritos em um determinado momento.

Caberia à pesquisa, então, determinar qual seria o regime

historiográfico proposto por José Oiticica. A questão central que se impõe é a seguinte: que componente, dimensão, ou elemento será reivindicado como singularizador, qualificador, determinante, identificador do regime historiográfico de Oiticica? O que poderia se elencar como aquilo que torna determinado regime historiográfico próprio ou singular?

Na formulação do Hartog, em *Evidência da História*, seria o “olhar do historiador”, a maneira como o historiador organiza e partilha em seu texto o visível e o invisível, o que serviria para identificar os regimes historiográficos. Assim, em sua formulação, Heródoto e Tucídides teriam um *regime* marcado pela autópsia (“ver por si mesmo”), Políbio pela visão sinóptica (ver a história a partir de um ponto externo e privilegiado, o que, em seu caso, significa ver a história do mundo a partir de Roma). Esta visão sinóptica seria retomada no século XVIII por Boussuet, adquirindo traços divinos, e por Voltaire, traços filosóficos. Os realismos do século XIX articulariam o olhar de outra maneira, desta vez incluindo o visível a si mesmo na observação.

A análise do texto de Oiticica deveria, então, perceber a maneira pela qual o autor mobiliza metáforas óticas ou auditivas? Bastaria dizer que Oiticica proporia um regime historiográfico sinóptico e sociológico? O problema desta concepção parece ser outro. Não estão tão claras nela as relações possivelmente existentes (ou necessárias) entre os regimes historiográficos (a linguagem) e os regimes de historicidade (a temporalidade).

Por enquanto, uma delimitação de María Inés Mudrovic parece mais suficiente. Segundo ela, “um regime historiográfico tenderia a expressar o regime de historicidade dominante” (MUDROVIC, 2013, p. 15). Isto é, na verdade, dar alguns passos para trás no debate. É dizer que as linguagens historiográficas possíveis são mais ou menos definidas previamente pela maneira como uma determinada sociedade (ou grupos no interior de uma sociedade) se relaciona(m) com o tempo. Que os regimes que estruturam textos, são, por sua vez, também estruturados. Rever esses fundamentos

são importantes para construir a tentativa de determinação do regime historiográfico proposto por José Oiticica.

Por que ordem do tempo, portanto, *Como se deve...* seria sustentado? De que ordem as formulações de Oiticica sobre o tempo e a história seriam portadores ou sintomas? Uma análise ainda inicial deste texto tem apontado para a ideia de que as formulações de José Oiticica sobre o tempo, a história e sua escrita, se não são um sintoma da “crise” da ordem do tempo, parecem ser uma tentativa de reformular ou reorientar o regime de historicidade moderno, tornando o mais capaz de atravessar as agitações e turbulências do período. Em sua proposta de reformulação da escrita da história do Brasil, a noção de progresso, mesmo que mantendo-se orientadora da relação com o tempo, é desnaturalizada, torna-se matéria de discussão, e se apresenta como um fenômeno plural; por outro lado, a noção de contingência torna-se central na estruturação de sua história, abrindo espaço, assim, para descontinuidades; e o “erro” é encarado como um fenômeno social, tão natural e a ser seriamente considerado pelo historiador quanto quaisquer outros fenômenos. Por fim, Oiticica parece conceder ao tempo presente um outro lugar na composição de seu regime historiográfico. Em primeiro lugar, porque, para ele, seria o presente o motor de questões a partir do qual deveria ser escrita a história da nação; em segundo lugar, porque há uma preocupação em se realizar uma avaliação histórica do próprio presente; e, por fim, porque sua proposição possui um “caráter pragmático”, ela está voltada para a ação política no presente, e pretende abrir um campo de ação: sua história do Brasil objetiva ser “útil” para o presente. Assim, o regime historiográfico proposto por Oiticica, em função destas características, poderia ser identificado como “mais presentista do que futurista” ou de um “futurismo mais frouxo, hesitante, ou menos evidente”?

Temístocles Cezar, em um artigo de 2013, defende que “o tempo presente” seria a “unidade de tempo que move a engrenagem oculta de nosso regime historiográfico desde o século XIX, se não antes” (CEZAR, 2013, p. 31); e se “no século XIX e boa

parte do XX um e outro [o regime de historiografia e o regime de historicidade] não coincidiam necessariamente, hoje a confluência parece ser evidente. O presente, e o presentismo são vetores dessa convergência” (CEZAR, 2013, p. 43). Para esse autor o identificador de um regime seria a unidade de tempo que se apresentaria como preponderante na articulação do tempo no regime historiográfico; como se houvesse a possibilidade de um regime historiográfico possuir autonomia em relação ao regime de historicidade. O regime historiográfico, nesta elaboração de Cezar, seria *presentista*. No estudo deste texto de Oiticica, essa possível autonomia não tem sido percebida; pelo contrário, tem-se compreendido esse texto como uma manifestação de um momento em que a articulação entre as categorias passado, presente e futuro constitutivas do regime de historicidade moderno perdem sua evidência.

Mas a interpretação deste texto também tem entendido-o como uma resposta. E talvez seja na maneira pela qual ele propõe o fechamento ou desvencilhamento das brechas na ordem do tempo, abertas por essa “crise”, que resida o seu caráter singular ou próprio. Talvez qualquer tentativa que possa ser investida na determinação do regime historiográfico de Oiticica deva passar pela mobilização que o autor faz do *topos* da história como mestra da vida (e não só pela sua pretensão à síntese e relação com as ciências sociais emergentes). Mas a mobilização deste *topos* da *historia magistra vitae* exerceria uma “função estrutural” no regime historiográfico de Oiticica, ou seria um uso esvaziado, desatualizado, defasado frente à (des)ordem do tempo na Primeira República (no pior dos casos e usando o pior dos termos, um uso “retórico”)? Uma leitura ainda inicial do texto tem caminhado para a ideia de que o *topos* exerce essa “função”, mas, utilizando a tipologia elaborada por Valdei Lopes Araújo para a experiência historiográfica oitocentista, através de uma “ressignificação” (ARAÚJO, 2011, p.143) da fórmula, de uma adaptação de fragmentos e da herança semântica da *historia magistra vitae* no interior de um campo de experiência moderno. No caso de Oiticica, um campo de experiência moderno em crise,

ainda que tênue, e sutil.

Hartog, no *Regimes de Historicidade*, também apresenta algumas direções possíveis para a formulação de uma conceituação de uma moderna história mestra da vida. A respeito de algumas políticas de patrimônio na França da primeira metade do século XIX, esse autor discorre sobre “uma *historia magistra* que está de acordo com o regime moderno”, que estaria em “sintonia com ele”, e que “seria passível de expressá-lo” (HARTOG, 2014, p.227). Seria uma *historia magistra* que, concebendo o tempo como um ator, se abriria para o porvir e não negaria, muito pelo contrário, a ruptura do passado (HARTOG, 2014, p. 230).

O movimento a ser realizado na pesquisa, apresentado aqui, se justifica na intenção de fundamentar a hipótese da existência de uma profusão de regimes historiográficos concorrentes ou complementares na experiência historiográfica da Primeira República, ou de verificar se a normatividade da prática historiográfica sugerida por Oiticica teria produzido efeitos, ou possuiria traços de continuidade, nos regimes historiográficos que teriam sido eficazes na ordenação do tempo naquele período, e teriam se transformado em paradigmas para a escrita da história das décadas futuras, como é o caso dos ensaios históricos de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, e Gilberto Freyre. O empenho da pesquisa é construir a proposta de Oiticica como uma manifestação da pluralidade discursiva própria da Primeira República, da multiplicação de formas possíveis de se escrever a história (do Brasil) neste período. Talvez, a seu tempo, sua proposta não fosse uma diferença gritante, e a evocação do *topos* da *historia magistra vitae* nada mais fosse que uma recorrência. Para o nosso contemporâneo, no entanto, seu texto causa estranhamento e aponta para a diversidade de caminhos e futuros que a historiografia poderia ter tido antes do “triunfo” dos ensaios históricos como paradigma de escrita da história do Brasil e da posterior definição mais contundente das fronteiras disciplinares da historiografia com a estruturação das universidades e das pós-graduações.

Referências

- ARAÚJO, Valdei. Sobre a permanência da expressão historia magistra vitae no século XIX. IN: NICOLAZZI; MOLLO; ARAÚJO (orgs.) *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- BAGGIO, Kátia. Os Intelectuais Brasileiros e o Pan-Americanismo: A Revista Americana (1909-1919). *Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC* Salvador – 2000.
- CEZAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. IN: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. *A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira.* Tese de Doutorado apresentada a banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC-SP. 2008.
- HARTOG, François. *Evidência da História:* o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade:* presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- MUDROVCIC, María Inés. Regímenes de historicidad y régimenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. *Historiografías*, 5 (Enero-Junio, 2013): pp.11-31
- NICOLAZZI, Fernando (org.) *História e historiadores no Brasil:* do fim do império ao alvorecer da República: c.1870-1940. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015a
- NICOLAZZI, Fernando. Orden del tiempo y escritura de la historia: consideraciones sobre el ensayo histórico en el Brasil, 1870-1940. *Prismas,* Revista de historia intelectual, No 19, 2015b
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história.* Brasília: Editora da UNB, 1998.

Temporalidade e Historicidade na Ficção de Anatole France

Alana de Jesus Teixeira¹

Nesta pesquisa proponho um estudo historiográfico de três romances de Anatole France (1844-1924): *Sur la pierre blanche* (Sobre a pedra branca, 1905), *L'Île des Pingouins* (A ilha dos pinguins, 1908) e *Les dieux ont soif* (Os deuses têm sede, 1912). O objetivo será analisar como diferentes temporalidades e elementos de historicidade estão configurados e representados nessas obras. Anatole France foi um escritor que estava não apenas entre dois séculos, XIX e XX, mas entre dois tempos, entre uma “era dos impérios” e uma “era dos extremos”. Sua produção vai refletir justamente sobre temáticas de fundação da modernidade e como essas se desenvolveram em sua contemporaneidade. A partir daí, é possível perceber que diferentes dimensões temporais (presente, passado e futuro) são o lastro de suas produções.

As obras escolhidas para este estudo têm ao menos dois elementos em comum: o formato de prosa de ficção e o gênero romance. *Sobre a pedra branca* apresenta uma utopia moderna: num cenário futuro, a sociedade europeia passara por uma revolução de caráter socialista no ano 2000, transformando-se em uma sociedade fundamentalmente proletária. O texto foi publicado em 1905, logo, seu contexto de produção (especialmente pela ocasião

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

da primeira Revolução Russa) é particularmente importante para compreender o papel das categorias de tempo e historicidade na composição do livro. *A Ilha dos Pinguins* retrata uma paródia da história fictícia da França/Ocidente, apresentada através da trajetória de uma comunidade de pinguins que fora batizada e criou sua própria nação, registrando suas memórias. *Os deuses têm sede* trata do período histórico do Terror durante a Revolução Francesa, abordando a trajetória de ascensão e queda de um pintor desconhecido que se torna um fervoroso revolucionário. A ficção de France produzida no início do novo século faz parte do período de maturidade do escritor e demonstra capacidade de representação de questões discutidas em sua época – sob a ótica contemporânea que reflete sobre o passado e o futuro. Trata-se do período do desenrolar do *Affaire Dreyfus*, da discussão entre a separação da Igreja e do Estado, da aproximação da Primeira Guerra e do avanço do Socialismo.

Anatole France, que até então mantivera certa distância dos acontecimentos contemporâneos, envolve-se no Caso Dreyfus junto a outros intelectuais, e toma partido nas principais controvérsias do final do século XIX pessoalmente e através de suas obras. France já expressava posições contundentes e se tornara um crítico reconhecido através da publicação de artigos em revistas como *Le Temps* e *L'Écho de Paris*, especialmente nos campos da ciência e arte, incorporando questões políticas contemporâneas também às suas obras. Podemos perceber que os textos produzidos neste período tiveram uma conotação mais engajada, mantendo uma relação estreita com sua vida pessoal, ao mesmo tempo que abordavam temas universais sobre a condição humana e justiça social. O autor desenvolve através de sua prosa uma crítica à sociedade contemporânea que pode ser associada à uma repreensão da concepção de história em voga. Além disso, as obras trabalham com diversas temporalidades, como o passado em *Thaïs* e *Les dieux ont soif*, o presente, as obras *Histoire contemporaine* e *Crainquebille*, e o futuro em *Sur la pierre blanche*.

Levando em consideração a trajetória literária e política de France e seu contexto sociocultural, pretendo analisar como esses elementos – crítica à sociedade e à história – e temporalidades estão articulados e se fazem presentes no momento de produção das obras, em busca de uma lógica social do texto. Tendo em vista os debates sobre as aproximações e distanciamentos entre as narrativas literária e historiográfica, pretendo entender como o autor lida com momentos históricos distintos, articulando-os com o objetivo de suscitar problemáticas sociais e evidenciando sua concepção particular de história.

Como mencionado, outro aspecto relevante da obra de Anatole France é sua crítica ao conhecimento histórico de acordo com o paradigma do final do século XIX e ao mesmo tempo as relações mantém com o chamado “historicismo”. France mantinha uma aproximação muito grande com a ciência histórica, não apenas trabalhando temas e períodos históricos em seus textos e consultando fontes, mas argumentando e elaborando reflexões acerca da condição da escrita da história e do ofício do historiador. Para ele, a história não é uma ciência, mas uma arte. E para escrevê-la, é necessário o uso da imaginação do historiador:

[...] O que é a história? A história é a representação escrita dos eventos passados. Mas o que é um evento? É um fato qualquer? Não? É um fato notável. Agora, como o historiador julga que um fato é notável ou não? Ele julga de forma arbitrária, de acordo com o seu gosto e capricho, de acordo com as suas ideias, enfim, um artista! Porque os fatos não se dividem, de sua própria natureza, em fatos históricos e fatos não históricos. Mas um fato é algo extremamente complexo. O historiador irá representá-los em toda a sua complexidade? Não, isto é impossível. Ele os representará desprovido da maior parte das particularidades que os constituem, e, por consequência, truncados, mutilados, diferentes do que foram. Quanto às relações entre eles, nem falemos. Se um fato dito histórico é posto, o que é possível, por um ou mais fatos não históricos e por isso mesmo desconhecidos, como o historiador poderá marcar a relação desses fatos? « [...] A história não é uma

ciência, é uma arte, e consegue ser apenas através da imaginação » (FRANCE, 1933, p. 116, tradução nossa).

Com isso o escritor não está afirmando que história e ficção indeferem, mas que utilizam de outras bases para produzir o conhecimento, distintas daquelas que o paradigma científico previa. O objetivo é compreender a confluência da escrita da história e da literatura, e também a crítica produzida a partir da prosa de ficção da Anatole France ao campo da História, levando em considerando que Literatura possa ser entendida como um dos possíveis discursos sobre a história, embora sob um regime distinto de criação. O que interessa aqui é ver como alguém fora do campo da História profissional, neste caso um literato, está lidando com problemáticas históricas as mais diversas, pensando as diversas temporalidades, e ao mesmo tempo questionando e lançando desafios aos historiadores.

Para trabalhar essas problemáticas, atentaremos para alguns conceitos-chaves ao estudo das relações entre literatura e história, como verdade e ficção, mímesis e representação. Será preciso pensá-los em sua relação com o debate sobre a capacidade da literatura e da história de representar a realidade, especialmente dentro do recorte a que nos propomos nesta pesquisa. Um dos teóricos relevantes para esta discussão será Luiz Costa Lima, professor de Teoria da História na PUC-Rio, que possui uma obra extensa, abordando noções como ficção e mímesis através do traçado da história desses conceitos até a contemporaneidade. Em um de seus estudos, Costa Lima desconstrói a noção de ficção, pois “*a ficção não se confunde com o puro falso senão que opera dentro do falso aceitável. [...] O falso aceitável, i.e., o relato ficcional, ao invés, presta tributo à verdade*” (COSTA LIMA, 2014, p. 269). Neste sentido, o estudo do autor contribuirá com esta pesquisa, na medida em que procura ampliar a concepção de verdade: “A verdade, de fato, muda de estatuto: deixa de ser imanente às coisas, transcendental ao mundo, estável em algum reino das Ideias, conforme o longo legado platônico, para se tornar sociocultural (COSTA LIMA, 2014, p. 277).

Outro elemento importante na obra de Costa Lima é a noção de mímesis, que “supõe a correspondência entre uma cena primeira, orientadora e geral, e uma cena segunda, particularizada numa obra. Essa encontra naquela os parâmetros que possibilitam seu reconhecimento e aceitação” (COSTA LIMA, 2014, p. 24), configurando sujeito e representações.

Paul Ricoeur também se tornou um teórico importante dentro desse estudo através de suas obras de caráter filosófico. Na obra *A memória, a história, o esquecimento* (2000), Ricoeur discute “a capacidade do discurso histórico de representar o passado, capacidade que chamamos de representância” (RICOEUR, 2007, p. 250). Dessa forma, a “ideia de representância é então a maneira menos ruim de homenagear um procedimento reconstrutivo, o único disponível a serviço da verdade em história” (RICOEUR, 2007, p. 296). Para Ricoeur “a história é uma escrita, de uma ponta a outra: dos arquivos aos textos dos historiadores, escritos, publicados, dados a ler” (RICOEUR, 2007, p. 247). Assim, será importante na compreensão do potencial de representação da realidade que trataremos neste estudo, perpassando tanto as narrativas histórica quanto literária.

Os conceitos brevemente destacados acima auxiliarão nesta pesquisa no momento em que se pretende tomar a literatura não como meramente uma fonte, mas como objeto para o estudo historiográfico, ultrapassando as barreiras de seu escrito, e saltando para o cenário de enunciação a que pertencia Anatole France. Lembramos que o escritor é comumente denominado pela crítica literária como cético, humanista e *dreyfusard*. Após sua morte em 1924, e nos anos que se seguiram, uma grande quantidade de estudos foi publicada, especialmente na área da crítica literária, abordando sua biografia e obra. Will Durant (1964) estabelece algumas fases na carreira literária de France: uma primeira fase “conservadora”, em que France ainda está associado aos autores parnasionistas franceses; uma fase “epicurista” em que se aproxima do sensualismo e da beleza; uma fase “cética”, no que diz respeito a

qualquer determinismo na história, ao progresso humano e às verdades absolutas; e, por último, uma fase “socialista”, aquela em que prestou seu apoio ao movimento que crescia no início do século XX. A despeito das fases aparentemente distintas, France conseguiu abordar em suas obras personagens e cenários representativos, por um lado, de sua própria vida e época, por outro, de temas universais, utilizando uma linguagem clara, direta e penetrante (FRAGA, 2007).

La Revista Blanca, publicação anarquista espanhola sobre “Psicología, Ciencias y Artes”, publicou artigos por ocasião da morte de France. Para David Díaz, autor de um dos artigos, assim como para muitos representantes da esquerda política, France era considerado uma das grandes figuras por sua atuação, mesmo que breve, a favor de uma sociedade socialista:

Anatole France, pelo contrário, foi um escritor que sonhou o sonho de sua vida frente aos volumes de sua biblioteca; um escritor que poderíamos chamar lívresco, se não se tivesse abusado tanto e tão depressivamente deste termo. Em nenhum escritor a realidade reverberou através de tanta filosofia, de tanta literatura e tão profundas meditações. [...] Com Anatole France desaparece o mais glorioso paladino da "arte pela arte", que se não era anarquista merecia sê-lo, o que me parece ser o maior de todos os elogios (DIAZ, 1924, p. 25-26, tradução nossa).

A carreira de Anatole France passou por uma mudança substancial com sua entrada no mundo possível a partir de seu envolvimento no conturbado *Affaire Dreyfus*, que dividiu intelectuais e políticos, repercutindo internacionalmente. Posicionou-se a favor do capitão judeu do exército francês Alfred Dreyfus e ficou ao lado do escritor Émile Zola quando este escrevera o incendiário *J'accuse*, tornando-se um dos mais importantes *dreyfusards*. Por trás da controvérsia encarniçada entre *dreyfusards* e *antidreyfusards* existiam discordâncias políticas mais profundas quanto à situação política e social da França naquele momento, sobretudo a respeito dos poderes da Igreja e sua relação com o Estado, o poder do Exército e o antisemitismo. As notícias diárias e

as discórdias entre políticos e intelectuais através dos jornais dão uma ideia “da paixão desencadeada pelo caso Dreyfus” (WINOCK, 2000, p. 60). A atitude de France apoioando Dreyfus publicamente através de petições, escrevendo artigos, participando de reuniões, proferindo discursos, demonstrou um passo decisivo a favor de ideais políticos, lhe custando parte de seus amigos - que se manifestaram contra Dreyfus - mas ganhando novos companheiros. Na verdade, o posicionamento de France sobre o *Affaire* resulta de ideais já expostos em suas obras: prevenção contra o clericalismo, aversão ao catolicismo, condenação de uma justiça militar, censura contra o anti-semitismo. Já a adesão ao socialismo se deve especialmente à amizade com o famoso político socialista da época, Jean Jaurès, e corresponde a uma radicalização que levou o escritor a se tornar um militante durante algum tempo, recusando usar a roseta da Legião de Honra e deixando de comparecer às sessões da Academia Francesa - onde era o único a favor de Dreyfus (WINOCK, 2000, p. 83-85). A série *Histoire Contemporaine* foi uma amostra desta fase do escritor, em que abordou a atualidade francesa daquele tempo.

Contudo, é preciso levar em consideração que se tratava de um momento delicado para a Europa como um todo. As posições políticas radicalizavam-se cada vez mais e a eminência de uma guerra pairava no ar. France não ficou indiferente a tudo isso, por isso a radicalização de suas posições, inclusive durante a guerra. No entanto, suas oscilações podem ser encaradas como contradições próprias do escritor, mas que fundamentalmente estavam de acordo com os seus mais profundos ideais humanistas. France jamais abandonou seu ceticismo, mesmo quanto ao socialismo e a Revolução Russa, a democracia e a liberdade. Mais cedo ou mais tarde, retirou-se da cena política propriamente dita e dedicou-se apenas às suas obras – que permaneceram com um tom engajado e reflexivo sobre questões históricas.

Relembramos que Anatole France também demonstrou sua posição frente ao debate historiográfico, de forma indireta, em sua

prosa de ficção, ou abertamente em seus artigos. Outros pensadores apontaram a posição do autor frente a essas discussões:

Além disso, a crença sobre a maldade inerente ao homem leva Anatole France a negar qualquer possibilidade de progresso ou melhoria de sua existência, sempre marcada pelo ódio, inveja e miséria. A história humana se desenvolve de modo cíclico, pois consiste em uma sucessão de nascimentos e desaparecimentos de diferentes civilizações. [...] Essa concepção da história coloca Anatole France em uma posição totalmente contrária à que manteve os intelectuais que poderiam ser considerados como os historiadores oficiais da Terceira República Francesa. Homens como Ernest Lavisse, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos, Alphonse Aulard, Gabriel Monod ou Gustavo Lanson defenderam, ao longo de uma época situada entre o final do século XIX e início do século XX, uma visão do fato histórico e da disciplina que estuda com a qual Anatole France não poderia estar em maior desacordo. (LAS HERAS, 1997, p. 119, tradução nossa).

Diversos críticos assinalam uma forte desconfiança de Anatole France contra as pretensões da história à exatidão, como Marie-Claire Bancquart, ao notar que “Anatole France recusa a acreditar que suas pesquisas o levarão a uma verdade indiscutível. É por isso que ele fala frequentemente de história, tanto para expressar seu amor por ela quanto questionar sua infalibilidade” (BANCQUART, 1994, p. 162, tradução nossa). Essa desconfiança referida por Bancquart diz respeito a metodologia e objetivos da historiografia profissional, o que não impede, mas parece ocasionar, uma aproximação ainda maior de France com a história para além dos limites disciplinares, o que nos parece confirmar a importância do estudo de seus textos para a compreensão do desenvolvimento do conhecimento histórico no início do século XX.

Referências

ALMEIDA, Milene Suzano. Anatole France no divã. *Revista Criação & Crítica*, São Paulo, n. 6, p. 84-89, 2011.

- AXELRAD, Jacob. *Anatole France: uma vida sem ilusões*. São Paulo: Assunção, 1946.
- BANCQUART, Marie-Claire. Préface. In: FRANCE, Anatole. *Les dieux ont soif*. Paris: Gallimard, 1989, p. 7-37.
- BANCQUART, Marie-Claire. Anatole France et Paris. *Cahiers de l'Association internationale des études francaises*, n. 42, p. 77-91, 1990.
- BANCQUART, Marie-Claire. *Anatole France*. Paris: Julliard, 1994.
- BRAUDEL, Fernand. Anatole France e a História. *Revista de História*, São Paulo, n. 146, p. 35-45, 2002.
- CHARTIER, Roger. Debate: Literatura e História. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 197-216, jan./dez. 2000.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COSTA LIMA, Luiz. História. Ficção. Literatura. Uma breve apresentação. *Revista Eutomia*, Recife, ano I, n. 1, p. 167-176, 2008.
- COSTA LIMA, Luiz. *Mímesis: desafio ao pensamento*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- DESCLEUZE, Jacques. El arte literario francés. *La Revista Blanca*, Barcelona, n. 36, p. 9-12, nov. 1924.
- DÍAZ, David. La muerte de un escritor egrégio: Anatole France. *La Revista Blanca*, Barcelona, n. 36, p. 25-26, nov. 1924.
- DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir (Org). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Porto alegre: Editora FGV, EDIPUCRS, 2010. p. 15-31.

DOSSE, François. *A história*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

DURANT, Will. *Anatole France: O homem e sua obra*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1964.

FRAGA, Denise. *Um parágrafo de história na literatura francesa: a representação do Caso Dreyfus em L'Île des pingouins, de Anatole France*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.

FRANCE, Anatole. *Sur la pierre blanche*. Paris: Calmann-Lévy, 1905.

FRANCE, Anatole. *L'Île des pingouins*. Paris: Calmann-Lévy, 1908.

FRANCE, Anatole. *Les dieux ont soif*. Paris: Calmann-Lévy, 1912.

FRANCE, Anatole. *Les torts de l'histoire*. In: *La vie littéraire*. 2e sér. Paris: Calmann-Lévy, 1933.

HAIDUKE, Paulo Rodrigo Andrade. *O crime de Sylvestre Bonnard, membro do Instituto*, de Anatole France: uma dramatização dos dilemas da erudição histórica. *Revista de Literatura, História e Memória*, Cascavel, v. 7, n. 10, p. 175-185, 2011.

HARTOG, François. Du côté des écrivains: les temps du roman. In: *Croire en l'histoire*. Paris: Flammarion, 2013. p. 163-224.

KETTANI, Assia. *De l'Histoire à la fiction: les écrivains français et l'affaire Dreyfus*. Thèse de doctorat (Langue, littérature et civilisation françaises) – Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, Paris, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LALOU, René. *Histoire de la Littérature Française Contemporaine (de 1870 a nos jours)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1953.

LAS HERAS, Ignacio Iñarrea. La Révolte des Anges de Anatole France : sentido de la historia y sentido de la vida. *Cuadernos de Investigación Filológica*, La Rioja, España, v. 23-24, p. 115-138, 1997.

- LAVILLATTE, Bruno. Anatole France: Philosophie et Modernité. *Mémoires de l'Académie des Sciences, Arts et Belles-Lettres de Touraine*, tome 25, 2012, p. 209-214.
- LEMAIRE, Jacques-Ch. Anatole France et ses figures intellectuelles. *Académie royale de langue et de littérature françaises de Belgique*, Bruxelles, 2013.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2007.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- STAROBINSKI, Jean. A literatura: o texto e o seu intérprete. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995, p. 132-143.
- TADIÉ, Jean-Yves. Les écrivains et le roman historique au XX^e siècle: esthétique et psychologie. *Le Débat*, Paris, n. 165, p. 136-145, 2011.
- WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Entre o passado e o futuro: a democracia na obra de Frederick Jackson Turner (1893 - 1932)

Lívia Amarante Gallo¹

O historiador estadunidense Frederick Jackson Turner (1861-1932) ficou conhecido entre os historiadores profissionais por ter desenvolvido um modelo explicativo da história dos Estados Unidos centrado na sua fronteira, a *frontier thesis*. A sua hipótese foi apresentada ao público acadêmico em 1893, em um encontro da *American Historical Association*, em Chicago, mas só teria maior relevância para a historiografia americana em princípios da década de 1900. Na sua tese, a fronteira tem um papel central, tendo sido a história da conquista do Oeste, em grande parte, a própria história dos Estados Unidos (TURNER, 2004, p.23), uma vez que entendia que era a ela quem tornava o homem do Leste um estadunidense. Neste sentido, o historiador propunha uma nova perspectiva para se pensar a história de seu país, uma vez que até então a historiografia profissional americana havia pensado a formação dos Estados Unidos e das suas instituições como desenvolvimento de raízes europeias no Novo Mundo (idem, ibidem).

Turner define fronteira como espaço onde o mundo selvagem e a civilização se encontram, (idem, ibidem, p.24) e é por excelência

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da CAPES.

o espaço de americanização de homens e mulheres vindos do Leste. Isso ocorre porque os fronteiriços saem do Leste como europeus nos costumes e modos de pensar, e ao depararem-se com a *wilderness*, eles começam a adquirir costumes dos indígenas, como vestimenta, a forma de construir suas casas e alimentação, “pouco a pouco ele transforma a terra remota e inóspita de *wilderness*, mas o resultado não é a velha Europa, não é simplesmente o desenvolvimento das raízes germânicas, tanto quanto o primeiro fenômeno foi uma reversão da marca germânica. O fato é que aqui há um novo produto, que é o americano” (idem, ibidem, p.24-25). Ou seja, de acordo com Turner, da junção de dois elementos opostos, selvageria e civilização, surge algo diferente e superior: o americano. Além da americanização dos fronteiriços, a fronteira também é responsável pelo surgimento da principal instituição estadunidense, a democracia. Turner escreveu em um momento em que não havia mais uma linha de fronteira nos Estados Unidos, uma vez que a conquista do Oeste havia terminado na década anterior à apresentação da *frontier thesis*, e sendo assim, o historiador se preocupava com a manutenção da instituição. Mas Turner não definiu de forma precisa o que entendia por “democracia”, apenas em alguns textos deixa evidente que a relacionava com igualdade de oportunidades por perceber a fronteira Oeste como uma válvula de escape para os problemas do Leste. A falta de uma definição mais fechada torna difícil o entendimento sobre o que Turner acreditava ser essa democracia do Oeste.

De acordo com sua *frontier thesis*, a democracia surgia e era preservada pelo avanço da fronteira. Com o fim da fronteira seria necessário pensar outras formas para a manutenção da instituição, o que Turner acabou fazendo em sua obra. Essa preocupação não era exclusividade do historiador de Wisconsin. David Wrobel aponta que a eminência do fim da fronteira causou ansiedade entre os intelectuais estadunidenses durante todas as últimas décadas do século XIX, uma vez que era muito presente a ideia de que a excepcionalidade americana era resultado da existência de um

grande contingente de terras livres situadas à Oeste, e sendo assim, é preciso entender a obra de Turner dentro deste contexto maior de ansiedade (WROBEL, 1993, p.3).

Neste sentido, Turner fez alguns apontamentos para o futuro da democracia após o fim da fronteira, pensando formas pelas quais acreditava que esta instituição permaneceria viva. De acordo com Avila

é nesse momento que os marcos turnerianos deixam de ser somente uma interpretação histórica para se tornarem um comentário político sobre a situação dos Estados Unidos da aurora do século XX, fornecendo apontamentos para o futuro nacional (AVILA, 2006, p.125).

Por esse motivo Turner, assim como outros historiadores estadunidenses que viveram no mesmo período, é considerado um historiador progressista, porque creditava que a história possibilita o entendimento do presente, assim como tem uma utilidade prática. Estes historiadores

intentaron encontrar un pasado utilizable, que se relacionara con las necesidades amplísimas de una nación lanzada por completo a su propia industrialización, y hacer que la historia constituyera un instrumento para el propio reconocimiento y mejoría (HOFSTADTER, 1970, p.15).

Por mais que Turner não tivesse restringido sua obra ao passado e tivesse preocupações com o futuro de seu país, o historiador era um conservador, segundo Avila, o mais conservador dentre a geração de progressistas de princípios do século XX, para quem a história poderia servir como instrumento para um reformismo, mas sem colocar em risco o *status quo* capitalista (AVILA, 2006, p.56).

[...] seu reformismo brando exerceu um papel efetivo na conformação de sua concepção de história, principalmente no que

diz respeito ao presentismo. [...] Para ele, o presentismo era o ato de moldar as preocupações investigativas do historiador de acordo com as necessidades evocadas pelo contexto em que ele está inserido. No caso norte-americano de fins do século XIX, tratava-se de explanar o surgimento do capitalismo industrial e de avaliar suas consequências para o país, a partir das forças sociais que o geraram." (idem, ibidem, p.57)

Essas questões levantadas por Avila ficam evidentes quando nos deparamos com os apontamentos feitos por Turner, onde é possível perceber que eles partem de uma percepção do contexto pelo qual seu país passava e sugere alternativas que seguem na direção do caminho que seu país estava tomando, por exemplo: um dos apontamentos foi sobre a contínua expansão americana além-mar, onde o historiador afirmou que acredita que os ímpetos expansionistas americanos não terminariam após o fim da conquista da fronteira, continuando em forma de influência econômica em países latino-americanos e asiáticos. Esse apontamento fez com que o historiador ficasse conhecido como defensor do imperialismo estadunidense e tivesse sua obra utilizada por presidentes para justificar “cientificamente” as ações americanas em outros países. É importante perceber que neste momento os Estados Unidos estavão se colocando internacionalmente como uma potência, promovendo ações imperialistas principalmente em países da América Central e Ásia.²

Além da contínua expansão, Turner afirma que a instituição permanecerá viva através da ação dos capitalistas americanos por estes serem produto dessa democracia, uma vez que no Oeste havia uma igualdade de oportunidades que possibilitou que estes tivessem condições de criar suas fortunas, o que nos mostra que capitalismo

² Existe muita controvérsia entre os estudiosos da obra de Turner sobre o historiador ter sido ou não um defensor do imperialismo norte-americano. Acredito ser perigoso afirmar, partindo apenas da análise de sua obra, que Turner fosse um defensor do imperialismo. O que fica claro em seus textos é que o historiador apenas constata que a expansão continuará porque esta vem sendo a história de seu país, mas não é possível afirmar que haja uma defesa clara dessa expansão.

e democracia não eram de forma alguma ideias excludentes. E uma terceira forma seria através das universidades estaduais, que seriam os locais onde os estadistas e homens públicos receberiam sua formação, e por serem espaços impregnados com esses ideais democráticos, passariam esses ideais a esses homens que comandariam o governo.

Neste sentido, a questão que a pesquisa vem buscando responder se desdobra em duas perguntas que estão intimamente relacionadas: que democracia é esta que Turner gostaria que fosse preservada, uma vez que o historiador não a definiu de forma precisa em sua obra; e quais foram os apontamentos para o futuro da democracia americana feitos por Turner em sua *frontier thesis*?

Na pesquisa, os aspectos da operação historiográfica apontados por Michel de Certeau em *A Escrita da História* são levados em consideração, em especial no que se refere ao lugar social de escrita. Para De Certeau, a historiografia é uma operação que envolve um lugar social, práticas pretensamente científicas e uma escrita, com o objetivo de dar voz ao não-dito (DE CERTEAU, 1982, p.66). Toda a pesquisa historiográfica acontece em um lugar de produção, uma instituição do saber, e é a partir dela que se instauram os métodos da pesquisa em história, é ela quem confere legitimidade ao trabalho do historiador, uma vez que é a aprovação de seus pares que “habilita o locutor a falar o discurso historiográfico” (Idem. Ibidem. p.73). Sendo assim, uma obra de história “é o produto de um lugar”. Para a resposta do problema de pesquisa, acredito ser importante considerar o lugar de escrita de Turner, as instituições pelas quais passou e suas relações. Esse aspecto não é importante apenas para se chegar a essa ideia de democracia, mas também para pensar o que possibilitou a escrita da *frontier thesis* e os apontamentos que fez para o futuro.

Richard Hofstadter, historiador estadunidense que escreveu *The Pgressive Historians*, um livro em que trata dos historiadores progressistas dos primeiros anos do século XX, fez uma afirmação importante para quem busca entender como Turner lidava com a

questão da democracia em sua obra: há, na *frontier thesis*, uma ausência de definições precisas de conceitos centrais que utilizava, como “fronteira” e “democracia”. Sobre este último, destaca que há, da parte de Turner, uma disposição a exemplificá-la ao invés de defini-la, provavelmente por imaginar que uma definição fosse desnecessária para um povo que a vivenciava (HOFSTADTER, 1970, p.126).

Com relação à ideia de democracia presente da *frontier thesis*, recorro ao campo de história dos conceitos de Reinhart Koselleck. A história dos conceitos interpreta a história por meio dos conceitos em uso no passado e os entende historicamente, “[traduzindo] seus significados lexicais em uso no passado para a nossa compreensão atual” (KOSELLECK, 2006, p.104). Neste sentido, a busca pelo conceito de democracia em Turner será parte importante na resposta do problema de pesquisa, uma vez que perceber *que* democracia é essa pela qual temia pelo fim é essencial para entender quais foram os apontamentos que o historiador fez para o seu futuro.

As fontes que vem sendo utilizadas na pesquisa são os textos escritos pelo historiador, tanto artigos e ensaios publicados, quanto suas notas publicadas postumamente e sua correspondência. Na análise das fontes, a principal metodologia empregada é a elaboração de uma cadeia de equivalência entre a palavra “democracia” e as palavras que aparecem comumente ao seu lado, para, a partir daí, compreender com o que Turner relacionava a democracia ao falar sobre a instituição. Até o ponto em que a pesquisa foi desenvolvida, foi possível concluir que, para Turner, a democracia americana está mais relacionada à igualdade de oportunidades econômicas do que a instituições propriamente ditas.

Para o historiador, a democracia está relacionada à fronteira porque era no contingente de terras livres situado a Oeste que os pioneiros iam para escapar das pressões econômicas do Leste, e lá encontravam terras disponíveis à ocupação, sendo assim, a linha de fronteira possibilitava uma igualdade de oportunidades (TURNER,

1921a, p.228). Essa democracia, relacionada à oportunidade, a princípio não estava ligada às instituições formais, mas foi chegando gradativamente às instituições através dos presidentes que personificavam os ideais fronteiriços: Thomas Jefferson, Andrew Jackson e Abraham Lincoln (TURNER, 1921b). O Estado foi gradualmente tendo seu papel na manutenção da democracia aumentado ao longo do século XIX, principalmente na segunda metade, conforme foi ficando mais difícil o assentamento dos pioneiros no Oeste profundo, onde o governo precisou auxiliar na colonização através de obras, como as de irrigação (idem, ibidem, p.272-273). Com o fim da fronteira, Turner entendia que o papel do Estado aumentaria, uma vez que caberia a ele dar formação aos seus estadistas e homens públicos através de suas universidades estaduais, sendo este, inclusive, um dos apontamentos para o futuro da democracia feitos por Turner (TURNER, 1921c). Além disso, nas universidades estaduais seriam desenvolvidas pesquisas que permitiriam criar artificialmente recursos para o bem-estar da população que antes eram adquiridos de forma natural nos espaços de terra livre (idem, ibidem, p.299).

Outro apontamento colocado por Turner seria o da manutenção da instituição através da ação dos capitães da indústria americanos. Esses capitalistas teriam sido produto dessa democracia, uma vez que no Oeste havia uma igualdade de oportunidades que possibilitou que esses capitalistas tivessem condições de criar suas fortunas, e sendo assim, estando “impregnados” pelos ideais pioneiros, esses capitalistas ajudariam a promover a democracia através da filantropia (TURNER, 1921b, p.280).

Por fim, a terceira forma pela qual a democracia permaneceria viva seria através da contínua expansão americana além-mar, onde o historiador afirmou crer que os ímpetos expansionistas americanos não terminariam após o fim da conquista da fronteira, continuando em forma de influência

econômica em países latino-americanos e asiáticos (TURNER, 1921b, p.234).

Referências

- AVILA, Arthur Lima. *E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006.
- DE CERTEAU, Michel. A Operação Historiográfica. In. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1982
- HOFSTADTER, Richard. *Los historiadores Progresistas*. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1970.
- KOSELLECK, Reinhart. História dos Conceitos e História Social. In. *Futuro Passado - Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Editora PUC Rio, 2006.
- TURNER, Frederick Jackson. O Significado da Fronteira na História Americana. In. KNAUSS, Paulo (org.) *Oeste Americano – Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói, EdUFF, 2004.
- TURNER, Frederick Jackson. Contributions of the West to American Democracy. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921.
- TURNER, Frederick Jackson. The Problem of the West. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921.
- TURNER, Frederick Jackson. Pioneer Ideals and the State University. In. *The Frontier in American History*. New York Henry Holt and Company.
- WROBEL, David M. *The end of American Exceptionalism – frontier anxiety from the Old West to the New Deal*. Kansas, University Press of Kansas, 1993.

Entre idas e vindas: tensões e desafios para o Ensino de História a partir das Bases Nacionais Comuns Curriculares (2015, 2016, 2017)

Carlos Eduardo Barzotto¹

O trabalho que aqui desenvolvo é um desdobramento do meu Trabalho de Conclusão de Curso – em andamento – em que tenho como objetivos problematizar a formação de identidades e a criação de narrativas de História nas Bases Nacionais Comuns Curriculares (2015, 2016, 2017). No recorte aqui presente, viso realizar uma breve exposição sobre a construção das Bases Nacionais Comuns Curriculares², bem como sobre a construção dos currículos de História, refletindo sobre os desafios e tensões enfrentados e que serão enfrentados pelo Ensino de História na educação básica. Para tanto, tecerei considerações sobre o movimento político que levou à construção desses documentos, assim como sobre a revisão bibliográfica levantada.

A partir da aprovação e sanção da Medida Provisória nº 746/2016 – conhecida popularmente como “Reforma do Ensino Médio” – os conteúdos e parâmetros curriculares fixados pela Base Nacional Comum Curricular tornar-se-ão obrigatórios em toda a

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Em alguns momentos do texto, utilizarei a abreviação dos documentos: BNCC.

Educação Básica. No caso do Ensino de História (e aqui excluo os anos iniciais do ensino fundamental), essas alterações dizem respeito aos anos finais do ensino fundamental, assim como ao período correspondente ao Ensino Médio. De modo organizacional, a BNCC orientará as estruturas curriculares que serão desenvolvidas por municípios e estados, construídos a partir dela.

De modo sucinto, vale lembrar que, após o lançamento da primeira versão do documento (2015), foi realizada uma conferência pública – aberta para todos os públicos – que recebeu centenas de milhares de contribuições. Essa possibilidade de diálogo proporcionou uma série de debates – progressistas ou reacionários – que trouxeram a construção desse novo currículo para o debate público. Um exemplo do segundo caso, que provocava os cidadãos a darem suas opiniões negativas sobre a Base, foi a coluna alarmista de David Coimbra no jornal *Zero Hora*, em que o jornalista defende que “Se esse projeto [a BNCC] for aprovado, o que vai ampliar-se no Brasil são as trevas. Vamos nos afundar numa Idade Média cultural. E o pior é que nem saberemos disso, porque ninguém fará ideia do que veio a ser essa coisa de Idade Média.” (COIMBRA, 2015).

Além do claro anacronismo, creio que esse excerto mostra que a discussão extrapolou tanto o contexto historiográfico quanto o contexto acadêmico, tornando-se conhecimento comum. Desse modo, é de suma importância que nós – professores de História e/ou historiadores atuantes ou em formação – nos integremos e participemos dessa discussão, que moldará muitas das nossas atividades docentes e profissionais.

De modo a iniciar esse debate, é necessário primeiro localizá-lo historicamente e academicamente, que é o primeiro objetivo desse trabalho. Para Elizabeth Macedo³ (2014), o marco que iniciou a discussão em torno de um currículo unitário para o Brasil é resultado do período de redemocratização do país. Nesse sentido, a Constituição

³ De modo a alinhar-me com os preceitos da escrita feminista e inclusiva, todos os autores terão seus primeiros nomes e sobrenomes escritos explicitamente, de modo a visibilizar esses sujeitos.

Federal, em seu artigo nº 210, discorre no que diz respeito a serem “[...] fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental [...]” (BRASIL, 1988). Tal ímpeto de fixação está presente também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), bem como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e, enfim, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013). Porém, é importante ressaltar que, ao mesmo tempo em que há um crescimento significativo na construção de uma educação democrática por meio desses documentos, também há um forte crescimento da influência do neoliberalismo na política brasileira (ROCHA, PEREIRA, 2016).

Desse modo, a década de 90 – e, posteriormente, a primeira década dos anos 2000 – é demarcada como “o auge da definição de políticas educacionais nacionais marcadas por intervenções centralizadas no currículo, na avaliação e na formação de professores” (MACEDO, 2014, p. 1533), assim como também é demarcada por esforços de adaptação da educação para o mercado, por influência do neoliberalismo. Nesse sentido, Jair Araújo (2010), a partir de uma discussão esquizoanalítica, argumenta que já nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) estão presentes características contraditórias: se debatem, ora com princípios da educação progressista, ora com princípios da educação neoliberal, que se opõem epistemologicamente, mas precisam coexistir no mesmo documento por conta da multiplicidade de discursos e poderes na nossa sociedade. De modo a ampliar essa questão, é interesse considerar a posição do currículo definida por Tomaz Silva (SILVA, 2006, p. 10), em que:

Ele [o currículo] tem uma posição estratégica nessas reformas precisamente porque o currículo é o espaço onde se encontram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político. É por meio do currículo, concebido como elemento discursivo da política educacional, que os diferentes grupos sociais, especialmente os dominantes, expressão sua visão de mundo, seu projeto social, sua ‘verdade’.

Ou seja, essas discussões que formam as Bases Nacionais Comuns Curriculares são indícios ou movimentos de disputas políticas e discursivas, que têm como objetivo fixar as posições de sujeitos e preceitos que deverão ser formados pela escola. Ao mesmo tempo, Nathália Rocha e Maria Pereira (2016) lembram que essa discussão também está presente nos âmbitos acadêmicos, pois os curriculistas divergem em três diferentes posições sobre as BNCCs. Um primeiro grupo, influenciado pelas teorias pós-estruturalistas e da filosofia da diferença, vê as Bases como um conjunto de

[...] práticas de controle e tentativa de homogeneidade; política neoliberal; vinculada a políticas de avaliação; instrumento de regulação; reprodução da experiência internacional e documento desnecessário devido à existência de outros documentos competentes. (ROCHA; PEREIRA, 2016, p. 224)

Para esses autores, estaria sendo imposto uma posição de sujeito majoritariamente neoliberal e que visa estabelecer uma performance de aluno ideal, de modo a minimizar questões relevantes de insucesso escolar. Um segundo grupo, marcado pelas discussões de cunho neomarxista, não rejeita a proposta de um currículo nacional, mas rejeita as BNCCs. Para eles, seria necessário a construção de um documento que normatize os livros didáticos e os saberes a serem ensinados. Porém, a Base Nacional Comum Curricular também é criticada por esse grupo por suas características demasiadamente neoliberais e empresarial.

O terceiro grupo, finalmente, se posicionaria a favor da BNCC, vendo-a como possibilidade de alcançar “(...) justiça social, garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.” (ROCHA; PEREIRA, 2016, p. 228) e como capaz de ultrapassar a lógica das avaliações e do livro didático. Tal grupo teria uma concepção fundamentada em uma ideia de educação salvadora e defenderia a postura federalista do documento, além de verem a BNCC não como uma lista de atividades e/ou objetivos, mas sim como uma ideia de educação a ser alcançada.

Não pretendo, por conta da extensão desse resumo, discutir extensamente essas questões, e sim apresentá-las. No entanto, gostaria também de levantar questões importantes sobre a neoliberalização crescente das BNCCs entre sua primeira edição, de 2015, e sua última, publicada em 2017. Esse período de dois anos foi marcado por um golpe parlamentar no Brasil, bem como por instabilidade política. Nesse contexto, os currículos são representativos para esses embates. Por exemplo, na primeira versão do documento, os Direitos Humanos são vistos como objetivo a ser alcançado, ao passo que na segunda e na terceira versões são desinstrumentalizados⁴ como propostas de ensino. Além disso, na última edição das Bases, são retomadas as ideias de competências e avaliações constantes de ensino, assim como o uso de jargão empresarial (são exemplos o crescente uso das expressões “empreendedorismo” e “proatividade”). Com isso, ressalto que essa neoliberalização afeta não só a construção do documento, mas também o ensino de História de forma mais específica.

Para potencializar a reflexão sobre o Ensino de História, que é o eixo temático no qual esse trabalho se insere, dialogarei nesse texto com alguns referenciais de teoria dessa disciplina. O primeiro deles é Reinhart Koselleck (2006), que opera com a perspectiva de tempos múltiplos constituintes das temporalidades históricas que se alimentam. Nesse sentido, parto do pressuposto de que “em cada presente, as instâncias do passado e do futuro são postas em relação” (BARROS, 2013, p. 138). Ou seja, na formação de temporalidades da História, formam-se relações entre passado, presente e futuro, que são representadas por esse autor como espaço de experiência e horizonte de expectativas. Para ele, “a experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de

⁴ Não haverá espaço para essa discussão aqui. Ela será publicada de forma mais extensiva na publicação do meu trabalho de conclusão de curso.

comportamento (...)" (KOSELLECK, 2006, p. 309), ao passo que a expectativa representa um conjunto de sensações, reflexões e ansiedades em relação ao tempo que ainda virá.

Aproximando essa argumentação às questões do currículo de História, é interesse pensar que as Bases Nacionais Comuns Curriculares operam com concepções e usos do tempo histórico, em suas mais diversas variedades. Nesse sentido, ao operar com passado, presente e futuro, esses documentos (re)criam formas de pensar o tempo e a sua relação com a atualidade, influenciando diretamente no horizonte de expectativas e no espaço de experiência de alunos, professores e comunidade escolar.

Ao mesmo tempo, os usos acima citados e a ligação entre os eventos criam narrativas sobre a História, bem como sobre como estruturar um raciocínio dentro dessa disciplina. Para Paul Ricoeur (1994), a construção dessas narrativas se dá através da tessitura de intrigas e da formação de concordâncias discordantes, que englobam em si atritos – e, adiciono eu, relações de poder que marcarão o currículo com discordâncias que coexistem no mesmo texto.

Assim, se essa narrativa e essas formas de (vi)ver o tempo histórico influenciam no Ensino de História e são formadas por meio de discordâncias, de que modo coexistem nas BNCCs de História, que está também pela discordância entre uma perspectiva neoliberal de educação e uma perspectiva progressista? Como já foi exposto, isso implica na descaracterização dos direitos humanos enquanto objetivo de ensino, assim como também adota o ambiente escolar como um ambiente empresarial, em que os alunos devem ser educados para o mercado de trabalho. Nesse sentido, a História não é vista como importante, uma vez que ela não teria a capacidade de instrumentalizar os alunos para o mundo trabalhista. Creio que, por conta disso, conforme as BNCCs vão mudando – e incorporando mais a lógica neoliberal – os objetivos de aprendizado da disciplina utilizam cada vez menos os verbos “refletir”, “debater” e “problematizar”, priorizando atividades mecânicas, como “sistematizar”, “definir” e “conceituar”.

Ao mesmo tempo, o caráter progressista de partes desses currículos continua presente, especialmente no que diz respeito à inserção dos conteúdos respectivos à História dos povos indígenas e da cultura afro-brasileira. Nesse sentido, também considero significativa a inserção crescente da temática de História das Mulheres, a partir da antiguidade até o século XX. É preciso, no entanto, pontuar que uma vez que esses conteúdos não estão incorporados à “História oficial”, e sim que são incorporados como adicionais, eles são vistos como excêntricos (LOURO, 2007). Ou seja, o histórico dos povos africanos, indígenas e das mulheres é considerado desviante, diferente. Ele é escrito de forma separada da “História do Brasil”, pois está implícito que ele não forma a História oficial.

Feitas essas considerações, ressalto ainda que, de acordo com Ivor Goodson (2012), o currículo se divide entre preativo e interativo. O primeiro, que pode ser representado pela Base Nacional Comum Curricular, é o conteúdo fixado – o documento, a diretriz, a Base. O interativo, por outro lado, é forma pela qual o currículo preativo é significado e insere-se nas relações de poder e sociabilidade de cada escola, em cada região, em cada sala de aula. Nesse sentido, argumento que – quer concordemos ou não com a BNCC – temos como ressignificar o que está colocado nela em nossas práticas docentes. Ainda assim, também precisamos estar atentos para a construção discursiva neoliberal preativa, que invadirá – assim como já começou a fazer – o cotidiano interativo.

Referências

- BARROS, José D’Assunção. *O Tempo dos Historiadores*. Petrópolis, RS: Vozes, 2013.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988.
- BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 2015. 302 p.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – 2ª versão revista, 2016. 652 p.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 2017. 396 p.

COIMBRA, David. O projeto das trevas. *Jornal Zero Hora (online)*, 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clrcbs.com.br/colunistas/david-coimbra/noticia/2015/11/o-projeto-das-trevas-4912663.html>>. Acesso em 27 de out. de 2017.

GOODSON, Ivor F. *Curriculum: teoria e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Puc-Rio, 2006.

LOURO, G. L. . Currículo, gênero e sexualidade -- O "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: Louro, Guacira; Goellner, Silvana; Felipe, Jane. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade. Um debate contemporâneo na Educação*. 3aed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 01, p. 41-52.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1530-1555, 2014.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo 1*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

ROCHA, Nathália F. E.; PEREIRA, Maria Z. da C. O que dizem sobre a BNCC? Produções sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no período de 2010 a 2015. *Espaço do Curriculum*, v.9, p. 215-236, Maio a Agosto de 2016.

**“Eu, escrivão, que o escrevi”:
uma análise das tipologias da escravidão na
região central do sul do Brasil presentes em
fontes judiciais, legais, eclesiásticas e jurídicas
do século XIX**

Cícero Augusto Richter Schneider¹

Thiago Maculan Zuchetto²

Introdução

Esta comunicação, parte integrante do projeto Fronteiras da Escravidão no Sul do Brasil, visa a realizar uma análise das tipologias da escravidão presente em fontes judiciais, legais, eclesiásticas e jurídicas, como processos-crime, inventários *post-mortem*, livros de registro de matrículas de escravos, livros de batismo e de vendas de cativos da região central do sul do Brasil. A partir desse ponto, objetiva-se realizar um cruzamento dessas tipologias, junto com legislações e normativas vigentes, para obter resultados que revelem um contexto de relações sociais entre senhores de escravos e a forma como era retratada, nos diversos tipos de documentação, a figura do cativo.

¹ Graduando em História na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

² Graduando em História na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Provenientes principalmente do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), os documentos passam por um processo de digitalização através de fotografia e, após, transcrição. Em sequência, é realizada uma análise da fonte para a obtenção dos resultados, simultaneamente com o estudo da legislação da época e de bibliografias existentes sobre o tema que se apresenta na transcrição. Para a realização dos trabalhos, utiliza-se uma abordagem mista de vários campos de atuação do historiador, como a História Social, a Micro-História e a Demografia Histórica. A transcrição e análise dessas fontes gera uma ampla potencialidade de compreensão do contexto específico abordado sobre a escravidão no século XIX, revelando, assim, aspectos políticos e sociais que se fazem presentes nos discursos dos diversos documentos, textos estes que são construídos tendo por base a cultura e o rol de valores dos respectivos escrivães. Portanto, o que chega até nós é apenas uma de várias formas de representação do ocorrido ou do sujeito contemplado na fonte. Sendo assim, a interpretação documental é limitada, cabendo ao historiador realizar o trabalho de cruzamento de fontes e o estudo aprofundado visando a compreensão do período nos dias atuais.

A lei de 1871 e os livros de registro de matrículas de escravos

O século XIX foi de gradual abolição do tráfico negreiro transatlântico e da própria instituição escravista. A partir da vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, com o auxílio da Grã-Bretanha (que, estando em uma situação de término da escravidão, se viu em posição de fazer demandas por seu auxílio), foram estabelecidos tratados anglo-portugueses em 1810, 1815 e 1817, que foram restringindo lentamente a área de tráfico de escravos permitida a Portugal. (SCHNEIDER; RADUNZ; VOGT, 2017). Após, foi promulgada a Lei Feijó, chamada “lei pra inglês ver”, em 7 de novembro de 1831, que tinha por objetivo dar fim ao tráfico transatlântico, não sendo, contudo, efetivamente cumprida

(GURGEL, 2004). O comércio de escravos teria fim com o lançamento da lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiróz. A partir daí, a instituição escravista começou a se direcionar para o fim. O passo seguinte se deu com a lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, a chamada Lei do Vento Livre.

Deve-se ressaltar que os documentos analisados nessa pesquisa são de caráter oficial, tendo sido estabelecidos por meio de legislação. Leis como o Código Criminal do Império de 1830 e a Lei de 28 de Setembro de 1871 lançam, em seus discursos, os meios processuais para a aplicação de suas prescrições. Nesse contexto, a análise dos documentos legais permite uma visualização de como se estabelecia as relações senhor-escravo, conforme retratado nas fontes, assim como a representação da figura do cativo. É o caso dos livros de classificação de escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.

Os livros de registro de matrícula de escravos foram exigidos através da Lei do Vento Livre. Em seu texto, além de declarar livres os filhos de escravas nascidos a partir daquele momento (o que não ocorria de forma tão simples), a Lei dispõe, em seu artigo 8º, que “O Governo mandará proceder á matricula especial de todos os escravos existentes do Imperio, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida.” (BRASIL, 1871).

A classificação dos escravos nos livros se dava com as seguintes informações: número, nome, cor, idade, estado (civil), profissão, aptidão para o trabalho, pessoas da família, moralidade, valor, nome do senhor e demais observações. Contudo, segundo Matheus (2013, p. 26)

Infelizmente, em relação às matrículas, no Livro de classificação não consta a naturalidade nem a filiação dos escravos. Portanto, a partir do Livro, é possível reconstituir praticamente todo o conteúdo das matrículas, mas somente para aqueles municípios em que a maioria dos cativos foi classificada.

No que diz respeito à naturalidade dos escravos, é ressaltada a grande importância que teve o tráfico negreiro transatlântico para o Brasil. Chalhoub (2012) ressalta que, nas duas décadas que se seguiram à promulgação da Lei de 7 novembro de 1831, cerca de 750 mil negros foram contrabandeados clandestinamente para dentro das fronteiras do Império do Brasil, sendo estes mesmos mantidos em cativeiro ilegal. Na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, a força de trabalho cativa era empregada principalmente nas atividades pastoris das estâncias rio-grandenses, nas charqueadas e em atividades domésticas.

A Lei de 1871, apesar de libertar os filhos das escravas nascidos a partir da data de promulgação, instituía que eles deveriam permanecer sob a tutela do senhor até os oito anos de idade, podendo este, então, decidir por receber uma indenização do Império ou manter o trabalho do jovem até os vinte e um anos de idade (BRASIL, 1871). Ficava estabelecida, também, a criação do Fundo de Emancipação pelo artigo 3º da legislação, tendo ele a função de reunir recursos que seriam destinados para as Províncias com o intuito de libertar o maior número possível de escravos, além de regular a forma de classificação para o procedimento de matrícula dos escravos para serem libertados (SANTOS, 2009, p.19). Porém, a Lei do Ventre Livre não deixava de beneficiar o senhor escravocrata, nem que fosse de forma a livrá-lo da culpa de auxiliar na manutenção da escravidão, jogando-a para o Estado. Segundo Silva (2017, p. 265)

Os proprietários de escravos deviam ser considerados inocentes. A discussão do projeto de lei de libertação dos nascituros propiciava aos senhores de escravos mais uma oportunidade de autoabsolvição. Não se devia culpar este ou aquele indivíduo. Muito menos todos os antepassados escravistas. A culpa era institucional (...). O Estado surgia como um confortável anteparo capaz de, em sua impessoalidade, assumir todos os erros, resgatar todos os pecados e pagar tudo.

Na corrente pesquisa, a fonte principal utilizada é o Livro de Classificação dos Escravos para Serem Libertados pelo Fundo de Emancipação da Vila da Encruzilhada, atual Encruzilhada do Sul, do ano de 1873. O documento encontra-se na Casa de Cultura Humberto Fossa, localizado na cidade, e passou por um processo de digitalização através de fotografia. Após, os dados foram transcritos e lançados em uma pasta no programa Excel. Devido ao andamento da pesquisa, foi possível estabelecer apenas um perfil geral da população escrava da Vila da Encruzilhada.

No Livro de Matrículas da Vila da Encruzilhada, encontrou-se 4.703 registros de cativos. 72% deles são classificados como pretos e 28% como pardos. Em uma análise sobre o gênero dos cativos, constatou-se que 50,2% são homens, enquanto 49,8% são mulheres.

No que concerne à idade dos escravos, na pesquisa eles foram divididos por faixas etárias: 13 apareceram com menos de um ano de idade, o que corresponde a 0,3%; 1.496 possuíam de 1 a 10 anos de idade, o que equivale a 31,8% dos registros; 1273 encontravam-se na faixa entre 11 a 20 anos de idade, atingindo 27% do total; 811 tinham entre 21 e 30 anos de idade, respondendo por 17,2% dos matriculados; 455 possuíam entre 31 e 40 anos de idade, o que corresponde a 9,7%; 339 cativos encontravam-se na faixa de 41 a 50 anos, somando 7,2%; 181 possuíam de 51 a 60 anos de idade, equivalendo a 3,8%; 92 tinha entre 61 e 70 anos, atingindo 1,95%; 25 constavam com 71 anos ou mais, correspondendo a 0,5% do total; 18 não foram identificado, somando 0,4%.

Finalmente, sobre a aptidão para o trabalho, 95,4% foram classificados como aptos, 3,9% como pouco aptos e 0,63% como inaptos. As profissões que foram registradas nos livros são: cozinheira (20,2%), costureira (8,65%), engomadora (1,1%), lavadeira (6,25%), mucama (0,02%), campeiro (23,3%), lavrador (1,3%), falquejador (0,12%), oleiro (0,27%), domador (0,08%), curtidor (0,04%), pedreiro (0,6%), roceiro (8,6%), sapateiro (0,14%), jornaleiro (0,21%), sem profissão (29%).

A maioria dos planteis de escravos registrados nos livros são de pequenos proprietários, não indo muito além dos dez escravos. A grande maioria dos senhores conta com cerca de um ou dois escravos na lista. Contudo, há alguns planteis mais numerosos, beirando aos vinte cativos. No ponto atual da pesquisa, não se conseguiu ainda analisar mais profundamente a exatidão dos números a respeito da quantidade de escravos por senhor.

Na continuidade da pesquisa, os dados do livro de registro de matrículas serão cruzados com outras fontes documentais provenientes, principalmente, do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Com essa conexão das informações, será possível analisar mais profundamente as relações senhor-escravo no recorte de tempo da segunda metade do século XIX, além da representação do escravo nesse contexto. Pode-se tomar, por exemplo, o uso dos inventários *post-mortem*. De acordo com Matheus (2013, p. 28),

O mais comum, nos estudos sobre escravidão que realizam uma estrutura de posse escrava, é que isto seja feito a partir dos processos de inventários *post-mortem*. Como é uma fonte homogênea, ou seja, que contém uma quantidade razoável de informações que se repete (como o número de cativos, quando da existência destes) em todos os inventários, esta fonte torna-se um documento importante para o estudo das características intrínsecas aos plantéis, bem como para oferecer uma visão mais ampla da posse cativa em determinada localidade.

A partir dos inventários *post-mortem*, é ressaltada uma visão de posicionamento do escravo como uma posse, uma ferramenta de trabalho. O cativo consta, no inventário, como uma posse de um senhor, sendo-lhe atribuído um valor relacionado à sua idade, sua aptidão e seu gênero. Portanto, o discurso exposto nesse tipo de documento revela uma relação senhor-escravo que dá ao primeiro direito sobre o cativo, este lhe pertencendo, sendo o cativo listado de forma semelhante aos animais.

Considerações finais

A fins de conclusão, a atual pesquisa permitiu visualizar um perfil básico da população escrava da Vila da Encruzilhada do ano de 1873, a partir dos dados do Livro de Classificação de Escravos para Serem Libertados pelo Fundo de Emancipação. A partir desses dados, pôde-se chegar a algumas conclusões: a maioria dos escravos estava ligada a trabalhos do meio rural, como demonstra a primazia das profissões de campeiro, lavrador, roceiro, etc. Além disso, constatou-se o grande número de mulheres, totalizando quase a metade dos cativos, dado que aponta mais para o lado masculino em livros de outras localidades, e também a maioria de escravos de baixa faixa etária. Pôde-se notar também a figura do cativo nas tipologias documentais, sendo considerado como um objeto ou ferramenta de trabalho, podendo ser comprado ou vendido. Na sequência dos trabalhos, pretende-se cruzar os dados do Livro com outras fontes, como os inventários *post-mortem*.

Além dos inventários *post-mortem*, com o decorrer da pesquisa, outras fontes serão abordadas, como livros de registro de batismo e livros de compra e venda de escravos, remontando as relações senhor-escravo da Vila da Encruzilhada do século XIX. Com essa análise, será possível visualizar as diferentes representações do escravo.

Referências

BRASIL. Lei N° 2.040, de 28 de Setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos... Coleção das Leis do Império - 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lm/LIM2040.htm. Acesso em: 15 nov. 2017.

CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GURGEL, A. E. *A Lei de 7 de Novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na Cidade de Valença (1870 a 1888)*. 2004. 79 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Escravidão, pecuária e liberdade: o Livro de classificação de escravos (Alegrete, década de 1870)*. História Unisinos, São Leopoldo, v. 17, n. 1, jan./abr. 2013, p. 24-36. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2013.171.03/1433>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. *Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação*. Revista de História, Salvador, v. 1, n. 2, 2009, p. 18-39. Disponível em: http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_2/a02.pdf. Acesso em: 25 nov. 2017.

SCHNEIDER, Cícero Augusto Richter; RADÜNZ, Roberto; VOGT, Olgário Paulo. A aplicação da “Lei para Inglês Ver” de 1831 para a libertação de escravos no Rio Grande do Sul. *Revista Jovens Pesquisadores*, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 1, jan. 2017, p. 90-105. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/9322/6118>. Acesso em: 25 nov. 2017.

SILVA, Juremir Machado da. *Raízes do conservadorismo brasileiro – A abolição na imprensa e no imaginário social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Segunda parte

Tempo, memória e usos do passado

Políticas da representação: o historiador como representante do passado

Diogo Jardim Quirim¹

Talvez o conceito de representação seja um dos mais caros aos historiadores em suas análises do passado. E, dentro da disciplina, nas últimas décadas, a polissemia da palavra encontrou um ponto de estabilidade, ao menos no Brasil, em torno das elaborações de Roger Chartier a respeito. Afastando-se de uma cisão entre, de um lado, a objetividade dos fatos e a subjetividade das representações, Chartier retorna ao conceito de *representações coletivas* de Durkheim e Marcel Mauss. As representações coletivas são, para ele, sistemas de classificação e percepção das divisões sociais que se constituem, elas próprias, em matrizes de práticas construtoras do mundo social. Ou seja, ao mesmo tempo em que essas representações coletivas classificam simbolicamente para grupos as relações de uma coletividade, elas atuam no universo das práticas cotidianas. Com isso, não consistem apenas em entidades no plano das mentalidades ou do imaginário, opostas às estruturas de exploração e de relação de poder mais fundamentais; pelo contrário, a existência das representações coletivas só se legitima na medida em que comandam atos (CHARTIER, 1991, p. 182-183).

No entanto, não é dessas formas coletivas de representação que tratarei aqui. Embora possam existir relações intensas entre as

¹ Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista da CAPES.

minhas proposições para o conceito e as elaborações de Chartier, por hora, não me estenderei a divergências e críticas, o que demandaria um esforço próprio. Interessa, a mim, neste texto, tratar do modo como os historiadores, em específico, representam, através de seu discurso, o passado. E, deste modo, buscar o desenvolvimento teórico de uma ideia de representação que não oponha o papel político do historiador em sua sociedade ao rigor epistemológico para tratar de seus objetos. Muito se fala sobre a possibilidade de uma “ética” dos historiadores, geralmente ao tratar de temas sensíveis, mas que, em princípio, poderia se estender a toda e qualquer abordagem. Contudo, a articulação entre o compromisso dos historiadores com os debates de suas sociedades em torno de quaisquer que sejam os temas e o seu trabalho de especialista costuma ser muito frágil. A ênfase nas narrativas proposta pelo *linguistic turn*, especialmente com os trabalhos de Hayden White, levantou indagações sobre se considerar a história apenas texto não levaria a um descompromisso com o passado e a um enfraquecimento do saber historiográfico nos debates sobre questões que envolvam desigualdades, explorações ou violência, graças a um relativismo de valores.² Contrapondo-se a esta ênfase no aspecto narrativo da historiografia (ou mesmo às perspectivas presentistas, em que as histórias são socialmente construídas de acordo com os valores das sociedades que as criam), outros historiadores se apegaram à objetividade das estruturas ou das relações de poder nas sociedades de outrora, ou mesmo no método do conhecimento historiográfico e na noção de prova como elemento aferidor da verdade acerca do passado. Todavia, estas abordagens seguem dividindo o mundo em zonas ontológicas distintas: ou a verdade histórica está no passado que deve ser dito, ou esse passado é construído pelas representações sociais de uma

² Sobre as perspectivas de Hayden White, leia-se, principalmente, *Meta-história* (1992) e *Trópicos do discurso* (1994). Acerca das críticas às elaborações teóricas de White, uma famosa referência é o *Relações de força*, de Carlo Ginzburg (2002).

determinada coletividade em seu presente, ou é um efeito de linguagem, reduzindo-se à narrativa.

A minha proposta, através de uma nova noção de representação histórica, é a seguinte: os acontecimentos passados realmente aconteceram, ou seja, há objetividade na história; ao mesmo tempo, ela é construída socialmente em algum presente; e, ainda, ela é uma narrativa, é discurso. Com isso, não é necessário fazer uma opção sobre um dos três polos como unidade privilegiada para o saber histórico: a realidade (passado), o discurso (a narrativa), a sociedade ou a cultura (o presente). A representação histórica articula, em seu desenvolvimento e atuação, as três modalidades.

Tal articulação entre realidade, discurso e sociedade/cultura deve muito às reflexões de Bruno Latour (2004 e 2009) em sua crítica à cisão realizada pela modernidade entre duas regiões de existência distintas, a natureza e a cultura e, consequentemente, uma região em que habitariam os fatos e outra na qual residiriam os valores. Por mais que o *linguistic turn* tenha aproximado os historiadores das questões narrativas que constituem o seu saber, talvez essa abordagem tenha sublinhado demais a dimensão discursiva da história e ocultado os seus aspectos políticos e epistemológicos. Portanto, além de um *turn* linguístico em nossa disciplina, faz-se necessária a reflexão acerca de um outro *turn*, de natureza ontológica. Mesmo as reflexões concernentes à dimensão da linguagem não podem ser tomadas como inquestionáveis. Afinal, de qual linguística a história se aproximou? Talvez, além da leitura dos historiadores narrativistas, seria interessante que nós, historiadores, debatêssemos sobre os textos dos linguistas do século passado para elevarmos a investigação sobre como a linguagem conforma os discursos sobre o passado. Ainda, para uma virada ontológica que escape da dicotomia entre o historicismo e o presentismo, entre a realidade do passado e o construtivismo do presente, reunificando o nosso cosmos, é preciso repensar a relação

de representação do próprio historiador diante dos objetos de sua disciplina.

É por isso que, baseando-se nas reflexões de Latour, importo para a historiografia o seu conceito de **porta-voz** para indicar a relação dos historiadores com o passado. Tratando mais especificamente das ciências em que a experiência e a atividade de laboratório se revelam importantes, Latour introduz a expressão **porta-voz** para explicar como o cientista desenvolve os meios para fazer com que a natureza testemunhe nos debates acerca da verdade sobre ela (DISCH, 2008, p. 90). Ou melhor, em vez de natureza, ele prefere a utilizar o termo não-humanos para designar essa categoria de seres desprovidos de fala mas que, mesmo assim, podem servir de testemunhas sobre as suas propriedades quando os cientistas com eles interagem. Lisa Disch, ao analisar a formulação de Latour dessa “*spokespersonship*”, reflete que o termo talvez obscureça um tanto o ponto por ele defendido. Ela afirma que o termo em francês *porte parole* (assim como o português **porta-voz**) significa justamente aquele que “leva mensagens”, o que poderia fazer crer que o cientista fosse apenas um intermediário entre a natureza e os demais humanos, alguém que diz a realidade, que deixa as coisas falarem como são através dele. No entanto, nesse momento, Latour aproxima o conceito de **representação** na atividade dos cientistas à acepção política da palavra. Sua função, assim, enquanto **porta-voz**, não é apenas intermediar mensagem e demandas, mas servir de mediador, traduzindo as demandas e transformando enquanto mensagens. Isto é, os cientistas não falam aquilo que a natureza muda não consegue dizer (o que por si só seria um contrassenso), mas, através de seus instrumentos e de seus saberes, conferem a possibilidade para que as entidades não-humanas testemunhem com suas proposições através desses mediadores acerca das suas propriedades, embora, nessa associação com homens e máquinas, já assumam novas formas (DISCH, 2008, p. 91).

Diferentemente dos cientistas que estudam átomos, reações químicas, forças físicas, astros distantes, os historiadores, por outro

lado, têm a peculiaridade do passado como seu objeto. Isso os impediria de serem chamados de **porta-vozes**? O testemunho dos não-humanos possibilitado pelos cientistas e seus instrumentos tem alguma correlação com o testemunho dos humanos de outrora? Precisaremos, mais uma vez, passar muito brevemente por esta questão devido à dimensão desta comunicação, embora, no entanto, gostaria de pontuar que pensar o passado como uma substância, como algo que *está lá*, dotado de um sentido a ser resgatado, não é o caminho que busco. Do mesmo modo, contudo, invertendo os termos, me afasto da percepção de que é no presente de elaboração da escrita histórica que o seu sentido é construído, pois, ainda assim, haveria um significado, uma substância a ser encontrada pela investigação histórica. Portanto, ao dizermos que a história é sobre o passado, não digo nem que ela é apenas sobre o passado como realmente aconteceu (e que estaria à espera de ser descoberto) nem sobre o passado como foi construído (e o contexto de elaboração explicaria o seu sentido). Sendo a história sobre o que *foi* e não sobre o que é (e evitando aqui uma reflexão filosófica mais profunda sobre o próprio caráter da existência do presente), proponho que a história seja sobre os **significantes** do passado. A modernidade, Getúlio Vargas, Platão, a Revolução Industrial, a Guerra de Canudos, as invasões portuguesas e espanholas das terras americanas, tudo se passou, teve o seu lugar, mas restam os seus **significantes** em disputa, com discursos mais ou menos estáveis em torno de si, que, estes sim, são os objetos através dos quais enunciamos o passado e representamos o que aconteceu.

E, retomando a ideia do **significante**, coloco, então, em questão, o *linguistic turn*. De forma talvez a mais fundamental possível, remetendo à grande referência do surgimento da disciplina linguística, os textos do *Curso de linguística geral* (2006) redigidos a partir das aulas de Ferdinand de Saussure. Uma das mais famosas distinções de suas formulações linguísticas — geralmente denominada de corte saussuriano — é realizada entre a língua e a fala; a língua, de um lado, como uma estrutura, um universal, e a

fala, de outro, como o campo do particular, dos acontecimentos (p. 22-27). Na língua, o elemento fundamental de significância seria o signo linguístico, que agruparia, em seu interior, o **significado** e o **significante**, ou seja, o conceito e a imagem acústica, respectivamente. É o signo linguístico que proporcionaria, na estrutura da língua, a associação da sonoridade (ou da plasticidade da escrita) a um determinado sentido (p. 79-84). Quando me refiro a **significante**, no entanto, desconsidero, aqui, a distinção entre a linguística da língua e da fala como uma oposição radical. Ainda, de um modo muito semelhante, mas não idêntico, penso a relação entre **significado** e **significante** inspirado pela interpretação que Lacan (1998) realiza de Saussure, sobretudo em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, na qual os significados, de fato, são outros significantes puxados em uma cadeia (p. 496-533). Ou seja, em relação a um significante, para significá-lo, não há um significado; é preciso uma série de outros significantes.

Explico. O único modo de contar o sentido do significante “nacionalismo”, por exemplo, sem ser tautológico (ou seja, nacionalismo é nacionalismo) é o deslocamento para um outro lugar, para outros significantes. Pode-se explicá-lo em uma frase, “é o orgulho pela própria nação”, em um parágrafo, ou em um livro inteiro. O **significado**, portanto, incide sempre nesse deslocamento, nessa cadeia de **significantes**. É um processo em que **significantes significam outros significantes**. Não há um significado, em essência, em algum lugar. Seja, no caso da história, em algum passado, na estrutura de alguma narrativa ou no presente de escrita do historiador.

A este “instante”, este deslize para a alteridade, em que significantes significam outros significantes, chamo de **kairós**. Kairós é uma palavra grega que indica uma manifestação de temporalidade distinta da cronológica. É muito traduzida por oportunidade, instante, circunstância, ocasião. Em alguns momentos, acho até oportuno considerá-la como contexto. Contudo, aqui, não chamo de *kairós* ao momento cronológico em

que alguém fala, em que algo acontece, em que alguém escreveu uma obra com a sua pena. Não está na passagem da matéria do mundo. Chamo de ***kairós*** este próprio **deslocamento em que significantes significam outros significantes**. Por exemplo, há o Livro VII da *República* platônica, e, nele, a famosa Alegoria da Caverna. A sua sucessão de caracteres gregos é um ***kairós***, uma conformação de significantes sobre um objeto. Todos que escreveram ao longo dos tempos sobre Platão, em relação à Alegoria da Caverna, instauraram novos ***kairói***. Todavia, este não é o tempo em que eles puseram os significantes de seus livros no papel, com a sua mão, com o seu corpo, com o contexto de suas universidades e da vida do país de seus tempos. *Kairós* é o próprio desvio criado pelos significantes de seus textos em relação ao enunciado “Alegoria da Caverna”, significando-o.

Esse ***kairós***, então, como um instante que não pertence a ***chrónos***, mas ao universo da linguagem, é, em seu processo de significar significantes, uma **representação**, uma atuação do historiador como um **porta-voz** dos dizeres ou expressões passadas que, por si próprias, declinariam no silêncio e na decomposição dos tempos. Portanto, embora o passado seja um objeto distinto das entidades físicas, químicas, geológicas, ou o que quer que seja, ele também não se conta por si só, demandando **porta-vozes**. Há vários deles em nossas coletividades, além dos historiadores, como os jornalistas, os literatos, os artistas ou mesmo os contadores das memórias como não especialistas. Entretanto, cada um possui uma **porta-vocalidade** específica, e, no caso dos historiadores, a formulação de suas representações obedece a instituições acadêmicas, a modos de conformação específica de seu saber como tal e reconhecimento social desse saber, a hierarquias próprias e processos de autolegitimação entre pares. Podem existir vários modos de **representação**, quero dizer, com suas formas de significar significantes; entretanto, aqui, me detenho à representação histórica. Nela, a noção de **representação**, em sua polissemia, me indica dois movimentos:

a) Ela **re-apresenta** as questões para o debate coletivo entre os historiadores como pares e com a sociedade em geral, para saber “o que fazer” com as entidades do passado e “como dizê-las” do modo mais apropriado. Por exemplo, ao reintroduzir Platão no debate coletivo, se reavalam inumeráveis questões, como “de que modo estabeleceremos a sua relação com os sofistas?”, “é possível tal diferenciação?”, “como lidar com a ausência de um marcador do dizer do autor em seus diálogos?”, “qual é o lugar do saber na *pólis* em seus textos?”. As respostas dadas a estas perguntas estabelecem a ordem ocupada, em nossa coletividade, por Platão, definindo que passado é esse. Esse passado, portanto, não é nem algo descoberto pelos historiadores, cujo sentido está na Grécia do século IV a.C., à nossa espera, nem é algo desenvolvido como efeito pela estrutura da narrativa dos historiadores, nem é uma construção de nossa sociedade que pode ser explicada analisando de que forma o saber historiográfico atual, obedecendo as suas regras próprias, desenvolve as suas entidades. Ele é as três coisas. Há uma série de textos platônicos de outrora que batem à nossa porta para que se os interprete (eles não são uma construção por si só); há uma narrativa historiográfica que significará esses significantes e enunciados dos textos platônicos em sua escrita; há um modo de significar significantes típico do saber histórico no presente de escrita do historiador. Deste modo, ao **re-apresentar** os textos platônicos à coletividade para uma nova discussão (que jamais se encerra, jamais deixa de produzir em relação aos textos alteridades), o historiador os **re-presenta**, tornando o que existiu em outro momento algo presente, através desse *kairós* que significa esses significantes através de outros significantes, pressupondo, aí, que haja sempre um deslocamento, uma diferença;

- b) Ela **representa** no sentido costumeiramente tido como político de representação, em que os **porta-vozes** conferem a fala para textos e produções que, por si só, não possuem a capacidade de falar. E, assim como na representação política, quem diz não são os eleitores (no caso, os testemunhos do passado como as produções e vestígios dele restantes), mas aquele que os representa, conferindo, assim, uma dimensão ética para a representação histórica elaborada por essa relação entre significantes.

Nesse sentido, os historiadores, sendo representantes do passado, realizam movimentos de reapresentar as entidades de outrora para debate em nosso mundo contemporâneo, de torná-las, assim, presentes, ou seja, atualizá-las de modos sempre diferentes. E, por fim, os historiadores exercer um poder de representação, no sentido de falar por essas entidades que, graças à passagem do tempo, não conseguem colocar as suas proposições por si próprias. Desse modo, as entidades do passado não se tornam simplesmente efeitos da narrativa ou constructos do presente do historiador: elas possuem demandas, contudo, não são capazes de expressá-las, necessitando de **porta-vozes**. Esses **porta-vozes**, por sua vez, não mediam os significados do passado de forma transparente, até porque, de fato, estes significados inexistem como substância. Diante dos significantes dos vestígios de outros tempos, os **porta-vozes** os representam, explicando-os e traduzindo-os através de outros significantes. Com isso, obedecendo as práticas próprias da **porta-vocalidade** típica dos historiadores, os acontecimentos passados são construídos, pois, para receber no presente tais entidades, é preciso que os historiadores as traduzam, as desloquem, analisem a melhor conformação para agregá-las à sua coletividade. Ainda, o passado é narrativa, uma vez que novas cadeias de significantes são a matéria da representação histórica, se considerarmos que é ausente um único sentido que seja dito

transparentemente pela linguagem, um único significado, exclusivamente na instância do presente ou na instância do passado.

Encerrando esta comunicação, creio que a afirmação do historiador como um representante do passado, através dessa nova elaboração dos conceitos de **representação** e de **porta-voz**, pode fornecer sugestões interessantes para que os historiadores reflitam sobre o que amplamente se chama de “usos do passado”, e sobre a relação entre os processos de significação por eles utilizados e o tempo. Afinal, creio que o termo “usos”, direcionado ao passado, pode indicar de algum modo uma estratégia de um sujeito consciente e racional, uma manipulação do passado, o que, na verdade, procede através de uma trama complexa que envolve a noção de representação. Além disso, o passado não pode ser tomado assim, de forma inadvertida, como fundamento, como uma região de existência de outrora que lá está, esperando para ser utilizada. Como vimos, a história representa essas entidades em uma cadeia que não pensa o passado como **chrónos**, como uma morada de fatos em um lugar distante que possui essência e sentido próprio; diferentemente, a reapresentação das entidades passadas à coletividade se dispõe através de uma temporalidade não física, não palpável, não vivida, mas pelo deslocamento de significantes operado pelo tempo **kairós**, de outra dimensão que não a da percepção imediata e quantificável. Quando pensamos, então, nos modos como os historiadores concatenam tempo e sentido, antes de responder a essa questão irrefletidamente, convém que, *a priori*, nos indaguemos: Que *tempo*? Que *sentido*?

Referências

- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Tradução de Andrea Daher e Zenir Campos Reis. *Estudos avançados*. v. 5, n. 11. 1991. p. 173-191.
- DISCH, Lisa. Representation as “spokespersonship”: Bruno Latour’s political theory. *Parallax*, v. 14, n. 3, 2008. p. 88-100.

- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução de Jonatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.
- _____. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Tradução de Carlos Alberto Motta de Souza. Bauru: EDUSC, 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. (org.) BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert. Traduzido por Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Ed. Cultrix, 2006.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Leurênia de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992.
- _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

Os Estados Unidos encontram o século XXI: entre as angustias do futuro e os fantasmas do passado

Sandro Marques dos Santos¹

Introdução

Os Estados Unidos foram fundados como uma nação que se projetava para o futuro. A causa americana era encarada como a causa universal da humanidade, destinada a alcançar a todos. Era o futuro que justificava os atos dos revolucionários da Independência, não o passado. Ao longo de sua história, os americanos continuariam alimentando os ideais de universalidade e futurismo da sua experiência de liberdade e republicanismo. Com a divisão do mundo entre dois blocos antagônicos no pós-guerra, os Estados Unidos construiriam um imaginário nacional que ligava o sentido histórico de sua missão e propósito no mundo à luta contra o avanço do comunismo.

A Guerra Fria tornou-se assim o campo de batalha entre dois projetos de futuro distintos e rivais: o americano e o soviético. Entretanto, com a dissolução da União Soviética, os Estados Unidos foram tomados por uma profunda crise existencial. O fim da Guerra Fria parecia motivo de celebrações, mas ele carregava um gosto amargo. Ele pôs fim a paradigmas e consensos que duravam por

¹ Graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

décadas no país e qualquer alegação de vitória americana na Guerra Fria entrava em contradição com a condição econômica do país. Uma nova e estranha era se aproximava; a globalização, a decadência econômica e o terrorismo em pouco tempo colocariam novos desafios, marcando um momento de forte pessimismo em relação ao futuro e de uma crescente nostalgia pelo passado.

Nesse sentido, lançando mão das discussões sobre o fim da temporalidade, eu analiso a maneira como a recessão econômica da década de 1990 e a emergência de uma nova ordem mundial impactaram na forma como o tempo foi experienciado nos Estados Unidos nesse momento de transição geopolítica, produzindo uma sensação de perda de futuro que foi, por sua vez, compensada por uma volta ao passado. Por conseguinte, apesar do fenômeno do fim da temporalidade poder ser entendido no âmbito geral dos países ocidentais, diferentes casos implicam diferentes cenários e imperativos que merecem atenção, possibilitando que percebamos a complexidade das formas como determinadas sociedades se relacionam com o tempo e com a história.

Uma nação atormentada pelo presente e assombrada pelo passado

Pode-se afirmar que as décadas de 1980 e 1990 viram o último suspiro de futurismo. Enquanto o fim das ditaduras de segurança nacional na América Latina e dos regimes socialistas do Leste Europeu despertaram entusiasmo em relação as possibilidades de futuro, em pouco tempo, ele se veria engolido pelo presente. A partir de então, “poucos períodos se mostraram tão incapazes de moldar alternativas imediatas para si mesmo, quanto menos imaginar aquelas grandes utopias que ocasionalmente talham o *status quo* como uma queimadura de sol” (JAMESON, 2013, p.195). Se antes vivíamos sob um regime de historicidade marcado pelo permanente olhar em direção ao futuro, agora somos presos a um presente que é o horizonte de si mesmo. É como se a história estivesse deslizando

de nossas mãos; incapazes não de agir nela, mas de efetivamente imaginar alternativas que nos coloquem em ação no tempo. O futuro antes encarado como qualitivamente melhor que o presente, portanto, desejável, agora é uma perspectiva tão terrível que nós nos negamos em chegarmos nele. Ficamos assim confinados a um presente em que muitas vezes reina o próprio passado.

Como esse processo de perda de futuro ocorreu nos Estados Unidos? Um primeiro olhar poderia simplificar esse problema. Afinal, a década de 1990 viu a grande rival americana se dissolvendo, como poderia tamanho cenário melancólico ter afetado o país em momento de tamanha glória? Se caíssemos nisso, encerráramos a questão justamente quando ela mostra pertinência histórica. Estando o projeto americano de futuro submetido à dinâmica da Guerra Fria, de que maneira seu encerramento naquele momento o afetou? Temos que ter em mente esses dois aspectos: o fato de ela ter acabado e o momento histórico em que acabou.

Ao passo em que o fim da Guerra Fria pode ser trazido como justificação dos ideais de superioridade e excepcionalidade do modelo americano, ele também foi motivo de controvérsia. O seu fim retirou a lógica sob a qual o projeto de futuro americano existia por tantas décadas, lançando inevitavelmente a questão: o futuro chegou? Francis Fukuyama foi um dos primeiros a afirmar: ele chegou e com ele o fim da história. Baseado na metanarrativa de excepcionalidade americana, ele afirmou que no momento que os valores americanos fossem universalmente reconhecidos, haveríamos alcançado o fim. Uma análise que não é desprovida de lógica se tivermos em mente que, sendo o projeto americano um projeto de futuro, ele não deveria postular um fim da história assim como o projeto socialista soviético também fazia? E esse fim não seria justamente quando o único sistema capaz de rivalizar o sistema capitalista liberal chegassem ao seu fim? Longe de ser incontestado, contudo, a tese de Fukuyama foi extremamente criticada. Mesmo George H. W. Bush saiu em defesa de que a história não havia

acabado: “This is not the end of history”.² A verdade é que o fim da Guerra Fria longe de produzir consenso, intensificou um profundo mal-estar nos Estados Unidos.

Utopias deixam de ser utopias quando se realizam. Ou a utopia americana chegou ao fim pela sua realização ou ela não foi realizada. Já vimos que Fukuyama afirmou categoricamente a sua realização, então por que algum americano a negaria? Uma das características de qualquer projeto de futuro é que ele toma o futuro como qualitivamente melhor que o presente. Como poderia aquele momento ser o futuro se ele era pior do que as décadas que o precederem? A década de 1990 foi afinal uma década de recessão econômica nos Estados Unidos acompanhada por um intenso medo do declínio do país. Se em 1984, apenas dois americanos de dez expressavam pessimismo em relação ao futuro, em 1990, quatro de dez o faziam e apenas dois expressavam otimismo (MCEVOY-LEVY, 2001, p.41). É, dessa forma, que muitas pessoas de diversos espectros político negavam a tese do fim da história, pois, seria aceitar que os Estados Unidos estariam presos em um eterno e monstruoso declínio social e econômico (MCEVOY-LEVY, 2001, p.42). Poder-se-ia argumentar que o Brasil também sofreu na década de 1985 uma forte crise econômica e que ela não impediu a construção de uma nova projeção de futuro ainda que pouco duradoura. Diante do fim URSS, a crise americana no presente não deveria ter sido contrabalanceada por uma nova projeção de futuro? Três pontos esclarecem o porquê de ela não ter surgido e de como essa nova forma de experenciar o tempo se consolidou no país.

O primeiro ponto é o de que a mudança em países como o Brasil era interna, eles efetivamente se relacionavam com o cotidiano das pessoas, eles puderam, portanto, tomar a própria crise do presente como superável mediante essa nova projeção de futuro. Enquanto, nos Estados Unidos, o fim da Guerra Fria era externo. Se

² Disponível em

<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=2020&st=end+of+history.&st1=>

as quedas das ditaduras puderam ser experienciados diretamente por essas populações, os eventos externos aos Estados Unidos não puderam. Ao contrário da Segunda Guerra e de outros conflitos armados, a participação americana no fim da Guerra Fria pareceu distante para os americanos. Não havia soldados americanos libertando cidades, tais eventos somente puderam ser experienciados como eventos estrangeiros. Eles não puderam oferecer uma estrutura para celebração nacional ou um ponto de resolução da identidade americana (JOHNSON, 2008, p.8) e, assim sendo, de nova projeção de futuro e de superação da crise que assolava os Estados Unidos. A sensação gerada era a de que a história estava sendo feita, mas os americanos não estavam participando nela. Assim, enquanto as populações desses países em processo de redemocratização sentiam uma retomada da história em suas mãos, os americanos, acostumados a posição de protagonistas, sentiram ela deslizar de seus dedos.

Uma das formas de contornar esse distanciamento são claras quando Bush afirmava que essas transformações tomavam os Estados Unidos como exemplo, dessa maneira busca-se criar uma ligação entre os dois por meio do retorno à narrativa da América exemplar. Todavia, como poderia o país ser visto como exemplo estando em profunda crise? O resultado disso é uma dissonância entre as alegações de uma vitória dos ideais americanos na Guerra Fria e as condições da economia do país. Consequentemente, esses levantes não criaram nenhum novo sopro de futuridade nos Estados Unidos. Ao contrário do mundo pós-Segunda Guerra, em que o país participouativamente da reconfiguração global, ele estava demasiado afastado do centro das mudanças e a narrativa da América exemplar perdida credibilidade quando os americanos se confrontavam com a sua realidade cotidiana. O país encontrava-se assim em uma situação de profundo mal-estar: ele ao mesmo tempo encontrava motivos para celebrar os acontecimentos internacionais, mas os experienciava como uma força histórica que transcendia a sua capacidade de intervenção nela. Ao invés de proporcionar uma

oportunidade para imaginar novas formas de romper com o presente em crise, os Estados Unidos viviam em um equilíbrio delicado entre tomar seu futuro como realizado e a dura realidade da crise nacional. A dita vitória na Guerra Fria apenas inseriu novas incertezas em um cenário já incerto.

Esse mal-estar se enraizou tão profundamente no imaginário americano que mesmo a Guerra do Golfo foi tomada por ele. Apesar de ter colocado os Estados Unidos na posição de protagonistas e parecer ter reerguido momentaneamente o espírito americano, em 1992, um profundo pessimismo pós-vitória era nítido. Observando esse mal-estar, Strobe Talbott afirma:

Victory in the gulf no longer seemed total; nor was it clear exactly what guiding principles for future American policy the event had defined. It was even being said that far from serving as a precedent ... [A Guerra do Golfo] marked the end – not the beginning of an era. (JOHNSON, 2008, p.12).

Fica clara a perda de um ponto de coesão que conseguisse proporcionar qualquer perspectiva nítida de futuro; nesse cenário era quase como se os Estados Unidos estivessem impossibilitados de se localizar adequadamente no tempo, como se estivessem soltos nele para usar a formulação de Chriz Lorez (2010).

O segundo fator que retira o futuro do horizonte dos Estados Unidos é o fortalecimento da lógica neoliberal. A sua racionalidade “indexes the state’s success according to its ability to sustain and foster the market and ties state legitimacy to such success” (BROWN, 2005, p.41). Dessa forma, ele prefigura qualquer ruptura com essa racionalidade como um desastre. Não podendo romper com essa lógica, não há como desenvolver projeções de futuros outras que não a realidade presente. A crise econômica de 1990 não pode, portanto, potencializar a ação histórica como a crise de 1929 havia feito. A sua superação não é pautada na ruptura, mas no gerenciamento. É assim que Bill Clinton aparece como o candidato que oferece uma mudança, ao mesmo tempo em que abraça várias

das premissas do modelo vigente. O que está por traz de sua crítica a Bush marcada em seu slogan *It's the economy, stupid* é justamente que o governo Bush perdeu sua legitimidade dentro da racionalidade neoliberal (BROWN, 2005, p.42).

O que ele ofereceu, portanto, não era algo novo, uma ruptura em favor de um novo futuro, mas a da afirmação de sua capacidade de gerenciar melhor o modelo estabelecido. Consequentemente, o neoliberalismo paralisa a ação histórica, se afirmando como o único horizonte possível. A única alteração que ele permite é a aceleração tecnológica indispensável ao capitalismo e a absorção dos países fora de sua esfera. É nesse sentido que vemos as continuas afirmações de Clinton na necessidade da expansão em direção às nações fora do que ele chamava círculo ou comunidade de nações. Logo, se em muitos de seus discursos, assim como os de George W. Bush durante a Guerra ao Terror, era constante a firmação de um chamado da história — um dos principais mecanismos retóricos na mobilização de forças em lutas por futuros durante o século XIX e XX — para os americanos agirem em prol dessa expansão, nenhuma projeção de futuro nasceu desse novo chamado. Assim, apesar da crítica aos escritos de Fukuyama por alguns dos próprios defensores do modelo neoliberal, ele impôs o seu presente como único futuro possível, como única alternativa viável para todos. A forma neoliberal de pensar a história havia decretado seu fim.

O terceiro ponto é a forma como esse vago gerado pela perda de futuro é substituído por um retorno ao passado. É nesse assalto do passado no presente que reside parte da corrosão do futurismo. A década de 1990 foi um período de busca por redefinir a identidade americana em crise. Foi nesse momento que o país fundando como a nação do futuro, foi tomado por uma forte nostalgia pelo passado. Nostalgia pelos anos 1950, momento em que a missão americana parecia não ser ambígua e sua capacidade inquestionável (MCEVOY-LEVY, 2001, p.40) e pelos momentos de maior glória dos Estados Unidos como a Guerra Civil e Segunda Guerra Mundial. Um interesse que revela a busca pelas gerações pós-Guerra Fria em

adquirir significado nas experiências de seus pais e avós (JOHNSON, 2008, p.13). O passado era convertido em um refúgio para as incertezas do presente, compensando essa erosão de futuridade.

A década de 1990 também viu a eclosão de Guerras Culturais em que o passado americano era o grande ponto de discussão. O crescimento de uma historiografia que reavaliava muita das certezas sobre o passado provocou uma forte oposição daqueles que acusavam qualquer revisão do passado como fomento à crise de identidade dos americanos (AVILA, 2016, p. 253). A busca por dar complexidade à história americana, incluindo seus aspectos mais obscuros justamente quando o passado era o melhor ponto de estabilidade e otimismo, levou ele e não o futuro para o centro do debate nacional. Por conseguinte, o pós-Guerra Fria foi marcado por confrontos em torno do sentido histórico do passado nacional, contrastando com o pós-Segunda Guerra, em que o grande debate era centralizado no futuro, não no passado.

A própria busca por dar sentido àquele presente em que o país estava vivendo era fortemente marcado pela presença do passado:

The American Civil War and World War II, each used by the Bush administration to rhetorically frame the end of the Cold War and the Gulf War, respectively, can to some extent be understood to have acted as surrogate victories through which Americans could experience a renewed victory culture and reimagine the incoherency and uncertainty of the Cold War victory and its consequences. (JOHNSON, 2008, p.13)

Esse presente não se sente confortável consigo mesmo de tal forma que ele busca nas certezas do passado algo que lhe ofereça uma coerência inexistente no agora. Um presente que, autoestranhado pelas incertezas geradas pelo fim da Guerra Fria, converte leituras fornecidas pelo passado em um mecanismo para tornar esses eventos presentes assimiláveis. É o passado marcando uma presença impositiva no presente. Essa presença também aparecia na esperança que muitos demostravam na década de 90 da

Guerra do Golfo como uma oportunidade para o país purgar o fantasma do Vietnã (MCEVOY-LEVY, 2001, p. 149). Algo que nunca foi alcançado; até hoje, qualquer cogitação de envio de tropas americanas para o exterior passa a ser acompanhada pela indagação de se o país enfrentará um novo Vietnã. Bill Clinton teve que responder essa indagação continuamente durante sua presidência. A Guerra do Vietnã surge como um passado traumático que não desparece, como um daqueles eventos que não podem ser esquecidos e nem adequadamente lembrados sem ambiguidades em relação ao seu significado, de forma “a reduzir a sombra que projetaram sobre a capacidade do grupo de entrar em seu presente e visualizar um futuro livre de seus efeitos debilitantes” (WHITE, 1998, p. 196).

As eleições americanas de 2016 foram sintomáticas desses fenômenos. A campanha de Bernie Sanders com seu slogan *A future to believe in*, mesmo falando de futuro, se relaciona muito mais a uma volta ao passado do *new deal* e do consenso liberal da década de 1950. Poderíamos falar da sua campanha como uma busca por outros presentes possíveis, mas sempre pautados no passado, não possuindo a legitimação e projeção de futuro característicos do regime moderno de historicidade. Ele é assim uma projeção que se imagina futurista, mas que se torna passadista pela conversão do passado em projeto de futuro. Por sua vez, a campanha de Hillary Clinton foi marcada pela histeria neoliberal à ameaça de Sanders ao mercado. Algo que, mesmo após as eleições, continua evidente, tendo em vista que a derrota de Clinton em 2016 acirrou a disputa pelo futuro do Partido Democrata. Já Donald Trump com seu slogan *Make American Great Again*, apontava para um declínio do presente sem oferecer, contudo, uma projeção de futuro para romper com este, ao contrário, ele prevê um retorno ao passado como a solução para ele. Isso fica nítido quando seus eleitores são perguntados sobre qual o momento em que a América foi “grande”. As respostas variam entre a Era Reagan na década de 80 e a década de 50, mas a resposta

mais comum é em sua fundação, demonstrando quase uma busca pela reatualização do mito fundador no presente.

Considerações Finais

Podemos perceber como o impacto do fim da Guerra Fria no momento em que ela terminou, um momento de profunda crise e de ascensão do neoliberalismo da periferia do capitalismo para o centro provocou uma mudança radical na forma como o tempo é experienciado nos Estados Unidos. Sentido a perda da capacidade de agir na história pelo distanciamento dos eventos no Leste Europeu, presos a uma racionalidade que vilipendia toda e qualquer ruptura com ela, o futuro desaparece do imaginário. E qualquer tentativa de escapar dessa prisão, toma não o futuro, mas o passado como novo horizonte.

O fim da Guerra Fria lançou, portanto, dúvidas em relação ao projeto americano de futuro. A recessão econômica havia fortemente abalado a concepção de história moderna como a continua direção ao progresso, um abalo que já havia sido experienciado pela Guerra do Vietnã. O fim da URSS veio como uma surpresa que longe de afirmar a validade do Sonho Americano como Fukuyama havia defendido, tornou as incertezas em torno dele mais nítidas e prementes. Mas, ao contrário de outros momentos de mudanças e de crise, em que novas formas de imaginar o projeto americano de futuro foram produzidas, a recessão nos anos 90 viu o neoliberalismo tomar qualquer nova ruptura como um ameaça de novas catástrofes por vir. Uma sensação cada vez mais crescente de medo em relação ao futuro tornou o presente neoliberal, ainda que ruim, mais confortável que um salto ao escuro. Consequentemente, ao tirar a lógica do sentido histórico americano intrincado em sua dinâmica, o fim da Guerra Fria havia inaugurado uma possibilidade de imaginar novos futuros para os Estados Unidos, mas longe de produzi-los, ele havia visto a recusa de qualquer rompimento, de qualquer nova possibilidade de uma nova utopia. A obsessão do

regime moderno de história de marcar novas rupturas desaparecia e o eterno presente era o único futuro admitido.

Todavia, ainda que aceitando este presente, ele não foi o suficiente para dar o conforto que muitos americanos exigiam, levando o passado cada vez mais a tornar-se um espaço de fuga. Se não existem mais os sonhos de futuro, pelo menos há conforto na história do passado. De tal forma que as próprias tentativas de romper com esse presente o tomam como mecanismo desse rompimento. Recusando o presente, o único futuro que parece restar é o passado, revelando o grau de perda de futuridade no imaginário americano. Assim, seja em nome de administrar o que está vigente ou de buscar a retomada de um passado perdido, a política abdica do futurismo, que desaparece do seu horizonte.

Referências

- AVILA, A. L. O Passado Americano na Era da Fratura: episódios das guerras de história nos Estados Unidos na década de 1990. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 22, n.40, p. 327-344, 2016.
- BROWN, Wendy. Neoliberalism and the end of liberal democracy. In: *Edgework: critical essays on knowledge and politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- CHRISTIE, K. Introduction. In: KENNET, C. (Ed.). *United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy*. Abingdon: Routledge, 2008
- JAMESON, Fredric. O fim da temporalidade. In: *Art Cultura*, v. 13, n. 22, p. 187-206, jan.-jun., 2011.
- HARTOG, F. Time, History and the Writing of History: the Order of Time, in: R. Thorstendahl and I. Veit-Brause (Eds.). *History-making: The Intellectual and Social Formation of a Discipline: Proceedings of an International Conference*, Uppsala, September 1994.

JOHNSON, R. Victory and Identity - The end of the Cold War in American imagination In: KENNEDY, C. (Ed.). *United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy*. Abingdon: Routledge, 2008.

LOREZ, C. Unstuck in time. Or: the sudden presence of the past In: TILMANS, K.; VREE, F.; WINTER, J. (Eds.). *Performing the Past Memory, History, and Identity in Modern Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.

MCEVOY-LEVY, S. *American Exceptionalism and U.S. Foreign Policy Public Diplomacy at the End of the Cold War*. Londres: Palgrave Macmillan, 2001.

WHITE, Hayden. O evento modernista. In: *Lugar Comum*, n. 5-6, p. 191-219, 1998.

A História YouTubada: discursos sobre ditadura civil-militar brasileira no YouTube

Anita Natividade Carneiro¹

Para pensar a educação no século XXI é fundamental incluir as tecnologias e mídias digitais. Atualmente a mídia social mais utilizada pelos brasileiros é o *Youtube* (63%), segundo a pesquisa do *Digital In 2017*, com 98 milhões de usuários. Esses dados nos desafiam a pensar em como temas sensíveis, como a ditadura civil-militar brasileira, tem sido tratado nesse espaço digital. Ao pesquisar no *Youtube* o termo “ditadura militar no brasil”, aparecem aproximadamente 20.000 resultados. Sendo assim, foram selecionados apenas oito vídeos para serem analisados sobre esse assunto. Alguns tensionamentos que podemos pensar por meio desses vídeos são: qual a narrativa é construída por esses canais? Esse discurso é próximo do que está sendo produzido na academia sobre a temática? Os *youtubers* e os historiadores são rivais? Podem ser a mesma pessoa? A História produzida nessa plataforma substitui, complementa ou não é válida para a educação formal?

Na célebre palestra “A História na Era Google” (2010) de Carlo Ginzburg, o historiador trata do *Google* como um poderoso instrumento de pesquisa histórica, mas que ao mesmo tempo também cancela a história: “Porque, no presente eletrônico, o

¹ Graduanda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

passado se dissolve”, pensando esta Era de modo que inclua todas essas plataformas difundidas na *web 2.0* (caracterizada pela interação e a participação coletiva), podemos pensar o *Youtube* como um desses instrumentos. Nesse sentido, o passado estar se dissolvendo significa que o que o separa do agora é apenas um clique. Seja ele um curtir ou descurtir o presente eletrônico, precisamos reconhecer que a história será, e já está sendo, modificada pelas mídias digitais, e resta a nós tentar compreendê-la.

Encarando o *Youtube*² como um ambiente que proporciona a difusão da História Digital e Pública, podemos começar a tentar compreender a importância do historiador nesse espaço que também produz História. Estudantes da educação básica cada vez mais enxergam esse espaço como um complemento e até um substituto das aulas dentro do ambiente formal de ensino. Nesse sentido, alguns argumentos para que sejam inseridas as mídias nos currículos são:

1.os meios de comunicação, em algumas de suas formas, ocupam posição central na vida pública de pessoas de todas as idades, em termos de trabalho, participação política, educação e entretenimento; 2. o teor das mensagens nunca é transparente, isto é, como em outras esferas discursivas, o conteúdo vinculado pelas mídias transmite valores e pontos de vista sectários, querendo parecer universais; 3. a participação social requer também pessoas hábeis para lidar com as mídias, que saibam, ao mesmo tempo, defender-se de efeitos nocivos e tirar proveito daquilo que lhes convém, como consumidoras e como cidadãs (SIQUEIRA & CERIGATTO, 2012, p.236-237)

No entanto, nos resta perguntar se de fato esses vídeos podem ensinar uma História que esteja comprometida com os direitos humanos e com as mais recentes pesquisas acadêmicas ou se são

² Para saber mais sobre a criação e o desenvolvimento do *Youtube* ler o capítulo dois da Dissertação de Mestrado em Educação de MENEGON, 2013.

apenas espaços para dissipar opiniões pessoais sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil.

A disciplina de História deve ser usada como instrumento para construir um senso crítico do que é discurso opinativo e do que é discurso acadêmico/científico. É sabido que o contexto das ditaduras latino-americanas ainda são temas sensíveis³ para serem trabalhados em sala de aula

Portanto, um dos fatores que incidem sobre a atuação dos professores é justamente o fato de que esse passado está *definitivamente* presente; e não está conformado enquanto um discurso “coeso” ou “oficial”. Ao contrário, é matizado por constantes reelaborações e a abordagem do professor, ao aproximar-se de tal temática, não passa apenas pelo contato com a historiografia, mas com a memória social elaborada por diferentes grupos, que trazem à tona dores, lembranças, traumas e controvérsias. (GASPAROTTO & PADRÓS, 2010, p. 5)

Sendo assim, compreendendo o *Youtube* como um desses espaços de memória social, selecionei oito vídeos sobre a história da ditadura civil-militar no Brasil. Essa seleção teve apenas dois critérios: a) encontrar canais que pretendessem falar sobre o assunto, mas de uma maneira mais informal; b) número de visualizações. Segue o quadro com os dados principais de cada vídeo analisado:

³ É uma denominação usada para determinados conteúdos que não são apenas assuntos difíceis de tratar como também “porque não há ainda, na maioria dos casos, um consenso da sociedade sobre o *que dizer e como falar sobre esse passado*” (ARAUJO & SILVA & SANTOS, 2013, p. 9).

Título do Vídeo	Canal	Visualizações	Gostei / Não-Gostei	Data
1. “Regime/Ditadura Militar/HISTÓRIA”	Nostalgia	3.348.060	329 mil 29 mil	25 de maio de 2016
2. “DITADURA”	Cauê Moura	990.778	97 mil 8 mil	17 de novembro de 2014
3. “ Ditadura Militar”	Mamaefalei	180.159	16 mil 4 mil	30 de maio de 2016
4. “O outro lado do Regime Militar Brasileiro (Felipe Dideus)”	Vamos Falar de História?	102.902	7 mil 226	13 de maio de 2015
5. “1964 - O golpe militar (Felipe Dideus)”	Vamos Falar de História?	98.725	5 mil 253	28 de dezembro de 2014
6. “ Ditadura Militar Brasileira (Felipe Dideus)”	Vamos Falar de História?	80.514	4 mil 180	16 de janeiro de 2015
7. “Por que não Devemos ter Saudades da Ditadura Militar?”	Poligonautas	65.258	4 mil Mil	21 de setembro de 2015
8. “6 fatos benéficos do governo militar brasileiro (Felipe Dideus)”	Vamos Falar de História?	43.531	7 mil 118	19 de julho de 2017

Uma análise inicial nos permite constatar a necessidade de compreender que cada canal produz sua “clientela”. Dessa forma, não quer dizer que um vídeo com muitos acessos e aceitação se baseou numa larga pesquisa para oferecer um conteúdo de boa qualidade. Isso acontece, já que, na maior parte dos casos, as pessoas que acompanham um determinado canal possuem a tendência de concordar com as opiniões do *youtuber*.

Acredito que a melhor maneira de começar a análise desses vídeos se inicia por quem os fez (elaborou, produziu), bem como a observação dos conteúdos fornecidos por esses canais. Bom, como era de se esperar, nenhum dos *youtubers* é professor-pesquisador na área de História, as formações encontradas foram: designer gráfico (Canal Nostalgia), publicitário (Canal Cauê Moura), estudante de astrofísica (Canal Poligonautas), engenheiro químico (Canal Mamaefalei). Sobre o canal “Vamos Falar de História?”, não

foi possível encontrar a formação do *youtuber*, o que é interessante, haja vista que é o único canal selecionado que é voltado para um público que busca o conteúdo de História. Os demais canais tratam, na maioria dos seus vídeos, de temas variados - como ciência (Poligonautas), cultura pop (Nerdologia) - e atualidades (Cauê Moura e Mamaefalei). Uma ressalva a se destacar é que o único vídeo que utilizou a ajuda de um professor-pesquisador na área de História, com a finalidade de contribuir com a produção do roteiro, foi o “Canal Nostalgia”. Apenas recentemente canais em que historiadores e historiadoras são produtores de conteúdo ganham espaço no *YouTube*, mostrando que é possível aliar o conhecimento acadêmico e o ciberespaço⁴.

Como qualquer ambiente de entretenimento na busca por agradar o seu público, os *youtubers* podem lançar mão de diversos discursos e recursos. Além da maneira de falar – seja gritando, falando palavrões ou até com uma voz mais característica de telejornal – existe um esforço, por parte de alguns, na busca de imagens e vídeos para embasar o conteúdo que está sendo passado. Algo instigante que pude notar nas análises foram as ideias de: neutralidade, da história mestra da vida e do “ver os dois lados da História”, como podemos observar nessas transcrições:

Não podemos ignorar o momento político que estamos vivendo atualmente em nosso país. E um vídeo sobre ditadura militar agora é muito importante. Não estou falando isso pois vou me posicionar politicamente nesse vídeo não, esse vídeo será um vídeo neutro. A ideia de verdade desse vídeo é eu trazer informação, como eu falei no vídeo do Hitler, é muito importante que a gente veja a História aprenda sobre a História para a gente não correr o risco de cometer os mesmos erros já relatados e documentados. Vamos aprender com os nossos erros para não cometê-los novamente. (NOSTALGIA, 2016)

⁴ RODRIGUES, Icles. Historiadores também podem ser youtubers (Entrevista). Entrevista concedida a Bruno Leal Pastor de Carvalho. In: *Café História - história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historiador-e-youtuber/>. Publicado em: 18 Set 2017. Acesso: 16/10/2017.

Estamos mal acostumados a sempre lembrarmos dos pontos negativos deixados de herança pelo regime militar, mas eu poderia citar inúmeros pontos negativos causados hoje mesmo com a democracia. (VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?, 2015, vídeo 4 na tabela).

Agora eu acho errado mostrar apenas um lado da história. Foram mais de 20 anos de governo militar e com certeza teve muitos pontos positivos sim e isso é inegável. Eu acho muito errado que aqui no Brasil a História é ensinada de uma forma muito parcial e isso é muito ruim, independente do que você apoia. (VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?, 2017).

Lembre-se que mó galera morreu só para a gente ter o direito de ter essa discussão irmão e hoje a gente ainda é obrigado a ver nego pedindo intervenção militar para o fim da corrupção, como se todas as tretas trazida por isso não fossem afetar ele também. Então é sempre bom a gente estudar um pouco de História que é para a gente poder olhar para trás e não repetir as cagadas do passado. (CAUÊ MOURA, 2014).

Para qualquer pesquisador, principalmente no campo da História, é sabido que não existe neutralidade no discurso⁵, afinal: “Todo discurso é um discurso de poder, na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades a respeito de um tema específico ou de uma área da ciência, da moral, da ética, do comportamento, etc.” (PINTO, 2006). Podemos observar também que: a) existe uma ideia dominante de que precisamos “aprender história para não repetir os erros do passado”; b) assim como, é necessário sempre vermos os dois lados da História para sermos os mais imparciais possíveis.

O embasamento teórico para esses vídeos podemos notar que não é tão aprofundada e nem busca referências mais acadêmicas. O canal Poligonautas citou como fonte os sites “SuaPesquisa” e “InfoEscola”, já o canal Vamos Falar de História? cita como fonte os sites “Portal da Força Expedicionária Brasileira (FEB)”, “Heróis da

⁵ Para saber mais sobre análise do discurso: MACHADO, 2012; PINTO, 2006. Para saber mais sobre análise do discurso no ambiente digital: MARQUES, 2011; PAIVA & GARCIA & ALCÂNTARA, 2017.

FEB”, “Soldado Brasileiro”, “Brasil Militar” “O Globo”, “Guia do Estudante”, “Sangue Verde-Oliva” e “Folha”. Alguns assuntos abordados que vão de encontro com debates presentes do âmbito acadêmico foram, por exemplo: o debate sobre ser regime ou ditadura (Canal Mamaefalei e Canal Nostalgia), também no debate sobre a ditadura ter recebido apoio dos civis aparece apenas no Canal Nostalgia.

Ademais, é necessário apontar alguns erros na produção do conteúdo e na forma com que o discurso opinativo ganha força em alguns dos vídeos analisados. Podemos nos questionar se essas atitudes foram em virtude de seleção de conteúdo e/ou posicionamento político. Por exemplo: a forma que o Canal Nostalgia trata da Lei da Anistia e a forma que o Canal Poligonautas trata da transição do governo Figueiredo para Tancredo/Sarney. Ambos parecem ignorar as lutas políticas que ocorreram nesses dois movimentos, parecendo construir uma narrativa que anula os embates entre população e governo.

Já no canal Mamaefalei, quando trata das Diretas Já!, o *youtuber* erra ao dizer que esse movimento iniciou depois do governo Sarney. Explicitamente nesse vídeo é bem claro a visão política (liberal), e podemos notar nessas duas transcrições a influência disso na construção do seu discurso

Nessa época começou todos os tipos de luta contra a ditadura, desde as mais justas, vamos dizer assim, que é panfletagem, pessoal passando informação ainda que contra a lei, fazendo propaganda, entre aspas, contra a ditadura. Ou como as mais extremas, as erradas, vamos dizer assim, sequestro de embaixador, guerrilha, enfim esse tipo de atitude de comunista mesmo. (MAMAEFALEI, 2016)

A maior propaganda da intervenção militar, por incrível que pareça, é a esquerda. Porque? desde que a redemocratização do país aconteceu o nosso país ele é um país voltado para a esquerda. E depois do Lula, mais ainda. Então quer dizer, o pessoal da esquerda faz tanta cagada que aviva o pessoal que é a favor da

ditadura militar pra falar ‘não ó, tá vendo, antes não era tão ruim quanto era hoje’. (MAMAEFALEI, 2016)

Na primeira transcrição, fica claro o juízo de valor ao dizer que havia lutas mais justas que outras e ainda caracterizar as “lutas extremas” como sendo “atitude de comunista mesmo” de uma forma pejorativa. Na segunda, é errôneo dizer que “desde que a redemocratização do país aconteceu, o nosso país é voltado para a esquerda”, ora, sabemos que a data da redemocratização é em março de 1985 e que o primeiro governo “mais à esquerda” é o de Lula que se inicia em 2003.

Dos vídeos analisados, os do Canal Vamos Falar de História? são os mais problemáticos na questão da veracidade de fatos e na construção do discurso. Desde erros como dizer que durante a Guerra Fria o Brasil assumiu uma posição de neutralidade até erros mais severos como dizer que a pena de morte foi legalizada sem dar maiores explicações sobre isso, ou seja, de que foi colocada na Constituição, mas que não foi aplicada. Porém, os vídeos que mais induzem ao erro sobre visões da ditadura civil-militar são “O outro lado do Regime Militar Brasileiro” e “6 fatos benéficos do governo militar brasileiro”, nos quais o *youtuber* tenta mostrar os benefícios do período através de dados sem fonte nenhuma. De fato, o melhor na nossa situação, seria produzir um vídeo-resposta apenas para tratar de todas as falácias que são propagadas. Para citar um desses absurdos, foi dito que em 1964, no Brasil inteiro, não havia nem 100 km de asfalto e esse número saltou, em 1985, para mais de 64.000 km.

A ideia desse exercício que proponho é de buscar a integração do currículo escolar aproximando-o das juventudes, das culturas e das identidades juvenis (SILVA, 2016, p. 33) e a prática pedagógica precisa estar “voltada à formação de cidadãos críticos, participantes e intervenientes no mundo.” (SARTORI, 2010, p.44). O perfil do/da educador/educadora com a inserção de tecnologias no ambiente escolar é voltada mais como mediador entre conhecimentos vindos

do que único fornecedor de conhecimento. A internet precisa ser um espaço desalienante, e o educador do século XXI preparado para lidar com as narrativas e que tipo de História está sendo produzida no ciberespaço.

O foco dessa pesquisa não era entrar na discussão de se são vídeos “bons” ou “ruins”, mas sim buscar compreender o discurso que é produzido sobre ditadura civil-militar fora dos ambientes formais de educação. Acredito que apontar as falhas e reconhecer os pontos fortes desses trabalhos é uma das funções que o/a historiador/a deve assumir para si, afinal, é fundamental que estejamos também nesses ambientes virtuais.

As análises realizadas com certeza tem o potencial de serem aprofundadas. Ademais, uma ideia para futuras pesquisas seria de buscar vídeos no *YouTube* que tratam sobre a memória sobre o período da ditadura civil-militar brasileira através de entrevistas e depoimentos. Por fim, é necessário que o *youtuber* “seja percebido como criador de mitos, de narrar e de nutrir a memória coletiva.” (PUHL & ARAÚJO, 2012), e a função do/da educadora/educador é mediar essa memória/história construída no mundo virtual e na sala de aula. Sem hierarquizar saberes, mas sendo capaz de realizar apontamentos sobre as potencialidades e as fraquezas de aprender História no ciberespaço.

Referências

ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. (Orgs.) *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 48p., 2013.

EXAME. YouTube afirma que o Brasil é o segundo país em consumo de vídeos do portal. Site *Revista Exame*. Julho de 2014. Disponível em <https://exame.abril.com.br/tecnologia/youtube-afirma-que-brasileiros-sao-maiores-consumidores-de-videos-no-portal/> Acesso em 15/10/2017.

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura Civil-Militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e

da memória. In BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Padrós. (Orgs.). *Ensino de História – Desafios Contemporâneos*. Porto Alegre: EST, p.183-201, 2010.

GINZBURG, Carlo. *A História na Era Google*. Vídeo YouTube. 2010. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CqxP9taRUvA> Acesso em 15/10/2017.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas reflexões sobre elementos de base e estratégia da Análise do Discurso. Revista de Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, v.20, n.1, pp.187-207, jan./jun. 2012.

MARQUES, Welisson. Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso Face aos Novos Suportes Midiáticos. Revista Domínios de Linguagem, vol.5, n.1, pp.58-73, 1º semestre de 2011.

MARTINS, Thiago. Estudo mundial levanta os dados da internet no Brasil e no mundo, descubra as principais redes sociais e comportamento de compras online dos usuários. Site *Marketing sem Gravata*. Abril de 2017. Disponível em <http://marketingsemgravata.com.br/site/2017/04/17/dados-da-internet-2017-brasil-redes-sociais/> Acesso em 15/10/2017.

MENEGON, Érika Nogueira. *Imagens e Narrativas Midiáticas: Análise dos vídeos do YouTube*. Dissertação de Mestrado em Educação na Universidade Estadual Paulista -UNESP. Marília -SP, 2013.

PACETE, Luiz Gustavo. Quem são os usuários do YouTube no Brasil? Site *Meio&Mensagem*. Julho de 2017. Disponível em <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2017/07/24/quem-sao-os-usuarios-do-youtube-no-brasil.html> Acesso em 15/10/2017.

PAIVA, André Luiz de; GARCIA, André Spuri; ALCÂNTARA, Valderí de Castro. Disputas Discursivas sobre Corrupção no Brasil: Uma análise Discursivo-Crítica no Twitter. RAC, Rio de Janeiro, v.21, n.5, art.2, pp.627-647, set./out. 2017.

PINTO, Célio Regina Jardim. Elementos para uma análise do discurso político. *Revista Barbarói*, UNISC – Santa Cruz, n. 24, pp.78-109, 2006.

PUHL, Paula Regina; ARAÚJO, Willian Fernandes. YouTube como espaço de construção da memória em rede: possibilidades e desafios. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v.19, n.3, pp.705-722, set./dez 2012.

SARTORI, Ademilde Silveira. Educomunicação e sua relação com a escola: a promoção de ecossistemas comunicativos e a aprendizagem distraída. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, vol.07, n.19, pp.33-48, jul. 2010.

SILVA, Marco Polo Oliveira da. *Youtube, Juventude e Escola em Conexão: A produção da aprendizagem ciborgue*. Dissertação de Mestrado em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte – MG, 2016.

SIQUEIRA, Alexandra Bujokas de; CERIGATTO, Mariana Pícaro. Mídia-educação no Ensino Médio: por que e como fazer. *Educar em Revista*, Editora UFPR. Curitiba, Brasil, n.44, pp.235-254, abr./jun. 2012.

Vídeos analisados

CANAL NOSTALGIA. Regime/Ditadura Militar/HISTÓRIA. YouTube, 25 de maio de 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CRbZwM7fjYM> Acesso em 16/10/2017.

CANAL CAUÊ MOURA. DITADURA. YouTube, 17 de novembro de 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5LoG206RwtM> Acesso em 16/10/2017.

CANAL MAMAEFALEI. Ditadura Militar. Youtube, 30 de maio de 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=X4MfJDuQg_w Acesso em 16/10/2017.

CANAL POLIGONAUTAS. Por que não Devemos ter Saudades da Ditadura Militar? YouTube, 21 de setembro de 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-kEvMjQLMuw> Acesso em 16/10/2017.

CANAL VAMOS FALAR DE HISTÓRIA? O outro lado do Regime Militar Brasileiro (Felipe Dideus"). YouTube, 13 de maio de 2015. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=V_FuyHSEwVg Acesso 16/10/2017.

CANAL VAMOS FALAR DE HISTÓRIA? 1964 - O golpe militar (Felipe Dideus). Youtube, 28 de dezembro de 2014. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=TsfPus_7_tM Acesso em 16/10/2017.

CANAL VAMOS FALAR DE HISTÓRIA? " Ditadura Militar Brasileira (Felipe Dideus). YouTube, 16 de janeiro de 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oq3pVCwP7fM> Acesso em 16/10/2017.

CANAL VAMOS FALAR DE HISTÓRIA? 6 fatos benéficos do governo militar brasileiro (Felipe Dideus). YouTube, 19 de julho de 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=aI_3sSz15cc Acesso em 16/10/2017.

A literatura medieval escandinava enquanto memória cultural: uma breve reflexão sobre reapropriações e usos do passado

Andrei de Almeida Zanirato¹

Esta apresentação se constitui em uma breve reflexão, ou exercício teórico, no qual empregarei o conceito de memória cultural do egipólogo alemão Jan Assmann para abordar a literatura escandinava produzida nos séculos XII e XIII. O quadro teórico de Assmann é extremamente útil para analisar a produção textual mencionada, especialmente aquela de natureza secular: ela possui um caráter de preservação da memória e do passado pré-cristãos nórdicos e, simultaneamente, os reconstrói e adapta às novas circunstâncias, geradas pela relativamente recente entrada do cristianismo na Escandinávia.

Na área da escandinavística, muitos acadêmicos trabalham com a memória para abordar a literatura em questão. Porém, a grande maioria desses estudos enfoca o gênero das sagas islandesas – a formação excepcional da Islândia é tida como impulso para a grande quantidade de obras ali produzidas após a difusão da cultura lettrada e cristã. Exemplo disso é o 3º número do periódico

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

especializado *Scandinavian Studies*, publicado em 2013, no qual vários autores se debruçam sobre tais temáticas, dando destaque às sagas islandesas. Daquela publicação, o artigo de Pernille Hermann deu as bases para a presente reflexão – nele, a historiadora analisa as sagas através das relações entre a memória e a literatura, utilizando o quadro teórico de Assmann para tal.

No entanto, no que tange os usos e reapropriações do passado, as sagas islandesas não podem ser claramente diferenciadas da literatura produzida em outras áreas da Escandinávia. Em ambas destaca-se, entre outros fatores, a mescla das tradições orais nativas com os modelos literários trazidos pela cristianização. Assim, seguindo perspectiva similar à de Hermann, minha proposta é demonstrar que o conceito de memória cultural pode ser estendido a praticamente todo o *corpus* literário produzido na Escandinávia daquele período. Por questões de espaço², não poderei analisar detalhadamente a vasta quantidade de obras que compõem esse *corpus*, e optei por enfatizar o âmbito teórico nesta reflexão. Direcionando as concepções de Assmann para as transformações socioculturais causadas pela cristianização da Escandinávia, terei em mente os possíveis significados, para a sociedade nórdica, dos usos e reapropriações do passado presentes em boa parte daquela literatura.

Antes de prosseguir, uma questão importante – e pouco abordada por Hermann – deve ser mencionada em relação ao termo “cultura” na teoria de Assmann. Segundo Astrid Erll, seu significado “[...] não denota um entendimento amplo de cultura, isto é, a totalidade de auto interpretações humanas em um dado contexto [...]” (ERLL, 2011, p. 30)³. Na verdade, Assmann utiliza as perspectivas de sua esposa, Aleida Assmann, nas quais a “cultura” é

² Outros assuntos também serão tratados de forma sucinta, mas isso não afetará o objetivo principal desta reflexão.

³ [...] does not denote a broad understanding of culture, that is, the totality of human self-interpretations in a given context [...]. Todas as traduções são livres e foram feitas pela autora deste trabalho.

uma área dentro daquela totalidade; área esta denominada “cultura como monumento” (ASSMANN & DIETRICH, 1991, *apud* ERLL, 2011, p. 30). Nela, a memória cultural não descreve todas as manifestações da memória na cultura, mas somente parte delas: os aspectos normativos do passado – que provêm modelos e regras de conduta –, e os aspectos formativos – que são educativos, e humanizam funções construídas socialmente (ASSMANN & CZAPLICKA, 1995, p. 132; ASSMANN, 2008, pp. 99-102).

Como atesta Erll, o termo “cultura”, em seu sentido antropológico atual, pode ser aplicado a uma diversidade muito maior de fenômenos sociais do que aqueles elencados por Assmann. Igualmente, certos critérios colocados pelo egíptólogo para descrever especificamente a memória cultural podem ser aplicados a vários tipos de memória (ERLL, 2011, pp. 31-32).

Vejamos, então, as definições de Jan Assmann. A memória cultural possui um caráter coletivo, abarcando conhecimentos que direcionam comportamentos e experiências no quadro narrativo de uma sociedade ou grupo, e que são mantidos via práticas sociais repetidas. Tais conhecimentos são preservados como um “depósito”, e é dele que deriva a consciência de unidade do grupo ou sociedade – por isso, a memória cultural é ligada à formação de sua identidade e autoimagem, a chamada “co-criação de identidade” (ASSMANN & CZAPLICKA, 1995, p. 130). Nesse quadro teórico, a relação entre a memória e o passado contemporizados, a cultura e o próprio grupo ou sociedade é enfatizada (ASSMANN & CZAPLICKA, 1995, p. 129) e, como consequência, a memória cultural pode servir como instrumento para a legitimação política. Isto se dá porque a memória cultural possui um caráter vinculatório e de reconstrução, visto que sempre relaciona uma situação contemporânea com o conhecimento do passado, que é então apropriado, criticado, preservado e/ou transformado.

A memória cultural também se caracteriza pela distância do cotidiano e por possuir pontos fixos, o que impede que seu horizonte temporal mude com o passar do tempo. Esses pontos, denominados

“figuras de memória” (ASSMANN & CZAPLICKA, 1995, p. 129), são eventos significativos do passado, que podem ser mantidos por uma formação cultural e por uma comunicação institucional. Entretanto, a memória cultural é diferente daquela chamada de comunicativa. Esta última envolve exclusivamente as variedades de memória de uma coletividade baseadas nas comunicações diárias. Por isso, a memória comunicativa é informal, flexível e difusa, possuindo temas que são instáveis com o passar do tempo (ASSMANN & CZAPLICKA, 1995, p. 126).

Outro fator que distingue a memória cultural da comunicativa é a formação cultural mencionada anteriormente. Com ela, os significados e conhecimentos compartilhados se tornam objetivos e cristalizados através de meios, como a linguagem, a escrita e a oralidade, que os tornam acessíveis e transmissíveis ao longo das gerações (ASSMANN & CZAPLICKA, 1995, p. 129). Para que uma comunicação institucional da memória cultural seja possível, a formação é um pré-requisito: ela engendra a organização, que permite a especialização dos saberes e do passado em uma sociedade, na qual certos indivíduos passam a ter acesso privilegiado ao “depósito” de conhecimento (ASSMANN & CZAPLICKA, 1995, p. 131). Os “profissionais” detentores deste último, portanto, se tornam os responsáveis pela transmissão da memória cultural, mesmo que isto independa de um só tipo de meio, como a escrita: enquanto nas sociedades letradas a coerência da transmissão é textual, nas sociedades orais, a coerência é ritual (ERLL, 2011, p. 33).

Neste trabalho, destaco a importância do meio escrito para a difusão e mediação do “depósito” de conhecimento. Como já dito, em sociedades letradas, o texto dá coerência à transmissão do “corpo” de memórias, e é possível afirmar que uma das funções do meio escrito e, por conseguinte, da literatura, é a preservação da memória, ou das várias memórias que podem ser externadas e transmitidas por ela. É preciso salientar que o texto não é um meio neutro de transmissão, indicando que a sociedade ou grupo aceita a forma narrativa dada àquelas memórias (HERMANN, 2013, p. 344).

Porém, esta aceitação não pode ser vista de maneira generalizada e, ao empregar os conceitos de Assmann em um dado contexto e sociedade, é necessário delimitar para quem um *corpus* textual pode ser percebido como uma memória cultural.

Passemos para o contexto ao qual se direciona esta análise. O longo processo de cristianização da Escandinávia, ocorrido aproximadamente de meados do século IX ao início do XII, gerou diversas e profundas mudanças na sociedade nórdica. Tais mudanças não se limitaram à nova religião: com a intensificação dos intercâmbios com o mundo cristão e do trabalho dos missionários, um novo sistema administrativo, político, comportamental e cultural se difundiu no Norte, e que foi sendo adaptado pelos escandinavos para abranger certos costumes locais. Dentre as novidades trazidas pelo cristianismo estava o registro escrito sistemático e, com ele, a cultura letrada e os modelos textuais da Cristandade.

No início do século XII, a religião cristã já figurava como oficial nos reinos nórdicos, ao passo que a Igreja – institucionalizada desde 1104 com o estabelecimento da sé metropolitana na cidade de Lund – possuía um número crescente de clérigos nascidos na própria Escandinávia. De meados do mesmo século em diante o emergente círculo letrado nórdico passou a registrar o passado pré-cristão, utilizando o alfabeto latino para escrever uma variedade de obras que narram as histórias, lendas e mitos de seus antepassados, na própria língua latina e nas línguas vernáculas.

A literatura da Escandinávia medieval, mesmo sendo eminentemente secular, foi impulsionada e influenciada pela cultura cristã e seus modelos, e também escrita por clérigos. No entanto, a literatura aqui considerada é aquela que se caracteriza pelas reinterpretações e adaptações do passado nativo, e não por debates teológicos e dogmáticos. Da mesma forma, ela é mais ligada ao emergente clero, à nobreza e às elites cristãs do que à totalidade da população da Escandinávia.

Como já colocado, a memória cultural está ligada à “co-criação da identidade” de um grupo ou sociedade, fomentada pela distinção entre o “nós” e os “outros”. Ela possui a capacidade de reconstruir o passado, vinculando-o à contemporaneidade e permitindo que as “figuras de memória” sejam relacionadas a diferentes contextos. Ao final do processo de cristianização, os escandinavos tiveram que reinterpretar seu passado e seu presente para encontrar e expressar seu lugar no mundo cristão. Para Lars Mortensen, essa mudança foi uma via de mão dupla:

[...] À medida que o ‘nós’ muda, o passado muda - isso se torna óbvio na forma pela qual as regiões do norte e do leste se apropriaram de um passado judeu, greco-romano e cristão-romano. Mas o inverso também é verdade: à medida que o passado muda, o ‘nós’ muda - a importação de rituais e conceitos cristãos teve efeitos profundos em sociedades periféricas [...] (MORTENSEN, 2006, p. 13)⁴.

Reconstruindo o passado local, os autores nórdicos puderam cimentar e externar sua nova identidade, agora cristã e escandinava. Para Else Roesdahl, esse *corpus* textual tem como base a consciência cultural da Escandinávia e, em certa medida, demonstra orgulho do passado – a inclusão confiante deste último, mesmo pagão, é uma das características mais marcantes dessa literatura (ROESDAHL, 1992, p. 34). Tal qual boa parte dos círculos letrados do restante da Cristandade, os autores escandinavos priorizavam os acontecimentos mais destacados do passado, especialmente no tocante às elites e à nobreza nórdicas. A inclusão de genealogias promovia o conhecimento de sua procedência e ressaltava a ideia de continuidade, facilitando a construção de uma nova identidade e, ainda, fomentando a legitimação das monarquias nórdicas no poder

⁴ [...] As the ‘we’ changes, the past changes – this is obvious in the way the northern and eastern regions appropriated a Jewish, Greco-Roman, and Roman Christian past. But the converse is also true: as the past changes, the ‘we’ changes – the import of Christian rituals and concepts had profound effects on peripheral societies [...].

perante o restante dos reinos cristãos e, ao mesmo tempo, perante seus rivais internos.

Voltando à teoria de Assmann, lembremos que a formação indica a cristalização dos significados e conhecimentos compartilhados, e é um pré-requisito para sua comunicação institucionalizada – algo que não depende só do meio escrito. Com a organização, ocorre a especialização do conhecimento, e a distribuição da memória cultural passa a depender de uma prática especializada, ou de um cultivo. Outra característica desse quadro teórico é a obrigação: ela indica que a relação de um grupo ou sociedade com uma autoimagem normativa engendra um sistema de valores, e diferencia a importância das fontes culturais de conhecimento. Essa diferenciação irá depender de como funciona a produção, representação e reprodução daquela autoimagem (ASSMANN & CZAPLICKA, 1995, p. 131).

Uma última característica da memória cultural é a reflexividade, que pode ocorrer de três formas: pela prática reflexiva, que interpreta as práticas sociais em comum via provérbios, máximas, ritos, entre outros; pela prática auto reflexiva, na qual ela volta a si mesma para explicar, distinguir, reinterpretar e criticar o presente e o passado; e pela prática reflexiva em sua própria imagem, na qual se reflete sobre a autoimagem do grupo através da preocupação com seu sistema social (ASSMANN & CZAPLICKA, 1995, p. 132).

No caso escandinavo, é importante notar que, antes da difusão da escrita latina, a memória tinha imensa importância para a sociedade. Como observa Stephen Mitchell, os nórdicos tinham consciência da memória tanto como um instrumento valioso de sua cultura quanto como um conceito abstrato (MITCHELL, 2013, p. 284). Contar histórias e lendas sempre fora uma forma popular de entretenimento, e os escaldos, os poetas que circulavam por todo o território escandinavo, eram os mantenedores da memória e do passado através da coerência ritual de transmissão dos mesmos. A sobrevivência e manutenção de histórias, poemas e mitos pré-

cristãos, após a cristianização, corrobora a importância dos mesmos para aquela sociedade. A introdução do meio escrito facilitou o envolvimento interpretativo, e mesmo inventivo com o passado, fornecendo novas possibilidades de como acessá-lo (HERMANN, 2013, p. 347).

Por isso, a difusão da escrita e o florescimento da literatura não resultaram em um abandono súbito das narrativas orais nórdicas. Nos séculos XII e XIII, os empréstimos de temas e modelos entre a produção textual e a cultura oral nativa são perceptíveis, revelando não só a coexistência, mas também uma influência mútua. Da mesma forma, enquanto um meio, a literatura não opera isolada, pois se fundamenta na função performativa daquela cultura oral (HERMANN, 2013, p. 344), bem como no prestígio que a declamação possuía. Para a sociedade escandinava medieval, os traços e a estética dessas narrativas orais, empregados na literatura, lhe conferiam um toque tradicional, e ainda um sentido de objetividade e de autenticidade (HERMANN, 2013, p. 341).

Para Nils Blomkvist, essa literatura representa um momento de crise, sendo uma poderosa ferramenta na transição para uma sociedade cristã por ter uma identidade própria em meio às mudanças ocasionadas pela cristianização (BLOMKVIST, 2005, p. 261). Birgit e Peter Sawyer corroboram essa ideia, afirmando que a repetição e a reescrita dos mesmos mitos e lendas locais, bem como a produção de obras “históricas”, sugere ainda um sintoma de crise em relação à centralização das monarquias, especialmente na Dinamarca e na Noruega (SAWYER & SAWYER, 1993, pp. 250-251) – centralização esta também fomentada por modelos cristãos de governo.

No período em questão, em certa medida, a escrita ainda era uma novidade para os escandinavos. Com as mudanças causadas pela difusão do cristianismo, e tendo em mente a organização e a especialização das funções na perspectiva de Assmann, a escrita foi incorporada pelo emergente clero nórdico como instrumento auxiliar da memória. Enquanto grupo especializado que detinha o

conhecimento do passado, os membros da Igreja na Escandinávia puderam também igualar-se ao restante dos círculos letrados cristãos. Aqueles que dominavam o meio escrito puderam testar as novas possibilidades de registrar a memória textualmente, remodelando o passado com o uso das tradições clássicas retóricas, que postulavam o treino constante para sua devida utilização. Para Preben Sørensen, as novas interpretações levadas a cabo pelo clero:

[...] expressavam uma autoconfiança escandinava, uma crença em uma identidade cultural independente, que foi tanto inspirada pelas modas europeias contemporâneas quanto contrastadas com elas. Os povos nórdicos assimilaram tudo que era novo na Europa – a religião, a escrita, a literatura e o estudo clássico [...] -, mas também deixaram claro que eles próprios tinham uma história antiga e uma poesia que estava no mesmo nível da do Continente (MEULENGRACHT SØRENSEN, 1992, p. 171)⁵.

Apelando constantemente ao passado pré-cristão, os autores nórdicos escreveram sob o ímpeto de mudanças pois, em função delas, foi sentida a necessidade de manter e cultivar a cultura local que, adaptada aos modelos cristãos, poderia ser melhor mostrada ao restante da Cristandade (ROESDAHL, 1992, p. 34). De maneira similar à cultura letrada cristã, os literatos nórdicos medievais demonstram um interesse antiquário em relação à história e às tradições nativas – o que, muitas vezes, resulta em uma visão parcial sobre as mesmas. A distância cronológica era útil para criar atmosferas distantes, exóticas, e apartadas do período da escrita das obras, tornando “seguro” para que esses autores dissertassem sobre temas pagãos. A literatura mostra a sociedade nórdica tentando se adaptar às novas circunstâncias por meio da escrita, que trouxe a oportunidade de registrar tais reinterpretações e auto identificações,

⁵ [...] expressed a Scandinavian self-confidence, a belief in an independent cultural identity, which was both inspired by contemporary European fashions and was in contrast to them. The Nordic peoples picked up everything that was new in Europe – religion, writing, Classical [...] literature and learning – but they also made it clear that they themselves had an early history and a poetry which was on a level with those of the Continent.

gerando uma visão antiga de identidade e continuidade (MORTENSEN, 2006, p. 12).

Essa literatura, tanto da Islândia quanto do restante da Escandinávia, foi uma empreitada de revitalização e de busca pela memória e pelo passado pré-cristão, tornando-se um ponto de encontro entre a cultura cristã e a cultura nativa. Os círculos letRADos nórdicos, ao lado das elites e da nobreza, puderAM apresentAR esse passado longínquo e sem o Deus cristão benevolente, mostrando que as tradições pagãs da Escandinávia – particularmente do período viking – já não erAM mais uma realidade cotidiana e, concomitantemente, deixando claro que erAM parte importante de sua história, memória e identidade. Portanto, a literatura nórdica medieval como um todo, dos séculos XII e XIII, pode ser percebida como uma memória cultural na acepção de Jan Assmann, configurando-se em um arsenal escrito do passado glorioso e heroico, cuidadosamente selecionado, reinterpretado e preservado para o período de sua escrita e para a posteridade.

Referências

- ASSMANN, Aleida. *Canon and Archive*. In: ERLL, Astrid & NÜNNING, Ansgar (Eds.). *Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlim: Walter de Gruyter, 2008, pp. 97-107.
- ASSMANN, Jan & CZAPLICKA, John. *Collective Memory and Cultural Identity*. In: *New German Critique*, n. 65, 1995, pp. 125-133. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36366647/collective_memory_and_cultural_identity.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYUGZ2Y53UL3A&Expires=1506959277&Signature=W2HM2Fqc%2FfNUvd2velHbmq6Jv6o%3D&response-contentdisposition=inline%3B%20filename%3DCollective_Memory_and_Cultural_Identity.pdf>, acesso em: 15/08/2017.

BLOMKVIST, Nils. *The Discovery of The Baltic - The Reception of a Catholic World-system in The European North (ad 1075-1225)*. Leiden/Boston: Brill Academy Publishers, 2005.

- ERLL, Astrid. *Memory in Culture*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011.
- HERMANN, Pernille. *Saga Literature, Cultural Memory and Storage*. In: *Scandinavian Studies*, vol. 85, n. 3, 2013, pp. 332-354. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/528822/>>, acesso em 05/05/2016.
- MEULENGRACHT SØRENSEN, Preben. *From oral poetry to literature*. In: ROESDAHL, Else & WILSON, David M. (Eds.). *From Viking to Crusader – The Scandinavians and Europe, 800 – 1200*. Nova Iorque: Rizzoli International Publications, 1992, pp. 166-171.
- MITCHELL, Stephen. *Memory, Mediality, and the "Performative Turn": Recontextualizing Remembering in Medieval Scandinavia*. In: *Scandinavian Studies*, vol. 85, n. 3, 2013, pp. 282-305. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/528820/>>, acesso em 16/01/2016.
- MORTENSEN, Lars Boje. *Introduction*. In: _____ (Ed.). *The Making of Christian Myths in the Periphery of Latin Christendom (c.1000-1300)*. Copenhague: Museum Tusculanum Press, 2006, pp. 7-16.
- ROESDAHL, Else. *The Scandinavian kingdoms*. In: _____ & WILSON, David M. (Eds.). *From Viking to Crusader – The Scandinavians and Europe, 800 – 1200*. Nova Iorque: Rizzoli International Publications, 1992, pp. 32-41.
- SAWYER, Birgit & SAWYER, Peter. *Medieval Scandinavia – From Conversion to Reformation, ca. 800 – 1500*. Mineápolis: University of Minnesota Press, 1993.

Representações de santos missionários dos séculos XVI e XIX na Pintura Sacra de Aldo Locatelli: Imagens como discursos (1952-59)

Anna Paula Boneberg Nascimento dos Santos¹

Para iniciarmos este breve diálogo sobre a temática das *representações de santos missionários dos séculos XVI e XIX na Pintura Sacra de Aldo Locatelli (1952-59)*, numa compreensão destas *imagens como discursos*, é preciso dizer que a escrita do presente resumo expandido para os anais do *II Encontro Discente de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (II EDHIST-UFRGS)* integra a proposta do Eixo Temático *Tempo, Memória e Usos do Passado*. Reunindo pesquisas diversificadas sobre assuntos relativos ao tempo histórico, bem como às percepções dos atos memoriais em relação às experiências individuais e grupais em seus múltiplos contextos, a organização desta sala proporcionou aos participantes um momento de discussão sobre as fontes e os objetos norteadores de suas análises, suas inquietações e possibilidades de avanço através do compartilhamento de bibliografias e trocas de ideias e informações. Visando, neste sentido, fomentar um diálogo a respeito dos usos de imagens como fontes centrais em pesquisas históricas numa perspectiva interdisciplinar, nosso trabalho foi ao encontro de

¹ Doutoranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista da CAPES.

outras propostas que também se pautam na História Cultural como aporte teórico, considerando a sua incidência “sobre uma imensa diversidade de documentos e objetos de estudo, assumindo seu perfil como portadora de uma variedade capaz de dialogar com as mais diversas formas de conhecimento e disciplinas”. (LEHMKUHL In: PARANHOS, 2012, p. 56).

A amostragem que trouxemos para esta discussão refere-se às obras de Aldo Locatelli que foram encontradas até o momento e que contemplam o tema da missão católica. Contudo, as imagens escolhidas foram “Santa Teresinha, Padroeira das Missões” (1955) e “Renúncia de São Luiz aos seus direitos de herdeiro” (1959), respectivamente, integrantes das ambientes da igreja Santa Teresinha do Menino Jesus (Porto Alegre, RS) e da catedral São Luiz Gonzaga (Novo Hamburgo, RS). É importante destacar que o nosso projeto de tese está intitulado, provisoriamente, como *A Pintura Sacra de Aldo Locatelli: Um estudo a partir das representações pictóricas de santos missionários na igreja Santa Teresinha do Menino Jesus de Porto Alegre e na Catedral São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo. (Rio Grande do Sul, 1948-1965)* e que está entre os nossos objetivos refletir acerca da importância que o catolicismo conferiu à perpetuação da memória dos religiosos e religiosas que atuaram como missionários, celebrando-os em seus templos. Relatamos, a seguir, uma parte do nosso embasamento teórico-metodológico e de algumas das fontes que utilizamos para esta pesquisa.

A imagem como objeto promotor de múltiplas interpretações: Lendo obras sacras

Direcionar uma pesquisa para uma perspectiva de análise que privilegia o estudo das imagens nos autoriza a pensar acerca de um objeto promotor de múltiplas interpretações, para além do discurso escrito. A imagem insere outras formas de reflexão que não se limitam à combinação de palavras ou sentenças, visto que ela não

encerra impressões. Ela é, para nós, a fonte principal, e é dela que partem as nossas considerações. As obras sacras que aqui destacamos integram, portanto, o cerne do nosso trabalho, diferenciando-o dos diversos estudos históricos que se servem do uso de imagens como fontes complementares ou, apenas, como “reforços” para textos e seus discursos. Neste ínterim, procuraremos contemplar as possíveis relações entre imagens e textos produzidos no âmbito da Igreja Católica considerando, em primeiro plano, o contexto das missões em que os santos *Teresinha do Menino Jesus, Teresa D'Ávila, Francisco Xavier e Luiz Gonzaga* estiveram inseridos em diferentes temporalidades, partindo da leitura do painel “Santa Teresinha, padroeira das missões”. Baseamo-nos na análise que Ivan Gaskell faz em seu texto que integra a obra organizada por Peter Burke *A escrita da história: novas perspectivas* (2011) a respeito da interpretação de imagens a partir do seu contexto de produção e, especialmente neste caso, do momento que elas evocam. Conforme o autor,

Parte do equipamento mental com que um homem organiza sua experiência visual é variável, e grande parte desse equipamento variável é culturalmente relativo, no sentido de ser determinado pela sociedade que influenciou sua experiência. Por isso, a tarefa do historiador é recuperar a ‘visão do período’: a maneira de ver culturalmente específica [...]. (GASKELL In.: BURKE, 2011 p. 267).

Da reflexão de Gaskell, atentamos para a menção feita à *tarefa do historiador* de refletir acerca da “maneira de ver”, peculiar aos atores sociais determinados no bojo da sua análise. Na obra “Santa Teresinha, Padroeira das Missões” é possível identificar a presença de personagens que viveram e atuaram em temporalidades diferentes: Santa Teresinha (no século XIX), Santa Teresa D’Ávila e São Francisco Xavier (no século XVI) e os povos colonizados das Américas, da Ásia e da África. Numa complementação a esta leitura, também podemos destacar o trecho bíblico da vulgata de São Marcos *VOX CLAMANTIS IN DESERTO*, ou, “vozes que clamam no

Deserto”, que foi inserido pelo pintor Emilio Sessa (decorador que trabalhou junto com Locatelli na composição deste espaço) e que pode remeter o espectador a uma leitura salvacionista das missões. Compreender as razões para a inserção de obras como esta em igrejas católicas do Rio Grande do Sul, em meados do século XX, é, portanto, um dos objetivos fundamentais da nossa pesquisa.



Imagen 1: Painel “Santa Teresinha, Padroeira das Missões”. Aldo Locatelli (1955), igreja Santa Teresinha do Menino Jesus (Porto Alegre, RS). Fonte: Acervo da autora. Fotografia: Aldo Toniazzo.

No que concerne à análise das relações estabelecidas entre sucessivas temporalidades em representações – tanto textuais quanto visuais – *Reinhart Koselleck* tece considerações fundamentais em seu livro *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (2011), entre as quais podemos destacar o seguinte trecho:

O problema da representação, isto é, da maneira como a história narra e descreve, remete, no campo do conhecimento, a diferentes dimensões temporais do movimento histórico. A constatação de que uma “história” já se encontra previamente configurada antes de tomar a forma de uma linguagem limita não só o potencial da representação como também exige do historiador que se volte necessariamente à fonte em busca de fatos. Esta contém

indicadores de sucessão temporal muito diversos. (KOSELLECK, 2011, p. 133).

Ao olharmos com atenção para a imagem centralizada da “Padroeira das Missões” e para a disposição dos elementos que compõem o mural, a *sucessão temporal* referida por Koselleck é facilmente percebida. Isto, é claro, levando-se em conta que é preciso ter um conhecimento mínimo sobre o tema da missão e da atuação dos seus personagens. A linguagem pictórica – se assim podemos chamar esta prática de comunicar através de figuras imagéticas – ultrapassa os elementos figurativos da cena: está presente, também, nas técnicas utilizadas pelo artista. Apenas para dar um exemplo, a utilização da luz e da sombra remetem a uma aproximação e a um distanciamento dos personagens em relação ao expectador/leitor. Não nos demoraremos neste tópico devido aos limites deste resumo e – é preciso reconhecer – por ainda estarmos principiando em tais reflexões. Mas voltaremos a ele em textos futuros.

Breves linhas sobre o artista

Antes de referirmos a nossa leitura (inicial) das obras destacadas, faz-se necessário situarmos – ainda que brevemente – o momento da vinda do seu executor e o contexto social que permeou a sua atuação no Rio Grande do Sul. Na bibliografia consultada sobre o artista temos que, ao receber um convite do Núncio Apostólico Angelo Roncalli em 1948, o pintor italiano Emilio Sessa reuniu-se com Aldo Locatelli e outros colegas da Escola de Artes Andrea Fantoni (Villa D’Almè, Bergamo-Itália) a fim de formar a equipe que viajaria ao Brasil sob o encargo de decorar a recém-construída catedral São Francisco de Paula (Pelotas, RS-Brasil). A iniciativa do Núncio foi estratégica, pois, neste momento, as cidades brasileiras cresciam e se dinamizavam através do fluxo (i)migratório, acompanhando os avanços da ciência e da tecnologia que inseriam o país nas esferas da Modernidade. A Igreja passava,

então, por uma fase de disputas com outras religiões e procurava instalar suas bases em todos os lugares possíveis por intermédio de estratégias de aproximação com as populações nas cidades. As composições produzidas por estes pintores voltaram muitos olhares para os interiores de templos católicos rio-grandenses e, dez anos depois, o articulador deste e de tantos outros empreendimentos foi designado Papa João XXIII.

Simultaneamente às obras de decoração da catedral de Pelotas, a Igreja Católica empenhava-se na construção de novos templos no Rio Grande do Sul e passava a fomentar projetos decorativos para seus interiores. A capital do estado, Porto Alegre, também se tornou “um polo de atração para a região sul do país ao oferecer oportunidades profissionais, passando assim por uma fase de crescimento demográfico e de êxodo rural” e, sob tais condições, “o campo de arte paulatinamente se consolidou.” (KERN In: GOMES, op. cit. p. 74). Foi nesta cidade que Aldo Locatelli produziu diversas obras públicas e para particulares, entre elas, os sete painéis relativos à vida, à morte e à fé de Santa Teresinha do Menino Jesus.

Uma santa do século XIX: “Santa Teresinha, Padroeira das Missões” (1955)

Embora haja menções nos estudos referentes à Santa Teresinha sobre o seu desígnio como “padroeira das missões”, não encontramos, até o momento, outra pintura no Brasil com esta temática. Em termos gerais, o sétimo painel de Locatelli (Imagen 1) apresenta a figura de Santa Teresinha ao centro da cena, abrangendo a maior parte do espaço, com as mãos elevadas em sinal de adoração. Ao fundo, em tonalidades muito claras e passando a ideia de distanciamento temporal,² estão representados religiosos

² Francisco Xavier (1506-1552) e Teresa D'Ávila (1515-1582) foram missionários atuantes no século XVI, enquanto Santa Teresinha viveu no século XIX. Isto explica a ideia de distanciamento conferida por Locatelli – através de técnicas de coloração, luz, sombra e proporções – à cena. Com base nos

jesuítas seguindo Francisco Xavier (à esquerda), e religiosas carmelitas acompanhando Santa Teresa D'Ávila (à direita). À frente do grupo de Xavier, indígenas magros e em clara situação de penúria parecem clamar à Santa Teresinha enquanto que, à frente de Santa Teresa e das irmãs carmelitas, representantes asiáticos e africanos elevam suas mãos e seus olhares para o mesmo ponto central: A santa que, em 14 de dezembro de 1927, foi proclamada “padroeira universal das missões”³ pelo Papa Pio XI, ao lado de Francisco Xavier (CAVALCANTE, 1997, p. 372). O conjunto da obra, portanto, mostra uma representação da “evangelização de todos os povos”, afirmando a universalidade da Igreja Católica enquanto instituição. A figura de Santa Teresinha pode ser entendida, neste sentido, como um símbolo da expansão da palavra de Deus “disseminada por outros exemplos de cristãos do passado” que realizaram missões em todos os continentes, como foi o caso de Francisco Xavier e de outros membros da Companhia de Jesus (SJ),⁴ e de Teresa D'Ávila e dos seguidores da Ordem dos Carmelitas Descalços (OCD)⁵ que viriam a

outros planos deste mural podemos dizer, ainda, que há uma sugestão de distância entre os santos e os pagãos, relacionada à ideia de “salvação”.

³ Embora nunca tenha participado diretamente de missões, na documentação reunida pela irmã de Teresinha — entre seus diários, fotografias e correspondências — constam cartas trocadas entre ela e representantes de uma missão carmelita na Indochina Francesa, nas quais ela demonstra o seu desejo de se juntar ao grupo. Foi convidada, mas não pôde fazê-lo porque havia contraído tuberculose e necessitava de cuidados. Além disto, há diversas passagens dos seus escritos que contêm orações, de sua própria autoria, pelos padres que se dedicavam à vocação missionária. O papa Pio XI a considerava “a estrela do seu pontificado” e, a partir da sua devoção, Santa Teresinha se tornou uma das santas mais populares do século XX. (GAMBI, 1997, p. 46-48).

⁴ José Carlos Sebe (1982) define a Companhia de Jesus como uma “Ordem atrelada aos princípios da burguesia expansionista, pois comprometida com a colonização e o missionarismo”. (SEBE, 1982, p. 8). Segundo Sebe, a fundação da SJ ocorreu no período colonial (século XVI) e os seus campos de atuação abrangeram o Oriente — sobretudo, a Ásia — e a América — em especial, o Brasil —, embora seus membros tenham atuado, também, na América espanhola. Esta informação nos dá um primeiro suporte para compreender a composição da cena pintada por Locatelli que apresenta, em seu cerne, o tema da “evangelização de todos os povos”.

⁵ Sobre a *Ordem dos Carmelitas Descalços* destacamos, primeiramente, que embora conste no referido painel apenas mulheres como representantes, esta é uma congregação que se divide em grupos femininos (irmãs) e masculinos (frades). No livro de SEBE (1982) — já citado como um dos nossos referenciais sobre a SJ —, a OCD é mencionada em alguns trechos, como o que informa que se trata da primeira congregação feminina aceita pela Igreja, e que “teve grande aceitação entre o povo

ser, posteriormente, exemplares e modelos para a educação, tanto evangelizadora (ou catequética) quanto escolar (o que contribui para a legitimação da sua presença nas cidades).

Além de marcar a ocasião da vinda de Locatelli, Sessa e outros pintores ao Rio Grande do Sul, é preciso considerar o ano de 1948 foi de intensa movimentação na Igreja Católica do Brasil e de grandes mobilizações de fiéis em prol da evangelização missionária, incentivadas pelo clero ao longo de toda a década de 1940. Entre os principais eventos de 1948, podemos citar a *Terceira Semana Nacional de Ação Católica*, ocorrida entre 24 e 26 de outubro – direcionada às famílias das zonas rurais – e o *V Congresso Eucarístico Nacional*, que aconteceu de 28 a 31 de outubro, em Porto Alegre. Segundo Aldino Luiz Segala (2007), o V Congresso foi “um momento em que multidões de fiéis foram movimentadas, além da intelectualidade católica e autoridades” (SEGALA In: BERNARDI, 2007, p.59). Ressaltamos a importância de que os congressos eucarísticos sejam entendidos como aportes para muitos dos empreendimentos da Igreja Católica ao longo do século XX, considerando que são destacados entre as mais importantes manifestações do catolicismo pela reafirmação da sua presença nos estados brasileiros frente ao crescente aumento populacional nas cidades e às ofertas constantes de outras religiões, então, em contínua disputa por espaços. Todas estas questões precisam ser analisadas ao tratarmos acerca da arte produzida em igrejas a partir deste momento.

Um santo missionário do século XVI: “São Luiz Gonzaga renuncia aos seus direitos de herdeiro” (1959)

Na mesma década em que Locatelli concluiu a ambiência da igreja Santa Teresinha do Menino Jesus junto a Emilio Sessa,

português”. (SEBE, 1982, p. 48). Mais sobre esta ordem pode ser encontrado na tese de Doutorado em CAVALLARI (2010), PHILIPON (1958) e SANTOS (2012).

recebeu encargos em outra paróquia rio-grandense para representar mais um santo missionário em seus murais: São Luiz Gonzaga (1568-1591). Nascido na Itália na metade final do século XVI, Luiz foi um seguidor da Ordem de Inácio de Loyola e Francisco Xavier que precisou enfrentar forte resistência por parte da sua família – dona de feudos e possuidora de grande prestígio, sendo o seu pai Marquês e comandante do exército de Castiglione (Itália) – para ingressar na Companhia de Jesus, “renunciando para sempre a seus direitos de herdeiro [pois primogênito] do principado, em favor do irmão menor” e assim, “com 17 anos, seguiu para Roma a fim de ingressar no noviciado dos jesuítas” (CONTI, 1984, p. 267). Ao seu orago foram dedicadas muitas igrejas e, dentre as brasileiras, a catedral São Luiz Gonzaga, de Novo Hamburgo – construída em 1926 (mesmo ano em que Pio XI o proclama “Padroeiro da Juventude Católica”)⁶. Nesta igreja, coube a Locatelli a composição de cenas referentes à vida do padroeiro, a partir da sua conversão à Companhia de Jesus (SJ) até o momento de sua morte (contaminado com tifo, aos 23 anos), numa apresentação semelhante à feita na igreja Santa Teresinha do Menino Jesus.



Imagen 2: Painel “Renúncia de São Luiz aos seus direitos de herdeiro”. Aldo Locatelli (1959), catedral São Luiz Gonzaga (Novo Hamburgo, RS). Fonte: Acervo e fotografia da autora.

⁶ Assim como Santa Teresinha foi proclamada por Pio XI, em 1927, “Padroeira Universal das Missões”, um ano antes o mesmo papa atribuiu a São Luiz Gonzaga o predicativo de “Padroeiro da Juventude Católica”, conforme consta em sua Carta Apostólica assinada em 13 de junho de 1926. Esta carta encontra-se no banco de dados do Vaticano e é acessível através do domínio: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/apost_letters/documents/hf_p-xi_apl_19260613_singulare-illud.html.

Durante os trabalhos de Locatelli na catedral São Luiz Gonzaga, convém lembrar que Ângelo Roncalli já atuava frente à Igreja como papa João XXIII (1958-1963). Conforme mencionamos, o então pontífice foi o responsável pela vinda de Sessa e Locatelli ao Brasil e, durante toda a sua atuação sacerdotal e pontifical, “procurou estimular a criação de uma arte sacra, capaz de representar em toda a sua plenitude a época em que vivemos” (ANDRÉS, 1966, p. 84). Ou, arriscamos pensar: a época que a Igreja Católica tencionava reviver através da “recristianização” da sociedade [conforme explica Arnoldo Doberstein (2002, p. 22-24)], a exemplo do Concílio de Trento (século XVI) convocado no período de atuação dos primeiros santos missionários.

(Breves) considerações finais

Neste pequeno texto, tencionamos expor parte das nossas pesquisas, resultantes de curiosidades e dos questionamentos levantados acerca da Pintura Sacra como discurso. Entendemos que Aldo Locatelli é um dos pintores sacros italianos que tiveram maior visibilidade no Rio Grande do Sul e no Brasil, portanto, a sua vinda e atuação em um momento de intensa mobilização do clero católico não deixa de suscitar curiosidades em torno das imagens que foram produzidas sobre o tema da missão. Tendo elaborado obras como “Santa Teresinha, Padroeira das Missões” (1955) e “Renúncia de São Luiz aos seus direitos de herdeiro” (1959) — que destacam em suas cenas representações de santos missionários de diferentes temporalidades —, os discursos que este artista reproduziu nas paredes de locais de culto católicos remetem a uma provável intenção de visibilidade e de (re)visitação a um momento destacado da história eclesiástica.

Referências

- ANDRÉS, Maria Helena. *Vivência e arte*. Rio de Janeiro: Agir, 1966.
- BERNARDI, José (Org.). *História e missão da igreja no RS*. Porto Alegre: EST Edições, 2007.
- BURKE, Peter. (Org). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- _____. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CAVALCANTE, Pedro Teixeira. *Dicionário de Santa Teresinha*. São Paulo: Paulus, 1997.
- CAVALLARI, Marcelo Musa (Trad.). *Santa Teresa D'Ávila: Livro da vida*. São Paulo: Penguin, 2010.
- CONTI, Dom Servilho. *O santo do dia*. Santa Maria: Pallotti, 1984.
- DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. *Estatuários, catolicismo e gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GAMBI, Orlando. *Vida de Santa Teresinha*. São Paulo: Santuário, 1997.
- GOMES, Paulo. TREVISAN, Armindo. *Aldo Locatelli: O mago das cores*. Porto Alegre: Marprom - Assessoria de Marketing, Relações Públicas e Promoções/Companhia Estadual de Energia Elétrica, 1998.
- _____. (Org.). *Artes plásticas no Rio Grande do Sul: Uma panorâmica*. Porto Alegre: Lahtu Sensu, 2007.
- PARANHOS, Kátia; R. LEHMKUHL, Luciene. PARANHOS, Adalberto. (Org.). *História e imagens: Textos visuais e práticas de leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- PHILIPON, M. M. *Santa Teresinha de Lisieux*: Um caminho todo novo. Rio de Janeiro: Olímpica, 1958.

SANTOS, Anna Paula Boneberg N. dos. *A pintura sacra como patrimônio cristão: Legados artísticos e modelos de fé em igrejas católicas de Porto Alegre (1940-1960)*. Dissertação de Mestrado em História. São Leopoldo: UNISINOS, 2014.

SANTOS, Luciana Lopes dos. *A madre fundadora e os livros: Santidade e cultura escrita no “siglo de oro” espanhol*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

SEBE, José Carlos. *Os jesuítas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

O tempo, a nação e a socialdemocracia vienense no início do século XX

Simone Maciel Margis¹

Partiremos para a interpretação da utilização do tempo nos discursos nacionais – em nosso caso, a temporalidade constitutiva da rede hierárquica que compõe o caráter nacional em Bauer. Muito além da apreensão mecânica do tempo natural, demarcado pelo calendário e pelo relógio, a temporalidade intrínseca nas visões de mundo onde se toma como objeto as nações – sejam discursos que primam pela legitimação, ou, como no caso de Bauer, uma procura pela explicação do fenômeno – o tempo se apresenta de maneira derivada. Levinger e Lytle (2001) apreenderam esta noção de tempo derivado a partir do momento em que se identifica nos discursos de cunho nacional a ideia de passado, presente e futuro, cada um deles tendo papel de igual importância na formação das identidades nacionais. O haver-sido apresenta-se como objeto de legitimação a partir do momento em que há um “recorte” do passado para que este possa levantar subsídios discursivos capazes de mobilizar um grupo, uma comunidade. Este recorte, feito no presente, traz muito mais características dele mesmo do que um provável “resgate” de algum fato dado como originário, já que é a partir da vontade tida no presente que a ação do “voltar-se” para algo ou alguém no

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Maria.

passado leva consigo o contexto do agora.

A apreensão do passado como sucessão de fatos que se interpelam pode ser identificada neste exercício de “retorno” ao passado, já que os fatos teriam lugar determinado no tempo. Como já assinalado, este exercício de “resgate” teria como objetivo legitimar, a partir do discurso que se propõe nacional, as raízes históricas da nação, tendo em vista a utilização da história como escudo a possíveis questionamentos quanto sua existência e imposição quanto a outras nações. O uso deste tipo de discurso também pode ser entendido como fomentador das identidades nacionais, tendo em vista a atividade de “relembrar” e “resgatar” hábitos e costumes dos antepassados para o presente. O constante exercício reafirmar as “tradições” (HOBSBAWM, 2012) de determinado grupo reforça justamente o sentimento de pertença invocado discursivamente.

O passado como entidade só é possível por meio do discurso e é esta característica que observamos ao analisar os discursos nacionais. Levinger e Lytle assinalaram que o passado possui papel fundamental na busca por um futuro utópico. Armani (2013) porém, assinalou que essa dinâmica temporal possui brechas quando analisados, por exemplo, discursos nacionais aonde a nação (ou o vir-a-ser nação) tinham como características a superação de um passado colonial. Aqui temos a ideia de superação que ultrapassa os limites dimensionais do presente e agrega à perspectiva de ruptura também o passado. Voltando-se para o objeto desta pesquisa, Otto Bauer determina temporalmente seu alvo de análise nesta mesma linha de raciocínio: o tempo em *“Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie”* se mostra como: 1) forma concebida *a priori* da experiência, preexistente ao ser humano; 2) como formação derivada, o porvir da nação se mostra a partir da ideia de *ruptura linear* com o presente e o passado.

Antes de adentramos nestas duas características principais sobre o tempo em Bauer, achamos necessário desenvolver as três dimensões temporais e as relações de *permanência* e *ruptura* que

podem ser identificadas nos discursos nacionais que projetam o ser- nação como em um horizonte de expectativas.

A invenção de uma noção capaz de apreender o fator do tempo mecânico para as narrativas históricas trouxe uma série de mecanismos que o sujeito dispõe para identificar e delimitar o espaço temporal por meio da linguagem. Um destes mecanismos é a temporalidade determinada na ideia de um fenômeno que foi, mas que não é mais e sobre as perspectivas de futuro relacionadas a ele, ou seja, a presença no discurso da noção de passado, presente e futuro. As três dimensões temporais aqui expostas são expostas por meio do discurso nacional em que se lançam expressões cujos significados trazem a ideia de “memória”, no caso do passado, seja ela composta de cargas positivas – como na tríade temporal de Levinger e Lytle, onde o passado apresenta-se como um modelo a ser seguido pela nação no presente – seja por conotações negativas – como no caso das comunidades que apresentam passados coloniais a serem superados. No caso de Bauer, a história tem papel fundamental na formação do caráter nacional, não como um salvo conduto que legitima a nação com um fato originário (uma guerra, uma unificação territorial, uma independência), já que estes apenas significam um fato importante no haver-sido da nação; Bauer determina que este tipo de apropriação de acontecimentos do passado como legitimadores apenas demonstra o caráter *imutável* (BAUER, 1977, p. 25) que alguns nacionalismos tendem a recair em seus discursos. Devemos atentar, porém, que o discurso que leva em consideração os acontecimentos do passado como parâmetro do vir-a-ser nação não o faz de forma idêntica; o passado passa por uma “revisão” daquilo que necessariamente conduz o discurso do presente para a projeção do futuro nacional: “Sem prejuízo de chiste político, também aqui se pode mostrar que o que se espera para o futuro está claramente limitado de uma forma diferente do que o que foi experimentado no passado” (KOSELLECK, 2012, p.311).

Assim, podemos perceber na obra de Bauer é que não há um esquecimento do passado para com a formação do caráter nacional.

O passado aparece como um quadro estático, cujas formas que se revelam perante o olhar de Bauer muito tem de significativo na compreensão do presente e na projeção da nação do futuro. Isto tem a ver com o não esquecimento da história, fato este possível de se apreender na expectativa de Bauer para o porvir. E é nesta tríade temporal que Bauer mergulha suas expectativas quanto ao caráter nacional, unido passado, presente e futuro em seus planos de projeção.

Como marco teórico para este trabalho, utilizaremos a noção de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” para nos referirmos ao tempo. Koselleck (2012) desenvolve os dois conceitos como forma de expressar as noções de temporalidade e seus usos captáveis nos discursos históricos, sendo eles necessários na compreensão do significado que eles dão ao tempo e as conjunturas históricas dos quais se projetam.

Como espaço de experiência, Koselleck afirma que se trata de entender o passado como “estratos de tempos anteriores simultaneamente presentes, sem quehaja referência a um antes e um depois” (KOSELLECK, 2015, p. 311). Temos aqui a noção de que os momentos ultrapassam as fronteiras temporais entre passado e presente e se mostram, a partir das recordações, de maneira pessoal ou coletiva para o(s) agente(s) que rememoram. Passado e presente significam o espaço da experiência; o haver-sido encarado não como um local ou uma entidade que guarda os acontecimentos passados, mas como experiências vividas por determinado(s) agente(s) em que “se aglomera[m] para formar um todo” (Ibidem, p. 311). Este todo só é possível na medida em que há a vontade de relembrar de algo ou alguém, portanto o presente se eleva na dinâmica do espaço de experiência, já que é a partir da ação de rememorar que o passado se torna mensurável.

Levinger e Lytle demonstraram esta ligação do presente com o todo do haver- sido na medida em que o agente do discurso nacional passa a comparar data experiência do passado com o que se mostra em seu presente.

Entraremos em outra dimensão temporal importante na constituição dos discursos nacionais: a noção do futuro como horizonte de expectativa. Longe de serem conceitos opostos, como assinalou Koselleck, o espaço de experiência e o horizonte de expectativas se entrelaçam como forma de explicação de mundo. Porém, sua ligação não se dá de forma complementar a outra, já que como afirmou Koselleck: ‘só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então’ (KOSELLECK, 2012, p. 314).

Temos como horizonte de expectativas aquilo que carrega as projeções para um futuro diferente daquilo que se mostra no presente. Diferentemente do espaço de experiência, o horizonte de expectativas significa aquilo que o(s) agente(s) esperam do porvir a partir da vontade no presente, mas que se distancia dele mesmo e do haver-sido. O horizonte da dimensão do futuro mostra-se como um limite às ações do presente, já que não há um controle daquilo que pode vir-a-ser. Entendemos então o horizonte de expectativas como aquilo que se projeta a partir do espaço de experiência – sendo positivo ou negativo –, como um distanciamento daquilo que se mostra em seu presente.

O vir-a-ser nação expressa as expectativas contidas nos discursos nacionais como forma de projetar aquilo que se deseja para o futuro. Esta relação temporal se mostra tensa a partir do momento em que se perde o controle daquilo que poderá (ou não) vir a acontecer por meio dos apontamentos feitos com relação ao passado – como possibilidade de se chegar até ele, já que representa o haver-sido e possui mecanismos de rememoração que tornam seu alcance viável – e o presente. Levinger e Lytle expressaram este mecanismo a partir do esquema da Tríade Temporal analisando alguns dos discursos nacionais europeus que tinham como objetivo legitimar o ser-nação a partir de um fato originário do passado.

O esquema da Tríade Temporal que denota um passado cujas características funcionam, além do salvo conduto do discurso,

exemplo a ser seguido e/ou alcançado por meio das projeções futuras, são identificadas em discursos que se propõem nacionalistas na Europa, onde o “resgate” daquilo que foi traz a noção do que deveria ser tomado em consideração quando a legitimidade da nação é posto à prova. Como exposto por Armani (2012), de nada adiantaria o esforço de rememorar o passado quando este apresenta características das quais se deseja se superar – como o caso das nações que tem como espaço de experiência a intervenção de um regime colonial.

Os atos de rememoração e projeção feitas a partir do presente constituem o ser-nação a partir do momento em que se torna possível a transformação deste em discurso. Caracterizando-os como históricos, estes discursos de cunho nacional trazem em sua essência as noções como de reproduzibilidade, ruptura e linearidade (ARMANI, 2012) que davam sentido às suas perspectivas.

O “tempo da reproduzibilidade”, como analisado por Armani, traz em seu significado as noções de rememoração daquilo que é importante na legitimação do ser- nação. Aqui, como aponta Armani na análise do intelectual brasileiro Emílio de Souza Docca (1884-1945), são identificáveis as escolhas feitas pelo intelectual de momentos no passado que compõem a “história da pátria”, da procura pelas “tradições” que reproduziam a essência da nação. O passado encontra ecos no presente a partir do momento em que há ação da rememoração e de sua repetição, através de ritos, comemorações, tradições.

Em contrapartida, a reproduzibilidade dificilmente se realizará de forma plena. Dizemos isto porque, em primeiro lugar, seria de todo impossível o ato de rememorar o todo da história da nação, sem deixar nenhum aspecto de fora. Segundo, porque são memórias e, portanto, envolvem esquecimento. O passado de uma nação envolve aspectos positivos e negativos aos olhos do intelectual interessado em pensá-la, tornando necessário o exercício de escolha dos aspectos a serem levados em consideração. Como já assinalado anteriormente, nem sempre o passado como um todo possui

aspectos positivos no sentido da legitimação da soberania nacional, justamente como o caso das nações que apresentam passados coloniais.

O tempo da ruptura não significa uma separação completa entre passado e presente, mas “ver no passado algo distinto do presente” (ARMANI, 2012, p. 199). E é neste sentido que a tríade temporal de Levinger e Lytle se torna relativa: o olhar para o haver-sido nem sempre se mostra de forma positiva; nem sempre o(s) agente(s) do discurso verão no passado, como ele se mostra, subsídios positivos que fomentarão a mobilização da comunidade para devido fim comum. Este fim comum (horizonte de expectativas da nação) liga-se às outras dimensões temporais formando a concepção linear do tempo como trajetória. Somos familiarizados com esta perspectiva pois, como forma didática de exposição do tempo, muitos historiadores recorrem à “linha do tempo” como representação do “homem no tempo”. Nesta perspectiva temporal linear, as ideias quanto à nação passam por estágios onde se mostram pessimistas – quando relacionadas ao presente – e otimistas – quando levam em consideração aspectos de mudança (rupturas), quase que como na expressão de Koselleck sobre o História [Geschichte] no século XVIII. “Indicava a vinculação secreta entre passado e futuro”, aponta Koselleck, “cuja conexão só se pode reconhecer depois de se haver aprendido a compor a história a partir dos dois modos de ser, o da recordação e o da esperança” (KOSELLECK, 2015, p. 308).

A memória nacional tem como ambição ser uma memória coletiva. A linearidade dos discursos nacionais, seja ela em forma de canções, cultos ou passeatas, deve atingir o ser nacional de forma a criar laços entre aqueles que fazem parte da mesma junto a si. Em outras palavras, a memória coletiva nacional tem como objetivo fomentar subsídios às relações de identidade entre os conacionais, fenômeno este de extrema peculiaridade e fragilidade.

“*Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie*” de Otto Bauer, publicada no ano de 1907 e Viena, na Áustria, traz em sua

essência a configuração de uma teoria nacional marcada por um exercício teórico cujas bases estão cunhadas na procura pelo explicar o ser-nação a partir de um método científico. Típico do período denominado por Schorske como o *fin-de-siècle* vienense, Bauer captou o a necessidade de se desenvolver um significado ao conceito de nação – tão cara à Socialdemocracia e ao Império Austro-Húngaro. Desta forma, Bauer intencionou demonstrar por meio de uma científicidade herdada pelo movimento Neokantista próprio do período e acabou por formar o complexo sistema hierárquico de conceitos formadores de seu caráter nacional a partir da relação de comunidades. A Comunidade Natural (*Naturgemeinschaft*) se apresenta como a materialidade do ser-nação, por trazer o aspecto da hereditariedade como formadora dos laços identitários entre os conacionais. Juntamente com a natureza, a Comunidade Cultural (*Kulturgemeinschaft*) mostra-se como o produto dos bens culturais que ligam um indivíduo ao outro dentro dos limites da nação. Cultura e Natureza andam juntas para formar o topo da hierarquia do caráter nacional: a Comunidade de Destino (*Schicksallgemeinschaft*). Para Bauer, este é o significado principal de qualquer grupo que se projeta como nação, já que é a partir desta ideia que se identifica determinado grupo de indivíduos lutando por um fim comum – o destino.

Como toda a teoria que tem como objeto a nação, tornou-se necessário entender a presença da temporalidade na perspectiva nacional de Bauer. Assim, identificamos na hierarquia conceitual duas características principais no que se refere aos usos de estratos de tempo: a primeira delas é que Bauer comprehende o tempo como intuição pura *a priori* da existência humana, a partir do momento em que considera o passado como uma entidade de onde os processos formadores das características das nações se localizam. O passado é tratado como localidade, diferente do entendimento de que a temporalidade é um fenômeno constitutivo do ser, portanto que comprehende o ser; segundo, que o tratamento deste passado como fonte de do entendimento dos processos pelos quais a nação

sofreu “ao longo do tempo” traz a noção de *ruptura linear* de seu espaço de experiência com seu horizonte de expectativas.

Isto trouxe à tona a relação das dimensões do tempo a partir da Tríade Temporal que Levinger e Lytle (2001) propuseram como modelo de análise aos discursos nacionais. Na tríade, passado apresenta características positivas, cuja rememoração seletiva faz com que a ideia de projeção de um futuro utópico seja alinhada à mobilização da população no presente – cuja interpretação o caracteriza como “decadente”, “negativo”. A partir disto é que propomos uma adequação ao esquema temporal, já que na teoria da nação em Bauer, o passado e o presente possuem características a serem superadas a fim de um bem comum – a nação do socialismo.

Referências

- ANDERSON. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BAUER, Otto. *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie*. OISE - University of Toronto, 1907.
- BAUER, Otto. *La Cuestión de Las Nacionalidades y La Socialdemocracia*. Siglo Veintiuno Editores. Espanha, 1977.
- BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno*. Vol. 1. Lisboa: Edições 70, 1990.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Ícone, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- HOBSBAWN, Eric. *História do Marxismo* (Terceira Parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1984.
- _____. *História do Marxismo* (Segunda Parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1984.

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993.

KOSELLECK, Reinhardt. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history and reading texts*. In: LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.

LEVINGER, Matthew, LYTLE, Paula. *Myth and mobilisation: the triadic structure of nationalist rhetoric*. Nations and Nationalism, vol. 7, n. 2, p. 175-194, Apr. 2001

SCHORSKE, Carl. *Viena Fin-de- Siècle*. Política e Cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Terceira parte

Subalternos, dominação e resistência

Constituição de autoridade e de persona em *Revelations of Divine Love* (1393)

Carolina Niedermeier Barreiro¹

Quem pode falar e sobre o quê? Como se constitui uma autoria textual minimamente legítima? Questões sobre autoria e autoridade não são novas na historiografia, mas têm aparecido com relevância crescente em trabalhos recentes sobre o medievo (em especial seus séculos finais). Envolvendo a concepção de sujeito ou *persona*, os debates propõem um contraste destes com o indivíduo que se defende emergir na modernidade. Por outro lado, com a negativa do indivíduo para a Idade Média, há também uma desconfiança sobre a existência de certos gêneros narrativos (como a autobiografia) e em partes com a própria concepção de autoria para o período. Michel Foucault, por exemplo, fala em *O que é um autor?*, que essa concepção de autoria constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, da história da filosofia e das ciências. Quando diz, também, que o autor é “apenas a projeção (sempre mais ou menos psicologizante) do tratamento que se dá ao texto”, nos parece que Foucault está pensando em modernidade – uma vez que esse olhar psicologizante é justamente um de seus efeitos (FOUCAULT, 2001).

Nosso interesse pela temática surgiu a partir dessas questões historiográficas, colocando sob suspeita não só a inexistência de

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista do CNPq.

sujeito e de autoria para o medievo, como também suas marcas de gênero. Dentre os estudos preocupados com questões de autoria, faltam análises centradas nas diferenças postuladas pelas relações de gênero, análises que envolvam as apropriações dessas categorias, estratégias e discursos que circunscrevem sua própria possibilidade de existência. Em vista disso, traçaremos aqui algumas reflexões a respeito desses objetos através da obra *Revelations of Divine Love* de 1393 escrito por Julian de Norwich.

Em primeiro lugar, é preciso discutir a possibilidade da existência de *indivíduo* no período medieval. Essa discussão se pautou especialmente em torno do conceito moderno de indivíduo – como sujeito racional, auto-consciente e auto-centrado (GOMES, 2004). Esse sujeito racional é um aspecto importante, uma vez que razão e masculinidade são conceitos que se entrecruzam especialmente ao tratarmos do período medieval. A divisão binária entre razão e emoção (ou intelecto e corpo) se constrói como variante recorrente na literatura medieval, tanto nos espaços eclesiásticos quanto leigos. Nesse sentido, o masculino é recorrentemente associado ao intelecto e ao espírito enquanto à mulher cabe o corporal e com ele a luxúria – pecado do corpo. A divisão carrega consigo uma hierarquia fundamental para pensarmos na própria constituição de sujeito: se o espírito está acima do corpo e do terreno, como não poderia o masculino estar acima do feminino? A razão, atribuída de um sentido masculino, marca o indivíduo moderno de modo que o próprio indivíduo pretensamente universal é marcado pelo gênero.

Para responder a essas questões, medievalistas têm se apoiado em outras concepções que escapam ao parâmetro moderno de sujeito. Jean-Claude Schmitt (2014), por exemplo, defende que podemos encontrar no medievo a concepção de *persona*, figura ambígua e contraditória. A *persona* seria um fato de organização que absorve a singularidade – para ele, o princípio de individuação para o período só pode atuar tendo como pano de fundo uma comunidade de destino. No entanto, mudanças importantes aparecem nos

séculos finais da Idade Média e que instauram relações muito particulares com a concepção de sujeito: as escritas biográficas e autobiografias, a interiorização da vida moral, a “moral da intenção” (em que a intencionalidade é fundamental para determinar um pecado, por exemplo), a confissão, a *inquisitio* e, dentre tantos exemplos, a concepção de “morte de si”. De uma ênfase no Juízo Final coletivo, passa-se a uma ênfase no julgamento particular e que depende estritamente da fé e das obras realizadas *pelo* sujeito. No entanto, a relação com a morte não é por completo exclusiva ao morto – isso porque os “sufrágios” (preces, missas, esmolas) poderiam ser realizados pelos vivos para interferir diretamente na penalidade sofrida pelo morto. Nesse sentido, as atitudes diante da morte favoreceriam tanto uma consciência de si, quanto estreitariam redes de solidariedade comunais. A aparição de um *self* é discutido também por outros medievalistas, como Caroline Bynum (1984), que embora negue o indivíduo moderno para o século XII, reconhece ainda assim uma experiência que não é somente coletiva.

Partimos desse ponto: não há um indivíduo auto-suficiente no medievo, embora isso não implique necessariamente em um completo apagamento de sujeitos ou de consciência de si para o período. No entanto, a possibilidade de um sujeito em algum nível descontínuo com sua comunidade (no sentido de que não é apenas uma extensão dela) implica diretamente nas concepções de autoria. Isto porque a autoria moderna é pensada a partir da continuidade entre autor/obra altamente individualizante. Há um sujeito (contínuo em si mesmo) cuja obra pode ser autenticada a partir da determinação daquele/a que escreve (FOUCAULT, 2001). Em outras palavras, a obra tem sua garantia de autenticidade quando se pode provar que o mesmo sujeito a escreveu, pensando-o como um sujeito coerente e estável.

O medievo, por sua vez, carrega uma concepção de autoria que depende menos de um sujeito contínuo (portanto, menos de um indivíduo como o moderno) e mais da autoridade que o texto carrega ou a que se faz referência (ZIOLKOWSKI, 2009). Ou seja, o

texto é validado na medida em que possui autoridade ou que consegue trazer para si figuras de autoridade – um exemplo seriam as citações recorrentes aos Pais da Igreja como legitimação daquilo que se diz. A própria concepção daquilo que se entende por sujeito determina a possibilidade de autoria.

O problema que se segue nos parece claro: as autoridades no medievo são figuras majoritariamente masculinas. É ao homem que cabe a possibilidade de falar sobre Deus e, consigo, a autoridade suficiente para consolidar uma autoria. As redes masculinas nos meios de escrita são perceptíveis, mas questionamos: como se inserem as mulheres aqui? Elas *podem* ser inseridas? O indivíduo moderno, universalizado sob a égide do Homem Universal, foi pensado a partir da razão, atributo masculino e ocidental. Por outro lado, sabemos que o sujeito medieval não é necessariamente centrado em si como alguém auto-suficiente, mas perguntamos: ele carrega também um potencial racional? E se carrega, como a mulher – “desprovida de razão” – pode tornar-se sujeito? Se não pode tornar-se sujeito, pode tornar-se autora (categoria que depende da possibilidade de autoridade, essa em grande medida, senão exclusivamente, masculina)?

Pode-se argumentar que a razão ainda não é um atributo central para a definição de si, mas Jean-Claude Schmitt (2014), ainda em suas reflexões sobre *persona*, defende que a partir do século XII a *auctoritas* perdia prestígio em proveito das *rationes*, dos argumentos lógicos e críticos. Reforçamos, também, o surgimento das universidades (por onde passam boa parte dos textos escritos) e sua fundamentação nas lógicas argumentativas como a *disputatio*. Em outras palavras, a razão já aqui começa a operar como elemento importante para pensar o mundo e a humanidade – para, ainda, guiar a escrita e as reflexões teológicas. Fundamentalmente, a razão já aparece como elemento de distinção de gênero. Essa distinção pode ser percebida na própria forma de conceitualizar textos escritos por homens e mulheres pela historiografia, distinguindo escritos místicos (em sua maioria elaborados por mulheres) e textos

teológicos (dos quais sobressaem-se quase exclusivamente textos de homens, como Tomás de Aquino, Boaventura e tantos outros; nomes inclusive associados às universidades, espaços de trânsito masculino).

Se por um lado, dentre todas as possibilidades de compreender autoria e autoridade no medievo, o caráter masculino parece comum, por outro lado, o desprezo pela enunciação especificamente feminina é bem marcado pela historiografia. Essa enunciação carregaria um status inferior, *menor* e, em última instância, perigoso. De igual forma, a escrita se insere também nessa relação: mulheres escrevendo (e escrevendo sobre Deus) incorriam em uma ameaça potencial à autoria masculina que poderia deter exatamente a autoridade ou a legitimidade do falar.

Diante dessas questões, perguntamos: como a possibilidade de autoria aparece em *Revelations of Divine Love*, livro escrito por uma mulher anacoreta conhecida como Julian de Norwich. Julian teria nascido em 1342 e morrido por volta de 1416, na Inglaterra, ganhando seu nome da igreja onde adotaria uma vida de reclusão. Seu livro seria um relato de visões espirituais, acrescido de uma segunda versão de análises profundamente teológicas sobre as visões recebidas. Destacamos que o texto foi escrito em inglês, outro elemento importante que fere a possibilidade de atingir uma autoria carregada de autoridade, uma vez que o latim carregava em si mesmo esse caráter.

O papel de Jesus Cristo é central no texto, elemento importante para pensarmos no *Revelations*, uma vez que a autoridade divina é superior à autoridade humana. Se as autoridades terrenas negam à mulher o estatuto da fala e da escrita como autoria, existiria a possibilidade de recorrer à autoridade de Cristo para suplantá-la – estratégia que nos parece existir.

Ao longo do texto aparecem enunciados que reforçam o interesse divino em repassar uma mensagem, distribuída através de Julian, mas cuja procedência é ainda assim divina. Ao final do Long Text, por exemplo, determina que “This book was begun by God’s gift and

his grace, but it seems to me that it is not yet completed." (NORWICH, 1998, p. 179). Essa que se constitui como inspiração divina seria parte da autoria através de interferências divinas diretas. Desse modo, embora escrito por Julian, a estruturação enunciativa é definida em última instância pelo divino – de modo que a responsabilidade dessa narrativa é também do próprio Cristo. Como uma espécie de introdução ao capítulo que se segue, define que "The good Lord showed that this book should be completed differently from the way it was first written" (NORWICH, 1998, p. 178). Novamente, as diretrizes de escrita são moldadas e orientadas através da figura de Cristo.

Destacamos ainda outra passagem em que Julian expõe uma acusação sobre a tentativa de pregação feminina, proibida pelo menos desde São Paulo – argumento lançado a fim de impossibilitar a escrita de mulheres sobre o divino. Em seu livro, Julian defende que "God forbid that you should say or assume that I am a teacher, for that is not what I mean, nor did I ever mean it; for I am a woman, ignorant, weak and frail. But I know well that I have received what I say from him who is the supreme teacher" (NORWICH, 1998, p. 10-11). Antes de reivindicar para si o *direito a contar*, a narrar e, portanto, escrever, Julian defende-se reforçando o ventriloquismo da voz divina que ecoa em si. Em outras passagens, a autora toma também um cuidado relevante em reconhecer a autoridade da Igreja em seus ensinamentos tanto no Short quanto no Long Text – relevante se considerarmos que o Long Text teria sido possivelmente escrito por volta de 1393, momento em que a heresia lolarda crescia na Inglaterra.

A notoriedade de movimentos heréticos pode ter como consequência a instabilidade política e religiosa, especialmente em relação às mulheres. Os lolardos teriam um papel importante na tradução de textos religiosos, instruindo também algumas mulheres na leitura e na escrita; nesse sentido, mulheres escrevendo em línguas vernaculares sobre o divino poderia ser perigoso no momento de escrita do Long Text. Um caso exemplar dos riscos

elencados estaria na própria figura de Margery Kempe, contemporânea a Julian de Norwich. Margery teria escrito um livro autobiográfico, concluído em 1438, em que narra não somente um encontro com a própria anacoreta Julian de Norwich como diversas perseguições que teria sofrido, acusada de heresia lolarda (KEMPE, 2004).

Por outro lado, já no Short Text, Julian de Norwich reconhece as relações de poder determinadas pelo gênero (já que às mulheres é proibida a pregação), complementando: “Just because I am a woman, must I therefore believe that I must not tell you about the goodness of God, when I saw at the same time both his goodness and his wish that it should be known?” (1998, p. 11). Poderíamos imaginar aqui uma ruptura importante e uma imediata reivindicação de autoridade, mas o trecho segue com um apelo para que esqueçam sua voz narrativa – “Then you must quickly forget me, a paltry creature, you must not let me hinder you, but look directly at Jesus [...]” (1998, p. 11). Há um conflito, um contraste entre a escrita do livro sobre Cristo e sua própria intervenção, mas sobretudo um reconhecimento da impossibilidade de ser dotada de autoria com a autoridade que apenas o masculino poderia conferir.

Há, também, um conflito com sua própria identidade como sujeito. Julian é parte da comunidade cristã – o que deixa claro na recorrente submissão à autoridade da Igreja – ao mesmo tempo em que sua particularidade enquanto mulher impede o acesso à fala autorizada sobre Deus, dependente portanto de uma legitimidade divina. No Short Text, Julian determina “Jesus, in this vision, informed me of all that I needed to know. I am not saying that I do not need any more teaching, for our Lord in this revelation has left me to Holy Church” (NORWICH, 1998, p. 21). Nesse momento, reconhece tanto a orientação de Cristo como a necessidade de se manter submetida aos ensinamentos da Igreja (logo, da ortodoxia cristã).

As relações de escrita são, contudo, mais conturbadas do que um mero ventriloquismo poderia supor. Em determinado momento

do Long Text, Julian diz que “I have told you of fifteen revelations as God deigned to offer them to my understanding, *renewing* them by flashes of illumination and touches, I hope, of the same spirit which was shown in them all” (1998, p. 150, grifo nosso). Defende ter escrito apenas aquilo que lhe foi revelado por Deus; no entanto, uma adição importante é feita: Julian escreveu sobre as revelações, alterando-as, *renovando-as* através de sua própria compreensão. A relação de dupla autoria aqui parece inevitável e até mesmo reconhecida por ela – uma dupla autoria que pode ser consequência da própria concepção dupla de sujeito no medievo, interpolado tanto pela comunidade (fundamentalmente cristã) quanto pela consciência de si.

Nesse sentido, parece-nos central a reflexão sobre sujeito no medievo: como ele se constitui, quem engloba e como. Central, também, a reflexão sobre autoria marcada pelo gênero: quem pode falar? Como pode fazê-lo (depende da voz divina)? Se a autoridade cabe ao masculino, como pensar nas mulheres que escreveram e que se colocaram nos textos para além do ventriloquismo – possível no reconhecimento de atualização das revelações divinas? Quando Julian diz “thane shalle ye sone forgette me”, parece nos indicar um conflito importante entre sua constituição como sujeito ou *persona* (que deveria ser membro pleno de uma comunidade cristã), como mulher (que a distingue dentro dessa comunidade e a impossibilita de acessar certos espaços ou instrumentos) e como autora (dupla, porque ventriloqua). Constatamos aqui a possibilidade de um problema de análise, cujas consequências e construções enunciativas serão analisadas com maior intensidade nas pesquisas decorrentes da dissertação de mestrado. Ficam, no entanto, algumas observações iniciais sobre a dificuldade de discutir autoridade e autoria para o medievo, em especial quando tratamos de mulheres escritoras.

Referências

- ASCOLI, Albert Russel. *Dante and the making of a Modern author*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- BARRAT, Alexandra (Ed.) *Women's writing in Middle English*. UK: Pearson Education Limited, 2010, 2º ed.
- BODDEN, M. C. *Language as the site of revolt in medieval and Early Modern England: speaking as a woman*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011
- BYNUM, Caroline. *Jesus as Mother: studies in the spirituality of the Hight Middle Ages*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2013.
- _____. Ditos e Escritos. Estética: literatura e pintura, música e cinema. V. III. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001.
- MCAVOY, Liz Herbert. *Authority and the female body in the writings of Julian of Norwich and Margery Kempe*. Cambridge: D. S. Brewer, 2004.
- SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: ensaios de antropologia medieval*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- ZIOLKOWSKI, Jan. “Cultures of Authority in the Long Twelfth Century”. *Journal of English and Germanic Philology*. Board of Trustees, University of Illinois, outubro, 2009, PP. 421-448.

Fontes

- NORWICH, Julian de. *Revelations of Divine Love*. Traduzido por Elizabeth Spearing. England: Penguin Books, 1998.
- KEMPE, Margery. *The Book of Margery Kempe*. 3. ed. Traduzido por B. A. Windeatt. London: Penguin Books, 2004.

A medicinização do parto e seus conflitos profissionais (Sul do RS, 1960-1990)

Eduarda Borges da Silva¹

As enfermeiras Marisa Vieira e Ana Lúcia Bonilha (2006, p. 20) apontaram que, com a institucionalização do parto a partir das décadas de 1960 e 1970, no Rio Grande do Sul, a atividade de parteira permanece somente na lembrança das pessoas. “Atualmente, no nosso Estado, as parteiras estão praticamente fora de atividade, especialmente no meio urbano, embora ainda guardem consigo sua bagagem de conhecimentos”. Do ponto de vista historiográfico, se tentou compreender esses processos que o ofício de parteira na Região Sul do Rio grande do Sul passou e qual a condição atual destas trabalhadoras.

As fontes deste artigo foram elaboradas a partir da História Oral Temática (MEIHY; HOLANDA, 2007). Essa modalidade possibilita que o diálogo gire em torno de um tema, utilizando um roteiro flexível de questionamentos. Para a pesquisa de Mestrado foram construídas doze entrevistas, sendo dez com parteiras que atuaram a domicílio na zona rural e urbana e hospitais da região sul do Rio Grande do Sul. Contudo, neste ensaio foram analisadas quatro entrevistas das parteiras: Erci Maria da Rosa, Eulália Sória, Maria Basilícia Soares e Vera Maria Venske da Silva. Também foram feitas uma entrevista com um médico, Rômulo Panatieri e outra com

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista da CAPES.

uma auxiliar de Enfermagem, Sueli Braga, que são utilizadas neste artigo.

As narrativas foram realizadas nas residências das narradoras (Piratini e Pelotas) entre os anos de 2012 e 2015 e versam sobre os saberes e as transformações do ofício de parteira e as relações de gênero que se estabeleciam entre as parteiras e as comunidades que atendiam. A riqueza destas fontes, além do seu ineditismo, pois, nenhuma das entrevistadas havia cedido um relato anteriormente, com exceção do médico, deve-se ao fato de que existem poucos documentos sobre a assistência informal aos partos e a saúde da mulher nesta região do Estado.

Foucault (1987, p. 30) defendeu “[...] que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Assim, a percepção sobre a relação recíproca entre saber e poder é útil para compreender os conflitos entre médicos e parteiras, enfermeiras e parteiras e entre parteiras treinadas por médicos e parteiras sem treinamento oficial. O “saber-poder” entre essas categorias se coloca de modo hierárquico, permitindo supervisionar, inclusive “vigiar e punir” os que supostamente estão numa escala inferior.

Para Perrot (2008, p. 74) a crescente “medicinização” do parto desencadeava conflitos de saber e de poder entre médicos e parteiras. A autora defendeu que as parteiras sentiram-se excluídas em função dos saberes formais. Todavia, a Ginecologia, enquanto um campo de saber historicamente feminino deixou dificuldades também para os médicos que queriam (ou acabavam tendo como única possibilidade) se especializar nesta área. “[...] resta alguma coisa dessas rivalidades nas dificuldades recentes da ginecologia para ser reconhecida como uma verdadeira especialidade médica”. Afinal, a Ginecologia era entendida como um campo menos importante dentro da Medicina, já que tratava do corpo da mulher e de partir dos conhecimentos populares e empíricos desenvolvidos, especialmente, pelas parteiras e benzedeiras.

Nesse sentido, o obstetra Rômulo Panatieri (2014), contou do período em que fez seu estágio: “Nos chamavam assim, ‘os peniqueiros’, porque íamos pras enfermarias aprender a colocar comadre, papagaios, a recolher os potes de escarro. [...] Nós éramos supervisionados de certa forma pelas parteiras. E a hierarquia era o residente [...] e o chefe da enfermaria.” Sua recordação desmistifica essa imagem gloriosa construída aos médicos, evidenciando a condição daqueles que se destinavam à “Medicina da mulher”.

Rômulo é um médico negro que estudou na capital do estado com condição econômica favorável, já as parteiras que supervisionou enquanto vigilante sanitário eram mulheres brancas pobres. Ao mesmo tempo em que cumpria esse papel de vigilante sanitário e reprimia a atuação das parteiras ao “treiná-las” Rômulo também era vítima da mentalidade saneadora/eugenista.

[...] o primeiro atendimento que eu fiz em Piratini eu cheguei à noite. [...] E, a luz se foi e nesse intervalo de tempo foi solicitado um chamado para atender uma paciente [...] veio a pessoa e ele já me passou esse atendimento. Era um abortamento e eu fui atender sem luz, à luz de lampião. Entrei na casa: ‘negro é pra senzala’. Meu Deus do céu! ‘Não me toca’, ‘não te toco’, mas como é que eu vou atender sem tocar. Evidentemente que esse atendimento tinha que ser feito dentro do hospital, tinha que fazer curetagem. E o meu conhecimento da época é que a curetagem se fazia a frio, não tinha anestesia porque a parte dolorosa da curetagem é a pinça que belisca o útero e puxa o útero, dá condições de passar a cureta. E o negro teve que fazer isso em alguém que tinha me dito que lugar de negro era na senzala. Foi o meu primeiro atendimento em Piratini (RÔMULO, 2014).

Rômulo (2014) observou que os médicos brancos da cidade possuem mais reconhecimento entre a comunidade de Piratini, mesmo os que atuam há menos tempo que ele. Ao ser o primeiro e ainda único médico negro a atuar nesta cidade é marcante em sua fala o sofrimento pelo racismo.

Vera Maria Venske da Silva (2015) quando engravidou já era parteira de hospital há alguns anos, então usou essa experiência com os partos de outras mulheres para perceber o seu. Narrou o dia do nascimento de sua filha e como o médico “Guilherme” discordou do seu saber, de parteira e de parturiente.

Aí cheguei no consultório e o doutor Guilherme disse: ‘o que?’ E eu disse: ‘Doutor, não passa de hoje!’ E ele: ‘Por quê?’ E eu disse: ‘eu já estou com contrações e eu estou caminhando bastante pra ver se adianta. E o nenê é pequeninho’. Eu sou fumante, então o bebê já nasce de baixo peso mesmo. E ele disse: ‘passa aqui e vamos ver. Tu está com três dedos, dois pra três dedos de dilatação. Lá por amanhã de manhã ela deve de vir’. Eu digo: ‘eu estou com esta dilatação?’ E ele: ‘é.’ ‘Lá por umas oito, mais tardar estou lhe chamando’. Aí ele disse: ‘ai, eu tenho horror dessas parteiras velhas que querem saber mais que o médico’. Eu digo: ‘tem muito médico que aprendeu com nós!’ (VERA, 2015).

A parteira prosseguiu a história do nascimento de sua filha, evidenciando o desprezo do médico em relação aos seus conhecimentos e a sua condição de parturiente.

Eu saí de lá e a contração dava e aliviava de cada 15, 20 minutos. [...] Seis e meia (18h30min) eu chamei os bombeiros, a ambulância. Cheguei na Beneficência dez para as sete (18h50min) e disse me traz uma cadeira ou uma maca, se não ela vai nascer na ambulância e chama o doutor Guilherme. Me trouxeram a cadeira e eu fui apertando as pernas. Aí o Ariosto ligou para o doutor Guilherme e disse: ‘Olha a Silvia já está nascendo!’ E ele disse: ‘Não, isso é fiasco da Vera!’. Quando o médico chegou a Silvia já tinha nascido. Aí eu disse: ‘Doutor Guilherme quantos partos eu fiz? Eu estava com aquela dilatação, nenê pequeno, eu caminhei um monte e o nenê estava em posição boa.’ Mas ele disse: ‘Eu achei que primeiro filho fosse lá pela meia noite’. Eu até hoje espero a dor de parto. Claro que eu tive dor, mas acho que eu preparei tanto as pacientes, porque elas diziam: ‘Não aguento mais a dor, me dá um remédio pra passar a dor’. Eu dizia: ‘olha a dor forte ainda vai vir’. Eu preparando as pacientes o tempo todo, eu me preparei

também. Só que aquela dor horrível, até hoje não veio. (VERA, 2015).

Erci Maria Rosa (2012), parteira de hospital, reforçou a ideia de que o médico ao possuir o saber acadêmico detém o poder. Em suas palavras: “A culpada depois é a parteira! Tudo que acontecia de ruim a parteira era a culpada! Agora as coisas boas era o médico. [...] Mas é assim, o médico sempre teve, vai ter sempre a última palavra, pra isso que ele estudou”. Maria Basilícia Soares (2013), parteira de hospital, nessa perspectiva disse: “[...] o povo só quer o médico, não querem confiar mais na prática, eles querem teoria, querem diploma!”

Além das diferentes formas de saber, os modos de cuidar também são apontados como indícios de conflito, desta vez entre parteiras e enfermeiras.

Pra fazer uma injeção tu pegavas uma laranja, pra não praticar no paciente. Hoje em dia o pessoal da Enfermagem, eu brigava um monte, quando vinham alunas novas, elas iam praticar nas pacientes. [...] achavam que nós não sabíamos. Tinha uma professora Chica, ela era baiana, muito querida. Ela chegava e dizia pras alunas delas: ‘olha qualquer dúvida não perguntuem pra mim, perguntuem pras gurias que tão aqui, elas trabalham há anos, eu aprendo com elas. Parto não é o que está escrito, parto é prática’. [...] Mas sempre tinham umas que achavam que a gente não podia saber mais, porque não tínhamos faculdade. E o doutor Luis Fassa era professor de Ginecologia e ele dizia assim: ‘o que as funcionárias daqui fazem eu assino em baixo! Mas o que um aluno de Enfermagem faz eu não assino’. Então, elas ficaram furiosas com a gente. (VERA, 2015).

O uso da laranja para a prática dos estagiários evitaria que os pacientes fossem feridos. Ao ter o reconhecimento tanto da professora da Enfermagem quanto do professor de Ginecologia (Medicina), Vera reforçou a importância da prática e defendeu que o aprendizado do parto é prático, em contraponto ao aprendizado teórico. E de modo irônico, contou essa passagem: “Nós parteiras

medimos com os dedos, mas os residentes (médicos) e a Enfermagem mediam em centímetros. Elas ficam bravas que a gente falava dedos. Mas eu dizia: ‘a gente mede com os dedos, não enfia a fita métrica’” (VERA, 2015).

Nas narrativas também se instalou uma relação de poder entre as parteiras que fizeram um curso de capacitação com médicos e as que só tiveram a prática.

Ah, os meus partos foi... Aquelas parteiras da campanha, que não sabiam nada. Nem as mãos não lavavam! [...] As unhas bem... Eu sempre trabalhei de luva [...]. As mulheres que me atenderam... Era de qualquer jeito. E tinha aquela mania de afumantar a barriga. O quê que vai fazer? Botavam aquelas graxas de porco nas mãos e afumantavam a barriga. Nada adiantava. Eu gritava e pedia “não me afumaça, não toca na minha barriga!”. Mas eu nunca fazia isso nas mulheres. [...] Modéstia à parte, eu não estou me gabando. Eu atendi uma vez e ela não queria outra, queria eu. Mas de fato, porque as parteiras lá eram... Era bravo. [...] Tinha outras, mas já ninguém queria as outras. Essas que me atenderam eram horríveis, coitadas, elas não sabiam nada, gostavam da profissão e tinham coragem. Não estudaram porque não tiveram oportunidade, naquela época era tudo difícil. (EULÁLIA, 2013).

Em contraponto, Eulália Sória (2013), parteira domiciliar com capacitação, contou que as parteiras que só possuíam a prática não ficavam bravas ou “contra” ela, que tinha estudado, porque nenhuma delas cobrava caro para atender, então, segundo ela, não havia uma disputa financeira. Como se evidenciou na pesquisa, Eulália era uma das poucas, entre as parteiras que atendiam a domicílio, que cobravam. “Elas sabiam que eu tinha feito o curso e elas não. Nunca ficaram viradas contra mim por isso. Todo mundo trabalhava, mas não era uma usura, de ganhar muito dinheiro, porque todo mundo tinha consciência que o povo era muito pobre” (EULÁLIA, 2013).

O hospital, enquanto um espaço de saber que foi se tornando científico, passou a confrontar e invisibilizar o saber prático das parteiras. Conforme Erci:

[...] as parteiras não eram parteiras, eram como eu. Se tu chegavas e perguntavas: “a parteira?” “Não tem parteira na Santa Casa, tem médico!” Naquela época era assim. [...] formada mesmo, ninguém era. Então, não existia parteira e existia! [...] Entendesses? Elas faziam os partos, faziam tudo, mas não eram consideradas! (ERCI, 2012).

Corroborando a esta perspectiva, Vera (2015) colocou o quanto era difícil para ser reconhecida oficialmente como parteira e que para tanto era necessário o aval de um médico:

Não era reconhecida, não existia parteira. Só uma colega nossa, quando ela foi se aposentar que ela correu atrás e conseguiu ser aposentada como parteira, mas ela não era reconhecida na época. [...] Mas aí a dona Ana, colega minha, correu atrás com o doutor Luis Fassa, que era nosso médico chefe lá e conseguiu provar que ela era parteira. Então, foi a única de todas nós parteiras que conseguiu se aposentar como parteira. Mas ela correu muito. Teve que buscar provas aqui, registros ali, pro Ministério da Saúde aprovar. (VERA, 2015).

As parteiras rurais se encontravam em situação diferente, eram reconhecidas nas comunidades em que atendiam, sendo convidadas, inúmeras vezes, para amadrinhar os bebês que acolheram no nascimento. Contudo, não tinham o mesmo tratamento por parte dos médicos. Rômulo (2014), inclusive, não as chamava de parteiras, mas de “curiosas”, ou seja, aquelas interessadas em saber sobre partos, mas sem habilitação legal.

Para as parteiras de hospital a condição de seu ofício na atualidade tem uma relação direta com a criação do curso de Enfermagem, a partir do qual se consolidou um enfrentamento entre parteiras e enfermeiras e a falta de reconhecimento das primeiras, sobretudo, pelos médicos.

Como eu te disse depois que começou a Escola de Enfermagem e Obstetrícia, ninguém mais reconhece parteira, não aceitam. Porque parteira nunca teve um curso, só teve curso prático. [...] Se tu fores numa maternidade hoje, não vai ter parteiras, elas podem até ser, mas não são reconhecidas, elas não podem dizer sou. E nenhum médico assina, como assinavam na minha época, o que as parteiras faziam. E hoje nenhum médico assume. Pra tu ser parteira precisa ter alguém que assuma, confie em ti. [...] Esses novos hoje não... tanto é que o meu médico que eu tratei o pré-natal me chamava de parteira velha. Eles não dão o braço a torcer que uma parteira tenha mais prática do que eles. Enquanto um médico fazia um parto, a parteira naquela época fazia 10, 12 (VERA, 2015).

Vera (2015) reiterou quando esse processo começou a ocorrer em Pelotas: “A escola de Enfermagem começou em Pelotas nos anos..., qual é que foi a primeira turma que veio pra lá?! 82 parece... aí mesmo que elas começaram a dar em cima, que nós não podíamos mais fazer parto!”

No Estado havia um curso de partos em Porto Alegre até 1925, quando foi criado o curso de Enfermagem Obstétrica (BRANDÃO, 1998). Na Região Sul do RS, os treinamentos aconteciam, principalmente, nas cidades de Pelotas e Bagé, geralmente, coordenadas por médicos e tinham a duração de aproximadamente um mês². Apenas em 1976 foi fundada a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia em Pelotas, na UFPel, não na data que Vera mencionou. Em 2012 esta Faculdade passou por uma reformulação curricular tornando-se Faculdade de Enfermagem³.

Rômulo (2014) apontou que o reconhecimento das parteiras enquanto tal estava condicionado ao acompanhamento de um médico.

² Informação cedida pelo médico Rômulo Panatieri e pela parteira Eulália Sória.

³ Informação localizada no site da Faculdade de Enfermagem da UFPel. Disponível em: <<http://feo.ufpel.edu.br/departamento.php>> Acesso em: 15 dez. 2017.

Maria Basilícia faz parte dessas últimas que passaram a trabalhar como parteira. [...] a Ana Julia e a Sueli que restaram de parteiras. O que eram estas parteiras? Essas parteiras receberam a sua formação no acompanhamento aos médicos, no seu atendimento obstétrico. Então, de tanto acompanhar o médico foram adquirindo conhecimento e informações adequadas (RÔMULO, 2014).

Na sequência se organizou os motivos pelos quais as parteiras explicaram o término de sua atuação. Erci (2012) saiu da Santa Casa de Pelotas quando se aposentou. Disse que sempre atuou na Obstetrícia, entretanto, a primeira assinatura em sua carteira profissional colocaram que a sua função desempenhada era a de “servente”. Depois de um curso passaram-na ao posto de “atendente de Enfermagem”. “[...] foi o único curso que eu fiz lá dentro. Porque na época teve uns cursinhos de atendente de Enfermagem”. Ainda disse: “[...] depois de muito tempo, eles me passaram pra trás!” Vera (2015) também deixou de atuar em função da aposentadoria e acredita que fez parte da “última leva” de parteiras de Pelotas.

A parteira Eulália (2013) parou de partejar há cerca de vinte anos. Quando se mudou para a cidade seguia indo até o interior atender partos, quando era perto ia a pé, quando era longe lhe buscavam de carro, mas depois ela mesma passou a indicar o hospital para a parturiente.

Maria Basilícia se aposentou do Hospital Nossa Senhora da Conceição, em 1996, mas seguiu trabalhando até 2009. Relatou que com 30 dias de trabalho lhe assinaram a Carteira, mas que “Na carteira nunca constou, sempre assinaram como enfermeira. No cartão-ponto era parteira.” Explicou como se deu a eliminação das parteiras do Hospital e a substituição por enfermeiras:

E aí em 1996 parece que foi que eles proibiram, em 2000 foi que a gente não podia mais fazer partos sem o médico presente. Se fazia porque os médicos não chegavam, nunca tinha no hospital. Quando chegavam tu já tinha feito tudo, já estava pronto o parto. E quando eu me aposentei em 1996 já não tinha mais esse negócio

de parteira, era enfermeira da sala de parto, aí eu me aposentei como auxiliar de Enfermagem. [...] Foi o COREN [...] e a Secretaria da Saúde parece que foi que eliminou essa parte, não existe parteira, existe enfermeira-obstetra, parteira não existe! Aí liquidou com as parteiras! Mas lá nos seguimos fazendo parto. (MARIA BASILÍCIA, 2013).

Ao obstetra Rômulo (2014) foi perguntado quando as parteiras de experiência começaram a ser proibidas. Ele respondeu: “Eu acho que de uns quatro anos pra cá, isso é coisa do COREN [Conselho Regional de Enfermagem], das enfermeiras-padrão”.

A técnica de Enfermagem Sueli Braga, 54 anos, trabalha na maternidade do Hospital de Piratini e explicou que começou sem o curso, era uma parteira prática, mas que teve que fazê-lo em seguida, por causa da fiscalização na década de 1990.

Primeiro era auxiliar, depois vinha o técnico de Enfermagem pra gente fazer. E quando eu vim pra cá eu fiquei trabalhando aqui um tempo, mas aí depois em seguida eu logo tratei de fazer o curso. Porque em seguida a fiscalização já estava em cima (SUELI, 2012).

Expôs quais são suas funções atuais no hospital Nossa Senhora da Conceição, em Piratini:

[...] eu auxilio o doutor na hora do parto. Quando as parturientes chegam a gente dá uma olhada e comunica eles, que aí eles vem avaliar pra ver se realmente elas estão em trabalho de parto e se elas vão ficar. [...] Na hora que vem nascendo o bebê se o doutor não está, tu faz, tu é obrigada a pegar o bebê ali na hora e tudo. [...] No início a gente escuta os BCF, a gente verifica pressão, e a gente informa o médico [...] são chamados, na hora que elas vêm, a gente avisa eles, aí eles vem avaliar. [...] Às vezes tem umas que ganham lá fora ou no carro, geralmente dentro da ambulância. [...] agora tem que ir [buscá-las] porque os papéis tem que sair daqui, se ganhar em casa tem que trazer pra cá, porque tem que ter o papel pra registrar. Elas não podem mais ficar em casa. [...] dou uma medicaçãozinha pra dá uma relaxada no útero, pra ajuda elas a ter força no parto. [...] Parto normal, se corre tudo bem, depois

que elas vão pro quarto a gente já leva o bebê junto com elas (SUELI, 2012).

Trabalha há mais de 20 anos neste Hospital e reconheceu que na cidade é conhecida como parteira, todavia, defendeu que parteiras não existem mais. “Claro aqui até chamam nós de parteira, mas aqui não é parteira. Nós somos técnicas de Enfermagem. A gente só auxilia o médico. Porque parteira nem existe mais. [...] Aqui pra nós não existe” (SUELI, 2012). Essa afirmação também é compartilhada pelas parteiras, que não conhecem nenhuma “parteira das antigas”, como se referem às tradicionais, em atuação. Tão pouco jovens mulheres dispostas a aprender e seguir carreira em seu ofício.

Em suma, com a medicinização do parto se estabeleceram relações de poder entre as mulheres que exerciam o ofício de parteira e os que começaram a se apropriar destes saberes: os médicos e as enfermeiras e surgiu a figura da parteira com capacitação. Houve um conflito entre os saberes populares e os acadêmicos e um processo de hierarquização social, visível principalmente, no espaço hospitalar. A imagem da parteira tradicional na Região Sul do Brasil se tornou gradativamente uma lembrança longínqua e a intenção primeira deste trabalho é a de aproximar-a, aconchegar seus saberes a partir de narrativas de idosas que apesar de não exercerem mais o ofício tem muito a ensinar, pois a velhice também é um tempo de saber e poder.

Referências

- BRANDÃO, Nadja dos Santos. *Da tesoura ao bisturi, o ofício das parteiras 1897-1967*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica - RS, Porto Alegre, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

VIEIRA, Marisa; BONILHA, Ana Lúcia. A parteira leiga no atendimento à mulher no parto e nascimento do seu filho. *Revista Gaúcha Enfermagem*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 19-26, 2006.

Fontes orais

Erci Maria Rosa. *Parteira*. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2012.

Eulália Sória. *Parteira*. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Piratini, 2013.

Maria Basilícia Soares. *Parteira*. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Piratini, 2013.

Rômulo Panatieri. *Médico obstetra e coordenador da vigilância sanitária*. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa do entrevistado, Piratini, 2014.

Sueli Braga. *Técnica de Enfermagem*. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada no Hospital Nossa Senhora da Conceição, Piratini, 2012.

Vera Maria Venske da Silva. *Parteira*. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2015.

**Os corpos violados e as vidas
que não merecem viver:
as marcas de uma infância marginal em
“Pixote, a lei do mais fraco” (Brasil, 1981)**

José dos Santos Costa Júnior¹

Procuro construir, neste texto, uma leitura sobre as imagens do corpo infantil violado por meio de uma seleção de seis planos do filme *Pixote, a lei do mais fraco* (1981), do diretor argentino, naturalizado brasileiro, Hector Babenco. Entendo com Laurent Jullier e Michel Marie (2012, p. 10) que “o cinema é uma forma, mais ou menos narrativa, que aprendeu (e ensinou) um modo próprio de significar com imagens em movimento, sons e falas, distribuídos em unidades contínuas de duração (os ‘planos’)”. Não tenho a intenção de esgotar uma análise de conjunto do filme em sua unidade mais geral. Olharei para algumas cenas buscando pensar de que maneira a narrativa filmica constrói as imagens do corpo violentado física e simbolicamente, atentando para os marcadores de classe, gênero, raça/etnia e geração que compõem o enredo das dominações em jogo, mas sem fazer uma análise mais detida de cada um desses marcadores e seus intercruzamentos, dado o espaço reduzido deste texto. Procuro pensar o corpo como ponto de articulação e superfície de materialização de relações sociais, desejos e vontades de

¹Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista do CNPq.

dominação, sempre pensando esse corpo mostrado pela espessura da linguagem cinematográfica e lendo-o como fabricação histórica (COURTINE, 2013). O filme se inicia com um minidocumentário cujo objetivo principal parece ser o de deixar claro o tom de denúncia da obra, como um modo de provocar a opinião pública sobre o fenômeno da delinquência infanto-juvenil no Brasil dos anos 1970-80.

[...]. Brasil é um país com 120 milhões de habitantes, estimadamente 50% estão abaixo dos 21 anos de idade, dos quais aproximadamente também 28 milhões de crianças vivem numa situação abaixo das normas exigidas pelos direitos internacionais da criança, é... das Nações Unidas. [...]. A situação da criança é tanto mais caótica quando se sabe que a criança é só passível de condenação por algum delito cometido após os 18 anos de idade, o que permite o aliciamento das crianças menores de 18 anos [...]. Esse bairro, por exemplo, se trata de um bairro onde vivem famílias de operários, de fábricas vizinhas, [...]. Fernando, por exemplo, que é o personagem principal do filme *Pixote*, vive com a mãe e mais nove irmãos nessa casa, certo? E o filme inteiro é representado por crianças que pertencem a essa origem social².

Inspirado na estética neorrealista italiana do pós-II Guerra, o diretor mescla documentário e ficção, quando mobiliza atores não profissionais para viver as personagens. Combinou apenas com os atores as cenas de roubo no centro de São Paulo, de modo que a câmera pudesse captar efetivamente como as pessoas se sentiam e reagiam quando viam diante delas alguns *menores* praticando roubos e pequenos furtos. Outro traço dessa ótica neorrealista do filme foi marcado pelo fato de o roteiro não ter sido “rigidamente” seguido, uma vez que, optando por não trabalhar com crianças já treinadas na arte da interpretação em cinema e selecionando crianças da periferia de SP que não tinham passado pela FEBEM – mas vivenciavam situações de carência e dificuldades financeiras –,

² *Pixote – a lei do mais fraco*. Dir.: Hector Babenco. Distribuição: Embrafilmes, 1981.

algumas também eram semi analfabetas, como Fernando Ramos da Silva, que interpretou o protagonista Pixote. Hector Babenco optou por trabalhar com as situações indicadas no roteiro, de modo a estimular a apropriação do conteúdo das cenas, frases e palavras presentes no texto, mas no ritmo e no tempo das crianças em cena. Quando entrevistada para o documentário *Pixote in Memoriam* (2007) a atriz Marília Pêra, que no filme viveu a prostituta Suely com a qual o grupo de menores se relaciona, disse que as palavras precisavam “caber na boca” daquelas crianças, de modo que suas interpretações fossem as mais verossímeis e, assim, a imposição do roteiro para um grupo não treinado não surtiria o efeito desejado. Iniciar o filme com tom de denúncia sobre a situação das crianças no país e a não observância das normas internacionais de direitos humanos com as quais o país pactuou, a exemplo da *Convenção sobre os Direitos da Criança* de 1959, parece ter um tom político claro assumido pelo diretor diante do tipo de tema que escolheu.

O filme ainda está no começo e lá por volta dos sete minutos uma das cenas mais interessantes. Vários menores deitados no chão da FEBEM. Corpos cansados, sujos, sem agasalho algum. A câmera desliza mostrando o tamanho do cenário e a quantidade de meninos colocados naquele espaço. O inspetor da instituição, responsável pela disciplina dos moleques, observa com desaprovação a cena. Caminha resmungando e falando com um ou outro dos meninos após ordenar que façam uma fila para organizar a “baderna”. “Você tá de volta aqui, hein? Já conhece os costumes da casa. Aqui ninguém apanha de bobeira não, hâm?! Ninguém apanha de bobeira!” E na medida em que a fila vai sendo formada, segue com as reclamações e humilhações de praxe. Aproxima-se de Lilica (Jorge Julião), um dos menores apreendidos na FEBEM e que se perfomatiza como menina, construindo também uma relação com outro interno chamado Dito (Gilberto Moura). Lilica está de cabeça baixa, na fila, quando o inspetor diz, tirando-lhe a peruka loura que ela usava: “Aqui dentro tu é homem, viu? Se eu te pegar em *fraga* tu vai se ver comigo” Sem dizer uma palavra sequer, e permanecendo com as mãos para trás,

como se tivesse sendo presa pela polícia outra vez, Lilica permanece muda. Aliás, silenciada. “A infância cala. Porém, ao mesmo tempo, a infância se expõe, é ela mesma a exposição. Poderíamos dizer, então, que a infância se cala em seus gestos e que o cinema nos dá a imagem desses gestos sem significado; desse silêncio” (TEIXEIRA, LARROSA, LOPES, 2014, p. 14).

Ao longo de sua história a FEBEM foi muito criticada pelas denúncias de violência, corrupção e por fazer parte de toda uma tecnologia do horror para lidar com os chamados *menores* abandonados e delinquentes (FRONTANA, 1999; PILOTTI & RIZZINI, 2011; RIZZINI, 2011; RODRIGUES, 2001). Contudo, para além das violações de direitos que já se sabe terem ocorrido como violência física, homicídios, estupros e maus tratos de toda sorte, havia também – e em *Pixote* isso aparece de maneira contundente – formas simbólicas e físicas de violência que se somavam para instituir determinados comportamentos sexuais considerados permitidos e outros não. É o caso de Lilica, o *menor* que se fez “viado”. Uma lógica profundamente alicerçada na heterossexualidade compulsória e normativa somou-se aos demais traços de toda uma política marcada pela violação do direito básico à vida, à liberdade e a possibilidade de construir projetos para si. A FEBEM não foi espaço para isto, nem foi também o espaço para acolher a diferença daqueles sujeitos cujos corpos e desejos não se alinhavam à política de normalidade sexual. Considerando que o corpo é uma invenção teórica recente e do ponto de vista cultural e social é investido em momentos distintos de forças e sentidos diversos, como sugere Jean Jacques Courtine (2011), trata-se de considerar a produção social do corpo, as inscrições sociais que o marcam, mas também o controle político da corporeidade (LE BRETON, 2007).

Diffícil é, como pesquisador da História, exigir do passado as referências e exigências que parecem estar mais fortemente colocadas no tempo presente com as diversas lutas e bandeiras em torno da igualdade sexual e de gênero pelo movimento de lésbicas,

gays, bissexuais, transgêneros, travestis e tantos outros sujeitos. De todo modo, sendo a análise histórica marcada pela atenção na *temporalidade* como bem sugerem autores como Michel Foucault e Reinhardt Koselleck, olhar as cenas de *Pixote* sem perceber o lastro histórico que marca continuidades e descontinuidades nas relações de dominação de gênero que buscaram invisibilizar os homossexuais por tanto tempo seria, no mínimo, ingênuo. Neste caso, como bem destaca Joan Scott (1995), as redes de dominação e resistência se constituem historicamente em relações de poder pautadas na diferença entre o socialmente instituído como sendo masculino e feminino e nos efeitos que isto produz do ponto de vista das desigualdades no acesso e manutenção de posições e condições educacionais, na formação para o trabalho e nas demais redes de sociabilidade nas quais nos construímos como sujeitos. Quando o inspetor interpela Lilica, há pelos pelo menos dois marcadores sociais de diferença operando: gênero e geração. O que tal comportamento do inspetor espera deixar claro é que certas pessoas podem acessar ou não certos bens sociais, certos espaços. Há um jogo que delimita o espaço do ponderável e do aceitável. Logo, ser um *menor* delinquente, pobre, interno da FEBEM e ainda por cima “bicha”, significava ser colocado no lugar do esquecimento e da invisibilidade. Se ser *menor* já era alvo de uma série de estigmas naquele período em que a narrativa do filme está situada, ser um *menor* afeminado era ainda mais difícil. Foi em 1979 que o Código de Menores sofreu alterações, diferenciando-se da primeira versão de 1927 e atualizando as formas por meio das quais o Estado poderia lidar com o problema do *menor* abandonado e delinquente no país, instituindo a doutrina da situação irregular e reforçando toda uma tecnologia de dominação que muito contribuiu para que a situação de muitos adolescentes e jovens em nada fosse melhorada após suas passagens por unidades de internação coordenadas nacionalmente pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Assim, se ser *menor* era ser marcado socialmente pelo estigma e

exclusão, Lilica era duplamente *menor* na trama diante da qual a sua diferença se insurgia.

Quarto coletivo da FEBEM. Um dos *menores*, negro, com aproximadamente quatorze anos de idade levanta de sua cama, tira a camisa e espreita o espaço em silêncio. Sorrateiro, mas com rapidez e destreza, segue no corredor entre as camas e com um toque logo desperta outro interno que estava deitado, à sua espera. Seguem em direção a uma das camas e, ao mesmo tempo, mais dois adolescentes se levantam e também em silêncio seguem para o mesmo local. Por brevíssimos segundos todos eles espreitam o menino que dorme. Rapidamente um deles se inclina e prende o menino, que desperta assustado: “Fica quietinho... Fica quietinho. A gente só tá a fim de comer seu cuzinho. Cala a boca!”. O outro fala também com tom agressivo: “Se você não gritar vai ser tudo numa boa!” Na cama ao lado outro interno acorda e pergunta assustado: “O que é isso?”, mas um dos que estava no bando que cometaria o estupro joga-se por cima dele, tapando a sua boca com a mão. Pixote, também desperto, olha tudo assombrado, mas com medo de emitir um ruído por menor que fosse, fica calado.

Câmera parada. Corpos em movimento. A luz baixa do quarto dificulta perceber detalhes, mas é nítido que dois rapazes seguram as pernas e o corpo do *menor* que está sendo violentado enquanto o outro, deitado por cima dele, prendendo-lhe a cabeça e tapando a boca, o estupra violentamente. Expressão de medo no rosto de Pixote. A dor e as lágrimas na face daquele menino cujo corpo é objeto de um desejo violento e massacrante dão o tom da cena. Mais um dos internos foi vitimado pelo cotidiano de violência. Como o historiador pode lidar com a imagem do corpo violado? A história se inscreve no corpo dos sujeitos humanos no tempo e no espaço. As transformações e as permanências que vivemos participam em grande medida dos modos e práticas por meio das quais lidamos com nosso corpo. Corpo e historicidade estão intimamente imbricados um no outro. Michel Foucault, ao falar do procedimento genealógico para a pesquisa histórica e filosófica, diz que o corpo é

“superfície de acontecimentos” e que a genealogia – termo que ele extraí da obra de Nietzsche – articula o corpo com a história. “Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado pela história, e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 2005, p. 267).

As imagens que nos chegam por meio da película de Hector Babenco instituem leituras sobre uma infância marginal – ou marginalizada – e que foi marcada historicamente por uma série de estigmas e estereótipos. A dose de realismo buscada pelo autor está intimamente articulada com a obra que inspirou o filme, pois o romance *Infância dos Mortos*, escrito pelo jornalista José Louzeiro, da *Folha de S. Paulo*, partiu da reportagem que ele fez quando foi enviado para cobrir a Operação Camanducaia. Isabel Frontana (1999) explica que a Operação Camanducaia foi mais um dos episódios de “limpeza” do centro da cidade de SP empreendido pela Polícia Militar e a Patrulha Bancária que tinham posto cerca de trezentos adolescentes apreendidos sem motivo aparente nas dependências do Departamento de Investigações Criminais de São Paulo – DEIC. Ocorreu que na “calada da noite” estes policiais e funcionários puseram noventa e três desses meninos dentro de um ônibus que partiu em direção a Minas Gerais, pela rodovia Fernão Dias, em outubro de 1974. No decorrer dessa viagem forçada, os meninos foram gravemente feridos, espancados e humilhados pelos policiais, pois foram obrigados a ficarem todos nus dentro do ônibus e na hora que foram determinados a sair, os policiais fizeram uso de cachorros treinados para assustar os *menores* e alguns ficaram seriamente feridos pelas mordidas. Depois foi provado que nenhum dos meninos havia cometido infração alguma.

Aos poucos o filme vai mostrando com cenas contundentes as diferentes formas de opressão e dominação que se imprimiram sobre os corpos dos *menores*. As várias formas de imposição de autoritarismo e violência contra a infância no Brasil são históricas, pois guardam raízes profundas no processo de construção da própria nação brasileira. O estigma do *menor* delinquente foi um dos efeitos de toda uma maquinaria do poder que instituiu um ideal

de infância normatizado e higienizado. As infâncias não totalmente capturadas e rebeldes foram marginalizadas e nomeadas sob o signo da delinquência e do desvio. Tendo sido o *menor* rotulado como desviante de um modelo instituído de ser criança e de vivenciar a infância, pode-se pensar como o desvio efetivamente não é algo já dado no sujeito, mas uma produção que se dá na relação com os grupos com os quais este sujeito lida, considerando quais regras e modelos comportamentais foram postos em questão por sua atitude. Margareth Rago (1985) demonstra como as crianças fizeram parte do intenso processo de modernização capitalista que caracterizou a cidade de São Paulo entre o fim do século XIX e o início do XX. O trabalho nas fábricas que começava a surgir era um destino posto para as crianças filhas dos operários, tendo em vista que já era uma força de trabalho em potencial. Por outro lado, os *menores* delinquentes formavam a parcela dessa força de trabalho que não era utilizada economicamente e acabava se tornando um problema. Na mesma cidade, mas situados em um tempo diferente retratado no filme de Babenco, *Pixote* e seus companheiros estão situados em um momento da história do Brasil em que a tortura, mais uma vez, se tornou uma política de Estado e em que todas as garantias individuais e coletivas estavam suspensas pelo regime civil-militar. Estes meninos, com suas diferentes masculinidades, estilos, cores, corpos e trajetórias foram vitimados e colocados em uma instituição em que a violência dava o tom da “convivência”.

O filme é marcado por dois momentos, este inicial em que os meninos estão na FEBEM e, posteriormente, quando fogem e retomam suas experiências nas ruas de São Paulo e no Rio de Janeiro, onde vivenciam novas relações de dominação em que o fator idade é usado como estratégia para usá-los na criminalidade. Contudo, sem cair em dicotomias que mais simplificam do que ajudam a compreender fenômenos sociais como estes, é necessário dizer que os *menores* jamais foram apenas vítimas ou algozes. Suas histórias e trajetórias estiveram marcadas por um jogo de exclusões e dominações que se atualizavam diariamente de maneira muito

capilar nos grupos e espaços por onde andaram. É a microfísica do poder, como nomeou Michel Foucault (2012). São as múltiplas redes de dominação que se somam, se complementam e se bifurcam ao longo do tempo, atualizando processos de segregação. Mas são também processos que produzem algo, uma vez que constroem subjetividades individuais e coletivas que reforçam ou questionam algumas práticas. Dessa forma, o filme permite pensar como o corpo infantil foi alvo de uma série de violações e de desrespeitos. Toda uma tecnologia do horror e de negação da vida, em sua acepção mais ampla, fez com que a possibilidade daqueles *menores* vivenciarem suas identidades e diferenças fosse inviabilizada. “Aqui dentro você é homem” é o tipo de frase-acontecimento, na medida em que suscita uma série de impossibilidades para viver a própria vida não apenas ali dentro da FEBEM, mas em outros espaços. A *masculinidade outra* de Lilica foi alvo do preconceito e do desrespeito, uma vez que a intolerância foi um dos elementos presentes naquela atitude do Estado em relação àquela infância marginal. A produção social das identidades e diferenças se dá sempre permeada por relações de poder e pela performatividade da linguagem que institui os nomes e os modos por meio dos quais incorporamos determinadas gramáticas do saber e formas de nos fabricar como sujeitos do desejo e de vontades múltiplas (SILVA, 2014). O corpo do menino vítima de violência sexual praticada por outros internos permite perceber que os jogos de dominação social são mais amplos e complexos do que se pode perceber, uma vez que, sendo educados e socializados em ambientes marcados diariamente pela violência, esta acaba sendo vista como uma forma de vida, um modo de agir para garantir o próprio prazer. São tecnologias da violência e do desejo que se somam e produzem efeitos de diferentes tipos. O psicanalista francês Félix Guattari nos provoca a pensar que:

A luta de classes não passa mais simplesmente por um front delimitado entre os proletários e os burgueses, facilmente

detectável nas cidades e nos vilarejos; ela está igualmente inscrita através de numerosos estigmas na pele e na vida dos explorados, pelas marcas de autoridade, de posição, de nível de vida; é preciso decifrá-la a partir do vocabulário de uns e de outros, seu jeito de falar, a marca de seus carros, a moda de suas roupas, etc. Não tem fim! A luta de classe contaminou, como um vírus, a atitude do professor com *seus* alunos, a dos pais com *susas* crianças, a do médico com *seus* doentes; ela ganhou o interior de cada um de nós com *seu eu*, com o ideal de *status* que acreditamos ter de adotar para nós mesmos. Já está mais do que na hora de se organizar em todos os níveis para encarar esta luta de classe generalizada (GUATTARI, 1985, p. 15).

As trajetórias dos meninos que compõem a narrativa de *Pixote* permitem pensar diferentes atravessamentos dessa provocação de Guattari, pois marcadores de classe social, gênero, geração e raça/etnia operaram nos tratamentos dedicados dentro da instituição que tinha como função recuperá-los para a sociedade. Ainda somos educados para a violência e para a barbárie. Talvez seja nosso desafio ainda educar nossos olhares e reconduzir nossos corpos para outras formas de experimentação e criação da liberdade. Contra os microfascismos que se multiplicam. Por uma cultura da paz e pelos direitos humanos sim, mas sempre atentos e fazendo da crítica uma atitude ética e política. Talvez sejam estas algumas das provocações que intuo por meio da leitura das imagens do filme. As imagens de dor, sofrimento, angústia, silêncio e solidão podem servir como modos para um pensamento crítico. Disse Foucault (1984, p. 12), certa vez, que: “Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir”. Seguir pensando e ensaiando as mudanças possíveis para cada um de nós nos espaços onde atuamos e com os recursos que temos consiste em uma atitude ética diante de si, primeiramente, e perante o mundo da vida e as formas de viver com as quais nos identificamos e muitas vezes tentamos partilhar.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua.* 2^a ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Allain; VIGARELLO, Georges. *História do corpo. As mutações do olhar. O século XX.* Tradução e revisão: Ephraim Ferreira Alves. 4^a ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 7-12.
- COURTINE, Jean Jacques. *Decifrar o Corpo – Pensar com Foucault.* Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I – A vontade de saber.* Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres.* Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Introdução, organização e revisão técnica de Roberto Machado. 25^a ed. São Paulo: Graal, 2012.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia, a história. In: FOUCAULT. Michel; MOTTA, Manoel Barros da. (org.). *Michel Foucault, ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.* Tradução de Elisa Monteiro. 2^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 261-306.
- FRONTANA, Isabel C. R da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo.* Edições Loyola: São Paulo. 1999.
- GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular – pulsões políticas do desejo.* Seleção, prefácio e tradução de Suely Belinha Rolnik. 2^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GUIRADO, Marlene. *A criança e a FEBEM.* São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1980.

LAURENT, Jullier& MARIE, Michel. *Lendo as imagens do cinema*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Senac, 2012.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Tradução de Sônia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RAGO, Luzia Margareth. A preservação da infância. In. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 117-162.

RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. (Orgs.) *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. *O século perdido – raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *Os filhos do mundo: a face oculta da menoridade (1964-1979)*. São Paulo: IBCCRIM, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 [2], Jul/Dez, 1995, p. 71-99.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A construção social da identidade e da diferença. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

TEIXERA, Inês Assunção de Castro; LARROSA, Jorge; LOPES, José de Sousa Miguel. Olhar a infância. In. _____. *A infância vai ao cinema*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 11-25.

A escrita das mulheres: entre a científicidade e o amadorismo

Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção¹

O presente trabalho é resultado de considerações levantadas ao longo da dissertação de mestrado em curso “Viajantes Inglesas da Era Vitoriana e a Dança do Ventre”, cujo objetivo é analisar relatos de viagens de mulheres que foram ao Egito, no século XIX e as descrições que realizaram da dança praticada pelas egípcias. Soma-se a elas, as reflexões geradas no II Encontro Discente de História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS), realizado em novembro de 2017 em que este trabalho foi apresentado e discutido. Aqui, tratarei apenas da questão da escrita das fontes e de que forma o fato de as autoras serem mulheres fez com que suas publicações fossem consideradas diferentes das masculinas. Para isso, analisarei o discurso científico da obra enciclopédica *An Account of the Manners and Customs of the Modern Egyptians* (1836) do inglês Edward Willian Lane, contrapondo-a a publicação *The Englishwoman in Egypt; Letters from Cairo* (1845) da inglesa Sophia Lane Poole, sua irmã, considerada uma “amadora”. O foco se dará nas formas de legitimação de cada uma das publicações, e seu enquadramento, ou não, nos critérios de objetividade lançados pela ciência moderna.

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista do CNPq.

Os relatos de viagem tiveram ampla circulação na Europa do século XIX devido ao grande fluxo de soldados, burocratas e também estudiosos para regiões da África, Ásia e América, ocasionado pelo domínio imperialista. O chamado “Oriente” recebia especial atenção devido ao sucesso das *Histórias das Mil e Uma Noites*, traduzidas pelo francês Antonie Galland no início do século XVIII e das chamadas “pinturas orientalistas” de renomados pintores como Eugène Delacroix, Jean-Léon Gérôme e Jean Auguste Dominique Ingres, que atiçavam a curiosidade do público em relação a essa região, caracterizada como exótica, pitoresca, misteriosa, primitiva, com belezas naturais e mulheres sexualmente disponíveis.

O século XIX também foi o momento de consolidação de uma noção de ciência baseada na racionalidade iluminista, considerada por este modelo dominante como a única ferramenta possível de acesso a uma verdade universalmente válida. Características deste paradigma de pensamento, de acordo com Boaventura de Sousa Santos, são o ideal de total separação entre ser humano e natureza, sujeito e objeto, o que possibilitaria a “observação descomprometida e livre, sistemática e tanto quanto possível rigorosa dos fenômenos” (SANTOS, 1988, p. 49), procedimento este que levaria ao acesso total à realidade “tal como ela é”. Também é “uma forma de conhecimento assente numa visão de mundo, que tenha vindo a constituir os pilares da ideia de progresso (...) e que é o grande sinal intelectual de ascensão da burguesia” (*Ibid*, p. 51) “Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (*Ibid*, p. 4). Esta concepção, portanto, pautou o empreendimento imperialista europeu, cuja justificativa mais freqüente era fazer chegar a civilização e o progresso nas áreas do mundo onde imperava a irracionalidade e a barbárie.

É levando em consideração este contexto histórico e intelectual que serão analisados as obras de dois viajantes ingleses

que estiveram no Egito na primeira metade do século XIX: Sophia Lane Poole (1804-1891) e seu irmão, Edward Willian Lane (1801-1876). O foco de atenção será a linguagem e o estilo de escrita por eles apresentados: seus discursos de justificação e legitimação, a estruturação da narrativa, as figuras de retórica empregadas, as circunstâncias históricas e sociais em que foram produzidos e o público a qual se dirigiam, entendendo que as representações que produzem sobre a realidade egípcia não nos fornecem uma reprodução fidedigna das coisas “tais como elas eram” e sim são construções elaboradas a partir de suas percepções desta realidade. Fazemos assim o exercício proposto por Hans Kellner de “entortar a história”: “Entortar a história’ é entender que a retidão de qualquer história é uma invenção retórica e que tal invenção de histórias é a parte mais importante do auto-entendimento e auto-criação humanos.” (KELLNER, 1989, p. XI). Faz-se importante ter em conta que este olhar crítico não se estende apenas às fontes, mas também ao próprio trabalho historiográfico, que, da mesma forma, é produto de um contexto histórico e um meio intelectual dentro do qual busca legitimar-se a partir do emprego de uma retórica e métodos específicos.

Comecemos por Edward Willian Lane, reconhecido orientalista², autor de uma das mais famosas traduções de *As Mil e Uma Noites*, e da obra enciclopédica intitulada *An Account of the Manners and Customs of the Modern Egyptians*, resultado de observações realizadas em suas três estadias no Egito entre 1825 e 1844. Tal enciclopédia está dividida em vinte e oito capítulos, cada um buscando descrever em detalhes os mais diversos aspectos da paisagem natural e humana egípcia: geografia, clima, aspecto físico dos homens e mulheres, vestimentas leis, educação, modos à mesa, superstições, etc. Lane foi um pioneiro na instituição do

² Entende-se aqui “orientalismo” tal como definindo por Edward Said: um discurso que serviu de instrumento aos europeus para “manejar – e até mesmo produzir – o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente” (SAID, 2013, p 29).

orientalismo como disciplina acadêmica e sua enclopédia, uma das maiores autoridades a qual orientalistas posteriores se baseavam.

No prefácio de sua obra, deixa claro que, através dela, almejava apresentar a totalidade da realidade egípcia, de forma objetiva e de acordo com os modelos de científicidade vigentes. Critica publicações como *Description de L'Egypte*, obra conduzida por mais de cem estudiosos que acompanharam a campanha de Napoleão ao Egito entre 1798 e 1801 tendo seu último volume publicado em 1829. Lane argumenta que a *Description* é descuidada em relação a várias de suas observações, distorcendo elementos e ocupando a maioria de suas páginas com “apreciações filosóficas”. Ele, ao contrário, teria passado uma longa temporada de estudos no Egito, aprendendo o árabe o que possibilitou sua comunicação e convivência com a população. Viveu não apenas *entre* os nativos, mas *como* os nativos: evitou bebidas alcoólicas e alimentos proibidos pelo islamismo, realizou suas refeições sem utilizar talheres, familiarizou-se com cerimônias religiosas, mostrou-se um crente nas palavras do messias Mohamed e do Corão, podendo, dessa forma, realizar descrições neutras e objetivas. Enfim, deixa claro sua pretensa busca pela verdade.

Sua obra, portanto, encaixa-se nos padrões ocidentais científicos de veracidade e confiabilidade, sendo aceita e aclamada pela comunidade intelectual e acadêmica. Edward Said a classifica como “um clássico da observação histórica e antropológica” (SAID, 2013, p. 44) e “uma autoridade de uso imperativo para quem escrevesse ou pensasse sobre o Oriente, e não apenas sobre o Egito” (*Ibid*, p. 54).

Tratemos agora de Sophia Lane Poole, que esteve no Egito entre 1842 e 1844, a convite do próprio Edward Willian Lane, seu irmão, lá residindo com ele e seus dois filhos. Por sugestão do mesmo, escreveu *Englishwoman in Egypt; Letters from Cairo*, publicado em 1845, narrando o que considerou de mais pitoresco em sua estadia. O relato é desenvolvido no formato de cartas, direcionadas a um “querido(a) amigo(a)”, com a primeira delas

sendo datada de Julho de 1842 e a última de Abril de 1844. Narra sua chegada, primeiro a Alexandria, onde permanece até julho do mesmo ano e, depois, sua permanência no Cairo, durante o restante do tempo mantendo uma espécie de diário de viagem, em que expõe suas impressões sobre o clima, as pessoas, as atividades que realiza, as visitas que faz. Em diversos momentos, utiliza trechos da obra do irmão, para descrever, por exemplo, as paisagens naturais ou as pirâmides e, inclusive, assina a obra como “A Irmã de Edward Willian Lane”, e não com seu próprio nome, aproveitando-se da já formada fama do irmão e evidenciando a maior dificuldade de reconhecimento pelo grande público quando a escritora era uma mulher.

O convite de Lane, que almejava realizar uma revisão em sua obra, se deu por um motivo específico. A sociedade egípcia, pelo menos entre as classes mais abastadas, possuía ambientes de convívio segregados por gênero, portanto, suas descrições das mulheres egípcias e dos haréns³ oferecidos em *Manners and Customs* eram de segunda mão, concedidas pelos homens com quem tinha contato. Buscava em Sophia, que por possuir acesso privilegiado aos ambientes femininos, poderia oferecer uma maior exatidão e correção nas informações dadas em sua obra.

The Englishwoman in Egypt, portanto presta especial atenção aos haréns, ambiente chave no imaginário orientalista, que despertava no público ocidental os mais diversos tipos de curiosidades e fantasias. Obviamente proibido aos homens estrangeiros, tal divisão do ambiente doméstico - assim como o estranhamento em relação aos hábitos de poligamia, concubinagem

³Segundo o próprio Lane, o termo “harém” era atribuído tanto à área doméstica quanto ao conjunto de mulheres que a compunham (LANE, 1890, p. 141), e os únicos homens que tinham permissão para circular livremente nesse espaço eram o dono da casa, parentes próximos e crianças pequenas. Isso ocorria devido às regras do uso do véu, as quais nosso autor descreve: um homem pode ver desvelada apenas as próprias esposas, suas escravas e as mulheres às quais é proibido por lei de se casar devido ao grau de consanguinidade, ou parentesco em caso de mãe-adotiva. Exceções a essas regras são os eunucos e meninos pequenos (LANE, 1890, p.161). Desta forma, o harém nada mais era que o espaço da casa em que as mulheres poderiam ficar a vontade, escondidas dos olhos de figuras masculinas desconhecidas.

e divórcio (que era muito comum e facilmente resolvido devido à prática de casamentos arranjados) - provocaram a imaginação dos homens ocidentais e acabou sendo idealizado como um espaço de prazeres e liberdade, em que o chefe de família dispunha de um conjunto de mulheres para satisfazer seus desejos sexuais ao bel prazer e de forma indiscriminada. Figuras de mulheres nuas, em poses indolentes e eróticas, permanentemente disponíveis para a satisfação das mais enlouquecidas paixões masculinas eram comuns tanto nas pinturas quanto na literatura orientalista.

Aproveitando-se do interesse do público ocidental, e de seu acesso privilegiado a este espaço oriental, criou-se um nicho literário exclusivo de mulheres: a literatura de harém. Sophia foi uma das pioneiras neste campo. Em *The Englishwoman in Egypt*, várias páginas são dedicadas às descrições deste ambiente, dando destaque, desde o início, às suas expectativas em relação às visitas que realizará, sua preocupação em aprender a língua árabe⁴, estudar os modos de etiqueta apropriados e assimilar as hierarquias estabelecidas nos haréns. Nas narrativas de suas visitas, longos trechos são direcionados à descrição das vestimentas das anfitriãs, assim como à decoração, os rituais relacionados à recepção das visitas, os modos à mesa, a hierarquia de esposas, servas e escravas, etc.

Analisemos agora, as diferenças e semelhanças entre as duas publicações. *An Account of the Manners and Customs of the Modern Egyptians*, em seu tempo, foi considerada uma obra com validade científica. Como já comentado, foi amplamente aceita, sendo suas detalhadas descrições da vida e da paisagem egípcia utilizadas como parâmetro para outros escritores que escreviam sobre o oriente tanto no meio acadêmico quanto intelectual. Segundo Edward Said,

⁴ Poole explica que a língua turca é a mais falada nos haréns mais importantes, já que o governante do Egito a época era o paxá Muhammad 'Ali, um turco da Macedônia enviado pela coalizão otomana-britânica para combater os franceses no início do século XIX, tendo governado de 1805 a 1848. Ela decide, porém, dedicar-se ao aprendizado da língua árabe pelo fato de ser a mais falada no Egito e também compreendida nos haréns.

“era lido e citado por figuras tão diversas como Nerval, Flaubert e Richard Burton” (SAID, 2013, p. 44), realizando assim o intercâmbio entre o que chamou de “orientalismo acadêmico” e “orientalismo imaginativo” (*Ibid*, p. 15).

Enquanto os trabalhos masculinos eram concebidos como obras científicas, como é o caso de Lane, os relatos femininos se desenvolvem a partir do estilo de escrita considerado apropriado às mulheres, como no caso de Sophia, cujas obras, mesmo quando publicadas, se davam no formato da escrita íntima e doméstica: diários ou cartas. Embora muitas delas possuíssem a mesma (ou semelhante) carga de estudos que seus contemporâneos homens, elas não eram julgadas capazes de elaborar uma obra objetiva e neutra, que abordasse temas “importantes” à sociedade de forma técnica e profissional pelo simples fato de serem mulheres. Relegadas à esfera do privado, afastadas do que era considerado público - a política, a ciência, as artes - essas escritoras desenvolveram seus relatos a partir de uma narrativa pessoal, que dava lugar ao anedótico, à vivência própria (PERROT, 1989).

É interessante, porém, perceber que Lane, apesar de deixar claro em seu prefácio suas pretensões puramente científicas e objetivistas, alegando não enfeitar seu texto com ornamentos literários ou julgamentos de valor, em vários momentos deixa transparecer tais julgamentos e utiliza-se, diversas vezes, de narrativas instigantes sobre casos de superstição ou sobre seu espanto com certos hábitos, por exemplo. Por outro lado, apesar da estrutura narrativa que é esperada de Sophia permitir uma maior liberdade em relação a comentários de cunho pessoal, em diversas ocasiões adota descrições extensas de espaços ou pessoas de forma muito semelhante (para não dizer igual) às empregadas na enclopédia do irmão.

Percebe-se, assim, que as cartas de Sophia e a enclopédia de Lane, diferenciam-se mais pelo status atribuído a cada um dos relatos, possuindo mais em comum do que pretendiam. Tal status reclamado e conquistado por E. W. Lane deriva da apropriação da

retórica objetivista que se consolidava à época e que contribuiu para afirmar disciplinas como a história e a antropologia no campo das ciências, cujo modelo eram as ciências naturais. No início do século XVII, teóricos da Revolução Científica retomavam discussões aristotélicas sobre a oposição entre história e poesia: Francis Bacon refletia sobre a busca de verdades universais, defendendo que uma história isenta de adendos imaginativos, governada pela razão, sem atrativos estéticos poderia não tornar-se tão popular quanto a poesia, mas constituir-se-ia um estudo muito mais sério e importante. Para ele, a história era um relato puro e neutro do que aconteceu e a virtude seria alcançada pelo afastamento de qualquer influência poética ou imaginativa (SOUTHGATE, 1996, pp 16-17), modelo que Lane buscou seguir a risca em seu estudo antropológico. Afinal, a razão constituiu-se como um atributo específico do homem branco ocidental, enquanto que às mulheres e às populações não brancas, restava o domínio da emoção.

É interessante perceber que, tempos depois, já nos idos do século XX, a etnografia profissional procurou se legitimar justamente em contraposição aos relatos de viagem. Nas palavras de Malinowski, que escreveu em 1961: “Foi-se o tempo em que podíamos tolerar relatos cujas narrativas nos apresentavam caricaturas distorcidas e infantis dos seres humanos. (...) Esta imagem é falsa, e como muitas outras falsidades, foi morta pela Ciência.”⁵. Na visão destes novos etnógrafos, o relato etnográfico verdadeiro e profissional seria aquele elaborado a partir de métodos científicos, o que eliminaria as distorções presentes nos relatos de viagem e as “percepções superficiais seriam corrigidas ou confirmadas pelos cientistas sérios” (PRATT, 1986, p. 27), basicamente a mesma retórica empregada por E. W. Lane.

Mary Louise Pratt, em seu ensaio *Fieldwork in Common Places*, busca evidenciar que tanto a nova etnografia profissional

⁵“The time when we could tolerate accounts presenting us the narrative as a distorted, childish, caricature of a human being are gone. (...) This picture is false, and like many others falsehoods, it has been killed by Science.”MALINOWSKI, 1961 apud PRATT, 1986.

quanto os relatos de viagem aos quais ela busca se contrapor compartilham muitos aspectos narrativos. Mesmo os textos que se propunham científicos reservavam certo espaço para comentários íntimos nos chamados “diário de campo” que poderiam vir publicados em um volume separado, no prefácio do trabalho acadêmico ou mesmo mesclado no meio deste. Desta forma, apesar dos “verdadeiros cientistas” legitimarem sua obra a partir de uma suposta neutralidade e objetividade - que não existiriam nos relatos de viagem - suas publicações seguem basicamente o mesmo modelo, combinando as escritas de cunho pessoal com descrições objetivas, sendo o primeiro, herdeiro do segundo.

Bonnie Smith, em *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*, analisa, de que forma semelhante, a escrita das mulheres nas práticas historiográficas lançadas a partir do século XIX, demonstrando que elas desempenham um papel bem definido neste mercado editorial: o de amadoras. “Os amadores, na nossa mente, são escritores de pouca importância, pessoas cuja obra desperta pouco interesse, porque parece superficial e feita por interesse comercial.” (SMITH, 1998, p. 87), sendo este, portanto, um espaço periférico em relação ao conhecimento “científico” produzido pelos homens. Uma das características que relaciona a essa escrita feminina, sempre considerada amadora, é o erotismo: a atividade intelectual não era considerada apropriada a “boas moças”, assim, tais textos acabavam associados a mulheres adúlteras, mães solteiras, divorciadas, aventureiras. Assim, “quando se examina o amadorismo sob essas linhas, é possível compreender melhor como a moderna historiografia do mundo ocidental esteve marcada pelo gênero” (SMITH, 1998, p. 90).

Utilizo-me, portanto, dos argumentos de Pratt e Smith para corroborar a ideia de que ambas publicações, tanto *An Account of the Manners and Customs of the Modern Egyptians* quanto *The Englishwoman in Egypt*, diferem-se menos em seu estilo narrativo do que nas justificativas empregadas para cada obra. Lane alcança a notoriedade acadêmico-intelectual-científica pela quantidade de

páginas destinadas à descrição e por pretender realizá-lo de forma neutra e objetiva, pretensão essa ausente na obra de Sophia que, pelo fato de ser uma mulher, escrevia para um público distinto e, portanto, com justificativas distintas. Ambos, porém abrem espaços semelhantes, dentro de suas obras, tanto para narrativas pessoais quanto para descrições detalhadas, da mesma forma que o faz a etnografia considerada científica, como apontado por Pratt e a historiografia considerada profissional, como apontado por Smith. As diferenças, portanto, recaem em uma questão de gênero: enquanto a ciência e os saberes “duros” eram (e até hoje) são considerados espaços privilegiados masculinos, às mulheres, mesmo com um teor de escrita muito semelhante, não é destinado reconhecimento no campo do “saber verdadeiro”.

Referências

- KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation*: getting the story crooked. Madison: The University of Wisconsin Press, 1989.
- PERROT, Michelle. Práticas da MemóriaFeminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p.09-18, ago. 1989. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846. Acesso em: 30 set. 2016.
- PRATT, Mary Louise. Fieldwork in Common Places. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Org.). *Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 27-50.
- ROBERTS, Mary. Contested Terrains: Women Orientalists and the Colonial Harem. In: BEAULIEU, Jill; ROBERTS, Mary (Ed.). *Orientalism's Interlocutors: Painting, Architecture, Photography*. Durham: Duke University Press, 2002. p. 179-203.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia de bolso, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna*. Estudos Avançados [online], Instituto de Estudos Avançados na Universidade de São Paulo. 1988, vol. 2, n. 2, p. 46-71. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2016.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: Edusc, 2003.

SOUTHGATE, Beverley. *History: what and why? Ancient, modern, and postmodern perspectives*. London: Routledge, 1996.

THORNTON, Lynne. *Eastern Encounters: Orientalist Paintings of the Nineteenth Century*. London: The Fine Art Society, 1978. 01 nov. 2014.

Fontes

LANE, Edward Willian. *An account of the manners and customs of the modern Egyptians*. 3^a ed. London: Ward, Lock & Co., 1890. Disponível em: <http://scholarship.rice.edu/jsp/xml/1911/9176/71/LanMa1890.tei-timea.html#index-div1-N102CA>. Acesso em: 01 jul. 2014.

POOLE, Sophia Lane. *The Englishwoman in Egypt; Letters from Cairo*. Philadelphia: G. B. Zieber&Co., 1845. Disponível em: <https://archive.org/details/englishwomanine00pool>. Acesso em: 28 ago. 2015.

Sobre uma mãe e uma não-mãe: a imprensa paulista e a formação de imagens de feminilidade em trajetórias de mulheres nos meios políticos (1987 - 1990)

Roger Camacho Barrero Junior¹

Introdução

Como afirmava François Dosse (2009, p. 15) ao citar Claude Arnaud, propondo uma relação de empatia entre pesquisador e sujeito: “(...) O biógrafo precisa amar suficientemente sua obra para sacrificar-lhe um longo período da vida, mas, ao mesmo tempo, tem de estabelecer uma distância crítica que lhe permita ir até o fim com uma identificação com um sujeito alheio (...).” Esse texto é em parte uma identificação política com as militantes aqui tratadas, mas para além de uma potencial homenagem é uma pesquisa histórica e por isso devo manter a distância crítica com relação a elas. Fica registrado que nesses tempos, olhar para o passado nos inspira a lutar por aquilo que consideramos justo e necessário, criando empatia com aqueles que eram e são oprimidos.

Tal resumo expandido faz parte das reflexões e dos trabalhos de uma pesquisa que tem por objetivo geral estudar a partir das trajetórias de três militantes a inserção e atuação de mulheres no

¹ Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da CAPES.

Partido dos Trabalhadores. Nesta seara, me delimito nas experiências de Irma Passoni, catarinense, militante de grupos de mulheres da periferia de São Paulo; Lélia Abramo, paulista, filha de italianos, atuante em grupos trotskistas e presidente do Sindicato dos Atores e Técnicos de Entretenimento e Diversão de São Paulo (SATED-SP) e Luíza Erundina, paraibana, militante estudantil na Paraíba e próxima a grupos de periferia e de funcionários públicos em São Paulo. No caso, a apresentação que foi realizada faz parte de uma seção de um dos capítulos da tese a ser escrita com base na pesquisa acima citada. Nesta parte especificamente, tratarei das relações dessas militantes com o PT, suas atuações em cargos políticos e como a imprensa estava observando e narrando tudo isso.

Essa fala versou sobre questões acerca das representações construídas sobre Erundina e Irma especificamente. Lélia, apesar de presente em minha pesquisa, representava um caso mais complexo quando tratamos de maternidades, visto que ela teve o seu projeto de ser mãe interrompido por uma série de questões de saúde e sua estada na Itália durante a guerra (ABRAMO, 1997). Como nos mostra Maria de Jesus Correia (1998), a maternidade é um conceito muito amplo e está associado a questões sociais de determinados grupos em um período também delimitável. Para tanto, não legaremos essa questão apenas a mulheres que efetivamente passaram por essa experiência, mas lembraremos que tal ponto está inserido nas relações de gênero, atingindo não apenas as mães, na concepção tradicional, mas também mulheres que não querem/queriam ou não possuem/possuíam filhos. Todavia, não podemos esquecer que a maternidade seria parte de uma noção de feminilidade, dentre as várias presentes dentro das leituras que a sociedade constrói sobre as mulheres que ali circulam (SCOTT, 1990). Com isso, podemos pensar nas diferentes perspectivas construídas sobre elas, rompendo com uma ideia que generaliza esses sujeitos sob categorias fixas e generalizantes.

Como este trabalho ainda é inicial, não pude ainda me aprofundar no caráter espacial das noções de maternidade presentes

entre os grupos por onde cada uma circulou, mas ressalto que essa questão não foi esquecida dentro das reflexões gestadas por meio das leituras de fontes e bibliografia pertinentes a esta pesquisa.

Feminilidades

Como apontado anteriormente, partindo do conceito de Joan Scott(1990) de feminilidades, atento para o fato de que não podemos ler cada caso de uma única forma. As experiências dessas mulheres e a forma como elas foram lidas pelas pessoas a sua volta, geravam diferentes visões e mesmo tratamentos quanto a elas, interferindo inclusive nos seus campos de possibilidades, modelando e metamorfoseando inclusive seus projetos políticos e pessoais (VELHO, 1999).

Tais vivências eram enquadradas e reenquadradas de acordo com os interesses de que narrava a trajetória delas, articulando as memórias dessas mulheres às demandas políticas e representações sociais e culturais. Dessa maneira, partindo para as fontes observadas, nas charges contidas nos jornais na década de 1980, notamos inicialmente uma diferença. Irma é desenhada com vestido, Erundina com calças. Outro ponto, Irma sempre é associada à maternidade e à religiosidade. Erundina ao radicalismo e à militância.

Tais questões estavam em parte associadas às experiências dessas duas mulheres. Irma circulava nos meios religiosos e militava intensamente em prol de creches e em Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, casou-se e teve filhos. Pensando em seu caso especificamente, devemos ter em mente que muito de sua trajetória temos acesso somente a partir de sua memória. Partindo disso, podemos dizer que dentro de seus repertórios, ela se identificava com sujeitos oriundos dos meios religiosos: “(...) Participei de um curso superior de Pastoral Catequética. (...) Esses cursos eram marcados por uma visão de compromisso de fé e engajamento social muito forte. A partir daí, formatamos o processo da construção das

comunidades de base no Brasil” (PASSONI, 2008, p. 313). Muito do que vivenciou nesse período auxiliou na formação de seus projetos e na sua perspectiva sobre demandas políticas e sociais, o que não podemos aprofundar neste texto.

Já Erundina não possuía o projeto de ter filhos ou de se casar, chegando a ser tida como contestadora da instituição social da família nuclear por jornalistas como Nêumanne Pinto (1989). Nesse ponto, devemos ter em mente que esses fatores podem ter impactado na forma como elas se apresentavam, além de auxiliar na construção de seu eleitorado, bem como de possíveis rejeições. A diferença de projetos, dentro de uma sociedade fortemente marcada por relações binárias de gênero causava impressões diferentes acerca de cada uma, bem como entre diversas mulheres que ousavam adentrar e romper com os muros dos espaços de debate político, associado à masculinidade, bem como outros locais relacionados à esfera pública. De acordo com Maria do Carmo Godinho Delgado (2008), por muito tempo se concebeu que a feminilidade seria algo propício ao privado, ao ambiente da casa, o que gerava resistências quanto ao fato da presença de mulheres em espaços públicos, como o trabalho fora de casa e os ambientes de discussão e militância.

Mesmo assim, não podemos enquadrar Irma ou Erundina dentro dos estereótipos a elas atribuídos. As definições de Daniel James (2004) nos são pertinentes para pensar que talvez a multiplicidade de repertórios adquiridos por meio de suas relações sociais e políticas gerariam conflitos e tensões na construção não apenas de suas narrativas pessoais, mas também de posturas quanto a temas específicos. Nessa perspectiva, não podemos categorizar os sujeitos históricos, mas observando-as como atuando e se construindo nas margens das definições formadas socialmente.

Em suas campanhas políticas, Irma se colocava próxima a outras pautas de mulheres, como creches, sempre tendo seu nicho político entre pessoas oriundas das Comunidades Eclesiais de Base, das quais ela também fazia parte, mas, ao mesmo tempo não

condenava mulheres que realizavam abortos em suas entrevistas (*Em Tempo*, nº 100, 1980, p. 17). Erundina se aproximava mais, nos anos 1970 e 1980, de questões de classe, mas não deixou de atentar para questões de gênero, o que se explicitou durante sua gestão frente à prefeitura de São Paulo (1989 – 1993), como fora ressaltado em seus balanços de governo (Gabinete, 1992). Pensando nisso, não podemos classificá-las como sendo exclusivamente de um grupo ou outro, mas lembrar que em suas relações, gestadas durante suas trajetórias, suas pautas e pontos de vista seriam acrescidas pelos repertórios construídos por tais contatos presentes nos espaços por onde circulavam.

Imprensa

Para esse ponto especificamente, o conceito de enquadramento de Michael Pollak (1989) nos é pertinente para analisar nossas fontes. Os jornais da grande imprensa enquadram a imagem de cada uma partindo não apenas de suas pautas e nichos políticos, mas também de questões referentes ao físico. Representando Irma como recatada, mãe de família e católica, lhe eram atribuídos pontos de sensibilidade e de carinho, o que permanecia, mesmo quando atentavam para sua atuação política, muitas vezes criticada pela mesma mídia. Talvez por uma visão tradicional maternal colocada sobre a deputada, sua representação física sempre remeta a um vestuário atribuído ao feminino e expressões serenas. Por outro lado, Erundina era pontuada como rígida, séria, colocada de maneira vulgar como não possuindo atributos físicos ideais (nem no corpo, nem no modo como se vestia). Apesar de o Partido tentar reenquadrá-la como sensível, a imagem masculinizada sempre retornava, o que também se relacionava ao fato de ela não ter o projeto de se casar, rompendo com padrões sociais de feminilidade que diriam que uma mulher deveria desejar isso.

Em um projeto de reportagem sobre os parlamentares paulistas na Constituinte, Irma tivera sua entrevista voltada para o seu cotidiano e na relação com os seus filhos. De acordo com seus entrevistadores:

A deputada Constituinte Irma Rossetto Passoni sente na pele o drama de muitas mulheres brasileiras que trabalham fora e têm que cuidar da casa e dos filhos. (...) E essa foi uma das suas principais bandeiras nas três campanhas eleitorais que já enfrentou. Ali, ela tem lutado pela extensão dos direitos previdenciários à trabalhadora do campo, pela extensão do prazo de licença maternidade para seis meses, no mínimo, educação política para as crianças desde a creche e o direito de aposentadoria para as donas de casa. (MEDINA, 1987, p. 111)

De fato, a deputada se voltava para questões como a maternidade e a educação dos filhos de mulheres trabalhadoras. Mesmo assim, o que é de se notar é que esse enquadramento realizado pelos estudantes da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP) se voltava para sua experiência como mãe. A transcrição da entrevista se inicia e termina com diálogos dela com seus filhos e apesar das perguntas voltadas para outras questões a maternidade é posta inclusive na epígrafe escolhida para iniciar o texto.

Se de um lado Irma continuava sendo tida como uma mulher padrão, talvez pelo fato de ser casada, com dois filhos, além das questões pontuadas anteriormente, em uma biografia escrita por Nêumanne Pinto (1989), Erundina era distanciada inclusive da figura de sua mãe, a qual fora apresentada como cozinheira, atributo do qual Erundina não partilharia:

Ao contrário da mãe, que tinha altos pendores culinários, não lhe apetece cozinhar e seus pratos preferidos são degustados em restaurantes como o Andrade, especializado em cozinha nordestina. (...) Na verdade a sua paixão é o arrubacão, ou baião de dois, um feijão sertanejo cozinhado junto com arroz e queijo de coalho. (PINTO, 1989, p. 141)

Fruto de uma reportagem sobre a recém-eleita prefeita de São Paulo, essa biografia nos remete à visão de um representante da chamada grande imprensa sobre a militante. Nela, ainda é possível notar certo julgamento pelo fato de não querer se casar, o que segundo o jornalista seria um projeto seu, mas também fruto de distanciamento dos padrões sociais. O mesmo jornalista definira nesse livro Irma como a religiosa e ex-freira. Apesar de partilhar de experiências quanto à origem, Nêumanne Pinto vem de outro local de fala. Ambos são nordestinos, mas ela é mulher e próxima de movimentos sociais da periferia e ele é homem, rico e próximo da elite, trazendo uma carga de valores sociais e culturais com os quais lia e enquadrava Erundina. Nesse ponto, Nêumanne se distanciava de sua biografada no que diz respeito aos seus repertórios, pontos de vista e campos de possibilidades, o que trazia a tona uma série de tensões com relação à forma como tratava da prefeita, apesar de se solidarizar com ela quanto ao preconceito regional que sofria em São Paulo. Como aponta Anne McClintock (2010) ao tratar de interseccionalidade, devemos atentar para o fato de que em muitas representações entre pessoas tidas como iguais em algum aspecto (gênero, origem ou raça) elas podem possuir relações, experiências e identidades diferentes entre si e mesmo com relação aos demais que formavam o seu meio social.

Com suas próprias experiências e projetos familiares e individuais, Irma era lida pela imprensa como uma mãe convencionalmente instituída, aquela que além de ser uma de fato, todavia milita em nome das mães e de seus filhos. Isso nos remete também a sua atuação política, vista sua identificação com os grupos e movimentos sociais e religiosos nos quais circulou. Nesse ponto, devemos lembrar que as experiências pessoais podem ter sido talvez fatores para a gestação de sentimentos de pertencimento com relação às mulheres, influindo na formação de seus projetos, seja no âmbito político ou mesmo pessoal. Todavia, a sua participação por grupos vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) pode ter auxiliado na formação de seus repertórios com relação às

vivências de mães pobres e dos problemas sofridos por elas e seus filhos. Com isso, pode ter construído identidades com aquelas trabalhadoras (considero aqui também as donas de casa) com quem convivia, partindo talvez para o campo político como forma de por em prática projetos de resolução dos problemas de mães, como ela, e do bairro onde moravam. Assim, esse plano poderia ter sido inclusive gestado coletivamente, na medida em que foi escolhida pelos grupos onde atuava para participar, o que não exclui, ao mesmo tempo, sua vontade individual em se colocar como possibilidade para essas pessoas. Tal fenômeno ocorria em uma mescla entre seus projetos e o das pessoas presentes em um determinado campo de possibilidades, metamorfoseando não apenas o que se queria fazer, mas as identidades da própria militante. Como ela mesma relatou:

A gente tinha claro que o essencial era continuar o movimento popular, e que estava militando no partido porque era o caminho possível. (...) Quando eu entrei na Assembleia Legislativa, trazia gente dos movimentos populares para apresentar as reivindicações. (...) (PASSONI, 2008, p. 316)

Lembrando que a memória é fruto do presente, o que podemos inferir dessa fala de Irma é a sua identificação com esses grupos sociais, com os “desgravatados”, segundo as suas palavras. Ela entende que o projeto foi do grupo, mas, lembrando de sua auto identificação com ele, não podemos deixar de pensar em sua margem de escolha em representá-los, visto que ela optou por se candidatar, o que fica no campo das hipóteses. Ainda, em sua visão de conjunto do que ocorreu, a via partidária seria a única saída, o que talvez é fruto do repertório trazido pelos discursos da abertura política e dos campos de possibilidades abertos nesse período, período no qual ela começou a atuar no parlamento estadual de São Paulo pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Erundina, por não ter filhos e ser solteira, foi, dentro de uma concepção materna de feminilidade, representada como a não mãe,

a masculinizada e mesmo a rígida. Diferente de Irma, essa representação não tem uma relação com a construção de suas identidades e autoimagem, mas era um julgamento, um estranhamento, dentro daquilo que era lido como o anormal, o estranho, dentro de uma sociedade que prezava e preza pela *mãe padrão*, imagem construída fortemente por um viés religioso e moralizante. Ela poderia ser lida como um sujeito excepcional normal, como diriam os micro-historiadores (LEVI, 1992), visto que poderia ser vista como singular aos olhos do pesquisador, se comparada a uma visão quantitativa das demais mulheres. Mesmo assim, seus repertórios e pontos de vista também devem ser observados como parte daquilo que se vivenciava em um determinado espaço e período, tornando-a como parte de um grupo com o qual convivia e se relacionava.

Considerações finais

Fica claro que a imagem construída não pode ser atribuída somente às relações binárias de gênero (SCOTT, 1990). Ambas são mulheres, mas cada uma fora representada de uma maneira. Todavia, entram questões como a origem de cada uma, a classe, entre outros fatores, remetendo-nos também às suas diferentes branquitudes, o que infelizmente não poderá ser aprofundado devidamente aqui. Nesse momento, percebo, parcialmente, que a mescla das experiências pessoais percebidas e enquadradas pelos jornais, as atuações políticas e os focos de cada uma dentro de seus projetos, a composição familiar e as demais relações sociais são o material utilizado para, dentro de repertórios e interesses pessoais e corporativos, construírem uma imagem diferente para cada uma.

Referências

- CORREIA, Maria de Jesus. Sobre a maternidade. *Análise psicológica*, v. 16, n. 3, p. 365-371, 1998.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. *Estrutura de Governo e Ação Política Feminista: A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP, 2007.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Edusp, 2009.

JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras: a história de Doña Maria, história oral e questões de gênero. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*, 1992.

MEDINA, Cremilda. *Virado à Paulista: Constituinte - 1987*. São Paulo: ECA – USP, 1987.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos*. Educação e Realidade, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Fontes

ABRAMO, Lélia. *Vida e arte: memórias de Lélia Abramo*. Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

DS. *Em Tempo*. Número 100. De 3 a 21 de Maio de 1980. Pp: 17 – 18. São Paulo: CSBH-FPA.

O Estado de São Paulo. Número 34896. 26 de novembro de 1988.

PASSONI, Irma. Entrevista realizada em São Paulo em 28 de agosto de 2006. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FORTES, Alexandre (orgs.). *Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

MEDINA, Cremilda. *Virado à Paulista: Constituinte – 1987*. São Paulo: ECA – USP, 1987.

PINTO, José Nêumanne. *Erundina: a mulher que veio com a chuva*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989.

PREFEITURA de São Paulo. *São Paulo para Todos*. Dezembro de 1992. Coleção Mandatos do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Repressão e Territórios Em Perspectiva: A População Negra Na Ditadura Civil-Militar

Tairane Ribeiro da Silva¹

No que diz respeito à história da população negra no Brasil, nos deparamos com diversos embates no que se refere a um apagamento de negros e negras em diversos momentos de importância nos âmbitos social e político na história do país. O plano de fundo da minha discussão é o período da ditadura civil-militar brasileira, que teve duração de 1964 até o ano de 1985, configurado como um golpe de Estado, autoritário, regido por militares, tendo um forte apoio e adesão da camada civil da sociedade brasileira, que na época organizou a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que teve sua primeira marcha na cidade de São Paulo e logo depois foi se expandindo por diversas cidades do país, ficando conhecida como um dos episódios mais marcantes de mobilização social da época, levando milhões de pessoas de todas as classes sociais para as ruas em prol da ditadura civil-militar no Brasil (REIS, 2013).

Feito este breve plano de fundo da ditadura brasileira, levanto a questão da população negra no período, por onde andava esta população e de que maneira estas pessoas negras se articulavam para enfrentar a ditadura? Lélia Gonzalez (1982) no seu livro intitulado “Lugar de Negro”, vai nos apresentar a vivência da

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista do CNPq.

população negra na ditadura civil-militar brasileira, mais precisamente na década dos anos de 1970, com o fenômeno chamado “milagre econômico”, defendido no discurso da ditadura que atingiu negros e negras de maneira geral, deixando-os em situações de trabalhos extremamente precarizados, com baixos salários e que não exigiam uma mão de obra qualificada para tal função, deixando evidente no trecho abaixo onde diz

Outro grande escoadouro de mão-de-obra barata foi a prestação de serviço. Também ali encontramos o trabalhador negro fortemente representado sobretudo em atividades menos qualificadas tais como limpeza urbana, serviço domésticos, correios, segurança, transportes urbanos, etc. (GONZALEZ, 1982, p.14).

No que diz respeito à repressão contra a população negra, comprehende-se que não importava de onde vinha o negro, seu histórico de atuação na sociedade, seu corpo já dizia algo, representava perigo e subversão ao sistema, assim ficando suscetível a receber represálias. Logo dado seu caráter racista (segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que prove o contrário), tem por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo (GONZALES; HASENBALG, 1982) o discurso ideológico de manter a ordem e a segurança social, só legitimou a ação policial e repressão contra a população negra e pobre no período, sendo visivelmente tratado no trecho do livro da autora,

O golpe militar de 1964 procurou estabelecer uma “nova ordem” na sociedade brasileira já que, de acordo com aqueles que o desencadearam “o caos, a corrupção e o comunismo” ameaçavam o país. Tratou-se, do estabelecimento de mudanças na economia mediante a criação do que foi chamado de um novo modelo econômico em substituição ao anterior. Mas para que isso se desse, os militares determinaram que seria necessário impor a pacificação da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse termo, pacificação, sobretudo na história de povos como o nosso:

o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê “pacificação”, entenda-se repressão (GONZALEZ, 1982, p.11).

Nesse sentido, casos de repressão na ditadura civil militar foram e são denunciados até hoje pelas comissões da verdade, em busca de memória, verdade e justiça, não só aos mortos e desaparecidos, bem como aos familiares que sofreram de alguma forma com as atrocidades da ditadura brasileira. Vítimas que após anos de silêncio e traumas tornam público suas vivências na ditadura, pessoas que geralmente brancas, classe média, que militaram em alguma organização política da época, ou seja, um perfil já bem explorado na historiografia brasileira referente ao tema.

No ano de 2014 foi publicado o relatório final das atividades da Comissão Nacional da Verdade, com duração de 2 anos de 7 meses de atividades com o objetivo de apuração das graves violações de direitos humanos sob responsabilidade do Estado Brasileiro WEICHERT (2014), que passava por uma ditadura civil-militar que durou por 21 anos. O número total de mortos e desaparecidos é de 434 e com base neste total, tomei a liberdade de fazer um levantamento de dados referentes aos mortos e desaparecidos pretos/pardos deste relatório, onde o resultado encontrado por mim somou 43 mortos e desaparecidos negros/ negras.

Após deparar-me como este número pequeno de reparados negros e negras no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, pude perceber que houve então um apagamento da reparação das violações de direitos humanos referente a população negra brasileira, levando em consideração suas ressalvas e a reparação pública a outros grupos da camada civil brasileira, lhes dedicando no capítulo dois do relatório final, um subcapítulo intitulado “Casos Emblemáticos”².

² Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_593_a_958.pdf
Acesso em 15/12/2017.

Logo, com base neste levantamento de dados sobre os mortos e desaparecidos negros do relatório, fiz uma reflexão e prévio levantamento para tentar localizar em qual região do Brasil estavam concentrados em maior quantidade, visando o território como uma dimensão política na dimensão do Estado-Nação, fazendo as associações com a questão do espaço como delimitado e controlado e nesse sentido trabalho com o conceito de território da geógrafa Rosa Maria Viera Medeiros, que nos mostra o território como um jogo político e lugar de poder, corroborando bem com o período da ditadura e os posteriores resultados da análise feita neste trabalho, onde ela diz então brevemente:

O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo. (SAQUE,SPOSITO, 2008, p.217).

Com base na localidade da morte ou desaparecimento dos 43 mortos/as e desaparecidos/as negros e negras, a tabela abaixo nos mostra os referidos resultados:

Região	Mortos/desaparecidos
Centro-Oeste	1
Nordeste	7
Norte	8
Sul	1
Sudeste	25
Buenos Aires, Argentina	1

Fonte: Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014).

Fica evidente que a maioria das vítimas foram mortas/desaparecidas na região sudeste do Brasil, mais precisamente em São Paulo e Rio de Janeiro, onde a localidade das

mortes e desaparecimentos constam. Logo depois vem a Região Norte e Nordeste, por conta dos mortos e desaparecidos da guerrilha do Araguaia, onde alguns são pretos/partos e constam no relatório como desaparecidos, além dos camponeses da região nordeste, no Pernambuco, por exemplo foi onde apareceu um número superior de morte e desaparecimento.

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade vem com o objetivo de trazer memória, verdade e justiça aos familiares de mortos e desaparecidos em decorrência da ação do Estado. É evidente que muitas lacunas ainda estão sem respostas, mas para um país como o Brasil, onde atualmente é comum discursos vindo da população pedindo a volta de uma ditadura civil-militar é muito fortificado, é de suma importância que esta parte da história esteja documentada. Nesse sentido avalio que o silenciamento da reparação referente a população negra do relatório da Comissão Nacional da Verdade como uma opção, visto que algumas comissões Estaduais da Verdade³ aqui no país trabalharam estas questões referente as/os negras/os em seus relatórios finais.

Ao não problematizar a questão da população negra na época, que estava sendo extermínada de forma massiva, reforça mais uma vez a história oficial, prefere silenciar as mortes, a dor e o sofrimento de vítimas e seus familiares. Nesse sentido, encerro com uma citação de uma historiadora, mulher negra chamada Maria Beatriz do Nascimento, seus estudos abordavam a importância de se estudar e de se fazer uma História do negro brasileiro para que as vivências do negro no Brasil parassesem de ser comparadas como as vivências do negro norte americano, por exemplo, ou para que se parassem de fazer uma História do negro como ser primitivo ou simplesmente utilizar apenas do negro como um mero objeto de estudo. Por fim Beatriz nos deixa então a seguinte reflexão:

Retomando o problema da História do negro no Brasil: Que somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem

³Disponível em <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html> - Acesso em 15/12/2017

como seres primitivos? Como expressão artística da sociedade brasileira? Como classe social, confundida com todos os outros componentes da classe economicamente rebaixada, como querem muitos? Pergunto em termos de estudo. Podemos, ao ser estudados, ser confundidos com os nordestinos pobres? Com os brancos pobres? Com os índios? (NASCIMENTO; RATTS, 2009, p.94).

Referências

- COMISSÃO, Nacional da Verdade. *Relatório Final*. Brasília, 2014.
- COMISSÃO, Da Verdade do Estado de São Paulo —Rubens Paiva. *Verdades Abertas*. São Paulo, 2015.
- COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- DOMINGUES, P. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v.6, n.30, p. 215-250, 2009.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. *Lugar de negro*. Editora Marco Zero, 1982.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. *Estudos avançados*, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado*. Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro, 1978.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- RATTS, Alex; NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza, 2007.

REIS, Daniel Aarão. 1964: golpe militar ou civil?. In: FIGUEIREDO, Luciano (org). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 197-201.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 5, n. 8, p. 170- 198, 2004.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. Expressão Popular, 2009.

WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. (2014).

Quarta parte

Elites e povo na história

A atuação dos homens de negócio fluminenses em busca de ascensão social no século XVIII

Alana Thais Basso¹

Neste trabalho, irei analisar brevemente a atuação dos homens de negócio fluminenses, a elite econômica do século XVIII, em busca da ascensão social. A fim de atingirem o status desejado, esses agentes se valiam de estratégias voltadas à obtenção de prestígio advindo da Coroa portuguesa, através de participação em ordens militares e religiosas, por exemplo. Essa movimentação ocorria porque esse grupo, mesmo sendo reconhecido por seus pares e pela sociedade em geral como um grupo de elite econômica, não era um grupo de elite social no período estudado, o que é explicado pelas características das sociedades de Antigo Regime. O estudo realizado aqui deriva de pesquisa maior, em que busco construir a trajetória de 29 homens de negócio que traficavam escravos para a Colônia do Sacramento, no extremo-sul da América.

Os agentes estudados são referidos na documentação da época como “homens de negócio”, denominação que, conforme o *Compromisso de formação da Mesa do Bem Comum do Rio de Janeiro*, de 1753, significava “comerciar do mar em fora”², ou seja, ter negócios para além da praça em que se estabeleciam – negócios

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da CAPES.

² *Compromisso da Mesa do Bem Comum do Comércio da Praça do Rio de Janeiro*, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_ACL CU_017-01, Cx. 79, D. 18331).

que envolviam grandes quantidades de mercadorias, de investimentos e também de rendimentos. Eles eram a verdadeira elite mercantil durante o século XVIII, o que se deve, em grande parte, às estratégias familiares e matrimoniais que utilizavam, às alianças políticas que formavam e, principalmente, ao poder econômico que possuíam. Eram uma comunidade, pois se reconheciam como homens de negócio, tinham sentimento de pertencimento ao grupo e, sobretudo, produziam um discurso coeso a fim de apoiar a “proeminência política e econômica experimentada pelos negociantes” (SAMPAIO, 2007, p. 261), proeminência que cresceu durante o setecentos e atinge seu auge no início do século XIX.

Os 29 agentes selecionados para a pesquisa foram localizados inicialmente nos registros de óbitos de escravos da Colônia do Sacramento entre os anos de 1737 a 1752 (ACMRJ); nesta fonte, eles são descritos pelos párocos que realizaram os registros como moradores do Rio de Janeiro e proprietários e/ou consignatários dos escravos que faleciam na Colônia do Sacramento, no extremo sul da América portuguesa. Através da Colônia do Sacramento, mercadorias produzidas no Brasil eram comercializadas com a região do Rio da Prata e, também, com a América espanhola; da mesma forma, a localidade proporcionava a entrada na América portuguesa de couro e de prata advinda das Minas de Potosí, sendo assim entreposto importante para o funcionamento do comércio no Brasil.

Os nomes dos homens de negócio encontrados nos registros de óbitos de escravos foram procurados em outras fontes, como documentos do Arquivo Histórico Ultramarino para a localidade do Rio de Janeiro (AHU-RJ); nesses documentos, através de uma busca pelos nomes dos negociantes, foi possível encontrar diversas informações biográficas, como cargos ocupados, contratos arrematados, negócios mercantis e, mais raro, informações sobre suas famílias. Além disso, foram consultados alguns processos de habilitação de familiares do Santo Ofício, disponíveis *online* pelo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa (ANTT); essa fonte permite obter informações biográficas dos comerciantes que concorreram ao processo de habilitação através de seu próprio relato ou do relato de testemunhas que precisam responder a questões sobre a vida do postulante e as suas atividades. O cruzamento dos nomes dos indivíduos estudados em diversas fontes é o que caracteriza o *método onomástico*; este processo é essencial para que não se perca a “complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada” (GINZBURG, 1989, p. 173). Analisar as fontes de forma isolada pode reduzir a quantidade de informações sobre o objeto a ser estudado; a sobreposição de séries documentais permite encontrar os personagens em diversos contextos sociais, sendo o nome próprio, portanto, o “fio condutor” pela documentação.

Com as informações arroladas, foi possível realizar um pequeno estudo prosopográfico com os homens de negócio. Esta metodologia consiste no exame de biografias coletivas – o estudo da vida de um grupo de agentes que possuem características em comum. De acordo com Stone (2011), a prosopografia baseia-se na investigação de respostas de uma série de questões – como nascimento, morte, casamento, origens sociais, lugar de residência, educação, riqueza pessoal, religião, ocupação, entre outras – delimitadas pelo historiador ou pela historiadora de acordo com o grupo estudado. As informações obtidas são examinadas no seu conjunto, comparadas e sintetizadas, para que se localizem variáveis e padrões de comportamento. É uma ferramenta que procura entender a estrutura da sociedade e a mobilidade social através do estudo da vida de grupos de elite (STONE, 2011, p. 116). É necessário atentar para os limites desse método: muitas vezes, as fontes possuem lacunas que tornam as informações arroladas incompletas, o que pode ocasionar na formação de generalizações frágeis. Assim, é preciso atualizar as hipóteses de acordo com as evidências encontradas na documentação.

A partir das informações coletadas sobre os homens de negócio estudados é possível perceber sua movimentação em busca da ascensão social. Embora fossem uma elite mercantil reconhecida por seus pares e pelo conjunto da sociedade no século XVIII, no que diz respeito ao status social, eles não se encontravam no topo da sociedade. Esse papel cabia ao grupo possuidor de terras, descendentes dos primeiros colonizadores: a chamada “nobreza da terra”, detentora do poder político. O capital desse grupo era originário dos negócios bandeirantes de apresamentos e escravização de indígenas, bem como dos lucros obtidos com o tráfico negreiro que, juntamente com as mercês distribuídas pela Coroa portuguesa, era utilizado primordialmente para investimentos em engenhos. Apesar do forte enraizamento em atividades ligadas à *plantation* escravista, a nobreza da terra praticava agricultura de subsistência e um comércio de forma incipiente (FRAGOSO, 2001, p. 38-43). Percebe-se, então, que a elite social não era avessa ao comércio; o que a diferenciava dos comerciantes era o status que possuía de conquistadora de terras e de cargos públicos – o que se tornaria um objetivo primordial para os homens de negócio.

Assim, no decorrer do século XVIII, os homens de negócio buscavam cada vez mais a obtenção de um status social à moda da nobreza da terra. Nas sociedades de Antigo Regime, como era o caso do Brasil setecentista, o poder derivava não da acumulação de capital mercantil, mas sim do prestígio possuído, que advinha do nascimento (pureza de sangue) e da “função” exercida na sociedade. A historiografia que pleiteia o conceito de Antigo Regime nos trópicos busca mostrar a autonomia, mesmo que limitada, da sociedade colonial; o que se percebe nessas sociedades é “justaposição institucional, pluralidade de modelos jurídicos, diversidade de limitações constitucionais do poder régio e o consequente caráter mutuamente negociado de vínculos políticos” (HESPANHA, 2010, p. 57). Nesse sentido, a Coroa portuguesa atribuía cargos e privilégios a indivíduos ou grupos através do

sistema de mercês, uma forma de retribuir o serviço dos vassalos na defesa dos interesses reais, ao mesmo tempo em que “reforçava os laços de sujeição e o sentimento de pertença dos mesmos vassalos à estrutura política do Império, garantindo a sua governabilidade” (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2000, p. 75). Os grupos de elite costumavam monopolizar os principais ofícios; contudo, pessoas de origem não-nobre poderiam obter cargos como forma de remuneração por serviços prestados ao rei, o que se convertia em uma possibilidade de ascensão econômica e, principalmente, social.

Vivendo neste contexto de Antigo Regime, os negociantes buscavam maior status social através de estratégias bem desenvolvidas, como a inserção em ordens militares e religiosas, na administração local e, também, através de casamentos e laços de amizade – ações voltadas para a obtenção de prestígio e, consequentemente, para a ascensão social, possibilitadas pelo capital acumulado com o domínio dos negociantes de grosso trato sobre a montagem e execução do tráfico de escravizados. A busca de títulos e privilégios, por parte dos súditos da Coroa, tinha por objetivo “o reconhecimento real de seu valor, de seus serviços e sacrifícios, e tais pedidos eram feitos e concedidos em um contexto altamente pessoal da relação vassalo-soberano” (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 9).

A participação em ordens religiosas e militares era desejada pelos comerciantes que possuíam cabedal – eles elevavam seu status social através da “compra” de nobilitações. Mesmo que, durante o século XVIII, a importância do comércio e do capital mercantil tenham crescido consideravelmente, viver como um “nobre” ainda era o desejo de grande parte dos homens de negócio. Para ingressar em instituições como a Ordem de Cristo e o Tribunal do Santo Ofício, por exemplo, alguns requisitos se faziam necessários, como o pagamento de um donativo e a comprovação da limpeza de sangue – relacionada ao nascimento do indivíduo, que deveria pertencer a uma família cristã-velha. Ter o sangue limpo significava não conter na família, retrocedendo várias gerações, “raça alguma de judeu,

cristãos-novos, mouro, mourisco, mulato, infiel, ou de outra alguma nação infecta, e de gente novamente convertida à santa fé católica” (RAMINELLI, 2015, p. 52). Sangue puro era sinônimo de prestígio e, consequentemente, de poder – embora sua comprovação pudesse ser forjada. Se tudo estivesse de acordo com os preceitos da instituição, o rei concedia o perdão pelo defeito mecânico e ao solicitante era dado o enobrecimento formal – uma estratégia poderosa de ascensão social para os comerciantes de grosso trato, visto viverem em uma sociedade em que ser nobre era o padrão mais desejado.

Como visto acima, a procura por esses benefícios era consciente e planejada pelos homens de negócios, que utilizam seus ganhos com comércio para obtê-los, em um contexto em que a riqueza se tornava, cada vez mais, mecanismo para obtenção de distinção nobiliárquica. A riqueza tinha um papel fundamental: garantir a vida luxuosa que ser um nobre exige. Em uma sociedade de aparências, em que “para atuar como nobres, os indivíduos deveriam ser publicamente reputados como tal, herdar a qualidade e a pureza de seus antepassados, desempenhar cargos, pertencer a confrarias ilustres e viver ao modo da nobreza” (RAMINELLI, 2015, p. 28), ter uma renda mínima era essencial, portanto, para viver à moda da nobreza. Para os comerciantes, a acumulação mercantil, resultado de seu ofício, era investida, então, em meios de obtenção de status social.

As estratégias utilizadas pelos homens de negócios a fim de obterem ascensão social eram possibilitadas, como visto, pelo capital que esses comerciantes acumulavam. O capital advinha dos seus negócios, em grande parte do tráfico e do contrabando de seres humanos escravizados. O capital acumulado por homens de negócios fluminenses era o responsável por organizar o comércio de escravizados, sistematizando as expedições ultramarinas e, também, ofertando empréstimos para que outros o fizessem. Eram os comerciantes do Rio de Janeiro os proprietários ou locatários dos navios que participavam do tráfico; eles que adquiriam as

mercadorias a serem trocadas em África; eles, também, se responsabilizavam pela “montagem do sistema de seguros marítimos, indispensável à operacionalização de um tipo tão ariscado de comércio” (FLORENTINO, 1997, p. 120).

Os homens de negócios, como mencionado acima, fizeram parte da elite fluminense do século XVIII. Dizer que formavam um grupo de elite diz respeito “à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos” (HEINZ, 2006, p. 7), ou seja, os homens de negócios fazem parte da elite mercantil porque tiveram acesso a oportunidades diferentes das que outros comerciantes tinham, que os permitiam participar do comércio de longa distância e, portanto, se diferenciar dos restantes. A capacidade de acumulação de capital que esses grandes comerciantes tinham é uma variável que os diferencia de outros comerciantes e de outros membros da sociedade, fazendo com que consigam atuar em setores que poucos tinham acesso.

Esse grupo de elite se diferenciava dos demais comerciantes, portanto, pelo forma como realizavam sua atividade comercial – longas distâncias – e, também, de acordo com Moutoukias (1998), devido ao domínio de saberes específicos para realizar esse tipo de negócio, ao acesso que tinham ao crédito e à capacidade de controlar e criar redes de laços pessoais e familiares que auxiliavam na mobilização de recursos necessários ao sucesso de suas empreitadas. Sua habilidade em construir redes possibilitava a organização dos seus negócios com maiores garantias; nesse “tecido de indivíduos”, cada um conservava uma margem de ação que variava conforme os recursos que possuíam e as relações particulares que construíam (MOUTOUKIAS, 1998, p. 14). Por isso também receberam uma denominação diferenciada e passaram a influenciar cada vez mais o cenário político colonial, chegando a posições de poder iguais ou superiores às da nobreza da terra já no início do século XIX.

Referências

- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "As câmaras ultramarinas e o governo do Império". IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 189-221.
- HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". *Penelope*, n. 23, 2000, p. 67-88.
- FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)". IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-71.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 169-178.
- HESPANHA, António Manuel. "Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português". In: *Na Trama das Redes – Política e negócios no Império português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a, p. 43-93.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. *Redes personales y autoridad colonial: los comerciantes de Buenos Aires en el siglo XVIII*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1998.
- RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. "Centro e periferia no mundo lusobrasileiro, 1500-1808". In: *Revista Brasileira de História*, nº 36, 1998.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos”. IN: ALMEIDA, Carla; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio (org.). *Conquistadores e Negociantes: histórias da elite no Antigo Regime nos trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 225-264.

STONE, Lawrence. “Prosopografia”. *Revista de Sociologia e Política*, v.19, nº 39, Curitiba, jun. 2011, p. 115-137.

Deputados imigrantes: aspectos comuns entre as trajetórias de Koseritz, Kahlden, Brüggen, Haensel e Bartholomay

Carlos Eduardo Piassini¹

O presente estudo, vinculado aos trabalhos em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, busca apresentar aspectos comuns entre as trajetórias de vida dos imigrantes alemães Carlos von Koseritz, Carlos von Kahlden, Guilherme ter Brüggen, Frederico Haensel e Frederico Bartholomay, uma vez que esses indivíduos integraram o primeiro grupo de estrangeiros de origem alemã a alcançar o cargo de deputado provincial no Rio Grande do Sul.

Até 1881, no Brasil, o espaço de atuação política de estrangeiros naturalizados era limitado pela legislação eleitoral vigente e questões ligadas à renda, assim, a impossibilidade de pleitear cargos mais destacados, como os de deputados e senadores, fazia com que a presença política de imigrantes alemães em esferas públicas constituídas pelo processo eleitoral se dava a nível local e regional. Essa realidade foi modificada com a promulgação da Lei Saraiva (1881), quando os estrangeiros naturalizados passaram a

¹ Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

estar legalmente aptos ao exercício dos cargos legislativos imperiais nas esferas provinciais e geral (SOUZA, 1979).

Justamente ao longo da década de 1880, cinco indivíduos de origem alemã foram eleitos como deputados da Província de Rio Grande de São Pedro, beneficiados pela mudança da lei eleitoral. Dentre eles, Kahlden, Haensel e Brüggen vieram para o Brasil em 1851 como soldados mercenários contratados pelo governo imperial brasileiro para atuarem na Guerra contra Oribe e Rosas no Uruguai. Apesar de ter vindo como aprendiz de marinheiro em um dos navios que trouxeram os soldados da legião alemã dos *Brummer*, Koseritz veio se somar a mesma somente no Brasil. Além deles, cerca de 1800 homens assinaram contrato para ampliar as forças do Império brasileiro, visto que a legião alemã foi constituída como uma força de reserva e como um contingente capaz de trazer novos conhecimentos para os soldados brasileiros, dessa forma, poucos *Brummer* atuaram no campo de batalha (LEMOS, 2015).

Os aspectos a serem destacados, é necessário esclarecer, não correspondem necessariamente a todas as trajetórias dos cinco indivíduos que compõem o objeto deste estudo, mas a algumas delas, portanto a questão da migração de quatro deles para o Brasil como mercenários de guerra pode ser destacada como um dos aspectos que os aproximam. Apenas Frederico Bartholomay não foi *Brummer*, tendo migrado para o Rio Grande do Sul em 1859, oito anos depois da chegada de Kahlden, Koseritz, Haensel e Brüggen (PIASSINI, 2017).

Após a dissolução da legião alemã, grande parte de seus componentes se instalou nas colônias de imigrantes do Sul do Brasil, onde muitos deles construíram trajetórias de destaque e foram, segundo Koseritz, o “fermento” das colônias alemãs, ou seja, deram atenção para questões até então pouco desenvolvidas pelos imigrantes, como o desenvolvimento das escolas e instâncias da vida cultural, o incentivo ao associativismo e à maior participação política no meio oficial (TESCHE 2014; FROEMMING, 2009).

Para este estudo, entende-se o “político” como um fenômeno articulado com o social e relacionado com a conquista, o exercício e a prática do poder (RÉMOND, 1996). Assim, a questão da participação política dos imigrantes alemães diz respeito às articulações no meio social no qual estavam inseridos relativas ao exercício do poder e os meandros que o envolvem, uma vez que, além da política institucional, ligada ao Estado, também as relações de poder espalhadas na sociedade dizem respeito ao “político”. Assim, é possível ampliar os horizontes de estudo e considerar a atuação política como um conjunto de ações que vão muito além da ligação com cargos institucionais, pois as reivindicações e diversos outros movimentos passam a compor a prática do poder.

Nesse sentido, ainda que os cinco personagens estudados tenham enfrentado restrições ao envolvimento político institucional relacionado a cargos eletivos durante boa parte da segunda metade do século XIX, não se pode dizer que estavam alheios à política, pois o fizeram por meio de estratégias diversas e se fazendo presentes em vários espaços de poder. Esse estudo é, assim, mais um exemplo que contraria parte da historiografia dedicada à imigração alemã que, a partir de um olhar que relaciona o político ao poder oficial e eletivo, defendeu a apatia dos imigrantes alemães quanto às questões políticas durante o oitocentos.

Afinal, quem foram Kahlden, Koseritz, Haensel, Brüggen e Bartholomay? Para traçarmos aspectos comuns entre as trajetórias de vida desses personagens, é importante apontar aspectos gerais das mesmas. O jornalista Carlos von Koseritz, nascido a 3 de fevereiro de 1830, em Dessau, no ducado de Anhalt, participou em 1848 das revoluções liberais na Alemanha e em 1851 embarcou para o Brasil na condição de aprendiz de marinheiro (ALVES, 2012) e se uniu à legião alemã dos *Brummer*, tendo desertado em 1852, na cidade de Rio Grande. As contribuições de Koseritz ao Rio Grande do Sul se deram na educação, na imprensa e na vida política do Estado. A biografia de Koseritz é extensa, por isso é impossível

realizar um resumo justo da mesma, tanto em seus aspectos positivos quanto nos negativos.

De acordo com Grützmann (2007), Koseritz teve atuação diversa, uma vez que foi guarda-livros, cozinheiro, professor, advogado (embora não tivesse formação específica nesta área), foi agente-intérprete da colonização a convite do governo provincial, filiou-se à maçonaria, se dedicou a estudos históricos, econômicos, filosóficos e culturais, a pesquisas etnográficas (é considerado um pioneiro neste campo no Rio Grande do Sul) e à literatura (estudou a poesia popular rio-grandense, se dedicou à crítica literária, mantendo contatos e debates com alguns dos mais importantes críticos brasileiros de sua época, e produziu obras literárias), tendo sido autor de uma enorme obra na imprensa e em forma de livro (é considerado um dos primeiros escritores da literatura de expressão alemã no Brasil).

Como político, Koseritz foi Deputado Provincial de 1883 a 1889. Entretanto, o grande destaque deste personagem se deu no jornalismo, área na qual atuou como redator e colaborador de diversos periódicos, como *O Brado do Sul*, *O Noticiador*, *Der Einwanderer*, *O Povo*, *Eco do Sul*, *Deutsche Zeitung*, *A Ordem*, *Mercantil*, *Jornal do Comércio*, *A Reforma*, *Koseritz Deutsche Zeitung*, etc. Essa extensa atuação jornalística impulsionou a expansão da imprensa teuto-gaúcha, uma vez que várias outras folhas surgiram com a finalidade de combater as ideias propagadas pelo *Deutsche Zeitung* (ALVES, 2012).

Por sua vez, Carlos von Kahlden, conhecido como Barão von Kahlden, nasceu em Ludwigslust no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin em vinte de maio de 1831 (WERLANG, 2002). A família tinha origem nobre adquirida pelo contato com a aristocracia local. A migração de Kahlden enquanto *Brummer* teria ocorrido por questões de dívida. Enquanto soldado da legião alemã na condição de Alferes de Infantaria, ele enfrentou animosidades com o Capitão Heyde, que o suspendeu, assim como a outros oficiais, para ter seu “passado europeu” submetido ao inquérito de um “tribunal de

honra prussiano”, já que Heyde considerava que os oficiais levados a julgamento estavam demasiado comprometidos ao passado para servir as suas ordens na América do Sul (SIBER, 1915). Por conta deste episódio, Kahlden acabou indo para Rio Grande, onde se encontrava o “Contingente de Reserva” dos *Brummer*, e permaneceu lá durante todo o tempo do conflito contra Oribe e Rosas, no Uruguai. Somente com o fim da guerra, em 1853, ele, de fato, se envolveu com o serviço militar ao ser chamado para uma Companhia de Pontoneiros alemães recém-formada (LEMOS, 2015).

A partir dessas experiências, o Barão von Kahlden abriu uma companhia de engenharia e prestou serviços à Província na construção de pontes. É lícito afirmar que a partir dos contatos políticos possibilitados por essa atuação, ele foi nomeado como diretor colonial da Colônia de imigração alemã Santo Ângelo², em 1857, e permaneceu nesse cargo até 1882, ano de extinção da referida Colônia, portanto, esteve à frente dela durante praticamente toda a sua existência. A partir dessa posição, ele exerceu variados cargos de importância e construiu sua trajetória política: foi agrimensor, delegado de polícia, vereador em Cachoeira do Sul, comerciante, especulador imobiliário e, por fim, chegou ao cargo de Deputado Provincial em 1889 (PIASSINI, 2017).

Assim como o Barão von Kahlden, Frederico Bartholomay também atuou como Diretor Colonial, tanto em Nova Petrópolis quanto em Santa Cruz. Nascido em 1839 na região de Barmen, na Alemanha, adveio de uma família de classe média urbana e se formou na Escola de Engenharia. Em 1859 ele migrou para o Rio Grande do Sul, provavelmente por conta da apreensão com o processo de militarização da Prússia, em vista do processo de unificação do Estado alemão, que acarretaria na obrigação do alistamento no Exército (NORONHA, 2012).

² O território onde se localizava a Colônia Santo Ângelo atualmente corresponde, em partes ou na totalidade, aos municípios sul-rio-grandenses de Agudo, Paraíso do Sul, Novo Cabrais, Cerro Branco, Dona Francisca e Restinga Seca.

A Colônia de Nova Petrópolis, região do Vale do Rio dos Sinos, foi seu destino. Em pouco tempo ele chegou ao cargo de Vice-Diretor, impulsionado pelo elevado capital escolar e a rápida adaptação ao português, que fizeram dele um mediador no diálogo entre o poder provincial e as famílias de imigrantes de Nova Petrópolis. A atuação em emprego público foi de rápida ascensão, já em 1859 chegou ao cargo de Diretor colonial, cargo público que também ocupou na Colônia de Santa Cruz, então parte do Município de Rio Pardo em 1862. Por conta de sua formação universitária na área de Engenharia, consolidou sua posição na burocracia pública regional. Enquanto esteve na colônia de Nova Petrópolis, realizou curso de formação na oficialidade da Guarda Nacional, chegando ao posto de major da 28^a Guarnição da província. A proeminência crescente o levou a estreitar laços com integrantes do Partido Liberal, o que lhe possibilitou trocas de favores com o poder público (NORONHA, 2012).

Desde a década de 1870, Frederico Bartholomay participou ativamente da vida política de Santa Cruz do Sul. Ele foi eleito três vezes para o Conselho Municipal da cidade. Exerceu o mandato de Presidente da Câmara Municipal entre 1883 e 1886, o que na época equivalia ao status de prefeito, e entre os anos de 1887 e 1888 foi conselheiro, sempre filiado ao Partido Liberal. Em janeiro de 1881 ele foi eleito para a Câmara Municipal de Santa Cruz. Por ser o mais votado, assumiu como presidente. No mesmo ano, ele chegou ao cargo de Deputado Provincial. Em 1883 e 1887, ele foi novamente eleito para a Câmara Municipal, sempre pelo Partido Liberal (SCHMIDT, 2017).

Wilhelm ter Brüggen, ou Guilherme ter Brüggen, proveniente de Minden-Preussen, exercia a profissão de tecelão antes de emigrar para o Brasil, em 1851, como soldado do Batalhão de Infantaria da Legião Alemã dos *Brummer* (LEMOS, 2015). Após o tempo de serviço militar, se estabeleceu no Rio Grande do Sul e passou a exercer atividades ligadas ao comércio e a imprensa. A principal função por ele exercida foi a de Cônsul Real da Prússia em Porto

Alegre, cargo que exerceu durante vinte anos, de 1862 a 1882. Junto a outros comerciantes, ele foi um dos fundadores do importante jornal alemão *Deutsche Zeitung*, publicado na Província riograndense, e do qual foi provisoriamente redator. Ele foi membro da Praça de Comércio de Porto Alegre, e Diretor da Sociedade Beneficente de 1858, a *Deutscher Hilfsverein*, que na década de 1880 deu origem ao Colégio Farroupilha, ainda em funcionamento (PESAVENTO, 1992).

Por fim, Frederich Häensel, assinado Frederico Haensel, veio para o Brasil em 1851 como legionário *Brummer*, servindo como soldado do Regimento de Artilharia (LEMOS, 2015). Permaneceu no Rio Grande do Sul, onde construiu sua trajetória ligada, sobretudo, a atividade comercial. Assim como Brüggen, foi um dos fundadores do jornal *Deutsche Zeitung*³ (PESAVENTO, 1992). Na década de 1860 já era um comerciante bem-sucedido, com negócios em Porto Alegre e uma venda em Santa Cruz. Além disso, nesse período ele atuou como Vice-Cônsul da Prússia em Santa Cruz. A atuação destacada dele o levou ao cargo de deputado provincial nas diversas legislaturas da década de 1880.

Os aspectos comuns nas trajetórias destes indivíduos são vários. Em relação a Kahlden, Koseritz, ter Brüggen e Haensel, estiveram engajados na *Legião Alemã* dos *Brummer*, um contingente de 1.800 homens que também se constituiu como exceção frente a maior parte dos imigrantes, uma vez que vieram como mercenários e tiveram a liberdade de decidir ao fim do serviço militar entre um lote de terra, prêmio em dinheiro ou passagem de retorno a Europa, ou seja, não ficaram limitados ao trabalho agrícola. Ao mesmo tempo, um contingente considerável desses mercenários tinha formação educacional acima daquela a que tinha acesso grande parte da população da época. Dessa forma, ao se estabelecer em Porto Alegre/RS, e nas zonas coloniais, exerceram atividades como as de professores, advogados, engenheiros,

³ Em tradução livre, *Jornal Alemão*.

agrimensores, médicos, etc, assumindo papéis de liderança (PIASSINI, 2017).

Os casamentos dos personagens estudados constituem mais uma de suas similaridades, e foram prováveis promotores da inclusão e ascensão social deles. Haensel, cujas atividades estiveram diretamente relacionadas ao comércio, uniu-se em matrimônio a Ernestina, filha de Nicolau Hasslocher, o qual atuava em atividades comerciais. A união foi dupla, pois além do casamento, Haensel virou sócio de seu sogro, com a Companhia *Haensel, Hasslocher & Cia.* Da mesma forma, Bartholomay casou com Malvina Textor, irmã do ex-diretor da Colônia de Santa Cruz, Carlos Trein Filho, vinculada à família de Emílio Textor, com quem Frederico teve sociedade no ramo empresarial. Por sua vez, ter Brüggen casou com Ernestine, aliás viúva de Nicolau Hasslocher, filha de Friedrich Christian Klinghoeffer, o “Pastor Farroupilha”. Dessa forma, ele se uniu com uma representante de importante família na história da Imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Já Kahlden e Koseritz tiveram núpcias com filhas de estancieiros. Portanto, os casamentos foram instrumentos para se ligarem a famílias destacadas (PIASSINI, 2017).

É interessante apontar que todos os cinco personagens construíram sua trajetória política atuando dentro das estruturas do Complexo Colonial, tanto em empregos públicos como através do comércio, da imprensa e da participação em associações e sociedades alemãs. Eles foram figuras destacadas entre os teuto-brasileiros, e fizeram parte da elite dos imigrantes alemães no século XIX. A forte presença deles nas variadas áreas que compunham o Complexo Colonial foi um indicativo de distinção e, ao mesmo tempo, a forma como encontraram para ascender socialmente naquela sociedade com restrições aos estrangeiros. Claro que as atividades comerciais e na imprensa proporcionaram contato com um grupo maior do que o dos alemães e seus descendentes, afinal eles foram eleitos Deputados na década de 1880 quando ainda havia um reduzido número de eleitores provenientes das colônias, mas sua atuação teve maior representatividade nos núcleos coloniais e entre a população teuta.

Portanto, foram imigrantes alemães que se destacaram entre seus pares (PIASSINI, 2017, p. 187).

Outros espaços de atuação política e distinção social em que os personagens em estudo se destacaram foram a maçonaria e as sociedades e associações de recriação e beneficência. Exceto Kahlden, para quem não encontramos documentos comprovando que fora maçom, ainda que haja convicções quanto a isso, sabemos que os demais assim o foram. A maçonaria permitiu o contato com personalidades destacadas da Capital, tanto entre os alemães, quanto com autoridades nacionais. A presença deles em associações e sociedades recreativas e benéficas denota a importância de se fazerem ativos junto à comunidade alemã, assim como envolverem-se na manutenção e construção da identidade teuto-brasileira (PIASSINI, 2017).

Referências

- ALVES, Francisco das Neves. O processo político-partidário sul-rio-grandense e a criação da união nacional. *Biblos*. Rio Grande, vol. 12, pg. 21-28, 2000.
- FROEMMING, A. B. Migração e Identidade: *Formação de Comunidades Evangélicas nas Colonizações Mistas de Três de Maio, Horizontina e Dr. Maurício Cardoso no Século XX*. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Teologia)-Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2009.
- GRÜTZMANN, Imgart. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890). In: *História Unisinos*. São Leopoldo, vol. 11, nº 1, pg. 123-133, jan./abr. 2007.
Disponível em:
<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5885>. Acesso em: 26 nov. 2014.
- LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Brummers: A Legião Alemã contratada pelo Império Brasileiro em 1851*. Porto Alegre: Edigal, 2015.

NORONHA, Andrius Estevam. *Beneméritos Empresários: História Social de uma Elite de origem imigrante no Sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966)*. 2012. 371 p. Tese (Doutorado em História)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

PESAVENTO, S. J. O Imigrante na Política Rio-grandense. In.: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: Imigração e Colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 156-194.

PIASSINI, Carlos Eduardo. *Imigração alemã e política: os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brüggen e Bartholomay*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org). Tradução de Dora Rocha. *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 441-450.

SCHMIDT, João Pedro. *As eleições em Santa Cruz do Sul, passo a passo*. Disponível em:
<online.unisc.br/acadnet/moduloEliecoes/documentos/eleicoes.pdf>. Acesso em 12 jun. 2017.

SIBER, Capitão Carl Eduard. Retrospecto da Guerra contra Rosas e as vicissitudes das tropas alemãs ao serviço do Brasil por uma testemunha ocular. Traduzido por Alfredo de Carvalho. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo LXXVIII, Parte I, 1915.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

TESCHE, L. Elementos Formadores de uma Identidade. In: ENCONTRO DA ALESDE - ESPORTE NA AMÉRICA LATINA: ATUALIDADE E PERSPECTIVAS, 1., 2008, Curitiba. *Anais eletrônicos*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.
Disponível em: <http://www.alesde.ufpr.br/encontro/trabalhos/57.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2014.

WERLANG, William. *A família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: um estudo de caso sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo: Werlang, 2002.

Estado e burguesia agrária na Argentina peronista: conflitos manifestos e latentes entre o capital e o poder público

Allejandro Gomes Romero¹

A frente da Secretaria Nacional do Trabalho e principalmente após subir ao poder, Juan Domingos Perón e suas diferentes equipes executivas deram forma e face ao fenômeno conhecido como o peronismo², cuja repercussão histórica para a Argentina é sentida nos mais diferentes âmbitos, como na tradição política posterior, no imaginário popular e na memória. Essa marca de importância também se consolidou na historiografia argentina, representando um tema bastante pesquisado, principalmente nas implicações sociológicas do peronismo, enquanto uma manifestação do chamado populismo. Uma das principais características da postura e da ação política de Perón - no diálogo com os mais diferentes setores da sociedade - era seu amplo repertório que buscava conciliar interesses diferentes, negociando e utilizando sempre a retórica da compreensão e da busca por melhores ações “para o

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da CAPES.

² Entendemos aqui peronismo em seu sentido mais genérico e amplo, como sendo outra denominação para o conjunto de ações, práticas, políticas e ideias do Movimento Nacional Justicialista, pensado e liderado pelo estadista Juan Domingo Perón, que foi presidente argentino em três ocasiões, 1946, 1951 e 1973.

conjunto do povo argentino". Contudo, a composição das classes sociais e de seus setores internos, quando do momento do peronismo, não era mais a mesma em relação às décadas anteriores.

Do conjunto da massa, surgia a classe operária como um agente mais consciente e ativo de seu papel dentro do jogo político, elemento que será bem canalizado por Perón na maioria do tempo. Contudo, no que se refere às classes dominantes a situação era um pouco diferente. Os excedentes da economia rural de exportação, principalmente de trigo, cereais e carne, engordaram as inversões desse ramo durante o auge das exportações entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, ao mesmo passo em que esse excedente de capitais foi um dos principais, se não o principal sustentáculo da base material do processo de industrialização argentina. Aos poucos desenvolvem-se duas frações principais distintas da burguesia, industrial e agropecuária, mas que não estavam tão definidas e separadas assim. Isso se deve, entre outros fatores, ao fato de que muitos novos industriais eram na verdade já pertencentes a famílias ricas da elite agrária e estavam apenas redirecionando capitais para outras atividades. Ainda assim, conforme aponta Leandro Losada, aos poucos foi se delineando uma elite industrial diferenciada, composta por "homens novos", ao lado de uma elite agrária já estabelecida com um conjunto de famílias donas de terras mais tradicionais e ligadas ao poder político (LOSADA, 2009). Nos tempos da chamada Belle Époque do crescimento econômico e do auge das exportações, até o entreguerras, essas elites puderam ambas gozar de crescimento das divisas e propiciar, não sem exceções, uma relação de certa maneira estável. O Estado peronista, no entanto, terá de se defrontar com uma configuração adversa no que se refere a relação entre essas elites, uma vez que os índices de exportações durante o retorno à "normalização" do mercado externo no pós-guerra, serão em muito reduzidos. Os EUA atuarão fortemente no boicote argentino, inclusive através do Plano Marshall, e as próprias elites estarão mais

bem consolidadas em relação a sua coesão interna e aos seus interesses, divergentes muitas vezes entre elas.

O desenvolvimentismo nacional do Estado peronista caracterizou-se pela prioridade do investimento e da garantia do desenvolvimento do setor industrial, e buscou realizar isso através dos grandes órgãos de financiamento e gestão da política econômica como o Banco Central, ao qual se subordinará o IAPI, *Instituto Argentino da Promoção do Intercâmbio*, núcleo responsável por fazer a ligação com o mercado externo e centralizar as exportações do setor produtivo primário. Um elemento importante da constituição fiscal do Estado argentino nas primeiras décadas do século, e acentuando-se no peronismo, é a tributação sobre a renda da terra, através da diferença entre o valor pago pelo montante da produção agropecuária aos produtores e o valor final de exportação para a compra no exterior. Essa geração de divisas estatais através do capital oriundo do campo, servindo basicamente como o principal financiador da Indústria e que também obtinha outros créditos e políticas para seu desenvolvimento, representa uma das principais funções do eixo da política econômica peronista em seu primeiro momento.

Isso não significou, entretanto, que a elite agrária passasse a se tornar um elemento desprezível, dado seu grande poder político e econômico, bem como sua função no “sustento” do projeto desenvolvimentista do Estado. Isso se verificará tanto mais a partir do período de crise e estagnação na segunda metade do primeiro governo de Perón, onde há, por exemplo, incentivo estatal e condições especiais para a compra de maquinário agrícola, em função dos valores monetários do câmbio estarem desfavoráveis para quem obtém capitais fundamentalmente do mercado interno, e de todos os conflitos com esse setor desde o começo de seu governo. A própria política de câmbio apresentava essa ambiguidade de ora privilegiar um setor da elite, ora outro.

Trata-se então de um momento chave na constituição e na atuação destas “renovadas” classes sociais, ao mesmo tempo em que

o Estado busca lidar com todos esses interesses, a fim de encabeçar seu projeto nacional-desenvolvimentista. Nesse ínterim são verificados diversos avanços sociais na forma da nova legislação trabalhista aprovada pelo governo Perón, e nos é de destaque especial no caso argentino, a entrada em funcionamento do *Estatuto do Peão Argentino em 1945* (aprovado no final do ano de 1944) durante o período que Perón estava à frente da Secretaria Nacional do Trabalho, sendo o conjunto de leis trabalhistas que, praticamente, ampliava os direitos do trabalhador urbano também para o setor rural. Este Estatuto foi muito combatido pela elite agrária, assim como as leis trabalhistas haviam sido pelos industriais urbanos, o que ficou emblemático através do *Manifesto da Indústria e Comércio*, em 1945. Além disso, essa elite agrária já tinha motivos de sobra para apresentar queixas e tensionamentos na relação entre as elites, e com o Estado, uma vez que, tanto na política econômica como no discurso, esta havia deixado a posição unânime na qual o bem da agropecuária era visto como o “bem geral”, ainda que a base tributária, pilar do Estado, estivesse ancorada na renda da terra e nas divisas geradas pelas exportações centralizadas pelo órgão estatal já mencionado. Enquanto isso, o discurso pecuarista ainda afirmava, através da *Sociedad Rural Argentina* que “el bién común” e “los interés de los terratenientes”, deveriam ser tratados como sinônimos. Perón foi o primeiro presidente a não considerar a agropecuária como a prioridade nacional indiscutível.

Sobre a reação da elite agrária e esse espírito conflitivo, podemos verificar um trecho de manifesto da Sociedade Rural Argentina, do começo de 1945:

El Estatuto del Peón no hará más que sembrar el germen del desorden social, al inculcar en la gente de limitada cultura aspiraciones irrealizables, y las que en muchos casos pretenden colocar al jornalero sobre el mismo patrón, en comodidades y remuneraciones [...] La vida rural ha sido y debe ser como la de un manantial tranquilo y sereno, equilibrado y de prosperidad

inagotable. La Sociedad Rural no puede silenciar su protesta ante las expresiones publicadas en que se ha comentado el Estatuto del Peón y en las que aparecen los estancieros como seres egoístas y brutales que satisfacen su inhumano sensualismo a costa de la miseria y del abandono en que tienen a quienes colaboran con su trabajo. El trabajo de campo, por su propia índole, fue y es acción personal del patrón. Este actúa con frecuencia con los peones en la labor común, lo que acerca a las personas y establece una camaradería de trato, que algunos pueden confundir con el que da el amo al esclavo, cuando en realidad se parece más bien al de un padre con sus hijos.

Em perspectiva comparada, em geral muito útil para se pensar o desenvolvimento latino-americano, poderíamos observar o país vizinho, o Brasil, e constatar que o modelo de desenvolvimento nacionalista, de certa forma semelhante, encabeçado por Getúlio Vargas, no Estado Novo, no qual esteve inserida a *Consolidação das Leis Trabalhistas*, não ampliou esses direitos ao mundo do trabalho rural. Dessa forma, o caso do governo argentino, apesar de já possuir muitos atritos com a elite rural, ao mesmo tempo que profunda dependência, conseguiu ampliar esses direitos para o campesinato, o que era considerado como muito oneroso e prejudicial pela elite agrária. O setor agropecuário argentino verificava uma contínua queda da lucratividade durante a década de 1940, a instituição e função do IAPI já constituíam ponto de ranço para a elite agrária, e além disso, outros fatores como a falta de insumos e maquinaria, e o encarecimento da mão-de-obra, aumentaram os custos e baixaram os rendimentos, o que desencorajou fortemente a manutenção da agricultura (BARSKY, GELMAN, 2009, p.363).

Não a toa, a resistência contra o Estatuto do Peão representou, na verdade, mais um capítulo de uma relação tortuosa entre Estado e elite agrária, que se confundia com rivalidades entre Buenos Aires e interior, e até mesmo entre indústria e agropecuária. No próprio ano de 1945 haverá ainda outro episódio conflitivo que ganhou grande repercussão conhecido como o *Lockout de 1946*, contra “el

Aguinaldo”, ou presente, que seria o saldo anual complementar, como uma espécie de salário extra para o trabalhador rural. O protesto, nesse caso, também possuiu um grande significado no jogo político entre os diferentes setores sociais pois ocorreu durante as eleições presidenciais de fevereiro de 1946, processo no qual a elite agrária apoiava a oposição, com a União Democrática, e Perón, por sua vez, era não só favorável e partidário a medida, como também idealizador. Realizando um salto temporal, é de grande interesse a verificação das tensões políticas e econômicas envolvendo o campo ocorridos durante o governo de Cristina Kirchner, eclodindo no conflito agrário de 2008. A década de 1990 havia representado um período de profunda crise e deterioração econômica para a Argentina, que passara a retomar um crescimento do valor das exportações e da produção da agricultura no começo dos anos 2000. Assim, principalmente a partir de 2002, verifica-se um processo de expansão da produção agropecuária do pampa, acompanhada de um aumento da produtividade agrícola motivado por desenvolvimento tecnológico. Durante esse período, os governos de Néstor e Cristina Kirchner adotaram uma série de medidas através de uma política econômica e de uma relação com setores da sociedade que, entre diversas perspectivas, geralmente surge como neodesenvolvimentista, social-desenvolvimentista ou pós-desenvolvimentista³.

O conjunto de greves, lockouts, boicotes e manifestações que tomaram a cena em 2008 vinham de um processo de atritos constantes entre o governo de Néstor Kirchner e a classe proprietária agropecuária, que eram verificados, em termos conjunturais, pelo menos desde 2005, com a política econômica governamental em relação a um dos produtos mais importantes para a economia e a cultura argentina: a carne. À alta dos preços

³ Essas diferentes nomenclaturas convergem para algumas características novas que os designam (expressas através, por exemplo, dos prefixos “neo” ou “pós”), mas ao mesmo tempo apresentam uma série de elementos centrais que aproximam esses modelos de política econômica aos do desenvolvimentismo “clássico”, da época de Perón e Vargas.

internacionais agropecuários, o Estado apresenta como resposta políticas para garantir o preço acessível para o abastecimento do mercado interno, como a dissociação do preço interno em relação ao externo, indexando preços máximos, e aumento da taxa de retenção sobre os lucros das exportações de carne. Soma-se a isso uma série de “mal-estares” e indisposições entre produtores agropecuários e representações governamentais, acompanhadas de políticas oscilantes sobre a questão do campo. Será no ano de 2008 que, com base nesses atritos e retomando um histórico de embates entre campo e governo, tem seu ápice o fenômeno tratado pela mídia e comentadores políticos e econômicos como “o conflito agrário”. Durante o período de ápice do conflito houveram, entre várias medidas, protestos, fechamento do Porto de Buenos Aires, não-abastecimento de produtos da agropecuária para o meio urbano (como consequência dos *Lockouts*), manifestos de pequenos e médios proprietários, e uso das grandes instituições patronais do campo como veículo de propaganda contra as medidas e oposicionista.

Dois capítulos importantes de tensão entre a elite agrária e governos ligados pelo conceito expresso no radical “desenvolvimentismo”, peronismo e kirchnerismo. Dois capítulos onde a crise nacional afeta a lucratividade da renda da terra, e onde o papel do Estado na absorção de divisas através da tributação do campo são colocados em cheque. Duas situações em que a elite agrária confluí uma série determinações anti-governo, e chama para si sua importância e status em relação ao conjunto do país. Duas situações onde se manifesta uma cisão de interesses entre burguesia industrial e setores agropecuários e entre campo/governo, regada a diferenças regionais e ao conflito campo/cidade, interior/capital, em um discurso de produtores “esforçados” x governo “sanguessuga”.

A partir dessa situação, a pesquisa que está sendo desenvolvida têm investigado as permanências entre as experiências históricas que envolveram um e outro conflito no que diz respeito à postura dos agentes envolvidos, como portaram-se os Estados

desenvolvimentistas na relação com o setor da produção agropecuária, e como agiram e argumentaram as elites agrárias nos dois períodos. Quais os recursos apresentados, como se portam no discurso e quais foram as possibilidades e as execuções de atos de atrito e questionamento ao governo peronista e kirchnerista. Os estudos dessas relações como exposto nos objetivos e na problemática central, além de apresentarem um caráter de pesquisa inédita, ainda permitem uma análise política e histórica de longa duração mais rica da atuação desses atores sociais em uma perspectiva de história comparada.

Sobre o conflito específico das elites argentinas em relação ao primeiro governo peronista são de valor os estudos de Mario Lattuada, *La política agraria peronista*, de 1986, *Políticas agrarias y partidos políticos*, de 1988, e *Política agraria do liberal conservadorismo*, de 1987. O historiador buscou nestes três trabalhos, demonstrar, em linhas gerais, o histórico do desenvolvimento de uma postura de “não-alinhamento” da elite agropecuária em relação ao governo do Movimento Nacional Justicialista, alinhando suas propostas com a oposição, principalmente em torno da União Democrática. Lattuada representa um bom ponto de partida e pensamos, nesta pesquisa, em utilizar seus aportes para auxiliar a entender a aproximação da elite agrária à oposição. A própria transformação política de 1943 esteve profundamente ligada à embates sobre a postura em relação ao negócio agropecuário. Sobre este episódio, anterior ao governo peronista mas com relação bem próxima, destacamos o trabalho de Alicia Tecuanhuey, *La Revolución de 1943: políticas e conflitos rurais*. Nesta pesquisa, Tecuanhuey buscou analisar e trazer à tona quais as origens das políticas pensadas para o campo no interior do círculo de idealizadores do novo governo, o que pode nos ser útil para pensarmos o quanto do projeto peronista já estava ou não identificado neste momento. Sobre a atuação específica do órgão governamental IAPI, até o momento verificamos apenas a contribuição de Susana Novick, *IAPI: auge e decadência*, onde

contribui com uma vasta documentação de fontes primárias das políticas e das ações deste órgão que é central para o entendimento das relações entre o Estado e a agropecuária, principalmente em relação às exportações.

Sobre o conflito agrário de 2008, a grande proximidade com o presente faz com que, ainda que exista grande produção jornalística e midiática, é de nosso conhecimento apenas duas obras acadêmicas que tratam deste conflito como objeto de pesquisa. A primeira delas, de um dos maiores historiadores da questão da agropecuária argentina, Osvaldo Barsky, juntamente a Mabel Manzanal, *La rebelión del campo*. E de uma outra perspectiva crítica, a coletânea de artigos *Patrones en la ruta. El conflicto agrario y los enfrentamientos en el seno de la burguesía*. Ambas publicações de 2008, sendo que Barsky apresenta um enfoque mais detido sobre os argumentos, estratégias e ações do setor agropecuário em oposição ao governo, ao passo que a coletânea de artigos traz uma análise mais ampla e multifacetada, envolvendo cada capítulo uma questão do conflito.

A pesquisa que está em desenvolvimento tem se valido da análise de periódicos considerados porta-vozes das dirigências políticas da classe dominante agrária, principalmente centrada nos artigos da Revista da Sociedade Rural Argentina, e ainda está nas etapas iniciais, estando a qualificação de mestrado prevista para até o fim do primeiro semestre de 2018.

Referências

- BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. *Historia del Agro Argentino, desde la conquista hasta conquista hasta comienzos del siglo XXI*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- BARSKY, O; MANZANAL, M. *La rebelion del campo: Historia del conflicto agrario de 2008*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.
- LATTUADA, Mario. *La política agraria peronista*. Buenos Aires: CEAL, 1986.

_____. Políticas agrarias e partidos políticos (1946-1983). Buenos Aires: CEAL, 1988.

_____. Política agraria do liberalismo conservador. Buenos Aires: CEAL, 1987.

LOSADA, Leandro. Historia de las elites en la Argentina. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

TECUANHUEY, Alicia. La Revolución de 1943: políticas y conflictos rurales. Buenos Aires: CEAL, 1988.

As celebrações no Multiculturalismo: o Dia das Etnias no RS e o Dia da Consciência Negra em Porto Alegre

José Augusto Zorzi¹

Entre os principais paradigmas das sociedades democráticas contemporâneas, pode estar o de promover a “acomodação das diferenças”, em seus diversos significados. Num mundo que tende à globalização, o embate pela garantia de direitos e para a promoção da justiça entre os “diferentes” só se amplia, já que a homogeneização desse processo é só aparente. Nesse contexto é que tanto no âmbito do Estado, quanto no acadêmico e na sociedade civil, há a disposição em compreender e elaborar estratégias de organização dessas diferenças, seja através de políticas específicas, ou em desenvolver conhecimentos que subsidiem teorias que pensem as melhores formas de gerir esses desafios.

As sociedades multiculturais são formações quase que padrão ao longo da história (HALL, 2003; BURKE, 2006). Na modernidade tardia, um fenômeno que expressa esse tipo de formação é o “multiculturalismo”. Ele surgiu como ideal de sociedade em países no hemisfério norte que tiveram de lidar com a diferença étnica, racial e cultural, a partir de um conjunto de ações públicas, como medidas compensatórias da desigualdade social e reparatórias do

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

racismo histórico, intervenções multiculturalistas buscando melhores condições para a aceitação das diferenças e para uma educação antirracista (SANSONE, 2003). O Canadá, pode-se dizer, foi o país onde o multiculturalismo mais se desenvolveu e consolidou, significando um princípio essencial da organização do Estado canadense (HELLY, 2000).

O “multiculturalismo” designa, originalmente, a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio das sociedades modernas, tornando-se um modelo de descrever as diferenças culturais em um contexto transnacional e global. Existem diferentes versões dele, mas nem todos de caráter emancipatório. De acordo com Santos (2003, p. 26), “o termo apresenta as mesmas dificuldades e os mesmos potenciais do conceito de ‘cultura’, um conceito central das humanidades e das ciências sociais e que, nas últimas décadas, se tornou um terreno explícito de lutas políticas”, e se organiza a partir de duas perspectivas: enquanto descrição, no estudo das sociedades complexas pelos intelectuais, e como um projeto, quando o Estado celebra e reconhece as diferenças e direitos.

No entendimento de Hall (2003), a temática multicultural é um imperativo para as “sociedades da modernidade tardia”. Ela tem efeitos que o autor chama de “transruptivos” sobre a compreensão dos conceitos de “raça”, “etnia”, “cultura”, e sobre os discursos dominantes da teoria política ocidental e do Estado liberal moderno.

Embora esse conceito tenha ganhado muito mais expressão em países como Canadá, EUA e no Reino Unido, acredita-se que tenha influenciado um debate conjuntural no contexto da globalização, que permeia algumas ações no Brasil, ainda que calcado, inicialmente, nas políticas de identidade.

As pretensões lançadas pela Constituição Federal de 1988, pautada na expansão dos direitos civis, políticos e sociais, permitiu a abertura de novas perspectivas em torno da temática da diversidade cultural. A luta de determinados grupos na busca de proteção e ação por parte do Estado ganhou força no contexto da

redemocratização. Houve uma transformação na abordagem da questão racial, influenciada pelos novos valores do multiculturalismo de reconhecimento de positivação da diferença. Esse paradigma passou a pautar a luta de grupos étnico-raciais em busca de reconhecimento de suas necessidades, engendrando uma divisão nas percepções sobre o tema. Tais condições exigiriam ações práticas efetivas de combate às desigualdades social e racial, por meio de políticas focais e ações afirmativas (GRIN, 2009).

Desde então, aprofundou-se essa discussão no Brasil, com o reconhecimento por parte do Estado brasileiro, no governo Fernando Henrique Cardoso, da existência do preconceito racial e do racismo como geradores de desigualdades (CARDOSO, 2008), e a necessidade do combate às suas práticas; também houve ampliação da participação de representantes negros nas instâncias públicas, como no Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da População Negra. Os governos do Partido dos Trabalhadores, nas últimas décadas, lidaram com os problemas das desigualdades social e racial, elaborando políticas de transferência de renda e criando as cotas raciais nas universidades e instituições públicas. A criação da SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – no Executivo em 2003, e as discussões em torno do Estatuto da Igualdade Racial no Legislativo, também foram ações nessa direção.

Essa discussão em torno de ideais multiculturalistas – que no Brasil tiveram uma releitura própria (GUIMARÃES, 2000) – auxilia, em parte, compreender alguns aspectos e possibilitar algumas ações, mas fica embaralhada quando se coloca a profundidade da questão racial no Brasil. Um modelo centrado nas diferenças e na valorização das identidades se vê limitado quando as questões étnico-raciais são conjugadas a outros problemas, como os socioeconômicos.

A perspectiva de pluralismo cultural apresentada na Constituição Federal de 1988, aponta para um ideal de promoção da igualdade num país marcado por diferenças. No entanto, as

discussões sobre as práticas possíveis ou ideais do reconhecimento da igualdade e dos direitos revelam as dificuldades em se debater questões raciais, econômicas, culturais, históricas, que atravessam o andamento dos debates multiculturais. Todos esses pontos, bastante complexos, explicitam os jogos de força e as lutas de representação dos diferentes grupos envolvidos, étnico-raciais, culturais e de classe.

As demandas por reconhecimento por parte desses grupos podem se organizar nos movimentos sociais e em associações étnico-culturais, entre tantos outros espaços, e exigem do Estado, nas suas diferentes esferas, ações efetivas. Uma outra via do reconhecimento pode se dar pela ação direta do Estado, com políticas públicas específicas e a proposição de leis direcionadas a coibir práticas e criminalizar formas de discriminação, bem como a valorização de alguns grupos, às vezes mais que outros.

De acordo com Fraser (2006), há dois dilemas em relação a esse tema, que é o da conjugação do reconhecimento cultural, que pressupõe um reforço da diferenciação de um grupo, com a igualdade social. Sua sugestão toma o sentido de uma diferenciação positiva, que vai contra os efeitos negativos do preconceito, do racismo e da discriminação. Além da injustiça econômica que caracteriza determinados grupos, existe um tipo de injustiça que é cultural ou simbólica, que se radica nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, e incluem a dominação cultural, o ocultamento e o desrespeito.

Honneth (2007) defende, por vias um pouco diferentes que as de Fraser, que a busca por um caminho definido pela justiça, inclui primeiramente o objetivo normativo do reconhecimento, antes da redistribuição. Valoriza as formas que privilegiam o reconhecimento recíproco, e dá destaque para a função determinante do auto-reconhecimento: “a atitude positiva que os sujeitos podem tomar em relação a si mesmos, quando eles adquirem esse reconhecimento legal, é a de um auto-respeito elementar” (p. 86), e é a autoestima do sujeito que o faz identificar-se totalmente com seus atributos e

realizações específicas, o que possibilita que se sintam sujeitos de determinadas políticas promovidas pelo Estado.

As políticas de reconhecimento são instrumentos importantes no sentido de se debelar injustiças, inclusive as de cunho sociocultural (como os marcos comemorativos, datas ou feriados simbólicos), que são objetos de luta por parte dos grupos interessados e/ou em posição de subalternidade. As comemorações, longe de exercícios estéreis, ou puramente pedagógicos, são recursos privilegiados da memória histórica. Para determinados grupos, são estratégias de construção de suas identidades, por isso podem ser extremamente disputadas, inclusive quando se procura a afirmação conjuntamente com a legitimidade política (COTTRET e HENNETON, 2010). As comemorações, evidentemente, são problemáticas. O oficialismo, por exemplo, é um risco ao significado dos marcos comemorativos, e o capitalismo, de outro lado, oferece o risco de absorção, esvaziamento, reciclagem e uso desses espaços a seu favor (SILVEIRA, 2003).

O Rio Grande do Sul, por ser um estado composto por esses diferentes grupos, mas muito em função da intensa imigração europeia desde o século XVIII, teve uma disposição maior de ver o imigrante como um agente reconhecido nestas terras. O Dia do Colono, tornado lei em 1934, revelou a força desses grupos junto ao Estado, àquela época, no sentido de marcar sua referência positiva no passado do Rio Grande do Sul, e o prestígio que detinham (WEBER, 2013). Essa ação do poder público suscitou, na época, contestações entre os grupos étnicos envolvidos.

A Lei Nº 12.259 de 2005, que fixou o Dia das Etnias no Rio Grande do Sul, resultou de uma proposta do Legislativo estadual, com o objetivo de homenagear as etnias que constituíram o estado, no ano designado como o Ano das Etnias, e de uma discussão sediada no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, que reuniu representantes de diferentes segmentos étnicos e intelectuais. Esse processo de reconhecimento pode ser compreendido dentro um ambiente multicultural, em que a aceitação da diferença como

princípio o torna mais consensual que outros debates. De todo o modo, assim como o Dia do Colono de 1935, em que pese as discussões em torno da relevância maior de alguns grupos étnicos (WEBER, 2013), o Dia das Etnias teve por objetivo a celebração da diversidade étnico-cultural do estado, o que não eliminou as possibilidades de conflito em torno das representações.

Em comparação, os movimentos negros no país mantêm uma luta histórica – que se aprofundou desde a década de 1980 – por reconhecimento de seu papel na construção da nação brasileira e por direitos. O Projeto de Lei Legislativo – PLL 4011, de 2001, que tinha por proposta fixar o Dia da Consciência Negra como feriado em Porto Alegre, enfatiza que os movimentos negros, nacionalmente, tencionavam havia muito o reconhecimento do 20 de novembro como uma data reservada à celebração de sua história, com a homenagem ao herói negro Zumbi dos Palmares. Na primeira apreciação, a Lei nº 9.252, aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, terminou por ser considerada inconstitucional pelo Judiciário estadual; outro projeto, de teor semelhante, foi apresentado outras duas vezes: em 2013, quando foi vetado por completo pelo prefeito à época, e em 2015, quando novamente foi considerado inconstitucional na segunda instância do Judiciário, com a justificativa de que o Município não possuía prerrogativas de definição de feriados civis, conforme definido na Constituição Federal.

O que pode ser sugerido, na análise da construção dessas duas datas, é que a luta por esse reconhecimento sempre foi pautada por intensa resistência de setores discordantes, principalmente as entidades do setor comercial, com influência no Legislativo. No entendimento de Fraser (2006), tais discordâncias consideram inferiores as demandas dos grupos subordinados à cultura hegemônica. É interessante o fato desse entrave acontecer em Porto Alegre, lugar onde se deram as primeiras discussões sobre a construção do Dia da Consciência Negra no 20 de novembro, com o

objetivo de ressignificar a memória e o passado negro associado de forma negativa ao 13 de maio (SILVEIRA, 2003).

O estudo da construção dessas datas a partir dos processos legislativos que redundaram em leis que reconheceram, ou não, o papel histórico desses grupos étnico-culturais, possibilita observar o posicionamento dos diferentes agentes envolvidos, os argumentos utilizados pelos grupos, os modos de uso do passado como elementos justificativos para as demandas, o perfil de construção de cada uma delas. Permite, também, compreender os elementos facilitadores e os limitadores, num contexto aberto às ideias multiculturais, de aprofundamento de ações políticas por parte do Estado, e no qual os movimentos sociais, principalmente o movimento negro, pautaram os debates com o alerta às desigualdades étnico-raciais, nos seus campos simbólicos e socioeconômicos. Esse ambiente que propiciou esse tipo de ações na esfera federal, por consequência, influenciou as políticas nos estados e municípios. O que se pode inferir é que, em tais processos de reconhecimento, tendo em comum o empenho na construção de datas comemorativas, nos dois casos analisados – o Dia das Etnias e o Dia da Consciência Negra –, revelam-se aportes sociopolíticos bastante diferentes.

A compreensão de duas ideias é relevante para analisar esses dois processos: a de etnia/etnicidade e a de raça, pois tangenciam fortemente as discussões. Os termos relacionados ao étnico, em suas formas largamente utilizadas na contemporaneidade, ganharam amplitude principalmente na metade do século XX, quando a definição da diversidade entre grupos humanos pela terminologia “raça” passou a ser cada vez mais inadequada, associada frequentemente ao racismo, principalmente após os genocídios causados em nome dela. Ainda assim, muitos ponderam que a conotação biologizante presente no termo “raça” sobrevive de modo eufemizado em “etnia”, ocorrendo uma superposição entre os dois. O grupo étnico, decorrente desse entendimento, pode ser definido como uma entidade que emerge da diferenciação cultural entre

grupos que interagem em um contexto dado de relações interétnicas, incluindo as sociedades pluralistas. (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998). De todo modo, o termo etnia denota muito mais elementos socioculturais, históricos e psicológicos, diferente do termo raça (MUNANGA, 2003). Nesses grupos, inclusive nos que são abordados nesta pesquisa, destacam-se com alguma frequência as figuras dos “agentes étnicos”, entre as quais “as mais expressivas são aquelas que buscam reverter a situação de subalternidade do seu grupo” e o reforço de suas características identitárias (WEBER, 2014).

A ideia de raça, por sua vez, surgiu como uma forma de explicar a variabilidade humana – que é um fato empírico incontestável, classificando a partir de critérios de semelhança e diferença, inclusive genéticos (MUNANGA, 2003). De acordo com Guimarães (1999, p. 9), a “raça” é um “conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural”. Ela denota apenas “uma forma de classificação social”, e que o racismo é um modo bastante específico de ‘naturalizar’ a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais”. A autodeterminação de alguns grupos enquanto “raça” é muitas vezes questionada por sugerir uma acentuação de leituras a partir desse conceito, o que favoreceria visões e relações racistas. No entanto, o fato de o racismo ser decorrente de uma visão equivocada do seu significado de raça, a utilização do termo pode ser estratégica nessa luta, se usada como um constructo social (CARDOSO, 2008).

Do mesmo modo que a raça, a partir de sua essencialização negativa, gerou classificações hierárquicas e por consequência o racismo e o preconceito racial a partir das diferenças, as classificações desde o termo etnia também produzem a diferenciação negativa nos processos de etnicização, estereotipização e estigmatização de determinados grupos. Conforme Munanga (2003, p. 13), apesar das mudanças dos termos e conceitos no que tange à raça e à etnia, “o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto”, principalmente

quando se discute a situação das vítimas do racismo e do preconceito racial. Fraser (2006) explica que além da raça carregar uma significação econômico-política, ela também tem dimensões culturais-valorativas, que a inserem no universo do reconhecimento. Nessa luta, determinados grupos sofrem com a resistência do pensamento hegemônico, cultural e econômico, dos que interpretam suas demandas como menos relevantes.

Todas essas discussões estão situadas no tempo presente. De acordo com Ferreira (2000), o estudo desse período constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as dinâmicas dos indivíduos e suas formações sociais; outra variável é que ele se transforma rapidamente. Portanto, mesmo que se queira discutir os avanços nesse quadro multicultural no Brasil, levando em conta o respeito às diferenças, a redução das desigualdades e a promoção de justiça, econômica e também simbólica, e identificando que muitos desses processos ainda não atingiram sua plena eficácia, sempre há o risco de rompimento, principalmente na atual conjuntura, dessa dinâmica de promoção do reconhecimento, que se ampliou significativamente nas últimas décadas no país.

Referências

- BURKE, Peter. Fronteiras culturais dos primórdios da Europa moderna. In: TAVARES, José Antônio et. al. *Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006, pp. 149-156.
- CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”*: um estudo da emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.
- COTTRET, Bernard; HENNETON, Lauric. La commémoration, entre mémoire prescrite et mémoire proscrire. In: COTTRET, Bernard; HENNETON, Lauric [orgs.]. *Du bon usage de commémorations*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2010, pp. 7-24.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”*. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

GRIN, Monica. *Ambiguidades do multiculturalismo no Brasil*: diálogos entre negros e judeus. Web Mosaica. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, v.1, n.1 (jan-jun) 2009. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/webmosaica/article/download/9769/5562. Acesso em: 09/2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. Apresentação. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn [orgs.]. *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 17-30.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. A Questão Multicultural. In: *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp. 51-100.

HELLY, Denise. *Le multiculturalisme canadien: de la promotion des cultures immigrées à la cohésion sociale, 1971-1999*. In: *Cahiers de l'Urmis [online]*. Março, 2000. Disponível em: <http://urmis.revues.org/320>. Acesso em: 12/2017.

HONNETH, Axel. *Reconhecimento ou redistribuição?* A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia [orgs.]. *Teoria Crítica no Século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007, pp. 79-94.

MUNANGA, Kabengele. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SANSONE, Livio. *Multiculturalismo, Estado e Modernidade* – As nuances em Alguns Países Europeus e o Debate no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 3, 2003, p. 535-556. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a05v46n3.pdf>>. Acesso em: 09/2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução*: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 25-68.

SILVEIRA, Oliveira. *Vinte de Novembro*: história e conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto [orgs.]. *Educação e ações afirmativas*: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003, pp. 23-42.

WEBER, Regina. *Estudos sobre imigrantes e fontes orais*: identidade e diversidade. In: História Oral, v. 16, n. 1, pp. 5-22, jan./jun. 2013.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração no Rio Grande do Sul*: o 25 de Julho, uma data e muitas histórias. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 5, n. 10, p. 187-202, dez. 2013.

Constituição e Legislativo: dados eleitorais dos candidatos a deputado estadual do Partido Social Democrático em 1947

Tiago de Moraes Kieffer¹

Considerações iniciais

No dia 03 de março de 1947, na sede da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o desembargador Erasto Roxo de Araújo, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), liderou a instalação dos trabalhos da Assembleia Estadual Constituinte. Essa reunião contou com a presença de figuras diversas. Estavam prestigiando à abertura da Casa Legislativa o interventor federal, o presidente do Tribunal de Justiça e presidente do Conselho Administrativo, assim como as autoridades do estado e dos municípios. Somado a esses, a presença de um protagonista do novo período iniciado com a abertura democrática de 1945, o povo².

A instalação marcava o retorno dos trabalhos legislativos depois de quase 10 anos de inatividade, por ocasião do fechamento da Assembleia Legislativa em novembro 1937 no início do Estado Novo. Acrescentados aos anos do Estado Novo, ainda houve período

¹ Mestrando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista da CAPES/PROSUC.

² Ata da Sessão de 03 de março de 1947 – Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

de governo de Eurico Gaspar Dutra em que havia no país apenas o poder legislativo federal na Câmara dos Deputados e no Senado (HEINZ, 2005). Para a Constituinte Estadual, os candidatos dos principais partidos nacionais do período obtiveram o número de votos necessários para a obtenção de uma das 55 cadeiras disponíveis, com exceção do Partido Social Progressista (PSP) e da Esquerda Democrática (ED). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi o vencedor em número de cadeiras com um total de 23, inclusos nomes importantes na política regional do período democrático, tais como Fernando Ferrari, João Goulart, José Diogo Brochado da Rocha e Leonel Brizola. O Partido Social Democrático (PSD) garantiu 16 cadeiras, destacando-se entre os políticos eleitos a presença de Tarso Dutra, Oscar Carneiro da Fontoura, Luciano Machado e Francisco Brochado da Rocha. O Partido Libertador (PL) ficou com 5 cadeiras, o Partido da Representação Popular (PRP) e a União Democrática Nacional (UDN) com 4 (KONRAD, 2013). Por último, o Partido Comunista do Brasil (PCB) participaria da constituinte estadual com 3 deputados, mas logo depois essas cadeiras ficariam vagas por ocasião da ilegalidade do partido, no mesmo ano, e da cassação de seus membros no ano seguinte (HEINZ, 2005).

O objetivo deste trabalho é apresentar um levantamento de dados eleitorais dos candidatos do PSD para deputado estadual na eleição para a constituinte estadual de 1947. A escolha de um partido específico nasce do exercício de entender fatores como quociente eleitoral e mecanismos das sobras, número de votos por candidato (eleitos ou não), influência nos municípios, porcentagem em relação ao público votante do período e em relação aos outros partidos. Essas questões fazem parte de um trabalho maior sobre a atuação dos deputados estaduais do PSD durante as duas primeiras legislaturas da experiência democrática (1947-1951 e 1951-1955) e serão contempladas, de forma resumida, neste trabalho. Nossa objetivo será apresentar dados não apresentados pelas pesquisas sobre a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (HEINZ, 2005;

KONRAD, 2013; PESAVENTO, 1992)³ e pelas clássicas reflexões sobre a política gaúcha (BODEA, 1992; CÁNEPA, 2005; CORTÉS, 2007; NOLL; TRINDADE, 2004) que analisam a Assembleia Legislativa, mas a partir da totalidade de seus deputados e não um grupo separadamente. As informações terão como base o banco de dados organizado pelo Núcleo de Pesquisas e Documentação da Política Rio-Grandense (NUPERGS).

Quociente Eleitoral e Mecanismos das Sobras

Diante dos sinais de enfraquecimento do Estado Novo durante o ano de 1944 e início de 1945, resultado da vitória dos Aliados contra o nazi fascismo e da oposição de setores diversos da sociedade (estudantes, comunistas, liberais, empresários, civis e militares) (FERREIRA, 2003), em 28 de fevereiro de 1945 foi publicada a Lei Constitucional nº 9 (ASTURIAN, 2011). O objetivo dessa lei era de “que dentro de noventa dias fossem marcadas eleições para presidente, governadores, Congresso Nacional e Assembleias Legislativas” (ASTURIAN, 2011, p. 41). Assim sendo, em 28 de maio de 1945 foi assinado o Decreto-Lei 7.586, conhecida popularmente como Lei Agamenon, em face do redator da mesma, o Ministro da Justiça Agamenon Magalhães⁴.

O Código Eleitoral assinado em maio de 1945, dentre outras coisas, previa o voto obrigatório, adulto, universal, secreto e alfabetizado, assim como o sistema majoritário para presidentes, governadores e senadores federais e proporcional para a Câmara

³ Essas pesquisas são importantes, pois tratam a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul como um todo, apresentando a influência desta com o Executivo Estadual. Também analisam dados prosopográficos relativos aos deputados eleitos a partir de 1947 até o fim da ditadura militar (1964-1985) (HEINZ, 2005). Também apresentam separadamente os dados eleitorais dos candidatos eleitos (KONRAD, 2013).

⁴ Além de Agamenon Magalhães, o decreto-lei vinha assinado por Henrique Guilherme, Eurico Dutra, José Roberto de Macedo Soares, A. de Souza Costa, João de Mendonça Lima, Apolônio Sales, Gustavo Capanema, Alexandre Marcondes Filho e Joaquim Pedro Salgado Filho (BRASIL, 1945)

Federal e assembleias legislativas (GHIGGI, 2014). Aos votos proporcionais somava-se o mecanismo das sobras:

a representação de cada partido seria obtida dividindo-se a votação partidária pelo quociente eleitoral – aferido dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo número de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral; e os votos em branco seriam considerados válidos para a determinação do quociente eleitoral. Os lugares não preenchidos por esse critério seriam dados ao partido que obtivesse o maior número de votos na eleição, em vez de serem designados aos candidatos mais votados individualmente, como previa o Código Eleitoral de 1932. Este procedimento ficou conhecido como *mecanismo das sobras*, pois os “restos” dos assentos eram destinados ao partido majoritário. (GHIGGI, 2014, p. 23)

Com essas informações, explica-se a representatividade de cada partido. No caso do Rio Grande do Sul para a primeira legislatura, o quociente eleitoral era de 10.095 com o total de votos válidos de 709.211 votos válidos (KONRAD, 2013)⁵. Nesse sentido, percebe-se uma variedade de votos necessários para cada partido. Se essa regra for comparada com o número de candidatos inscritos, tem-se o seguinte resultado: PL com 57 candidatos e aproveitamento de 8,77%, PSD com 28,57% de 56, PCB com 5,45 % de 55, PTB com 43,39 % de 53, UDN com 8,10 % de 49, PRP com 8,10 também de 49, ED com 0% de 30 e PSP com 0% de 8 (NUPERGS).

Dados eleitorais do Partido Social Democrático

O candidato mais votado do PSD e quinto candidato mais votado para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1947 foi Oscar Carneiro da Fontoura. O candidato atingiu a soma de 7.716 votos, onde 1.203 votos, isto é, 15,59 %, foram na junta conjunta de

⁵ A população recenseada em 1940 no Rio Grande do Sul era de 3.320.689 habitantes. Desse total, apenas 788.659 eram eleitores. Esse número diminuía em relação aos votantes (558.747) e aos votos válidos (555.218) (KONRAD, 2013).

Dom Pedrito e Lavras do Sul (NUPERGS, 2017). No que se refere à biografia do candidato, seu nascimento foi em Dom Pedrito (CPDOC, 2011), onde certamente construiu laços, o que explica o número de votos nesse município. O segundo candidato mais votado do PSD, Hermes Pereira de Souza, contabilizou 7.116 votos (NUPERGS, 2017). Diferentemente de Carneiro da Fontoura que teve o maior número de votos no município de nascimento, Pereira de Souza fez 34,24 % (2.437) votos na junta eleitoral de Palmeira das Missões e não em São Borja (9 votos), seu município de nascimento (VIANNA, 2014). Nesse município atuou como Promotor Público a partir dos 25 anos (VIANNA, 2014), portanto percebe-se que laços também construídos a partir de atuações profissionais.

Os demais candidatos mantiveram essa lógica de maior número de votos nos municípios aonde haviam tido antecedentes políticos. É o caso de Jacinto Marinho Fernandes da Rosa – irmão de Cylon Rosa – que somou 2.640 votos (73%) em Montenegro em um total de 3.676 votos (NUPERGS, 2017). O candidato além de ser natural de Montenegro, foi empossado como prefeito desse município no Estado Novo (AMARAL, 2005; OLIVEIRA, 2008).

Dados alguns exemplos de como pesava a participação nos municípios, podemos pensar a partir da comparação com outros partidos. Excetuando-se Porto Alegre, onde as juntas eram diversas, logo a maneira de contagem deve ser outra, o candidato que mais obteve votos em uma única cidade foi o pessedista Américo Godoy Ilha. De uma tradição de vereador e prefeito em Erechim na década de 1930 (BRASIL, 2008), Américo Godoy Ilha fez 5.633 votos nesse município de um total de 6.452 votos (73,00%). Em relação aos outros candidatos, fez 23 % dos votos válidos no município (NUPERGS, 2017). O segundo colocado também foi um candidato pessedista, Guilherme Alfredo Oscar Hildebrand com 4.808 votos em Santa Cruz e Venâncio Aires, 22% dos votos válidos na cidade, de um total de 6.132 votos (NUPERGS, 2017).

Todos os candidatos do PSD que conseguiram se candidatar obtiveram mais de 3.600 votos. Comparado com outros partidos, os eleitos pelo PCB fizeram mais de 1.800 votos, sendo o mais votado o candidato Otto Alcides Ohlweiller com 2.330 votos. Para o PL, a partir de 2.183 votos, com o mais votado sendo Edgar Luiz Schneider com 4.239 votos. O PRP, apesar de poucos candidatos eleitos, garantiu cadeiras a partir de 3.617 votos até 21.016 com o deputado mais votado, Wolfram Metzler. A UDN variou entre 2.091 à 3.763. Por último, a liderança do PTB com cadeiras a partir de 2.829 votos até 20.446 votos (José Diogo Brochado da Rocha) (NUPERGS, 2017).

A região, novamente com exceção de Porto Alegre, com maior porcentagem de votos para o PSD em relação à população votante foi o município de Soledade. Aproximadamente 58,04 % dos votos desse município foram dedicados aos candidatos do PSD (NUPERGS, 2017). Só o pessedista Caio Gracho Serrano fez 2.834 desses votos, isto é, 45 % dos votos totais do partido (NUPERGS, 2017). Já em Porto Alegre, o candidato mais votado foi Walter Perrachi Barcellos com um total de 1.301 votos (NUPERGS, 2017), excluindo-se à soma da junta conjunta com cidades menores da região metropolitana, isto é, Canoas, Guaíba e Novo Hamburgo.

Considerações finais

Como observado, os dados aqui apresentados são mais um caminho de pesquisa do que a conclusão de análises e reflexões baseadas em dados eleitorais. Os dados foram colocados de forma arbitrária de acordo com observações mais gerais por nós realizadas, mas sem dúvida poderiam ser esses dados analisados a partir de outros critérios. Contudo, o que é importante deixar claro é o excelente trabalho realizado pelo NUPERGS em apresentar dados tão completos sobre as eleições, não só do período analisado, isto é, 1945-1964, mas também de experiências posteriores, inclusive do período de redemocratização pós-ditadura militar. Divulgar essa

plataforma é estar ciente de que as informações coletadas por aqueles pesquisadores podem servir tanto como fonte, quanto como objeto de pesquisa, o que é mais comum entre os cientistas políticos, mas também está entre os questionamentos dos historiadores que se debruçam sobre a história política do Rio Grande do Sul. Em linhas gerais, esses dados demonstram mais do que simplesmente o resultado eleitoral, mas dão luz a práticas de mobilização, estratégias eleitorais e enraizamentos políticos em experiências anteriores à eleição.

Referências

- AMARAL, Sandra Maria Do. *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica, PUCRS, Porto Alegre, RS, 2005.
- ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputa político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, RS, 2011.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- BRASIL. Decreto Lei 7.586 de 28 de maio de 1945. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 40 da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945. Brasil: [s.n.]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/login/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-norma-pe.html>.
- BRASIL. *Ministro Américo Godoy Ilha: Centenário de Nascimento (1903-2003)*. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2008.
- CPDOC. Oscar Carneiro da Fontoura. In: CPDOC (Org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2011.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-46.

GHIGGI, Luciana. *Legislação eleitoral e sistema político-partidário de 1945 a 1964: continuidades e rupturas*. Artigo Final (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, RS, 2014.

HEINZ, Flávio. *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados - 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

KONRAD, Dioge Alceno. 1945-1964 - A Terceira República. In: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (Orgs.). *O Parlamento gaúcho da província de São Pedro ao século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013. p. 126-161.

NOLL, Maria Izabell; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande do Sul 1823/2002*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira De. *O PSD no Rio Grande do Sul*: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica, PUCRS, Porto Alegre, RS, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

VIANNA, Themis Pereira de Souza. *Uma voz coerente no parlamento, uma identidade que não pode silenciar*. Porto Alegre: Editora Exclusive Brasil Mundo, 2014.

Fontes

Memorial do Legislativo - Ata da Sessão Inaugural.

NUPERGS - Dados eleitorais.

Ernesto Dornelles: o capital político e a imagem pública do candidato petebista nas eleições para governador do Rio Grande do Sul (1950)

Marcos Jovino Asturian¹

Neste trabalho, tem-se como objetivo, com base em elementos introdutórios para uma pesquisa histórica, compreender o capital político e a imagem pública do candidato petebista Ernesto Dornelles nas eleições de 1950 para governador do Rio Grande do Sul. Para tanto, se utilizará – na perspectiva da História Política – a teoria do campo político, desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, como via de interpretação das disputas políticas como forma de acesso e/ou manutenção do poder. Além das fontes bibliográficas, será desenvolvida pesquisa nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

As eleições de 1950 foram as únicas concomitantes para governador do Estado e presidência da República no período entre 1947-1962, no Rio Grande do Sul. A candidatura de Getúlio Vargas à Presidência, nas eleições do país em 1950, foi o fator determinante da conjuntura nacional concernente às clivagens regionais em todo o território nacional.

¹ Doutorando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista da CAPES/PROSUC.

No Rio Grande do Sul, a candidatura Vargas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) implicou na segunda fase da saída de políticos dos quadros pessedistas que passaram a integrar os quadros petebistas e evidenciou-se um processo de “desgetulização” do Partido Social Democrático (PSD).² Além disso, a cisão ocorrida no PSD, em decorrência das eleições presidências, também corroborou para o surgimento do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA).

Para Miguel Bodea (1992, p. 60), o período de 1947-1950, caracterizou-se pela disputa interna do PTB, sobretudo entre a “corrente ideológica” do partido, basicamente orientada por Alberto Pasqualini e os políticos da “corrente pragmática”, oriundos do PSD. Já, a “corrente sindicalista” posicionou-se de forma ambígua, procurando guiar-se pela orientação teórica doutrinária de Pasqualini, bem como pela liderança nacional de Getúlio Vargas. Apesar de os pasqualinistas deterem certa hegemonia doutrinária no partido, a candidatura do teórico trabalhista não foi consolidada para o pleito majoritário estadual de 1950.

O PSDA, tendo como liderança Ernesto Dornelles, apoiou a candidatura de Vargas à Presidência e comprometeu-se com o apoio ao candidato do PTB em relação ao governo do Estado. Da mesma forma, o Partido Social Progressista (PSP) - sem expressão em nível estadual - apoiou o PTB para as eleições ao governo estadual, consequência da aliança em nível nacional, tendo o PSP indicado o vice-presidente na chapa de Vargas. Na convenção estadual realizada em 30 de junho de 1950, o PTB lançou o senador Salgado

² “[...] A imposição de um candidato à sucessão presidencial no ano de 1950 fortaleceu mais a organização de um partido autônomo, o PSDA, formalizando um gradual afastamento do último grupo getulista presente na seção gaúcha do partido. Assim, esse longo processo de desgetulização abriu caminho para um reconhecimento do PSD gaúcho como o mais dissidente do resto do país, pois marcou a primeira atitude dentro do partido de independência em relação ao diretório nacional pessedista [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 212).

Filho³ como candidato oficial ao governo do Estado, com o apoio do PSDA e do PSP.

De acordo com Bodea (1992, p. 62-63), a preferência da maioria dos petebistas e de Getúlio Vargas era pela candidatura Salgado Filho, o grande vitorioso, no seio do partido, das eleições de 1947. À luz da teoria Bourdieusiana ele era possuidor de um significativo capital pessoal – com formação em direito foi delegado auxiliar de polícia na capital na capital federal, Ministro do Trabalho, deputado em 1935, Ministro do Supremo Tribunal Militar, Ministro da Aeronáutica, figura exponencial na Campanha Nacional de Aviação, Presidente do PTB nacional e na secção sul-rio-grandense, bem como Senador pelo PTB no Rio Grande do Sul – e, também de uma espécie de capital delegado – apesar das limitações teóricas para tal afirmativa –, pois era um legítimo herdeiro do trabalhismo.

O quadro de sucessão ao Governo do Estado para as eleições de 1950 ficou assim definido: Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP), Salgado Filho (PTB-PSDA-PSP), Edgar Schneider (PL) e Bruno de Mendonça pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Mas, o PTB perderia tragicamente seu candidato em acidente de aviação, ocorrido no dia 30 de julho de 1950, no município de São Francisco de Assis. O partido, por sua vez, necessitava escolher um novo candidato e a Comissão Executiva Estadual, presidida por João Goulart, deliberou em favor da candidatura do ex-interventor Ernesto Dornelles, primo de Vargas, procedente do PSDA.

O nome de Dornelles havia sido indicado para a Convenção Estadual em detrimento dos interesses de outros políticos vinculados diretamente ao PTB, tais como José Diogo Brochado da Rocha e Loureiro da Silva. De acordo com Pierre Bourdieu (1998, p. 182), “[...] os conflitos internos sobrepõem-se aos conflitos externos

³ Salgado Filho foi eleito para a terceira vaga no Senado, pelo PTB, nas eleições estaduais de 1947. Bodea (1992, p. 63), lembra que o candidato petebista ao governo estadual “[...] tinha uma vantagem adicional: o seu perfeito entrosamento com Vargas, de quem já fora ministro do Trabalho e da Aeronáutica”.

[...]. Enfim, a candidatura de Ernesto Dornelles foi homologada na Convenção do PTB, no dia 22 de agosto de 1950.

O discurso-plataforma⁴ do candidato Ernesto Dornelles estava alinhado à candidatura Vargas. Ele enfatizou a importância do desenvolvimento do Estado a partir de investimentos públicos em infraestrutura - portos, rodovias, ferrovias -, no plano de eletrificação, no crédito aos pequenos produtores e na reorganização administrativa dos serviços públicos estaduais. Além disso, criticou o governo federal, a quem atribuiu a crise financeira do Rio Grande do Sul.

Os responsáveis pelas diretrizes da campanha petebista foram Vargas e o candidato ao Senado, Alberto Pasqualini. O primeiro deu ênfase ao desenvolvimento da economia, sobretudo da indústria, por meio de uma política nacionalista, estendendo os benefícios sociais dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais. O segundo utilizou o seu estilo doutrinador para descrever o trabalhismo, tendo como uma de suas maiores preocupações a diferenciação entre trabalhismo e socialismo.

Segundo Cánepa (2005, p. 140-141) os “responsáveis” pela luta propriamente “ideológica” na campanha de 1950 foram Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. A mesma autora lembra que “[...] diferentemente de 1947, em 1950, Pasqualini está totalmente afinado com Vargas e não tem nenhum constrangimento, ao contrário, de ressaltar o papel deste no quadro nacional”. Não obstante, torna-se necessário relembrar que na campanha para o governo estadual em 1947 – apesar da postura discursiva de Pasqualini – o alinhamento de sua candidatura com a imagem de Getúlio Vargas esteve presente na propaganda do partido.

No decorrer da campanha, a atuação de Ernesto Dornelles na interventoria federal no Estado do Rio Grande do Sul esteve presente significativamente nas páginas político-partidárias

⁴ A Plataforma de Governo amplamente divulgada pela imprensa vinha sendo preparada por uma comissão com significativa antecedência.

produzidas pelo PTB e reproduzidas pelo Correio do Povo e Diário de Notícias, sendo destacada a sua “dignidade” e “operosidade”, enquanto no exercício da respectiva função.

Utilizaremos o conceito de capital⁵ político, considerando que sua convicção de verdade está assentada na crença e no reconhecimento: “[...] o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 188). Nos termos em que ele pensava: “O capital político é uma forma de capital simbólico⁶, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem” (BOURDIEU, 1998, p. 188).

Bourdieu (1998, p. 190-194), define duas espécies de capital político: o “capital pessoal” e o “capital delegado”,

[...] o homem político deve a sua autoridade específica no campo político [...] à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas, e primeiro em forma de postos – no aparelho ou fora do aparelho – e de militantes ligados a esses postos. O capital pessoal de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’ – firmado no facto de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um ‘nome’, uma reputação’, etc.) e também no facto de possuir

⁵ Para Frédéric Lebaron (2017, p. 101-103), “Conceito tomado de empréstimo à economia, o ‘capital’ é radicalmente repensado por Bourdieu, desde o início dos anos 1960 [...] Um ‘capital’ é um ‘recuso’, segundo o modelo do ‘patrimônio’, isto é, um estoque de elementos (ou ‘componentes’) que podem ser possuídos por um indivíduo, um casal, um estabelecimento, uma ‘comunidade’, um país, etc. Um capital é também uma forma de ‘segurança’, especialmente do ponto de vista do futuro; tem a característica de poder, em determinados casos, ser investido e acumulado de modo mais ou menos ilimitado [...]”.

⁶ “O capital simbólico de um indivíduo (mas também de um grupo, de uma instituição, de um país, etc.) é definido pelo ‘olhar’ depositado (o ‘valor’ dado) pelo resto da sociedade sobre esse indivíduo (e, respectivamente, sobre esse grupo, essa instituição, esse país). Há, portanto, uma dimensão intrinsecamente ‘relacional’ e coletiva. É, antes de tudo, o estatuto simbólico, em sua dimensão mais concreta, que corresponde ao fato de ser ‘reconhecido’ e ‘valorizado’ [...] A exposição midiática está, por exemplo, na origem de formas particulares de capital simbólico que erigem indivíduos em personalidades públicas [...]” (LEBARON, 2017, p. 102-103).

um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conversão de uma ‘boa reputação’ – é frequentemente produto de reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência [...] Ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da acção dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade [...] A delegação do capital político pressupõe a objectivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em ‘máquinas’ políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias. Ela é própria de empreendimentos políticos já com muitos anos, que acumularam um importante capital político objectivado, em forma de postos no seio do próprio partido, em todas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido e também nos organismos do poder local ou central e em toda a rede de empresas industriais ou comerciais que vivem em simbiose com esses organismos [...]

A ênfase no alinhamento com a candidatura Vargas, a crítica ao governo Dutra (a quem atribui culpabilidade pelos problemas financeiros do governo estadual), a atuação de Dornelles enquanto interventor e o saneamento das finanças estaduais foram aspectos recorrentes na campanha eleitoral petebista para governador do Rio Grande do Sul. Basicamente, a campanha Dornelles fundamentou-se nesses quatro tópicos.

Observa-se na propaganda petebista, que a sua imagem pública e o capital pessoal do candidato petebista fora acumulado durante sua trajetória vinculada à figura de Getúlio Vargas. Ernesto Dornelles era militar e primo de Vargas, tendo participado do

movimento político e militar de 1930, atuado na segurança pública em Minas Gerais, bem como trabalhado para o gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Dutra, onde serviu até 1943. Em setembro de 1943, foi nomeado por Vargas para ser interventor no Rio Grande do Sul. Dornelles – no contexto da democratização – foi um dos responsáveis pela formação do PSD no Estado e tornou-se senador sul-rio-grandense por esta sigla. Em suma, o seu capital pessoal e a sua imagem pública estiveram sempre associadas a Getúlio Vargas, destacando-se sua “lealdade”.

O binômio Vargas/Dornelles na campanha estadual possuía uma lógica de transferência de poder (capital político) de um para outro. A associação sistemática da candidatura Dornelles em torno do “prestígio” e da “popularidade” de Getúlio Vargas baseava-se em um processo de legitimação. Em outras palavras, Dornelles representava Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul: o que lhe traria dividendos eleitorais.

Os termos “prestígio” e “popularidade” foram teorizados por Bourdieu por meio do conceito de capital político. Getúlio Vargas havia acumulado capital político pessoal ao longo de sua trajetória política. Para Bourdieu (2014, p. 353), o campo político é o lugar por exceléncia de exercício do capital simbólico e o profissional do respectivo campo está exposto publicamente, bem como vulnerável ao descrédito: o inverso da acumulação do capital simbólico.

No contexto da democratização, a vinculação da imagem de Vargas ao período ditatorial estadonovista poderia lhe trazer significativo descrédito. Todavia, o grande acúmulo de capital político (associando Vargas, por exemplo, ao desenvolvimento industrial e a legislação social) evidenciou-se rapidamente: seu apoio à candidatura Dutra foi decisivo na eleição presidencial em 1945. Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, foi eleito senador no Rio Grande do Sul (pelo PSD) e no estado de São Paulo (pelo PTB). Pela legenda petebista, foi também eleito representante na Câmara dos Deputados por sete estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia,

Paraná e Distrito Federal). Nesta perspectiva, a transferência do capital político de Vargas para Dornelles era favorável a sua candidatura ao governo estadual.

Referências

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediufrgs, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufrgs, 2005.

LEBARON, Frédéric. Capital. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 101-103.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2008

“We like Fidel Castro”: a UBES como entidade anti-imperialista

Giovane Zuanazzi¹

A UBES e o Brasil

É comum, ao refazer a história das entidades estudantis nacionais do Brasil – a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – dar destaque à uma série de campanhas, manifestações e atos organizados ao longo de suas trajetórias. Existe quase que um “roteiro pré-estabelecido”, que vai das lutas pelo petróleo, passando pelas manifestações em defesa da melhoria do ensino, pela Revolta dos Bondes de 1956, pela Campanha da Legalidade, pela resistência ao golpe e à ditadura militar e se deslocando até o período de reorganização das entidades, durante a redemocratização, quando se abre um novo ciclo de embates.

Essa perspectiva, baseada neste apanhado de “grandes feitos”, construiu uma identidade para UBES (embora o raciocínio possa ser estendido para a UNE) que vincula o movimento estudantil aos grandes passos da história do Brasil, dados sempre em uma perspectiva nacionalista. Demonstração disso pode ser encontrada na declaração do ex-presidente da UBES, Apolinário Rebelo, ao dizer

¹ Graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

que “se em algum registro do Brasil não houver os seus estudantes secundaristas, não está ali a verdadeira história do país” (UBES, 2007, p. 6).

Essa opinião, que relaciona a entidade e a “nação brasileira”, se manifesta inclusive no símbolo da entidade, que carrega o mapa do Brasil. A atualização recente, ocorrida em 2013, atua como reforçadora desse aspecto, visto que incorpora as cores da bandeira do Brasil – o verde, o amarelo e o azul. Em nota, a executiva da entidade, também afirma que essa simbologia representa o “nossa nacionalismo e amor ao nosso país” (UBES, 2017).

Parece-nos evidente que, há pelo menos cem anos, as grandes batalhas travadas no país tiveram, em maior ou menor medida, participação importante dos secundaristas; bem como a UBES se constituiu tendo um ponto de vista nacionalista. O que tenta-se discutir neste texto, ainda que inicialmente, é um aspecto que parece pouco valorizado pela própria entidade e pela pequena historiografia sobre o tema: o caráter anti-imperialista da UBES. Defendemos que o nacionalismo da UBES não tinha como horizonte uma “simples libertação do Brasil”, mas sim a autodeterminação e a libertação do conjunto dos povos oprimidos.

We like Fidel Castro

Em 1960, o então Presidente dos Estados Unidos, Dwight David Eisenhower, realizou uma série de viagens a países latino-americanos, tais como Argentina, Chile, Porto Rico, Uruguai e, dentre outros, o Brasil. Por ocasião da visita do presidente estadunidense a São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, diversas atividades foram preparadas pelo governo, pelas empresas e pela mídia em geral. As aparições públicas de Eisenhower, para além do imenso aparato de segurança que o acompanhou durante todos os momentos, também tiveram boa recepção entre a população que o foi ver de perto.

O grande ponto fora da curva desta viagem ocorreu no Rio de Janeiro, penúltima cidade visitada. Juscelino Kubitschek e Eisenhower tiveram uma surpresa, em cima do carro presidencial, ao passarem em frente à sede das entidades estudantis – da UNE e da UBES, localizada na Praia do Flamengo, 132.

Por volta das dez horas e trinta minutos, os estudantes estenderam na fachada do prédio uma faixa de 10 metros por 6, ocupando toda a fachada do prédio e estampando o rosto do revolucionário cubano Fidel Castro, junto com os dizeres “*We like Fidel Castro*”. Essa manifestação gerou desconforto ao Presidente dos EUA, pois não era apenas um ato de solidariedade aos cubanos – que já estavam em tensionamento com o governo estadunidense, tendo Eisenhower declarado que os EUA estavam prestes a perder a paciência com Cuba (*O Semanário*, n. 199, 1960, p. 2).

Era, também, uma ironia contra a própria figura de Eisenhower, que havia concorrido com o slogan “*I Like Ike*”, sendo “*Ike*” um apelido que possuía desde a infância. Da mesma forma, foi com “*We like Ike*” que o governo brasileiro recepcionou o presidente, colando cartazes com uma foto de JK apertando a mão de Eisenhower.

A polícia tentou retirar a faixa, mas os estudantes – como conta João Manoel Conrado Ribeiro, ex-presidente da UNE – enrolavam e desenrolavam a faixa conforme os policiais se aproximavam, impedindo que ela fosse retirada (MULLER apud REZENDE, 2011, p. 43). Além desta faixa maior, haviam outras duas: a primeira pedindo clemência para Chessman, estadunidense que seria condenado à morte; e, a segunda, dizendo “Entendimento sim, submissão nunca!”.

O embaraço foi noticiado por todos os grandes jornais em circulação no país e teve repercussão internacional. O jornal *Última Hora* (25 fev. de 1960, p. 5) afirma que Eisenhower sorriu e acenou para os estudantes, mas que, após o intérprete traduzir as duas faixas em português, ficou evidente uma preocupação com o cartaz.



Figura 1: "We like Ike" e "We like Fidel". Disponível em:
<https://ubes.org.br/portfolio-item/memoria-fotos-historicas-da-ubes/>.
Acesso em: 9/12/2017.

O *Jornal do Brasil* (25 fev. 1960, p.1) afirma que após ler o cartaz, Eisenhower teria dito: “eu gosto dele também, mas ele não gosta de mim”. *O Semanário* (n. 200, 1960, p. 12), de orientação nacionalista de esquerda, reafirma a apreensão e a frase de Eisenhower, atribuindo como fonte “um [outro] jornal”.

Além da manifestação em si, a UBES e a UNE lançaram uma “carta aberta dos estudantes brasileiros ao Presidente Dwight Eisenhower”, publicada em *O Semanário* (n. 199, 1960, p. 9), que teve circulação e divulgação mais restrita. No documento, assinado pelos presidentes das entidades, o tom é mais duro ainda. Defende-se a autodeterminação dos povos e a honra da América Latina, critica-se as intervenções militares e as pressões econômicas feitas pelos Estados Unidos e o FMI; lamenta-se que Eisenhower incentive e prestigie governos como os de Trujillo, Somoza e Stroessner ao passo que não ajuda governantes populares e democratas como Fidel.

A UBES “para além” do Brasil

Este é um trabalho em desenvolvimento, fruto de uma pesquisa ainda inconclusa. Contudo, parece-nos que o caminho trilhado até aqui tem confirmado a tese de que a UBES é uma entidade anti-imperialista. Não só pelas ações em defesa da soberania nacional, como a campanha “O petróleo é nosso”, mas também pelas ações em defesa da autodeterminação dos povos de todo o mundo, como este episódio que resgatamos no texto.

Referências

BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. Da revolução ao reatamento: a política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986). Brasília: FUNAG, 2012.

BRITO, Leonardo. "O Semanário": um jornal que vale um livro - Um estudo de caso sobre a imprensa nacionalista no Brasil (1956-1964). Disponível em: www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300306067_ARQUIVO_TextocompletoparaaANPUH2011.pdf. Acesso em: 31/10/2017.

CINTRA, André; MARQUES, Raísa. UBES, Uma Rebeldia Consequente: a História do movimento estudantil secundarista do Brasil. São Paulo: Ministério da Cultura, 2009.

Diário de Pernambuco. Sexta-feira, 26 de fevereiro de 1960. N. 47, Ano 135. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/o29033/per029033_1960_00047.pdf. Acesso em: 29/10/2017.

Eisenhower Presidential Campaign Commercial “I Like Ike” 1952 Roy Disney Cartoon. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qfCboQKkwQA>. Acesso em: 29/10/2017.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Quinta-feira, 25 de fevereiro de 1960. N. 47, Ano LXIX.

Disponível

em:

<https://news.google.com/newspapers?id=m1NOAAAIBAJ&sjid=Ne4DAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=2758%2C5113029>. Acesso em: 13/12/2017.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Eisenhower levanta a bandeira branca. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/eisenhower-levanta-bandeira-branca>. Acesso em: 9/12/2017.

MULLER, Angelica; REZENDE, Tatiana Matos. Praia do flamengo, 132: histórias e memórias. 1. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2011.

O Semanário. 27 de fevereiro a 4 de março de 1960. N. 199, Ano V. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/149322/2931>. Acesso em: 29/10/2017.

O Semanário. 12 a 18 de março de 1960. N. 200, Ano V. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/149322/2943>. Acesso em: 29/10/2017.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. UBES - 60 anos: a nossa História ninguém apaga!. Revista Especial, 37º Congresso da UBES. Goiânia: 2007.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Linha do tempo. Disponível em: <http://ubes.org.br/memoria/linha-do-tempo/>. Acesso em: 10/12/2017.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. História. Disponível em: <http://ubes.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 10/12/2017.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Nota Unitária da Reunião da Diretoria Executiva da UBES. 2017. Disponível em: <https://ubes.org.br/2017/nota-unitaria-da-reuniao-da-diretoria-executiva-da-ubes/>. Acesso em: 05/12/2017.

Última Hora. Rio de Janeiro, Quinta-feira, 25 de fevereiro de 1960. Ano IX, nº 2963 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/59500>. Acesso em: 29/10/2017.

O “fenômeno Brizola” no Rio Grande do Sul: populismo e interpelação das massas nas eleições de 1958

Samuel da Silva Alves¹

Leonel de Moura Brizola é, sem dúvida, um dos mais importantes e intrigantes políticos da história brasileira, seja por seus discursos ousados e inflamados, posicionamentos, por vezes radicais, capacidade de mobilizar e liderar multidões ou ainda pelo surpreendente período de meio século no qual atuou com destaque no cenário político nacional. De acordo com Jorge Ferreira (2016), Brizola, de origem social humilde, entrou ainda muito jovem para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Conforme explica o autor, fundou em 1945, ainda como acadêmico de engenharia, a ala estudantil do partido. Em 1947 foi eleito deputado estadual, cargo para o qual foi reeleito no pleito seguinte, em 1950. Após isso, em 1951, foi derrotado na disputa com Ildo Meneghetti pela prefeitura de Porto Alegre. Assumiu, em 1952, a Secretaria de Obras do Estado e, em 1954, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Já no ano de 1955, tornou-se prefeito de Porto Alegre. Segundo Ferreira (2016, p. 24), sua administração ficou marcada pelos altos investimentos sociais realizados nos bairros populares, em especial no que se refere a saneamento básico, transportes e educação.

¹ Graduado em História na Universidade La Salle. Bolsista de iniciação científica FAPERGS/PROBIC.

Mediante a boa administração na capital gaúcha, foi alçado ao posto de principal candidato do PTB ao governo do Estado nas eleições seguintes, em 1958.

No pleito de 1958, conforme explica Mercedes Maria Loguercio Cánepa (2005, p. 223-224), Leonel Brizola enfrentou Walter Peracchi Barcelos, líder do Partido Social Democrático (PSD) na Assembleia Legislativa e candidato natural da Frente Democrática – aliança entre o PSD, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Libertador (PL) – à sucessão de Ildo Meneghetti. De acordo com a autora (2005, p. 226-241), após meses de uma intensa campanha eleitoral, Brizola sagrou-se governador do Rio Grande do Sul, com uma vantagem de 13,98% sobre o candidato pessedista².

Ao analisar o resultado do pleito para governador do Rio Grande do Sul em 1958, Armando Fay de Azevedo, em um artigo intitulado *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul*, publicado em um número especial da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, em 1960, afirma que o mesmo pendeu para a “grei populista”, registrando-se no Estado o chamado “fenômeno Brizola”: termo utilizado pelo autor para definir a vitória de Leonel Brizola, com a maior votação obtida, até aquele momento, por um candidato ao governo do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, tal fenômeno foi suplantado nacionalmente apenas pelo “fenômeno Jânio Quadros”, registrado em São Paulo no mesmo ano, e elevou Leonel Brizola, em nível nacional, ao patamar de outros grandes nomes do PTB, como João Goulart (AZEVEDO, 1960, p. 258-259).

De acordo Azevedo (1960, p. 259-260), Leonel Brizola é o que se pode considerar como político nato, ou político de vocação. Para o autor, caracteriza-se como um caso raro – senão inédito – na política nacional, devido tanto à sua rápida ascensão política quanto ao fato de, desde a sua juventude, não ter exercido nenhuma

² Neste pleito, Leonel Brizola obteve 670.003 votos (55,18%), enquanto Walter Peracchi Barcelos recebeu 500.944 votos (41,20%). Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

atividade privada, senão o ofício político. Dentre os principais fatores responsáveis pela vitória de Leonel Brizola, Azevedo aponta para o seu corte excepcional de “populista” e seu senso de conquista do eleitorado. Enquanto conceito, o autor entende o populismo antes como “técnica de conquista do eleitorado, modo de se conduzir perante este, habilidade de atraí-lo”, do que como doutrina ou postura ideológica. Sem desconsiderar casos de demagogia, Azevedo afirma que o “populismo à moda brasileira” significa “aproximação direta à massa, e falar, tanto quanto possível, na sua linguagem, aos seus sentimentos”.

Este conceito de populismo expresso por Azevedo dialoga, em partes, com outras noções de populismo contemporâneas à análise do autor, inspiradas, em grande medida, pela teoria da modernização. Conforme explica Jorge Ferreira (2001), essa teoria, pensada por estudiosos como Gino Germani e Torcuato Di Tella, exerceu um papel decisivo nas concepções acerca do populismo no Brasil, realizadas nas décadas de 1950 e 1960. Segundo estes teóricos, o surgimento do populismo está associado à transição de uma sociedade tradicional – rural e agrária – para uma sociedade moderna – urbana e industrial. Essa passagem foi marcada por um rápido processo de urbanização, no qual as massas populares, oriundas majoritariamente de zonas rurais, passaram a exigir participação política e social, atropelando assim os canais institucionais clássicos. A resolução de tais problemas, segundo estes autores, ocorreu através de golpes militares e “revoluções nacionais populares”, ou ainda, e especialmente, a partir de um alinhamento entre as massas e as camadas médias da sociedade. Do seio dessas classes médias, mediante a incapacidade das classes fundamentais de oferecerem respostas às demandas populares e a ausência de instituições e ideologias autônomas, surgiram líderes capazes de “manipular” as massas (FERREIRA, 2001, p. 64-65).

Em seus estudos sobre o populismo no Brasil, Angela de Castro Gomes (2001, p. 22) afirma ser possível datar, como marco para as primeiras formulações e discussões a respeito do assunto, o

ano de 1952, com o surgimento do Grupo de Itatiaia³, fortemente influenciado pela teoria da modernização. Em um artigo publicado na revista *Cadernos do Nosso Tempo* no ano de 1954, intitulado *Que é o Ademarismo?* e atribuído a Hélio Jaguaribe, membro do Grupo de Itatiaia e Secretário Geral da revista, o autor estabelece três condições básicas às quais a emergência/caracterização do populismo encontrava-se sujeita: a) um fenômeno de massificação e a consequente existência de um proletariado sem consciência, sentimento e organização de classe; b) a presença de uma classe dirigente, convertida em classe dominante, em crise de hegemonia, sem representatividade e poder de exemplaridade; e c) a existência de um líder populista, carismático, capaz de empolgar e mobilizar as massas para a conquista do poder (1954, p. 143-144).

Para além de discursos vinculados à teoria da modernização, como o do Grupo de Itatiaia, Francisco Weffort (2003) identifica, já na década anterior, discursos políticos dotados de interpretações acerca da relação estabelecida entre alguns líderes políticos da época e massas. Neste sentido, o autor aponta para análises como as de Rubens do Amaral, jornalista liberal que, em um balanço das eleições presidenciais de 1945 e da derrota de seu partido, a UDN, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, identifica o que chama de “suborno coletivo”. Nas palavras deste jornalista, “... o voto secreto transfere o suborno do indivíduo para os grupos, as classes, os sistemas de interesse” (WEFFORT, 2003, p. 21). Além desta, Weffort chama a atenção para as declarações de outro liberal, Plínio Barreto, ao mesmo jornal, em 1947. Ainda sob impacto da derrota da UDN nas eleições presidenciais de 1945, Barreto “aconselha” aqueles que pretendem obter êxito na política: “Evite por todos os

³ De acordo com a autora, é este grupo, patrocinado pelo Ministério da Agricultura, que, em 1953, cria o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), responsável pela publicação do *Caderno do nosso tempo*, berço da ideologia nacional desenvolvimentista que veio a crescer na década de 1950. Segundo Gomes, tal grupo pode ser considerado o embrião do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, fundado anos depois. Dele participaram, dentre outros, nomes como os de Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e, em especial, Hélio Jaguaribe (2001, p. 22-23).

meios obrigar o povo a refletir. A reflexão é um trabalho penoso a que o povo não está habituado. Dê-lhe sempre razão. Prometa-lhe tudo que ele pede e abrace-o quando puder” (WEFFORT, 2003, p. 24). Para Plínio Barreto, uma democracia com a participação das massas nada pode significar, afinal as massas têm uma “irresistível tendência para o pulha”.

Por fim, cabe também elencar uma citação utilizada por Weffort, retirada de nota editorial da revista *Anhembí*. Tal citação expõe a perplexidade dos liberais vinculados às classes médias tradicionais diante da ampla vitória obtida por Getúlio Vargas nas eleições de 1950, e elucida o caráter explosivo da emergência política das massas neste período:

No dia 3 de outubro, no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalcados e justamente ressentidos, indivíduos tornados pelo abandono homens boçais, maus e vingativos, que desceram os morros embalados pela cantiga da demagogia berrada das janelas e automóveis, para votar na única esperança que lhes restava: naquele que se proclamava o pai dos pobres, o messias charlatão (WEFFORT, 2003, p. 21).

Com base nas concepções de populismo acima elencadas, percebe-se uma convergência desses discursos, sejam eles políticos ou acadêmicos, em direção à relação entre líder político e as massas populares. Líder político cativante, sedutor, demagogo, “charlatão”, capaz de se aproximar das massas e falar na sua linguagem e aos seus sentimentos, de abraçá-las, empolgá-las, conquistá-las, suborná-las e mobilizá-las para a conquista do poder. Massas, por sua vez, pobres, famintas, iletradas, incapazes de refletir, sem consciência, sentimento ou organização de classe, e, devido a isso, manipuláveis e suscetíveis ao suborno oferecido pelo político populista. Entretanto, como tais noções de populismo dialogam com a interpretação de Azevedo acerca da vitória de Leonel Brizola em 1958?

Dentre os aspectos negativos das campanhas eleitorais de 1958 no Rio Grande do Sul, em meio às quais se situa a campanha de Leonel Brizola, Azevedo (1960, p. 270-271) destaca a plutocratização das campanhas e o excesso de propaganda eleitoral. Neste sentido, o autor a chama a atenção, em especial, para a vultosa soma monetária despendida por candidatos e partidos políticos na compra de faixas, cartazes, volantes, publicações na imprensa e espaços de rádio, bem como para o uso excessivo da propaganda política (pelos ruas, pelo rádio, pelos alto-falantes, pela imprensa e por via postal) e também para as centenas de quilômetros percorridos pelos candidatos em todo Estado, visitando cada cidade, vila, distrito ou “linha”, e realizando milhares de comícios.

Como referido anteriormente, Azevedo (1960, p. 259-260) atribui, ao que classificou como “estrondosa vitória”, o corte excepcional de populista e o senso de conquista de eleitorado de Leonel Brizola. Dentre os principais artifícios de Brizola, antes e durante a campanha eleitoral, o autor destaca a já referida utilização do rádio. Conforme Azevedo, Leonel Brizola soube, de forma incansável, madrugar através de uma extensa fala radiofônica, semanalmente, durante anos, “usando de uma linguagem tosca, de sofredor, injustiçado, perseguido pelos poderosos, na sua sempre apregoada luta em defesa dos desprotegidos da fortuna”, remetendo todo o tempo às suas origens de homem do povo e declarando que, com humildade, recebia a todos os postos disputados. Desta forma, segundo o autor, Brizola passou a ser, todas as sextas-feiras, como “uma das pessoas da casa” em inúmeros lares do Rio Grande do Sul.

Além do rádio, Azevedo (1960, p. 260) aponta para a vasta publicidade através da imprensa, para a ação direta junto a todos os núcleos do PTB espalhados pelo Estado, para a organização partidária que, com muita antecedência e em massa, permitiu a inscrição de eleitores, e também para a mística getulista, base de sua campanha eleitoral, como fatores determinantes para a vitória trabalhista. Vitória esta que, conforme o autor, projetou Leonel Brizola nacionalmente e o permitiu ombrear com outros líderes

nacionais do período, tais como João Goulart, Teixeira Lott, Juraci Magalhães e Carlos Lacerda.

Percebe-se, portanto, a partir concepções acima elencadas, uma interpretação do “fenômeno Brizola” ligada, em grande medida, a uma ideia de populismo vigente no período, a partir da qual a capacidade de mobilização de Leonel Brizola foi interpretada com base em determinados pressupostos da relação entre líder político e massas. Seja por conta da utilização em larga escala do rádio – através do qual Brizola comunicou-se com as massas, falando a sua linguagem e tocando os seus sentimentos –, do longo trajeto percorrido por ele em todo Estado em comícios e caminhadas – que lhe propiciou transitar entre as massas e com elas estabelecer um contato epidérmico –, ou ainda da utilização da mística getulista – já identificada em discursos políticos, anteriores a 1958, como reconhecidamente populista –, as estratégias utilizadas em campanha eleitoral, bem como a relação estabelecida por Leonel Brizola com as massas populares, foram compreendidas por Armando Fay de Azevedo, à luz e em consonância com outras análises e discursos de sua época, acadêmicos e políticos, como populistas.

Referências

- AZEVEDO, Armando Fay de. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v.8, p. 255-278, 1960.
- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 61-124.
- FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.).

A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 23-52.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.

Que é o Ademarismo? *Revista Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2, p. 139-149, 1954.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Donald Trump: o “populismo” e o “populista” nas páginas da Revista *Veja*

André Luis Marques de Assis¹

O presente trabalho, valendo-se da análise de conteúdo de Bardin (1977) como método, objetiva analisar o sentido dos conceitos “populismo” e “populista” atribuídos ao então presidenciável norte-americano, Donald Trump nas páginas da revista *Veja*.

Antes de prosseguirmos, gostaríamos brevemente de (tentar) conceituar o populismo e o significado que este tem tido na cultura política brasileira (na qual a revista *Veja* está inserida).

Conceito político impreciso, muitas vezes sendo utilizado de forma desarrazoadas, o populismo tem sido definido de maneira “tão elástica e, de certo modo, a-histórica, que passou a explicar tudo e, como ocorre nesses casos, a explicar muito pouco (Ferreira, 2001, p.13). Até mesmo o *Dicionário Político* organizado pelo cientista político Norberto Bobbio é vacilante ao definir o conceito que, embora descrito como um conjunto de “fórmula políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo” (BOBBIO et al, 1986,p.980), também é mencionado como uma “síndrome”, sem

¹ Graduando em História na Universidade Santa Cruz do Sul (UNISC).

uma elaboração teórica, orgânica e sistemática efetiva sendo que “como denominação se amolda facilmente (...) a doutrinas e a fórmulas diversamente articuladas e aparentemente divergentes (BOBBIO et al, 1986, p. 981).

No caso brasileiro, a imprecisão do termo tem uma longa trajetória, sendo difundida no vocabulário político a partir dos anos 1940 surgindo “primeiro como uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político, e somente depois como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico” (FERREIRA, 2001, p. 09).

A ideia do populismo enquanto imagem “desmerecedora e negativa do adversário”, continua sendo amplamente difundida na atualidade, não só para desqualificar lideranças políticas, mas também toda e qualquer iniciativa política que opõe-se ao sistema democrático tradicional (representado por agremiações partidárias por exemplo), e tem contato direto com as massas. Em face desta suposta hostilidade ao sistema democrático e aliança com as massas, o populismo é muitas vezes entendido como ameaça à manutenção das instituições democráticas.

Já o conceito de populismo enquanto “categoria explicativa de âmbito acadêmico”, no caso brasileiro foi formulado inicialmente pelas elites liberais para desqualificar Getúlio Vargas e o varguismo no contexto da redemocratização. Nos anos 1950, este termo passou a ser utilizado como conceito explicativo da sociedade brasileira, começando a ser estudado por um grupo de intelectuais conhecido como Grupo de Itatiaia², que formulou uma tese para o populismo

² Segundo Ângela de Castro Gomes (2001, p. 22-23), o Grupo de Itatiaia era formado por um grupo de intelectuais que, a partir de agosto de 1952, patrocinados pelo Ministério da Agricultura, realizavam reuniões periódicas em Itatiaia (entre o Rio de Janeiro e São Paulo) visando a discutir os problemas políticos, econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento do país. Em 1953, esse grupo criou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e passaram a publicar os *Cadernos do nosso tempo*. Entre os intelectuais do Grupo de Itatiaia, destacaram- se os sociólogos Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos (BATISTELLA, 2012, p.468).

que, de certa forma perdura até os nossos dias. Para este grupo, o populismo, entendido como fenômeno de massas, seria:

[...] um fenômeno vinculado à modernização da sociedade, sobretudo no tocante ao processo de proletarização de trabalhadores que não adquiriram consciência de classe. Interpelados como massa, eles somente se liberariam dos líderes populistas quando alcançassem a verdadeira consciência de seus interesses. Não é difícil, portanto, perceber a influências da teoria da modernização. Mas, em segundo lugar, o populismo igualmente estava associado a uma classe dirigente que perdera sua representatividade, que carecia de exemplos e valores que orientassem toda a coletividade. Em crise e sem condições de dirigir o estado, as classes dominantes necessitaram conquistar o apoio político das massas emergentes. Por fim, diante da “inconsistência” das classes fundamentais da sociedade, o terceiro elemento completaria o fenômeno: o líder populista, homem carregado de carisma, com capacidade incomum para mobilizar e empolgar as massas. (GOMES, 2001, p.68).

A partir dos anos 1970, com o advento de novos trabalhos acadêmicos sobre o tema, ampliaram-se os horizontes para o entendimento do populismo, sendo o historiador argentino Ernesto Laclau um dos mais expressivos expoentes desta nova concepção do tema. Para Laclau:

O populismo não é, em consequência, expressão do atraso ideológico de uma classe dominada, mas, ao contrário, uma expressão do momento em que o poder articulatório desta classe se impõe hegemônica sobre o resto da sociedade (LACLAU, 1979, p. 201).

Assim, entende-se que a perspectiva de Laclau (que interpreta o populismo muito mais como uma expressão da vontade popular do que resultado de um líder manipulador enganador das massas), embora não encerre o debate acerca do conceito de populismo, constitui-se em importante ponto de reflexão para novas definições sobre o fenômeno.

Partindo dos entendimentos de que o populismo seria “uma expressão do momento em que o poder articulatório (da classe dominada) se impõe hegemonicamente sobre o resto da sociedade” (Laclau, 1979, p.237), podemos identificar ao menos três grandes momentos de imposição das classes populares na história norte-americana.

A primeira experiência norte-americana de viés populista deu-se no início do século XIX, quando uma grave crise econômica fez despencar a demanda por algodão (principal produto de exportação do Sul) e suspendeu pagamentos em espécie em um momento de grande especulação econômica entorno da primeira instituição financeira norte-americana, o Segundo Banco.

O resultado da crise, conhecida como Pânico de 1819, foi uma longa depressão econômica que atingiu duramente não só comerciantes e trabalhadores urbanos como fazendeiros e trabalhadores rurais. O cenário favoreceu a inquietação popular:

Antagonismos de classe aprofundaram-se, fazendeiros e trabalhadores urbanos empobrecidos criticando políticos e líderes empresariais – e, acima de tudo, a comunidade bancária – pelo desastre. E, finalmente ocorreu um crescente interesse pela política, insatisfação com lideranças que haviam permitido que esses problemas acontecessem, e exigência de novos líderes que fossem mais sensíveis à vontade popular e usassem o governo para aliviar a situação de penúria. (SELLERS, at el, 1985, p. 130).

Deste profundo ressentimento e necessidade de mudanças, grande parte da população norte-americana, outrora alheia à política e aos políticos, passou a ver na primeira um canal para aliviar seus problemas. Neste contexto de insatisfação, o fazendeiro e herói de guerra Andrew Jackson destaca-se como alternativa para um povo cada vez mais ciente de sua participação no campo político e da importância deste para suas vidas:

Buscando identificar-se com a população e com os ânimos vigentes, as suas principais ideias e posturas políticas faziam com

que fosse visto como uma pessoa comum, um soldado contra as velhas lideranças tradicionais. Jackson tinha um discurso popular. Sua fala simples transmitia o que a maioria desejava: segurança (PURDY, 2007, p. 111).

Jackson venceu o pleito presidencial de 1828 e passou a governar agindo “de acordo com o princípio de que o próprio povo devia fazer a política do governo” (SELLERS, et al, 1985, p. 138). Sua eleição e seu governo despertaram no povo o interesse pela política e demonstraram que a mobilização popular é capaz de promover mudanças no campo institucional, haja vista que muitos anseios populares foram atendidos pelo seu presidente.

Na segunda metade do século XIX, classes populares da sociedade norte-americana mais uma vez articularam-se para se fazerem ouvir e terem atendidas suas reivindicações no campo institucional. Neste período de intensa modernização e industrialização estadunidense, muitos fazendeiros do Oeste e do Sul passaram a sofrer com os efeitos da rápida modernização. Em um momento de profunda concorrência com produtos estrangeiros (que muitas vezes levavam vantagem no mercado), os fazendeiros passaram a endividar-se, adquirindo máquinas modernas, que, por ajudar a aumentar a produção, acabaram levando a uma oferta de produtos muito maior do que a demanda, o que levou os fazendeiros a um profundo estado de endividamento e agudas privações (SELLERS, at el, 1985). Em face desta situação de dificuldades e absoluta falta de apoio do poder público, os fazendeiros começaram a articular-se:

Politicamente, esses sujeitos sociais organizaram sua revolta de diversas formas. Houve protestos, crescimento do engajamento na luta sindical e no Partido Socialista, e claro a organização do movimento populista, com a fundação do *People's Party* ou Partido Populista em 1891. O movimento Populista surgiu do descontentamento, articulação e mobilização política do pequeno produtor rural do Sul, das Grandes Planícies e do Oeste, o *farmer*, contra o caráter elitista e predatório do grande capital,

representado pelos banqueiros, donos de ferrovias e grandes produtores rurais. Em algumas regiões essa base agrária original se alargou, integrando também o pequeno homem urbano, mobilizados em torno de uma agenda intervencionista de reformas no sentido de garantir subsídios ao pequeno produtor, sustentando a competitividade frente aos grandes monopólios, controlar a especulação e frear a política de juros e hipotecas exorbitantes, que estavam levando à falência o *yeoman* (POGGI, 2017, p.04).

O Partido Populista lançaria candidato próprio à presidência em 1872 que saiu derrotado. Após a derrota, a sigla se fundiu ao Partido Democrata e teve muitas de suas reivindicações atendidas gradativamente por ambos os partidos nos anos que se seguiram.

No início do século XXI, passado um longo período de políticas liberais (inauguradas nos anos 1930 sob a gestão do democrata Franklin Roosevelt) e conservadoras (inauguradas na década de 1980 sob a presidência do republicano Ronald Reagan), a insatisfação volta a tomar conta de amplos segmentos da sociedade norte-americana, sobretudo o americano comum.

A intervenção do governo Obama na economia para salvar empresas da bancarrota no contexto da Crise de 2008 foi o estopim para uma parcela da população que há anos vem sofrendo com o desemprego, a desindustrialização do país, as rápidas mudanças demográficas e a absoluta descrença e falta de perspectiva quanto ao futuro.

Neste momento em que deu-se o ápice da insatisfação, setores populares as margens das grandes decisões políticas ou insatisfeitos com os rumos que o país tomava, articularam-se dando origem ao movimento *Tea Party*:

Desde a sua erupção na cena política nacional em fevereiro de 2009, em que grupos dispersos organizaram um protesto simultâneo em 40 cidades contra o Pacote de Estímulo Financeiro da Administração Obama, que comentadores e analistas políticos têm oferecido interpretações contraditórias sobre o significado e

influência do novo movimento populista de pendor conservador; enquanto alguns o leem como um fenômeno efêmero deliberadamente fomentado pela mídia conservadora, nomeadamente a Fox News, outros explicam-no como uma genuína revolta basista que reflete um profundo mal-estar antipolítico do eleitorado, ou mesmo como a herança (se bem que politicamente conservadora) do espírito libertário de autonomia pessoal *anti-establishment* dos anos 1960 (BOTELHO, 2010, p.106).

O movimento ganha força e passa a abarcar amplos setores da sociedade insatisfeitos. Fundindo-se ao Partido Republicano, o *Tea Party* impõe uma grande derrota ao governo Obama em 2010 ao impulsivar a vitória de republicanos alinhados ao movimento nas eleições legislativas daquele ano. Em 2016, com a insatisfação em alta e a força do *Tea Party* em baixa, surge um conhecido empresário nova-iorquino, Donald Trump, que, com um discurso simples e com forte viés nacionalista, promete “Devolver o poder para o povo” tornando “A América grande de novo”. Com tal retórica, Trump, então candidato republicano às eleições presidenciais daquele ano, não só arrebatou o apoio do *Tea Party* como ampliou sua base de apoio, formada em sua maioria por pessoas frustradas com as mudanças do país e com a situação econômica ou simplesmente sentindo-se ignoradas pelo governo. Desta forma, assim como fazendeiros e trabalhadores rurais do início do século XIX articularam-se entorno de um candidato que respondesse aos seus problemas, e os deserdados da modernização uniram-se entorno do Partido do Povo em fins do mesmo século, agora, uma nova geração de cidadãos mobiliza-se para eleger alguém que julga ser capaz de atenuar os seus problemas, foi assim que Trump tornou-se presidente, nascia um novo impulso popular norte-americanos: o trumpismo.

Para analisar os sentidos do termo “populismo” e do adjetivo “populista” atribuídos a Trump pela Revista *Veja*, foram selecionadas quatro menções da revista (que levaram em consideração exclusivamente matérias no noticiário internacional e

a carta do editor do semanário) onde ela usa os termos populismo/populista para referir-se a Trump. As menções são de diferentes períodos da campanha: um corresponde a aclamação de Trump como candidato republicano em julho, o outro quando se deu a vitória do republicano em novembro e o terceiro momento corresponde ao período de transição do governo (em dezembro). A primeira menção que consideramos foi feita na edição de 03 de setembro de 2016, quando *Veja* questionou: “Como comparar o histriônico e populista Donald Trump com o comedido Mitt Romney, o bem-sucedido empresário formado em Harvard que representou os republicanos nas eleições de 2012?”.

Ao comparar o “comedido” Mitt Romney ao “histriônico e populista” Trump, percebe-se que o termo é utilizado como uma ofensa, não é possível induzir qualquer reflexão teórica na forma como foi colocado. Assim, *Veja*, cuja postura sempre foi de contrariedade ao candidato republicano, utiliza o termo populista com o intuito de “fabricar imagens politicamente desmerecedoras do adversário, esforçando-se para elabora uma representação negativa daquele que se queria combater” (FERREIRA, 2001, p.08).

Na carta ao leitor da edição de 16 de novembro de 2016 (que destaca a vitória de Trump), *Veja* afirma que a presente edição:

[...] oferece um pacote no qual o leitor poderá conferir o teste de esforço a que serão submetidas as instituições americanas para conter os eventuais arroubos de um antipolítico que se comportou como um bufão em campanha; a crescente onda da direita populista e nacionalista que ameaça engolhar um mundo que parecia globalizar-se como um imperativo da modernidade.

Ao destacar a “onda da direita populista e nacionalista” (da qual Trump é considerado o maior expoente), como uma ameaça a um “mundo que parecia globalizar-se como um imperativo da modernidade”, *Veja*, consciente ou inconscientemente recorre a tese do populismo calcada na teoria da modernização, a qual, vista sob uma perspectiva liberal, entende o fenômeno como “símbolo das

forças responsáveis pelo atraso, contrastando com a modernização apregoada pelos defensores de uma concepção de Estado de caráter neoliberal” (CAPELATO, 2001, p.141).

Corroborando a ideia do populismo enquanto atraso, na edição anterior (09 de novembro de 2016), Veja já havia afirmado que “Wright, cidadezinha de 1800 habitantes no nordeste do estado, é um microcosmo dos Estados Unidos que ficaram presos no passado de glórias industriais- e que sucumbiram à direita populista nostálgica de Trump”.

Ao vincular o apoio da “direita populista nostálgica de Trump” a setores rurais “presos ao passado”, a revista não só reforça a ideia do populismo enquanto atraso, como traz mais um componente da interpretação clássica do populismo, a de que os Estados Unidos “presos ao passado” “sucumbiram” ao populismo de Trump.

O uso do termo “sucumbiram” remete a ideia de cooptação das massas que deixaram- se seduzir por um líder populista demagógico, ideia que reforça a “versão liberal do populismo, cuja explicação seria a manipulação e a demagogia dos líderes conjugadas a ignorância e ao atraso das massas” (FERREIRA, 2001, p.78).

Por fim, na edição de 28 de dezembro de 2016, já com Trump eleito e a poucas semanas de ser empossado, Veja lembra, em artigo intitulado *A potência põe o mundo de pernas para o ar* que:

Em muitos aspectos, portanto, os americanos ressentidos com a globalização e com os políticos tradicionais promoveram uma ruptura histórica ao escolhê-lo. Com isso, puseram não só o próprio país, mas a ordem mundial de pernas para o ar, dando força aos ventos do populismo, do nacionalismo e do isolacionismo que sopram em outras paragens. Para onde tudo isso vai levar é um enigma - e as respostas mais assustadoras apontam para o passado.

A definição, além de reforçar elementos identificados anteriormente, como o “atraso” do populismo, traz outra

característica comum da teoria clássica do populismo no Brasil, a ideia de que os “americanos ressentidos com a globalização e com os políticos tradicionais” promoveram uma “ruptura histórica” ao eleger Trump remete a percepção de “uma classe dirigente que perdera a sua representatividade” (FERREIRA,2001, p.68), cuja “inconsistência”, abriria espaço para o terceiro elemento que completaria o fenômeno populista na forma como ele é entendido no Brasil, “o líder populista, homem carregado de carisma, com capacidade incomum para mobilizar as massas” (FERREIRA, 2001,p.68).

Com base na análise realizada, pode-se induzir que *Veja* utiliza o adjetivo populista de forma negativa ao referir-se a Donald Trump durante a campanha presidencial norte-americana de 2016. O termo “populista” é utilizado como qualitativo desmerecedor com nítido viés depreciativo, por vezes sendo utilizado sem reflexão ou embasamento teórico sobre as reais implicações do conceito.

Já o termo “populismo”, quando utilizado é remetido à luz da concepção liberal do fenômeno no Brasil (embasada na teoria da modernidade) pressupondo que as massas rurais e atrasadas dos Estados Unidos (não é à toa que a vitória de Trump é anunciada por *Veja* como “A Vitória do atraso”), avessa à globalização e a modernidade, deixaram-se seduzir por um líder carismático e demagógico (Trump) que as fez “sucumbir” diante de seu discurso, valendo-se da falta de representatividade enfrentada pelas classes dirigentes tradicionais (representadas implicitamente pela adversária de Trump, Hillary Clinton e o establishment político-financeiro).

Com tal trabalho, espera-se ter contribuído para o estudo das Elites e do Povo na história. No decorrer da pesquisa, abordamos como o povo foi concebido pelas elites políticas e pelos intelectuais no contexto do fenômeno do populismo no Brasil, sendo que a “passividade” e “falta de consciência de classe” são características comumente atribuídas a ele. Como mostramos neste artigo, tal visão sobre o povo permanece viva, haja vista ter a *Veja* se valido desta

lógica para retratar os eleitores de Trump e o movimento que o conduziu a presidência.

Ao abordar os impulsos populistas na trajetória histórica norte-americana à luz de uma perspectiva laclausiana, também mostramos o quanto relevante é a participação do povo enquanto agente político e sujeito histórico, o que nos leva a refletir sobre a pretensa “passividade” popular amplamente difundida na historiografia tradicional, na mídia e no senso comum.

Por fim, cabe destacar ainda o posicionamento ideológico de *Veja* na representação política do candidato Donald Trump, que foi extremamente negativa ao tratar o candidato republicano como um demagogo populista, à semelhança dos demagogos latino americanos do século XX. A representação pejorativa deve-se ao fato de a agenda política de Trump destoar de alguns princípios básicos de *Veja* (nomeadamente liberais) como a manutenção da globalização.

Referências

- FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SELLERS, Charles; MAY, Henry Farnham; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.
- VEJA, Acervo digital. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/editions>. Acessado em: 27/11/2017.

Quinta parte

Autoritarismos, violência, conflitos

Democracia e Imperialismo na Ática: Atenas Clássica e a Liga de Delos

Ricardo Faria Corrêa e Scarpini¹

Introdução

O presente ensaio propõe-se a fazer uma breve análise social, econômica e cultural de toda a civilização que floresceu no contexto do Mar Egeu e Grécia continental na Antiguidade. Enfatizando o período da Grécia Clássica, procura-se, entender quais as causas do imperialismo ateniense e estudar sua mais lastimável consequência: a Guerra do Peloponeso. Visto a limitação proporcionada por um resumo expandido, escolheu-se preservar apenas os capítulos finais do trabalho, excluindo dessa maneira o desenvolvimento da Hélade desde o período minoico bem como uma análise das estruturas econômicas e sociais da polis, visto que a contribuição à pesquisa desse tema é maior na parte final, sobretudo nos últimos tópicos.

A formação das polis

É na época arcaica, cujo início dá-se em torno do século VIII a.C, que a forma de cidade que a antiguidade vem a fazer uso no ocidente começa a se formar. Reis locais são depostos por uma aristocracia tribal que funda e desenvolve cidades sob seu jugo. As

¹ Graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

cidades, governadas por uma aristocracia, retomam o comércio de longa distância (sobretudo com a Síria e o Oriente) e criam entrepostos comerciais e colônias ao longo de todo o Mar Mediterrâneo. Esse comércio fica extremamente facilitado e mais prospero com a adoção da moeda no século VII a.C. A adoção de um alfabeto comum, derivado do fenício, dá maior coesão e uniformidade à Hélade.

As *polis* tinham duas funções primárias: ser uma ferramenta de escoamento da produção agrária da região (praticamente todas as 1500 *polis* documentadas arqueologicamente estão a menos de 25 km da costa) e abrigar a população, grande parte da qual trabalhava nos campos dos arredores e dormia dentro das muralhas da cidade. Havia também uma população permanentemente rural, abrigada na cidade apenas em tempos de guerra.

O conhecimento da constituição política das polis gregas no período arcaico é limitado, mas sabe-se que a sociedade era dividida em clãs aristocráticos apoiados por suas respectivas *fratrias*, membros das classes populares sustentados por esses clãs. O governo da cidade era tipicamente exercido por um conselho aristocrático hereditário.

Crise das polis oligárquicas, as tiranias e as reformas de Sólon

Essa forma de governo começa a entrar em colapso na metade do século VII a.C com o advento da tirania. Advindos comumente de uma classe de latifundiários enriquecidos pelo comércio ultra marítimo grego, tomaram o poder em diversas *polis* gregas, fazendo concessões à classe de comerciantes e as classes populares num geral à custa dos privilégios aristocráticos. Para Perry Anderson:

The tyrannies of the 6th century, in effect, constituted the critical transition towards the classical polis. For it was during their general period of sway that the economic and military foundations of Greek classical civilization were laid. (ANDERSON, 1973, p. 30)

A combinação de um descontentamento rural com um enriquecimento dos comerciantes foi o cenário que propiciou a perda do poder pela aristocracia. No período tirânico, foi feita uma reforma agrária nos latifúndios aristocrata sendo o padrão na Hélade na crise dessa forma de governo no século seguinte o minifúndio de posse individual.

Nesse período na Ática também são feitas reformas que vão a compasso com o resto da Hélade. Feitas não por um tirano, mas por um aristocrata, Sólon, que temia que sua *polis* atingisse a *stasis*. Além do fim da escravidão por dívidas e a reforma agrária, Sólon garantiu que cargos dentro do governo da polis não seriam mais de exclusividade da aristocracia além de assegurar o direito de voto a todos os cidadãos nas assembleias da polis. Suas reformas, no entanto, suprimidas pela aristocracia, não duraram. Atenas atingiu a *stasis* e seguindo o exemplo do resto da Grécia, sucumbiu à tirania de Pisístrato.

Pisístrato garantiu o cumprimento das medidas sociais das reformas de Sólon e fomentou o comércio ateniense, incentivando o cultivo de oliveiras para a exportação. No campo da religião e da cultura, construiu teatros, templos e uma biblioteca pública, bem como foi o responsável pela compilação das obras homéricas, até então fragmentadas. Extremamente rigoroso em suas punições, foi sucedido por seu filho, Hípias.

A revolução econômica da Atenas arcaica

Sob os governos de Sólon e Pisístrato, a Ática, até então uma região economicamente atrasada, passa a ser o centro comercial do mundo grego, através de uma verdadeira revolução em sua economia. Para entender os motivos dessa revolução é preciso olhar o século antecedente. Desde o início da época arcaica, a população helênica vinha tendo um acentuado crescimento demográfico. Ao longo do século VII e parte do século VI a.C, isso não vinha a trazer problemas para o conjunto da Hélade, visto que todo o excedente

populacional poderia ser realocado nas colônias pelo Mediterrâneo. Porém, com a expansão dos impérios persa e cartaginês, essa possibilidade é cortada e a população tem que se confinar à Hélade somente, cuja produção agrícola é muito inferior à demanda da população crescente. Isso gera severos conflitos sociais e uma grande ameaça de *stasis*. Sólon vê a possibilidade de resolver esse impasse de uma forma simples: parar de plantar cereais na Ática, plantando em seu lugar vinhas e oliveiras, cujo produto seria trocado por uma quantidade muito maior de cereais na Ucrânia, no Egito e na Sicília. Juntamente com isso são expandidas as manufaturas. Essas duas medidas resolvem o problema da fome na Ática bem como torna Atenas o centro comercial do mundo grego.

Nessa revolução econômica ateniense está o embrião de seu futuro imperialismo, conforme explicado por Arnold J. Toynbee em *Helenismo: História de uma Civilização*:

A revolução econômica tornara as cidades-Estados economicamente interdependentes, embora as deixasse politicamente soberanas dentro de seus pequenos limites- uma desarmonia que não podia perdurar. Ou as cidades-Estados retornavam a uma autossuficiência tanto política quanto econômica, ao preço de uma redução no padrão de vida que as levaria à fome e a guerra civil, ou então deviam abdicar uma boa parte de sua soberania individual para permitir a criação de uma forma de regime político pan-helênico que correspondesse ao regime econômico que já então predominava. (TOYNBEE, 1960, p. 71).

A queda da tirania e as reformas de Clístenes

A残酷de na forma de governar bem como sua amizade com os persas foram motivos que levaram a uma revolta que depôs o tirano de Atenas, Hípias. A revolta tinha dois líderes principais, Iságoras e Clístenes, que ficaram com o poder da cidade em suas mãos. Apoiado por Esparta, Iságoras forçou Clístenes ao exílio, porém seu autoritarismo e violência arbitrária para com os

atenienses levaram a uma nova revolta que depôs Iságoras e trouxe seu rival do desterro. No poder, o líder ateniense executou uma série de reformas que mudaram a vida política da *polis*.

As reformas de Clístenes tinham forte caráter antiaristocrático e continham medidas como a divisão da *polis* em *trittyes* e subsequentes *demos* como forma de garantir que suas ações não fossem barradas pela classe dominante como haviam sido grande parte da reforma de Sólon. As *trittyes* foram fixadas por elementos geográficos e não mais por classe ou profissão, como antes da reforma, sendo assim, eram retiradas da influência de clãs aristocráticos. De acordo com W.G. Forrest em *Los orígenes de la democracia griega*: “*toda la maquinaria administrativa se canalizaba ahora a través del demo* (FORREST, 1988, p. 173)” em oposição a *fratria*, forma de divisão anterior da *polis* ateniense, mais permeada pelo poder da classe dominante.

Ainda que um modo de pensar aristocrático pudesse sobreviver em uma constituição democrática, o estadista ateniense pensava que sua *polis* estava em um processo de mudanças demasiado rápidas para ser estancadas por uma aristocracia conservadora. Desejando dotar Atenas de uma administração mais eficaz, acabou com ritos e burocracias e para evitar a tirania, outro mal que assolara Atenas há pouco tempo com o governo de Pisístrato, Clístenes instituiu o ostracismo.

O ostracismo- cujo nome vem do pedaço de cerâmica quebrada onde o voto era escrito: *ostrakon* - era uma forma de manutenção da democracia ateniense. Com o objetivo de evitar a ascensão de um grande líder que pudesse instaurar uma tirania, era realizado quando a assembleia de cidadãos achasse prudente fazê-lo. Era então realizada uma grande assembleia com todos os cidadãos atenienses que se pudessem fazer presentes. O cidadão que tivesse seu nome citado mais de seis mil vezes era condenado a um exílio de dez anos, para garantir que seu poder se dissipasse e não fosse um risco a isonomia estabelecida na *polis*. Depois de dez anos,

o cidadão poderia voltar à Atenas e à vida política da *polis* normalmente.

As Guerras Médicas

A expansão persa anexou diversas colônias gregas, sobretudo na costa leste do mar Egeu. Nessas cidades, os persas inseriam ditadores para governar em seu nome. Com a deposição das diversas tiranias ao longo da Grécia e a sua substituição por democracias, a situação nessa parte da Hélade ficou insustentável. Em 499 a.C. os helenos asiáticos depõem seus ditadores persas e se rebelam. A revolta, derrotada pelo exército persa teve sua liderança, Mileto, destruída bem como gerou uma grande inimizade desse império para com as cidades que auxiliaram a revolta: Erétria e Atenas.

Na Grécia continental, tudo favorecia uma invasão persa bem sucedida, visto a ajuda de Atenas em revoltas servis na Lacedemônia, como bem exemplifica Arnold J. Toynbee em *Helenismo: História de uma Civilização*.

O cenário político contemporâneo na Hélade europeia parecia oferecer a Dario uma boa oportunidade de tomar suas pretensas vítimas uma por uma, pois elas continuavam divididas entre si. Os dois Estados mais fortes: Esparta e Atenas, não estavam em bons termos. Esparta ainda se ressentia da recente insubordinação ateniense, enquanto Atenas suspeitava que os espartanos tencionavam reiterar sua pretensão à hegemonia. (TOYNBEE, 1960, p. 75)

Ambas *polis* haviam feito inimigos entre vizinhos próximos e apoiavam qualquer revolta ou guerra que fosse prejudicar a *polis* rival. Entretanto, a rapidez com que grande parte das polis da Grécia continental apaziguaram os conflitos internos para combater o invasor estrangeiro surpreendeu Dario e seu exército persa. A primeira fase da guerra pode se resumir a dois eventos: 1) Conquista

e saque de Erétria (aliada dos revoltosos de 499 a.C) pela marinha persa; 2) Derrota brutal nas praias de Maratona da mesma marinha persa por um exército majoritariamente ateniense (com o auxílio de Platéia).

Duas revoltas em território persa, uma no Egito e outra na Babilônia atrasaram em dez anos um novo ataque persa, dessa vez comandado pelo sucessor de Dario, Xerxes. Essa espera de dez anos foi fatal para o Império Persa (que seria conquistado por Alexandre um século mais tarde). A descoberta de novas minas de prata na Ática propiciou à Marinha ateniense uma grande expansão de sua frota.

O ataque persa foi feito tanto terrestre quanto maritimamente, com números bem mais elevados que a primeira campanha. Em terra, os persas bateram uma força expedicionária espartana, liderada por Leônidas e conseguiram o apoio de diversas polis (entre elas Tebas) que viam no apoio aos persas uma forma de vingar Atenas ou Esparta, conquistando assim boa parte da Hélade.

Dessa forma, quase apenas a metade das forças navais e militares da Grécia continental europeia saiu a enfrentar o inimigo comum. Essa metade, porém, reuniu disposição, dureza e coesão bastantes para derrotá-lo.

Sob comando espartano, a força terrestre grega não tentou defender a Ática, retirando-se para Corinto, no istmo que liga o Peloponeso ao continente, permitindo assim que os persas saqueassem Atenas. A marinha e a população ateniense foram evacuadas para a ilha de Salamina, onde se deu a grande batalha da segunda fase da guerra. Lá, os aliados conseguiram uma esmagadora vitória naval que selou o destino da guerra em favor dos helenos (ainda que a batalha que tenha expulsado os persas da Grécia continental tenha se dado em Platéia, um ano depois).

Embora o resultado das Guerras Médicas seja evidentemente um fracasso persa, é em menor medida, também um fracasso grego. Os helenos perderam a oportunidade de realizar a unidade política tão necessária para seguir em compasso com a unidade econômica

já existente há décadas. Sem saber, tornavam inevitável o conflito que levaria ao fim da civilização helênica clássica: a Guerra do Peloponeso.

O imperialismo ateniense e a Liga de Delos

Com o terror de uma invasão persa ainda presente no imaginário das *polis* gregas, é fundada em 478 a.C, sob a liderança de Atenas, a Liga de Delos. A Liga, que compreendia centenas de *polis* de toda a Hélade, tanto continental quanto ultra marítima, tinha por objetivo ser uma aliança naval para barrar uma potencial invasão persa, bem como para livrar o Egeu dos domínios persas remanescentes. Desde sua fundação, no entanto, Atenas passou a usar o poder naval da Liga para seus próprios propósitos. Como nem todas as *polis* tinham condições de sustentar uma marinha permanente para auxiliar na Liga, era possibilitada a contribuição financeira por parte das *polis* que assim desejassesem, ficando o tesouro da Liga armazenado em Delos (daí seu nome). Isso demonstra a disposição de Atenas de sofrer uma perda fiscal considerável a fim de ter uma marinha completamente ateniense. Para Sir Moses I. Finley, em Economia e Sociedade na Grécia Antiga existe uma:

Preocupação de alguns historiadores em definir e datar o momento em que uma aliança “voluntária” de Estados foi convertida no Império ateniense. O ano 454 é data favorita porque há a crença geral de que o “tesouro da Liga” foi transferido de Delos para Atenas nessa ocasião. (FINLEY, 1953, p. 46)

Desde a fundação da Liga, mesmo que nem todos os barcos fossem de Atenas, o controle ateniense da frota era quase total, o que faz com que muitos historiadores afirmem que a Liga de Delos foi um instrumento de coação por parte dessa *polis*. Com o pressuposto de preservação da Liga, Atenas interferiu nos assuntos internos das *polis* membros, com o objetivo de assegurar um controle pleno do Egeu, acabando com a pirataria, fomentando o uso

de sua moeda pelos membros da Liga (o que assegurava um controle monetário bem como a possibilidade de guerra econômica por parte de Atenas) e garantindo um maior florescimento comercial para sua *polis*. Finley afirma que com essas medidas “o Império beneficiou diretamente a metade mais pobre da população ateniense em um grau desconhecido no Império Romano ou nos impérios modernos” (FINLEY, 1953, p. 66).

Porém não apenas em sua *polis* o domínio ateniense era saudado pelas classes populares. Conforme afirma Perry Anderson em *Passages from Antiquity to Feudalism*:

The imperial system also enjoyed the sympathy of the poorer classes of the allied cities, because Athenian tutelage generally meant the installation of democratic regimes locally, congruent with those of the imperial city itself, while the financial burden of tribute fell on the upper classes (ANDERSON, 1973, p. 42)

O que gerava profundo descontentamento das classes dominantes locais e forçava Atenas à uma militarização maior. Essa contradição fez com que o expansionismo ateniense fosse contido pelas cidades oligarcas da Grécia continental, aglomeradas ao redor de Esparta.

Esparta, que não buscava nenhuma forma de unidade política ou monetária, apenas militar, era uma ameaça menor as classes dominantes gregas que o imperialismo ateniense, assim se dá a formação da chamada Liga do Peloponeso.

A Guerra do Peloponeso e o fim da Hélade Clássica

Para entender o desastre que foi a Guerra do Peloponeso, é necessário olhar a história política e militar dos cinquenta anos precedentes, não apenas seu âmbito artístico- época do maior florescimento da poesia, do teatro e da arte como um todo da história antiga. Entre as guerras médicas e o início da guerra que poria fim a civilização helênica está relatada diversos conflitos

menores envolvendo aliados das duas potências, com participação ora menor e ora maior de ambas.

A potencial liderança espartana do mundo helênico era baseada na qualidade militar de seus *hoplitas* bem como as relações de amizade que tinha com todas as outras polis da Lacedemônia. Já a potencial liderança ateniense estava em sua poderosa armada, em sua riqueza derivada das minas de prata da Ática e em sua aliança, através da Liga de Delos com centenas de outras *polis* de toda Hélade. Mas, sobretudo, estava no seu império comercial e em sua possibilidade de praticar guerra econômica com seus inimigos. Além dessas duas forças, desponta na Hélade uma aliança siciliana entre Siracusa e Akragas, que, com um modo de produção escravista providenciado por uma enorme captura de cartagineses em uma guerra previa, começa a rivalizar maritimamente com Atenas.

Ainda que rica, no momento da eclosão da Guerra, em 431 a.C, a principal *polis* da Ática se encontrava militarmente fragilizada. A luta por manter seu imperialismo levou Atenas a diversas expedições militares em lugares tão distantes quanto a Fenícia, o Egito e o Chipre, levando a morte de milhares de atenienses.

A Guerra, que foi apenas o estágio final de quase um século de conflitos, irrompeu quando da luta entre Corcira, aliada de Atenas, e Epidamos, aliada de Corinto (essa aliada de Esparta). Ambas pediram auxílio e dentro de pouco, uma guerra fratricida tomara conta de toda Hélade. A primeira fase da guerra viu um enfraquecimento brutal do poderio de Atenas quando uma peste matou milhares dentro da *polis*. Juntamente com isso, a Liga do Peloponeso, consideravelmente mais forte que a Liga de Delos em terra ocupou o interior Ático e conquistou diversas cidades da liga rival ao longo da costa norte do Mar Egeu. Com a morte de seu comandante antes de conseguir chegar ao estreito de Dardanelos e cortar o abastecimento de trigo da Ática, Esparta aceitou o desesperado cessar-fogo ateniense.

A guerra é retomada em 415 a.C com uma expedição ateniense contra Siracusa, que rivalizava maritimamente com sua armada. A

expedição é aniquilada em 413 a.C. A marinha ateniense nunca mais se recuperou dessa derrota, já Esparta, financiada pelo Império Persa e com o auxílio de Siracusa cria uma armada para si própria e vence Atenas também no mar em 405 a.C, encerrando assim a guerra.

Herdando um império marítimo que não soube administrar e enfrentando revoltas cada vez mais frequentes de suas classes servis, Esparta logo perde o poder conquistado na guerra e a civilização helênica entra em um espiral decadente. Em 346 a.C, a Hélade é conquistada por Filipe II da Macedônia, pai de Alexandre.

Conclusão

Com este artigo, pude concluir que as causas do imperialismo ateniense já podem ser vistas mais de um século antes, com a revolução econômica de Clístenes e Pisístrato. Lendo uma extensa bibliografia, foi possível fazer uma análise da forma como diferentes historiadores enxergam o mundo grego antigo, sua unidade e fragmentação bem como suas contradições. Ao ler dois marxistas (Perry Anderson e G.E.M de Ste. Croix) pude compreender ainda mais como funciona a teoria do materialismo histórico-dialético na compreensão da luta de classes bem como na análise das estruturas econômicas e sociais do mundo antigo como um todo. Por fim, pude refletir acerca do dilema filosófico que passaram os atenienses ao transformar sua confederação até então de certa forma voluntária em um imperialismo coercitivo bem como perceber que a Guerra do Peloponeso era inevitável devido a esse fato.

Referências

- ANDERSON, Perry. *Passages from Antiquity to Feudalism*. 6^a ed. London: Verso, 1978.

DE STE. CROIX, Geoffrey Ernest Mauric. *The Class Struggle in the Ancient Greek World: from the archaic age to the arab conquests.* 1ª ed. London: Duckworth, 1983.

FINLEY, Moses I. Economia e Sociedade na Grécia Antiga. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FORREST, W.G. *Los orígenes de la democracia griega: la teoria politica griega entre el 800 y el 400 a.C.* ? ed. Madrid: Ediciones Akal, 1988.

LEFÈVRE, François. *História do Mundo Grego Antigo.* 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo:* História de uma Civilização. Tradução de Zahar Editores. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso.* 4ª ed. Brasília: Editora da UNB, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. *As Origens do Pensamento Grego.* 5ª ed. São Paulo: Difel Editorial, 1986.

La Figura de la Miliciana na Guerra Civil Espanhola

Guilherme Nicolini Pires Masi¹

Marluce Dias Fagundes²

*Rosario dinamitera, sobre tu mano bonita
celaba la dinamita
sus atributos de fiera
Nadie, al mirarla, creyera
que había en su corazón
una desesperación
de cristales, de metralla
ansiosa de una batalla
sedienta de una explosión...*

(Romance de Miguel Hernández “Rosario, Dinamitera”, 1936-1937).

O poeta espanhol Miguel Hernández, esteve comprometido com os acontecimentos do período da Revolução e Guerra Civil Espanhola (1936-1939), seus textos iam além do caráter poético e reforçavam o tom ideológico e politizado via esquerda. O trecho em epígrafe de um poema de Hernández foi dedicado à miliciana que combateu no *front* antifascista, Rosario Sánchez Mora. O escrito original foi entregue a protagonista, sendo posteriormente

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista do CNPq.

publicado em Madri, no diário *Frente Roja*, em 26 de dezembro de 1937 (PATIÑO, 2013, p.132). No ano de 2007, por ocasião do 70º aniversário do início da Guerra Civil e Revolução Espanhola, Rosario relatou momentos vividos naquela época³. Exibindo com orgulho o braço cuja mão foi decepada por uma explosão de dinamite, relata sua infância e a influência do pai como republicano de esquerda, suas experiências como jovem em Madri, o período da Guerra Civil e Revolução espanhola, o cárcere e os momentos que, em liberdade, vivera de maneira pouco abastada vendendo fósforos nas ruas.

Rosario Sánchez, conhecida como *La Dinamitera* foi considerada uma miliciana por excelência. Nascida no *Villarejo de Salvanés* viveu de maneira humilde com seus pais e irmãs e irmãos. Diz ter sido ela a mais política dentre os irmãos, tendo herdado de seu pai, um líder do Comitê local da Esquerda Republicana. Em sua terra natal Rosario difundia os princípios revolucionários aprendidos de seu pai, mas lembra da humildade daquele povo e daquela zona rural, dominada por grandes proprietários de terra. Em julho de 1936, a Espanha está definitivamente em guerra, Rosario contava com apenas 17 anos e residia em Madri. Hóspede na casa de parentes, uma família de trabalhadores, conta que retribuía a hospedagem com serviços domésticos na parte da manhã. A tarde pedia para a família tempo livre, tempo que pretendia dedicar-se aos estudos. Credita ao acaso seu ingresso no curso de Corte e Costura no Círculo Cultural *Aída Lafuente*, da Juventude Socialista Unificada (JSU). É possível que sua inclinação aos movimentos operários a tenham levado ao curso da JSU, porém Rosario relata que perguntou para uma menina que andava pela rua se esta sabia de algum lugar em que poderia aprender a costurar. A menina a teria levado para o curso, gratuito, da JSU.

No exato dia 20 de julho de 1936, alguns jovens das milícias operárias interromperam as aulas do curso de costura da JSU

³ Fundación Ciudadanía. (2010, dezembro 22). General 2007 05 3y4 congreso de la dignidad Rosario Sanchez la dinamitera parte1. [Video file]. Visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=TbL62ojhdWc>.

solicitando voluntários no *front*. Rosario Sánchez relata ter sido a primeira a indagar se mulheres eram bem-vindas. Foi incorporada as *Milicias Obreras del Quinto Regimiento de Milicias Populares* que iam para Porto de Somosierra – local estratégico para a defesa da capital Madri. Sua coluna era formada majoritariamente por homens e Rosario diz ter sido a única mulher. Contudo sua lembrança a este respeito é contrariada logo na sequência de seu relato, quando fala dos momentos em que esteve internada no hospital de campanha.

Normalmente um regimento é comandado por um Coronel ou Tenente-Coronel, e é composto por 3 batalhões (e estes 3 cias), tendo número de tropa uma variação de 1000 a 1500 soldados. No caso do *5º Regimiento* é complicado falar em soldado, sendo preferível falarmos em milicianos e milicianas. Em termos práticos, teria sido o *5º Regimiento* um regimento de excelência na formação militar dos milicianos e está inserido no *Exercito Popular de la República*⁴. O *5º Regimiento* tinha suas próprias reservas (tropas arregimentadas entre militantes e trabalhadores ligados ao PCE), seu próprio sistema de abastecimento e, inclusive, artilharia própria. O *5º Regimiento* tinha como voluntários (ao longo de 1936) mais de 20 mil homens e mulheres. Dentre as recrutadas, Rosario Sánchez Mora.

Ela esteve dois anos e meio no Exército, mas aqui nos deteremos apenas na participação dela no conflito, ou seja, as poucas semanas que esteve na linha de frente que contam aproximadamente dois meses. Durante as duas primeiras semanas de enfrentamentos, em que o *5º Regimiento* logrou êxito de conter os rebeldes franquistas, a guerra na *Somosierra* deixou de ser una batalha aberta para converter-se em uma batalha de posições. Uma

⁴ Sua origem está na organização de uma *Milicia Antifacista Obrera y Campesina* (MAOC), seu primeiro comandante foi o então membro do PCE, Enrique Castro Delgado (que não tinha propriamente uma formação militar). Foi substituído por Enrique Líster, também comunista, cuja formação se dera na *Voyennaya akademiya Frunze* (uma das mais importantes academias militares da União Soviética). (ÁLVAREZ, 2005).

guerra defensiva por parte dos milicianos republicanos, que entrincheirados defendiam posições elevadas, o que em muito facilitou a missão, mas nem por isso se tronava menos perigosa. Sem saber ao certo para aonde seria levada, Rosário parte de Madri em um dos caminhões do 5º *Regimiento*. Ela seria transportada primeiramente para *Buitrago del Lozoya*, onde recebe alguns equipamentos, dentre eles algo que seria a marca característica dos/das milicianos/as: o macacão e gorro azul. Também recebeu uma pistola, fuzil, botas, cantil, colher, faca.

Todo o equipamento que davam para um soldado, deram a mim [...] quando dividiram o pessoal, me colocaram numa trincheira com outros 6 ou 7 homens. Muitos já estavam com vendas na cabeça e a roupa rasgada. E isso era em menos de 24 horas de combate (MORA, 2007).

A região de *Buitrago del Lozoya* é localizada a norte/nordeste, aproximadamente 80Km de Madri. É importante pensarmos no tipo de guerra que se travou ali, e as condições geográficas da “*Frente del Agua*”. O Porto de *Somosierra* era estratégico para a defesa da capital Madri. A região foi guarnecida por *Bunkers*, casamatas, ninhos de metralhadora, postos de comando, trincheiras, refúgios de tropas e fortões; tudo isso num terreno de serra, ou seja, terreno montanhoso, com alturas que variam de 900 a 1900 metros de altitude. A frente de *Buitrago* não caiu durante quase três anos de Guerra. Rosário, que fora designada à seção de dinamiteiros, fabricando bombas de mão caseiras, conta que os fascistas: “Não podiam passar! Porque o que queriam? Em *Buitrago* está a represa de água de Madri [...] porém por três anos não conseguiram” (MORA, 2007).

Do *front* relata não se lembrar dos nomes de seus companheiros, por serem constantes as trocas de posições nas trincheiras. Ademais teria ficado pouco tempo na linha de frente, apenas algumas semanas. Contudo revela algumas características daquele *front*, e de sua atuação na guarda. Nos primeiros dias as

tropas Republicanas ocupavam posições mais elevadas que as tropas fascistas, e o contato com o inimigo era pouco e a distância. Relata que apenas com tiro de fuzil era possível alcançar o inimigo, que não os via “pessoalmente”. A guarda, durante a noite, era feita em turnos de 1 hora, de forma precária os milicianos se revezavam na vigia, monitorando pelo relógio de pulso de um dos camaradas. Rosario revela ter sentido seu maior medo nessa situação, que não era das cobras e animais, tão pouco a falta de alimentação e sono incerto. O medo na trincheira era o medo do tempo, daquela hora de guarda, em que a possibilidade dos inimigos atacarem e, em caso de ataque, matar seus companheiros sem que ela pudesse avisá-los. Medo que certamente se abateu em muitos de seus companheiros homens.

Designada para a seção de dinamiteiros, onde possivelmente recebeu algumas instruções básicas de tiro, bem como a confecção de dinamites e granadas de mão artesanal. Estas eram feitas em latas de leite condensado, de forma totalmente rústica e com baixíssima efetividade. Em um dos combates pela colina *Peña del Alemán*, o acidente. Uma das granadas explodiu em sua mão, antes de ser lançada. Com o acidente, seus companheiros próximos recuaram. Relembra que as veias estavam expostas e perdia muito sangue, seria socorrida por um Basco – “*muy forzudo*” – que calmamente arranca os cadarços dos coturnos e lhe aplica torniquetes no braço. É removida para um hospital de campanha, próximo a *Buitrago*, aonde chegou quase morta devido ao grave sangramento, mas sobreviveu.

O acidente que mutilou Rosario tornou-a uma milicana reconhecida e lhe rendeu alcunha de *La Dinamitera*, referência ao poema de Miguel Hernández. Durante sua recuperação no hospital de campanha recebe diversas visitas, entre elas a do filósofo e ativista espanhol José Ortega y Gasset. Ainda sem estar totalmente recuperada, Rosario é incorporada a 10^a Brigada, onde exercia serviços auxiliares. Contudo acabaria proibida por seu chefe de retornar ao *front*, sendo transferida para operar na central telefônica. O reconhecimento como combatente se deu através do

título de sargento e de uma pensão de 310 pts., a mesma que os soldados homens mutilados recebiam. Um fato que relata cheia de orgulho.

Contraiu casamento com Francisco Burcet, sargento da *Sección de Muleros* e estudante de medicina, em uma cerimônia na frente de sua unidade e em julho de 1938, nasceu sua primeira filha. Com a vitória das tropas de Franco, Rosario tenta escapar pelo porto de *Alicante*, o que foi impossível. Seu pai foi fuzilado e ela condenada a 30 anos de reclusão. Até março de 1942 ficou encarcerada na prisão de *Saturno*, quando Franco decreta uma anistia parcial (devido aos altos índices de presos políticos). Em liberdade, Rosario descobriu que seu marido já estava com outra esposa e dois filhos. Seu casamento não tinha valor legal, pois o regime franquista havia revogado todos os matrimônios civis que não haviam sido realizados em conjunto com a Igreja. Após um tempo e de volta a Madri, Rosario casa pela segunda vez, tendo outra filha. Sobreviveu vendendo fósforos nas ruas (ÁLVAREZ, 2005). Falece em 17 de abril de 2008, sendo reconhecida como heroína.

O caso de Rosario Sánchez reflete o que a historiadora Gina Herrmann (2002) traz em seu ensaio sobre as mulheres da esquerda radical, durante a Guerra Civil Espanhola. Herrmann analisa relatos de ex-milicianas vislumbrando a reescrita da História da Guerra Civil Espanhola, dando voz às mulheres que combateram naquele país. A participação de mulheres durante a guerra e revolução na Espanha é pouco considerada na própria pesquisa histórica⁵ (NASH, 1999, p.57). As narrativas sobre a guerra são normalmente relatos míticos, masculinizados e épicos, que essencializa os homens como defensores e agressores, enquanto as mulheres como amantes e mães pacíficas (HERRMANN, 2002).

⁵ Neste ponto, vale destacar o caráter pós-guerra que resultou em anos de um regime repressor (franquista). Com isso, ocorreu o desaparecimento de um grande volume de documentos de arquivos ministeriais, sindicais e de partidos políticos, bem como registros públicos e privados. Ver em: NASH, Mary. "Rojas: las mujeres republicanas en la Guerra Civil". Taurus: Madrid, 1999, p.57.

Na perspectiva contemporânea os estudos históricos apresentam uma visão mais gradual a qual reflete em maior medida os paradoxos e complexidades da dinâmica histórica daquele momento. Como a historiadora Mary Nash, a qual constatou a necessidade de rever o esquema interpretativo que contemplou a Guerra Civil Espanhola, com uma total ruptura revolucionária com o regime democrático da Segunda República. Neste período algumas mulheres se alistaram voluntariamente nas milícias operárias – conhecidas como *las milicianas* – e desempenharam um papel importante na ruptura da norma vigente a respeito da consolidada concepção de mulher. No entanto aquele foi apenas um curto período, que durou somente os primeiros meses de guerra, o qual parecia marcar uma etapa decisiva na condição das mulheres na Espanha.

A experiência das mulheres na guerra e revolução, no que tange o período de 1936-1939 na Espanha, é, em grande medida, tratado de modo secundário quando não esquecido por historiadores. Além do fato da visibilidade ser dada à atuação masculina, no que condizem as lutas antifascistas, grupos e organizações de caráter comunista e trotskista ao longo dos anos estiveram na ponta das discussões. Embora, se considere a participação de outros setores políticos importantes, como os anarquistas. Nesse sentido, Margareth Rago assinala que é “daí a grande desinformação a respeito das criações revolucionárias, nesse movimento político e social, tanto quanto sobre a atuação das mulheres” (RAGO, 2005. p.133).

A fronteira entre as esferas pública e privada foram atravessadas e interconectadas, no que permeia a dinâmica das relações de poder entre os sexos no contexto de guerra e revolução⁶. Nesse sentido uma série de grupos e organizações de mulheres ganhou destaque. Como a fundada em 1933 a *Agrupación de*

⁶ Não é objeto de estudo de este ensaio tratar de algumas mulheres, as quais tiveram destaque no meio político e social, tais como a dirigente anarquista Federica Montseny e a dirigente comunista Dolores Ibárruri.

Mujeres Antifascistas (AMA). A orientação política da AMA era, sobretudo, comunista⁷. Seu objetivo era integrar as mulheres na causa antifascista e recrutá-las ao PCE. A secretária geral da AMA, Encarnación Fuyola, promovia a união de todas as mulheres na busca de garantir a igualdade de direitos e embora tenha negado categoricamente, na verdade tentou formar uma Frente Popular feminina, sob controle comunista. Integravam a AMA mulheres comunistas, socialistas e republicanas, assim como republicanas católicas bascas. A AMA tornou-se a mais importante organização naquele período, pois chegou a contar com 60.000 afiliadas espalhadas por 250 grupos.

O discurso maternalista, o qual ganhou impulso ainda antes da guerra civil, foi o que mobilizou muitas mulheres a entrarem no combate em 1936. O programa da AMA e da UDC são semelhantes em alguns pontos. Pois, ambos evidenciam a centralização para incorporar mulheres na luta antifascista, a igualdade no trabalho, a defesa da retaguarda, a proteção da saúde das mães e filhos, o desenvolvimento da educação, da cultura, a formação profissional, a assistência social e a eliminação da prostituição.

Ao longo da História da Guerra, poucos são os casos de mulheres protagonizando ou mesmo dividindo o campo de batalha com homens. De acordo com Herrmann (2002) o mundo da guerra sempre foi território masculino, onde as mulheres só seriam envolvidas quando esta literalmente chegasse a suas casas. Mas durante a Guerra Civil espanhola a realidade era outra, onde muitas mulheres tiveram um papel de protagonistas no campo de batalha. Apesar do curto período que estiveram alocadas na linha de frente, muitas mulheres se destacaram pela bravura na luta armada contra as tropas fascistas. O caso de *La Dinamitera* por si só exemplifica um pouco a natureza e a dureza dos combates e das trincheiras. O estágio inicial do conflito foi marcado pelo avanço das tropas

⁷ Trataremos aqui apenas da AMA, contudo é preciso mencionar outra organização de mulheres igualmente importante naquele contexto. A Agremiação Anarquista de Mulheres – *Mujeres Libres*⁷ – merece ser destacada pelas experiências sociais e culturais que promoveu (BIAJOLI, 2007).

fascistas. Estas barraram na aguerrida resistência das milícias, as quais aderiram espontaneamente à luta em defesa da república.

As mulheres combatentes que atuaram no *front* antifascista provinham, em grande parte, das organizações revolucionárias – Juventude Socialista Unificada (JSU) e as Juventudes Libertárias. Os primeiros combates que contaram com a participação de milicianas, ocorreram nas ruas espanholas em julho de 1936. O historiador Mikel Rodriguez Alvaréz apresenta o “perfil” típico de uma miliciana:

El perfil típico de la miliciana era el de una mujer joven, a veces de sólo 16 años, con fuertes vínculos políticos, familiares o de amistad con organizaciones anarquistas o marxistas. Cuando se establecieron frentes estables, pocas veces llegaron a combatir en primera línea, pues los hombres intentaban reducirlas a labores de intendencia o administrativas (ÁLVAREZ, 2005, p.16).

Contudo, durante os primeiros meses, havia sim milicianas que estiveram extremamente ativas na frente de batalha. Casos como o de Rosario se multiplicaram em todos os fronts do conflito. Além disso, o coeficiente comum que pairava ideologicamente naquelas mulheres pretendia reformular as hierarquias de gênero.

Sus etapas iniciales parecían presagiar um cambio inmediato en cuanto al trato que recibían, pues se originó un nuevo discurso y una imagen distinta de ellas. En contraste con la indiferencia de los años precedentes, todos los partidos políticos y sindicatos lanzaron una llamada general a la movilización de las mujeres. Ya no se transmitía el mensaje de la domesticidad; se rompián las reglas de juego tradicionales al instalarlas a una activa presencia pública en la lucha antifascista (NASH, 1999, p.62).

A decisão de participar do combate armado vinha motivada pelo desejo de defender os direitos políticos e sociais, os quais foram conquistados durante a Segunda República e, sobretudo demonstrar a repulsa ao fascismo. A conversão de mulheres que antes eram

preparadas para desempenhar os papéis de mãe-esposa-dona de casa, em milicianas gerou um novo tipo de publicidade no meio republicano. A imagem da mulher passa a ser personificada como uma heroína de guerra, símbolo de mobilização e instrumento de luta contra o fascismo espanhol.

Mary Nash (1999) traz uma reinterpretação das mulheres na Guerra Civil Espanhola, e descreve a figura inovadora da milícia na defesa da causa antifascista nas frentes de batalha e nas atividades de dirigentes antifascistas. Desta forma, ao tratar das representações e simbologias da figura da miliciana, a autora destaca que essa figura foi utilizada de um modo a instigar o voluntarismo entre os homens. Porém, o uso da publicidade, no caso dos cartazes de campanha antifascista, os quais utilizaram imagens de mulheres milicianas, como forma de atacar os códigos de conduta e modelo de masculinidade. Ou seja, o objetivo era atrair os homens para frente de batalha, de modo que atingisse sua virilidade por meio do uso da figura da miliciana. Todavia, a figura da miliciana nos primeiros combates serviu para violar as fronteiras do que é feminilidade/ou “ser mulher”, mesmo que de modo tímido. O caso da miliciana Rosario Sánchez serve para pensarmos na possibilidade de atuação dessas mulheres, que compreendia a condição de mulher dentro de um ambiente essencializado e naturalizado como masculino. Em seu relato ela lembra em refletir em várias ocasiões sobre a possibilidade de ser deixada para trás pelos companheiros homens, desde seu recrutamento até a chegada à frente de batalha. Sendo nesse aspecto que algumas mulheres, assim como Rosario, romperam com o estigma tradicional do feminino e colocaram em evidência atributos ditos como masculinos, como a virilidade e a coragem. Nessa discussão que permeia a noção de identidade de gênero, a contribuição da filósofa Judith Butler nos esclarece que:

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O

fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade (BUTLER, 2016, p.235).

Desta forma, os atos, gestos e atuações das milicianas se identificam com a noção de performativo. Pois, não deixam de serem “fabricações manufaturadas” e sustentadas por discursos diversos. E vai ao encontro da figura da miliciana apresentada por Nash (1999) e descrita por Rosario Sanchéz. Sendo exemplificado, em poucos casos, pela adoção do uniforme miliciano/revolucionário (macacão operário), o uso de equipamentos bélicos e o próprio comportamento moral que iam contra do que era “ser mulher” na Espanha de 1936-1937.

Referências

- ÁLVAREZ, Mikel Rodríguez. *Mujeres em las trincheras*. Historia 16, nº349. mayo 2005.
- BIAJOLI, Maria Clara Pivato. *Narrar utopias vividas: memória e construção de si nas "Mujeres Libres" da Espanha*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas: SP. 2007.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- HERRMANN, Gina. *Mujeres de la izquierda radical em la Guerra Civil Espanola*. University of Oregon, 2002.
- NASH, Mary. *Rojas: las mujeres republicanas en la Guerra Civil*. Taurus: Madrid, 1999.
- PATIÑO , María Gómez Y. *Comunicación Política Y Educación en Tiempos de Guerra: El Caso de Miguel Hernández*. Index Comunicación, nº 3, 2013.
- RAGO, Margareth. *Mujeres libres: anarco-feminismo e subjetividade...* Verve, 7: 132-152, 2005.

RODRIGO, Mercedes Yusta. *Género Y Antifascismo En España, De La IIª República A La Guerra Fría (1931-1950)*. Anuario IEHS, V. 28, 2013.

Violência: A cidade de Novo Hamburgo e o Jornal NH

Bárbara Birk de Mello¹

O presente estudo tem como tema apresentar o projeto de pesquisa da Universidade Feevale intitulado “Violência e Sociabilidades em Novo Hamburgo 1990-2010” liderado pelo Professor Doutor Luiz Antônio Gloger Maroneze. O projeto se insere dentro do Grupo de Pesquisa em Cultura e Memória da Comunidade e segue a linha de pesquisa Cultura, Memória e Identidade.

A discussão acerca do projeto e a abordagem que traz se relacionam com um dos eixos temáticos propostos para o II Encontro Discente de História organizado pelo PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Este eixo intitulado “Autoritarismo, violência e conflitos” aborda a questão da noção de violência e suas consequências para a formação de uma sociedade.

Ao encontro do eixo, o trabalho aqui referido pensa a violência e suas consequências tendo em vista uma história contemporânea da cidade de Novo Hamburgo e também as implicações que traz para a vida em sociedade.

O projeto de pesquisa tem como objetivo central investigar os efeitos da crise da modernidade na cidade de Novo Hamburgo e os

¹ Graduanda em História na Universidade Feevale.

relacionar com a crescente violência no município. Este projeto tem como principal fonte de pesquisa o Jornal NH.

O conceito de modernidade utilizado é pensado conforme Bauman (2001). Este sociólogo comprehende o contexto moderno como algo fluído e incerto. Neste sentido, ele apresenta o conceito de modernidade líquida. O maior desenvolvimento e progresso técnico-científico que se teve durante o século XIX e início do XX agora se esfacelam trazendo a volatilidade e insegurança perante o futuro.

É neste ambiente que, conforme Kuhn (2015), a violência surge como uma resposta dos indivíduos à alteração de modelos e falta de coesão entre a sociedade. Alguns indivíduos, assim, acreditam que deveriam ter mais condições e liberdades, perante suas reais condições urbanas, tomando a violência como resposta rápida e direta, perante a inexistência de promessas de futuro.

Segundo Bauman (2001), não há mais uma coesão social justamente devido a esta modernidade onde as estruturas antes seguras e firmes se tornam líquidas e instáveis. Neste caso, podemos pensar no exemplo da família enquanto instituição, a qual deixa de ser um ponto de apoio do indivíduo, uma parte constituinte de seu ser e passa a ser algo afastado do mesmo, algo mutável e flexível.

Para estudar a questão da sociabilidade utiliza-se do autor Georg Simmel (1983). Conforme o mesmo, a sociedade surge a partir da interação entre os indivíduos. A sociabilidade existe a partir do momento em que há interação entre pessoas, que proporcionam o surgimento de sistemas de colaboração e de trocas de experiência.

Utiliza-se o jornal como principal fonte para entender a violência em Novo Hamburgo, pois ao partir do pressuposto de que o jornal é uma “enciclopédia do cotidiano” (LUCA, 2005, p.112) e assim reproduz – com subjetividade do jornalista – os fatos considerados relevantes para aquela sociedade, naquele período, obtém-se um panorama de um cotidiano vivido em um real percebido.

Analisa-se especificamente o Jornal NH, pois a partir do ano em que foi criado (1960), ele passa a ser uma importante forma de construção do imaginário da cidade e a principal mídia impressa de Novo Hamburgo. Mantém este posto no município e região até os dias de hoje.

O recorte temporal de análise do Jornal de 1990 a 2010 se dá devido a crise da modernidade começar a ser mais sentida em Novo Hamburgo a partir de 1990. Aqui a crise se refere a falta de perspectiva de um futuro melhor, ou de um progresso linear que faria com que o município sempre crescesse em relação a economia e também ao desenvolvimento humano.

Este sonho hamburguense é alimentado pelo *boom* do calçado no município. Este se deu, principalmente, nas décadas de 60 e 70. Neste período há um crescimento gigantesco da indústria calçadista e com isso uma grande oferta de trabalho. Logo, muitas pessoas vêm para Novo Hamburgo em busca de emprego e melhores condições de vida.

Durante o período citado acima o emprego é garantido, mas a partir de 1980 a indústria hamburguense perde espaço para a indústria chinesa e entra numa crise nunca sentida antes no município. Muitas indústrias foram fechadas e muitos funcionários demitidos.

Como durante os anos de vigor do calçado, Novo Hamburgo não buscou trazer para Novo Hamburgo outro tipo de indústria. Assim, este enorme contingente populacional desempregado não tinha novas opções de trabalho e acabou ficando à margem da sociedade. Um dos fatores que ocasionou o surgimento de mais violência.

Aqui, o conceito de violência social é empregado. Segundo Muniz Sodré (2008,), ela é:

[...] ocorrente em todos os planos (econômico, político, psicológico) da existência, quando considera por suas formas externas de manifestação, apresenta dois tipos básicos: a violência direta, que é o uso imediato de força física; e a violência indireta

(latente), que inclui os diversos modos de pressão (econômicos, políticos, psicológicos) ou então a ameaça do emprego de força". (SODRÉ, 2008, p. 17-18)

Na década de 1990 os números da violência acentuam-se muito. Como exemplo, o próprio Jornal NH apresenta uma tabela dos números da violência em 1990. Segundo esta, neste ano o número de assaltos registrados na polícia foi de 562 e o número de arrombamentos de 1.386.

A análise do Jornal transcorre da seguinte forma: são estudadas todas as edições do Jornal NH de 1990 a 2010 e nelas tudo relacionado à violência é selecionado. Este processo é feito baseado no Método de Análise de Conteúdo (Roque Moraes, 1999). É um método de análise de dados qualitativos e também quantitativos. Compreende-se como uma técnica para interpretar documentos através da categorização, descrição e interpretação de suas informações.

A capa do jornal hamburguense ilustra os principais acontecimentos do dia e veem-se, normalmente, casos muito violentos e antes raros, que chocam a população. As páginas polícias, que se encontram nas edições no meio do Jornal, antes da coluna de esportes, retratam os crimes com minúcia e continuam trazendo informações sobre os mesmos inclusive depois de dias que aconteceu o caso. Mostram, assim, o desfecho do crime até o seu fim.

Ao estudar o Jornal, percebeu-se que as páginas 2 e 4 sempre eram as mais ricas ao que se tratava da violência e sua manifestação na sociabilidade hamburguense. Isto porque estas duas páginas trazem notas e pequenos textos de moradores de Novo Hamburgo e da Região do Vale dos Sinos.

A página 2 possui uma coluna intitulada "Coluna do Sabe Tudo" onde um repórter faz pequenas reportagens sobre assuntos que estão acontecendo no momento e que chamam a atenção da população. Nesta coluna (que não possui nome de repórter) os moradores podem mandar mensagens sobre fatos que aconteceram

com eles, que viram acontecer, ou que acham que são pertinentes e o jornalista responsável pela coluna vai trazer as informações mais importantes em sua escrita.

A página 4 apresenta, a cada edição, no mínimo um artigo de repórteres do jornal sobre assuntos que estão sendo mais comentados no momento. A página também possui um espaço intitulado “Tribuna Livre”, onde a comunidade hamburguense tem espaço para dividir seus pensamentos e apreensões (o texto pode ter no máximo 15 linhas e tem que ser pertinente a um assunto que está em pauta na cidade).

Outro espaço é o intitulado “Cartas” onde os moradores mandam pequenas cartas (no máximo seis linhas) sobre como está a situação da cidade. Nestas duas últimas colunas citadas um dos assuntos que mais tem destaque é o da criminalidade. Observou-se muitos textos com título “Violência”, “Assassinatos”, “Criminalidade”.

Durante a pesquisa foram analisados os jornais de 1990 a 1997. O ano de 1990 já foi categorizado no computador somando 181 reportagens referentes à temática selecionada e o ano de 1991 está em processo de categorização. Até o mês de outubro e até agora foram relacionadas 126 reportagens.

Por meio da pesquisa jornalística, portanto, foi possível confirmar a grande presença da violência e seu destaque. Os acontecimentos e casos policiais são relatados de maneira minuciosa, ilustrando com imagens. É interessante ver também como são tratados com espanto os furtos a luz do dia e como a população fica revoltada com esses casos.

Pode-se perceber, a partir da pesquisa, que mesmo analisado num curto espaço de tempo (1990-1997), as notícias sobre violência aumentam cada vez mais, cada dia ocorrem mais assaltos, mais furtos e roubos.

As menções à “crise da moralidade”, “insegurança”, “violência”, “criminalidade”, “final de semana teve arrombamentos e furtos” e “falta de pessoal na segurança” são quase rotineiras no

Jornal NH, o que demonstra através da metodologia selecionada como a violência era percebida na cidade.

A falta de recursos e pessoas na polícia também fica evidente como, por exemplo, na reportagem “Falta pessoal para a segurança” de Ricardo Fiegenbaum publicada em 18 de abril de 1990. Nesta, o então presidente do Consepro de Novo Hamburgo (Conselho Pró Segurança Pública de Novo Hamburgo) Antônio Goidanich alude a falta de pessoal na segurança e apresenta dados de que enquanto a população do município crescia muito o número de policiais continuou o mesmo. Este seria o maior problema enfrentado pela segurança no local, segundo o presidente.

No projeto de pesquisa “Violência e Sociabilidades em Novo Hamburgo 1990-2010” também se desenvolve estudos referentes aos centros de estudo e pesquisa sobre a violência no Brasil. Este trabalho tem como tema abordar os centros de estudo sobre a temática no país.

Este estudo se faz necessário para entender o que o resto do país está pesquisando sobre violência. Assim, no projeto de pesquisa aqui em questão essas informações podem ser utilizadas, servir como exemplo para trabalhos e para aprimorar o conhecimento sobre as diversas facetas da violência.

Este trabalho também se justifica na medida em que a violência no Brasil é um fator preocupante, bem como no município de Novo Hamburgo. Acredita-se que somente com estudo e maior preocupação com este problema tão latente é possível trabalhar para transpor a barreira da violência.

Objetiva-se analisar a metodologia utilizada por estes grupos de pesquisa em relação à violência para então retirar informações pertinentes para a pesquisa sobre violência na cidade de Novo Hamburgo, tendo como meta desenvolver uma abordagem significativa.

Ao longo da pesquisa foram levantados onze centros de estudo. Estes são: Núcleo de Estudos da Violência (USP), CLAVES/FIOCRUZ - Centro Latino-Americano de Estudos de

Violência e Saúde Jorge Careli, Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC – UCAM), NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas- Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (DS/UFSCar).

Também o Laboratório de Estudos da Violência (LEV - UFC), Grupo de Pesquisa sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC - UFSCar), Laboratório de Análise da Violência (UERJ), Grupo de Pesquisa, Violência e Cidadania (GPVC/UFRGS), Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH – UFPR) e Núcleo de Estudo da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU).

Foi possível observar a preocupação destes centros com vários aspectos da violência e como esta afeta a sociabilidade e estrutura socioeconômica do ser humano. Como por exemplo, a relação da mídia com a violência, a questão do uso de armas não letais, a questão da anomia na sociedade e a faceta da violência difusa.

Acredita-se que, através desta análise, estão sendo obtidos bons resultados para o projeto de pesquisa uma vez que os estudos desenvolvidos nos centros vão ao encontro com a forma de abordagem que se pretende dar à pesquisa sobre a violência em Novo Hamburgo.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CERQUEIRA, Daniel. et al. *Atlas da Violência 2017*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2017.
- KUHN, Emerson Ranieri Santos. *Modernidade, trabalho e progresso em Novo Hamburgo: as representações do Jornal 'O 5 de Abril'*. 2015. 103 f. Monografia (Conclusão do Curso de História) - Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2015 Disponível em:

<http://biblioteca.feevale.br/Monografia/MonografiaEmersonRSKuhn.pdf>
. Acesso em: 21 out. 2017.

KUHN, Emerson Ranieri Santos; MARONEZE, L. A. G. O Trabalho e a Modernidade na cidade de Novo Hamburgo segundo o jornal o 5 de Abril. *Conexão: Comunicação e Cultura*, v. 15, p. 167-187, 2016.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/90142519/ANALISE-DE-CONTEUDO>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SIMMEL, Georg. *Sociabilidade* – um exemplo de sociologia pura ou formal. SP. Ática, 1983.

SODRÉ, Muniz. *Sociedade, mídia e violência*. Porto Alegre, RS: Sulina Universitária, EDIPUCRS, 2002. 110 p. (Coleção comunicação ;22)

Fontes

Jornal NH. 1990-1997, disponível no Arquivo Público de Novo Hamburgo.

LAV. *Laboratório de Análise da Violência*. Disponível em: <http://www.lav.uerj.br>. Acesso em: 8 jul. 2017.

LEV. *Laboratório de Estudos da Violência*. Disponível em: <http://lev.ufc.br>. Acesso em: 7 jul. 2017.

NEV. *Núcleo de Estudos da Violência*. Disponível em: <http://nevusp.org>. Acesso em: 8 jul. 2017.

**“Um sistema que matava
e deixava de matar por capricho”:
a Dirección de Inteligencia Nacional (DINA),
a repressão no Chile e a relação com os
Estados Unidos da América (EUA)**

Renata dos Santos de Mattos¹

O continente americano adquiriu durante o século XX e, sobretudo, no pós-Segunda Guerra Mundial, importância central. Por um lado, pelo fator geopolítico, altamente estratégico no cenário da Guerra Fria; por outro, pela questão de mercado, essencial dentro do bloco capitalista e percebido como espaço integrante da sua economia - mercado "cativo"- para garantir a liderança entre as grandes potências desenvolvidas e equilibrar a maior competitividade do Japão e da Europa Ocidental a partir dos anos 60. Assim, a questão econômica resultou num dos principais motivos de aproximação entre a superpotência estadunidense e a América Latina.

Os interesses estadunidenses, especificamente no Chile, estavam ligados ao comércio e extração do cobre e salitre através das empresas *Kennecott, Anaconda e Braden Cooper Co.* Ao final da década de 1960 durante o governo de Eduardo Frei no Chile, segundo afirma Luiz Antonio Moniz Bandeira (2008, p.119), em

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

razão dos incentivos do presidente democrata-cristão, "100 corporações americanas e, entre elas, as 24 maiores multinacionais baseadas nos Estados Unidos tinham investimentos no Chile, principalmente no setor industrial." Vale destacar que anteriormente a isso, com a política da "Aliança para o Progresso", desenvolvida por John F. Kennedy e exportada para a América Latina, o governo chileno se manteve alinhado política e economicamente ao governo dos EUA.

As relações militares entre Chile e Estados Unidos também apontam para uma relação anterior, pautada pelos interesses do norte na região austral do continente. O Tratado de Assistência Recíproca (TIAR), o Pacto de Ajuda Militar (PAM) e a operação *Unitas* são exemplos da evolução do intercâmbio entre as forças armadas de ambos os países. Além disso, relacionar-se com o corpo militar chileno, financiando-o e treinando-o em seus centros de aperfeiçoamento, como a Escola das Américas², possibilitou aos EUA garantir sua hegemonia bélica e a dominação política na região. Para garantir a segurança e a ordem não poderia haver melhor estrutura do que as próprias Forças Armadas chilenas.

A intervenção estadunidense mais agressiva se deu ainda no contexto dos anos 1960 no campo político, durante as eleições presidenciais disputadas pelos candidatos Eduardo Frei, do Partido Democrata Cristão (PDC) e Salvador Allende, da Unidade Popular. Doando grandes somas em dinheiro ao PDC, realizando diversas *covert actions*³ e investindo em propaganda. Apesar do fracasso nas eleições, Allende concorreu novamente em 1970 e a partir desse momento se iniciou a gestação de um golpe. A burguesia chilena, as

² "Respecto a Chile, entre 1970 e 1975, este país envió más soldados a recibir entrenamiento en la SOA (School of America) que ningún otro país durante la década completa." (GILL, 2005, p. 111).

³ De acordo com a própria Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, "covert actions" ou ações encobertas são atividades que a CIA pode empreender em outros países para alcançar um objetivo ligado à política externa dos Estados Unidos, porém sem deixar explícita para outros países a participação do governo estadunidense. Disponível em: https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/agency-and-thehill/12The%20Agency%20and%20the%20Hill_Part2-Chapter9.pdf. Acessado em: 27/09/2016.

Forças Armadas, as empresas transnacionais fixadas no país e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, de forma conjunta, realizaram uma conspiração a fim de evitar, mais uma vez, a vitória da UP. No entanto, o que ficou conhecido como “plano ITT-CIA” não evitou que 36% da população concedesse a presidência à Allende.

Ao longo dos mil dias de governo da UP, a estreita relação que os EUA e o Chile mantinham ultrapassou a questão econômica e atingiu sua política interna, com o financiamento de campanhas político-partidárias e grupos de extrema-direita, *lock outs* de empresários de diversos setores, matérias jornalísticas do *El Mercúrio*, apoio e instrução aos militares. A presença da *Central Intelligence Agency* (CIA) na América Latina e, sobretudo, no Chile, assegurou as alianças entre as oligarquias locais e a burguesia associada, protegendo os investimentos estadunidenses e de suas multinacionais e mantendo acesa sua ideologia claramente oposta ao socialismo de Salvador Allende.

As tentativas de negociação entre as classes não foram suficientes, tampouco a proposição de um plebiscito que optaria pela manutenção da UP no governo ou não. Em 11 de setembro de 1973, as Forças Armadas deram o golpe de Estado que planejavam, instaurando uma ditadura que duraria quase vinte anos e que teria Augusto Pinochet Ugarte como principal líder. A partir da análise desse cenário e da leitura de documentos desclassificados do Departamento de Estado estadunidense, do *Manual de Operaciones Secretas* da DINA e de bibliografia específica acerca do tema, a presente pesquisa busca perceber elementos de continuidade da presença estadunidense no Chile no período ditatorial. Além disso, pretende-se refletir principalmente, sobre o nascimento do aparato repressivo chileno, a *Dirección de Inteligencia Nacional*, seu papel e como os EUA auxiliaram nas violações dos direitos humanos perpetradas entre os anos de 1973-1977.

A DINA, os EUA e a repressão

Ainda em 1973, Pinochet contatou o coronel Manuel Contreras Sepúlveda, seu braço direito, solicitando o treinamento de um grupo de elite de militares para formar a futura *Dirección de Inteligencia Nacional*. A ideia inicial consistia em centralizar as informações relativas à inteligência e à segurança nacional, dispersas nos demais setores das Forças Armadas, num único órgão que respondesse, direta e somente, à Junta Militar. A partir desse momento, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), inspirada principalmente nas teorias de guerra contrarrevolucionária da *Organisation de l'Armée Secrète* (OAS) francesa na Argélia e da contra-insurgência dos EUA, como aponta Miguel Rojas Mix (2004, p.14), chegou ao Chile com extremo vigor, sendo a DINA a estrutura comprometida em honrar com tais preceitos. Conhecida como “o monstro”⁴ pelo próprio *Centro de Contrainteligencia de las Fuerzas Armadas* (CECIFA) do Chile, segundo aponta um relatório secreto da *Defense Intelligence Agency* (DIA) dos EUA, a DINA ganhou plenos poderes para executar qualquer ação no combate à subversão, até mesmo para além das fronteiras chilenas. Em junho de 1974 nasceu oficialmente a *Dirección de Inteligencia Nacional* sob o decreto-lei nº 521. Classificada como "organismo técnico-profissional dependente direto da Junta de Gobierno"⁵, esse órgão foi criado para auxiliar na extração e reunião de informações que formariam o sistema de inteligência e segurança. Apesar disso, testemunhos de sobreviventes e documentos desclassificados sobre a repressão política no Chile comprovam uma atuação para além da oficialidade, conferindo à DINA um caráter semiclandestino.

⁴ DINA and CECIFA internal conflicts and the treatment of detainees, 05 February 1974. Freedom of Information Act. Disponível em: <https://foia.state.gov/searchapp/DOCUMENTS/pdod/gco1.PDF>. Acessado em: 20/09/2017.

⁵ CHILE. Decreto- lei nº 521, 11 de junho de 1974. Archivo Chile Disponível em: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/html/dic_militar_leyes_dm.html. Acessado em: 20/09/2017.

Segundo Pablo Policzer (2014, p.117), anexado ao decreto que instituiu esse órgão existiam outros três artigos (9, 10 e 11) publicados somente no Diário Oficial com circulação restrita, o que indica possíveis atribuições extras, desconhecidas da população, aos agentes da DINA, como as detenções.

Manuel Contreras, artífice do aparato repressivo no Chile, foi o "arquiteto de um sistema de Inteligência singular" (DINGES, 2005, pp.108-109). Auxiliado por civis e militares chilenos e estrangeiros, e independente dos demais setores das Forças Armadas, construiu em um curto período de tempo uma complexa estrutura. Estima-se que pela *Dirección de Inteligencia* chilena tenham passado mais de mil agentes responsáveis direta ou indiretamente pelos centros de detenção, tortura e extermínio de opositores políticos. (SALAZAR, 2013, p.114). Relacionado a isso está a influência estadunidense no processo de formação da DINA, que segundo o depoimento de Manuel Contreras, concedido anos 2000, ocorreu desde os momentos iniciais, no planejamento e estruturação do órgão de inteligência chileno⁶ até sua dissolução. O coronel afirmou que Pinochet o instruiu a entrar em contato com a agência estadunidense para que seus agentes fossem treinados com os melhores. Assim, Contreras alega que a CIA enviou oito agentes para o auxiliarem na preparação operacional da agência chilena. O jornalista Manuel Salazar (2013, p.204) também indica que foi a CIA, através de Ray Warren, chefe da estação da CIA em Santiago, quem colocou a DINA e o Serviço Nacional de Informações (SNI) brasileiro em contato e que torturadores brasileiros foram ao Chile auxiliar no aprimoramento dos métodos de interrogatório, confirmando o apoio estadunidense já nessa etapa.

Infelizmente não há documentos da DINA disponíveis ao público para se compreenda de que forma seus oficiais e agentes realmente atuaram. Desse período, restaram majoritariamente os

⁶ La CIA instruyó a la DINA. Entrevista de Nancy Guzmán a Manuel Contreras, ex-chefe da DINA. Archivo Chile. Disponível em: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/org_repre/DMorganpre0015.pdf. Acessado em: 24/09/2017.

testemunhos de sobreviventes que auxiliaram e ainda auxiliam na construção da memória sobre esse duro período. Contudo, recentemente, em 11 de setembro de 2013, 40 anos após o golpe de Estado, foi enviado pelo historiador Danny Monsalvez da Universidade de Concepción ao site The Clinic⁷, um documento intitulado “*Manual de Operaciones Secretas*” e a partir da leitura dessa significativa fonte, a qual Monsalvez teve acesso, mantendo sigilo sobre sua origem, é possível visualizar, mais profundamente, no que consistiu o aparato repressivo chileno e os objetivos do serviço secreto desenvolvido pela DINA:

[...] tiene por misión realizar todo tipo de operaciones de Inteligencia en el país y en el extranjero mediante maniobras ocultas y clandestinas que no produzcan comprometimiento al Estado o sus autoridades y que permita aprovechar sus resultados en beneficio de los intereses nacionales y de la propia organización (Manual de Operaciones Secretas. *op.cit.* p.1).

Reunir informações era a primordial tarefa desse órgão de inteligência, como bem explicita o decreto-lei que o instituiu. Contudo, mais do que apreensão de dados, Manuel Contreras instruiu seus agentes a agir violenta e clandestinamente contra os elementos subversivos à ordem estabelecida pela ditadura, incluindo como atributo do serviço secreto no manual de operações uma das mais importantes características da DINA:

Opera clandestinamente en cualquier lugar y todo tipo de objetivos. El S.S. (servicio secreto) debe aprovechar que la gente piensa que la ley no será vulnerada. Esta credibilidad nos dá la vantaje de vulnerarla ley. Lo interesante es que al actuar clandestinamente hay que saber hacerlo a objeto de mantener esta credibilidad. Ahora bien, la ley también ofrece una serie de garantías, las cuales deben ser explotadas con habilidad y en nuestro provecho. (Manual de Operaciones, *op.cit.* p.4).

⁷ Manual de Operaciones Secretas. Disponível em: <http://www.theclinic.cl/2013/09/11/operaciones-secretas-el-manual-inedito-de-la-dina/>. Acessado em: 22/09/2017.

E foi violando as leis, sob o consentimento de Augusto Pinochet, que a DINA manteve dezenas de centros de detenção em funcionamento, tais como Londres 38, Villa Grimaldi, Venda Sexy, José Domingo Cañas, entre outros, abrigando presos políticos, torturando-os, interrogando-os, muitas vezes os levando à morte e desaparecendo seus corpos por todo o território chileno.

As operações “Colombo” e “Condor” foram dois dos principais momentos em que a DINA demonstrou sua determinação, organização e treinamento rigoroso para eliminar os “inimigos internos”. A morte de 119 militantes do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) no Chile e de representantes políticos importantes no exterior, como o ex-comandante- em-chefe das forças armadas chilenas Carlos Prats e do diplomata Orlando Letelier, corrobora a ideia de que a inteligência chilena não apenas formou uma complexa estrutura com brigadas locais e apoio civil, como também estabeleceu redes de informação com outros países com o conhecimento dos Estados Unidos da América e a Agência Central de Inteligência.

Os Estados Unidos, logo após o 11 de setembro, tentou ocultar suas responsabilidades no complot que levou ao golpe e não ousou ser o primeiro país a reconhecer a ditadura no Chile. Sobre a ligação específica entre a DINA e a CIA, de acordo com o Informe Hinckley, entregue pela Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos nos anos 2000, respondendo perguntas acerca das ações encobertas da agência estadunidense e a sua participação na violação dos direitos humanos, “Los planes de acción encubierta de la CIA en Chile se dieron por oficialmente terminados en junio de 1974, cesando los desembolsos.”⁸ Coincidemente, o momento em que a CIA diz ter cessado suas atividades no Chile é, precisamente, quando a DINA é oficialmente decretada. Tendo isso em vista, é admissível inferir que a negação se deu pela tentativa de afastamento dos EUA de uma

⁸Informe Hinckley. Disponível em: http://www.archivochile.com/Imperialismo/us_contra_chile/UScontrachoo05.pdf. Acessado em: 24/09/2017.

possível acusação em relação à violência perpetrada pela *Dirección de Inteligencia*. Contudo, tais afirmações não traduzem a realidade, já que a CIA manteve além de interesse, presença no território chileno. John Dinges (2005, p.158), estudioso dessas associações, afirma que “a CIA e a *Defense Intelligence Agency* (DIA) relatavam as vitórias da DINA em relatórios a Washington, que demonstravam um senso de temor reverente diante da eficácia de suas operações”.

Outro elemento emblemático na cooperação das ditaduras civil-militares do Cone Sul, a Operação Condor, está dentre as ações criadas pela DINA e consentidas pelos Estados Unidos da América. O órgão de inteligência chileno desenvolveu um sistema de informações e cooperação que contou com a participação inicial da Argentina, Bolívia, do Uruguai e Paraguai, além do Brasil, Peru e Equador nos anos posteriores. Partindo da ideia de que o “inimigo interno” estava em todos os lugares, ultrapassando as fronteiras geográficas e de que era necessário alcançá-lo, diversas atividades desenvolvidas por agentes do Condor iniciaram um processo de grave violação da soberania nacional de diversos países, dentre eles, os próprios EUA e a Europa.

Em depoimento, após a dissolução da DINA, Manuel Contreras afirmou à Suprema Corte do Chile que além do *Federal Bureau of Investigation* (FBI), “a CIA também sabia sobre a organização Condor, e em muitas oportunidades contribuiu com informações a esse respeito.” (DINGES, 2005, p. 186) Ou seja, a superpotência norte-americana possuía amplo conhecimento tanto da estrutura que havia se formado e suas capacidades, como seus crimes e apesar da negação, há quem confirme sua participação, como Contreras, líder maior dentro da DINA, o fez reiteradas vezes. Outra fonte que contribui para o conhecimento dos eventos que se passavam no Chile com profundo conhecimento da CIA são alguns dos documentos desclassificados do Departamento de Estado do

EUA intitulados “*Lists of dead and disappeared chilean extremists*”⁹, “*Assassination of general Prats*”¹⁰ e “*DINA operations*”¹¹.

O poder da DINA cresceu desenfreadamente, os demais setores da inteligência do Exército e Força Aérea demonstravam contrariedade ao “monstro” que Contreras havia fabricado e disputavam entre eles a relevância dentro do conjunto operativo da ditadura. Ao longo dos anos a imagem da DINA ficou maculada, não apenas internamente, pelos órgãos que disputavam poder com Contreras e de parte da direita política, que discordava de suas ações extremas, como também pelos EUA, que diante das denúncias relativas aos abusos dos direitos humanos no Chile se viu numa difícil posição. Temendo ser relacionado à repressão, os EUA demonstrou preocupação, visível em inúmeros documentos desclassificados intitulados “*human rights*”, disponíveis no banco de dados do *Freedom of Information Act* (FOIA). Entretanto, foi, especialmente após o atentado terrorista em solo estadunidense que matou o ex-chanceler chileno Orlando Letelier e sua assistente Ronnie Moffit, que até mesmo agentes da CIA perceberam o grau de determinação da DINA em aniquilar seus adversários. A condescendência dos Estados Unidos da América com a ditadura Pinochet finalmente parecia ter um limite, era ele a sua própria soberania nacional.

Considerações finais

“Um sistema que matava e deixava de matar por capricho” disse John Dinges a respeito da *Dirección de Inteligencia Nacional* matar e torturar dirigentes do MIR e dos partidos Socialista e

⁹29 July 1975. Freedom of Information Act. Disponível em: <https://foia.state.gov/searchapp/DOCUMENTS/pinochet/8b8d.PDF>. Acessado em: 28/09/2017.

¹⁰24 October 1974. Freedom of Information Act. Disponível em: <https://foia.state.gov/searchapp/DOCUMENTS/pinochet/8c6f.PDF>. Acessado em: 28/09/2017.

¹¹30 January 1975. Freedom of Information Act. Disponível em: <https://foia.state.gov/searchapp/DOCUMENTS/pinochet/8c2e.PDF>. Acessado em: 28/09/2017.

Comunista, além de muitos outros indivíduos contrários à ditadura sem critério algum. Conforme análise parcial de fontes e bibliografia percebe-se que a estrutura que se alavancou no Chile, mais do que um sistema de inteligência foi um aparato repressivo. A partir de treinamentos e aperfeiçoamentos de agentes, o que liga diretamente os EUA ao Chile, a DINA desencadeou uma série de ações violentas para frear os movimentos de contestação à ditadura, principalmente aqueles que defendiam os valores associados à Unidade Popular.

Refletindo acerca da relação entre os países, os quais são tratados aqui, desde o seu alvorecer até o período ditatorial parece evidente a presença estadunidense em momentos decisivos da política chilena. As eleições de 1964, a disputa presidencial de 1970, os três anos de governo de Salvador Allende, o golpe de Estado, são esses apenas alguns dos exemplos em que se pode observar a ingerência da superpotência que temia por seus interesses. Sendo assim, um questionamento há de ser feito: Por que, justamente no momento da criação de uma das mais poderosas estruturas repressivas das ditaduras do Cone Sul os EUA não estariam presentes? Contradizendo o Informe Hinckley, Patrice McSherry afirma que “La CIA desempeñó un papel central en la organización de esta colaboración hemisférica y en la colocación de los cimientos de la Operación Condor.” (MCSHERRY, p.98), acontecimentos esses posteriores à 1974, portanto, durante a atuação da DINA.

A leitura de fontes históricas e autores que aprofundaram o estudo dessa antiga vinculação entre o norte e o sul da América além da aproximação, comprovam um lento distanciamento e até mesmo temor por parte dos EUA com a desenfreada violência praticada pela DINA. Apesar disso, esta breve investigação conclui que agindo em sintonia com as forças repressivas chilenas ou não, os EUA, potência econômica e política mundial, permaneceu em silêncio e paralisada diante dos atos terroristas que assistiu e narrou em seus memorandos, dentro e fora do Chile. As implicações disso foram a eliminação de uma geração que aspirava justiça social, somada a quase vinte anos de uma feroz ditadura, e ainda, a implantação e

difusão de valores associados ao neoliberalismo, tão caros aos Estados Unidos da América.

Referências

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos. A derrubada de Salvador Allende. 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.
- DINGES, John. *Os anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GILL, Lesley. *Escuela de las Américas: Entrenamiento militar, violência, política e impunidade en las Américas*. Santiago: LOM ediciones; Cuatro Vientos, 2005.
- MCSHERRY, J. Patrice. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina*. Santiago: LOM ediciones, 2009.
- MIX, Miguel Rojas. La dictadura militar en Chile e América Latina. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Org.). *Dictaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- POLICZER, Pablo. *Los modelos del horror: Represión e información en Chile bajo la Dictadura Militar*. Santiago: LOM ediciones, 2014.
- SALAZAR, Manuel. *Las letras del horro*. Tomo I: La DINA. Santiago: LOM ediciones, 2011.

Os “terroristas” na imprensa: a repercussão do sequestro do cônsul em Porto Alegre em 1970

Sulena Cerbaro¹

No dia quatro de abril de 1970, em Porto Alegre, registrou-se uma tentativa de sequestro do cônsul norte-americano. Até essa data, já havia ocorrido no Brasil dois sequestros de diplomatas², realizados por organizações de luta armada, sendo uma forma de resistência e de “recurso para libertar presos políticos” (ROLLEMBERG, 2003, p.68). Assim, tornou-se viável a ideia de uma ação de tal envergadura no Rio Grande do Sul.

Essas ações repercutiam na mídia nacional e internacional, principalmente pela ocorrência de presos políticos, registros de tortura e existência de oposição ao regime militar. Neste sentido, o trabalho busca analisar como a imprensa retratou o cônsul e os militantes, sendo estes, vinculados a termos como “subversivos” e “terroristas”, e como ocorreram as *quedas* dos *quadros* das organizações após esse episódio. Para a realização do presente trabalho, utiliza-se como fontes principais dois jornais de circulação nacional: a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*.

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² O primeiro sequestro foi do embaixador norte-americano Charles Elbrick no dia 04 de setembro de 1969 no Rio de Janeiro. E o segundo ocorreu no dia 11 de março de 1970 em São Paulo do embaixador japonês Nabuo Okuchi.

Sabe-se que neste momento os meios de comunicação sofreram com a censura instaurada pelos governos militares, e, os jornais foram uma das principais vítimas, em que estavam submetidos a “censura não permanente (...), sistemática, porém velada fiscalizada no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições” (FICO, 2001, p.168). No entanto, alguns jornais não eram vítimas, e sim, colaboracionistas ao regime militar, fazendo eles próprios autocensura.

De acordo com Maria Aparecida de Aquino na sua tese sobre *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*, o marco da censura política foi com o Ato Institucional nº5 em 1968. Para a autora a censura não pode ser entendida como algo aleatório, mas que atingia “pontos sensíveis do regime” (AQUINO, 1999, p.26):

Considera-se a análise dos editoriais vetados, ao lado das matérias assinadas, um material privilegiado, na medida em que possibilitam uma compreensão maior acerca das relações da censura, enquanto instrumental repressivo do Estado autoritário brasileiro pós-64, e um órgão de divulgação determinado que teve importante papel na construção desse mesmo Estado (AQUINO, 1999, p.91).

No dia 04 de abril os militantes³ da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26)⁴, perseguiram o cônsul Curtis Carly Cutter, ocasionaram uma pequena batina. No entanto, o cônsul, um veterano da guerra da Coréia, não se aterrorizou com a situação e acelerou sua perua

³ Até o momento foram identificados os seguintes militantes que participaram da ação: Félix Silveira Rosa Neto, Irgeu Menegon, Fernando Damatta Pimentel, Gregório Mendonça, Reinholdo Amadeu Klement, Antônio Carlos Araújo Chagas e Luiz Carlos Dametto.

⁴ Algumas fontes divergem sobre as organizações envolvidas na tentativa de seu sequestro. Segundo Caroline Bauer e Fábio André Gonçalves das Chagas o ato foi planejado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e pelo Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26). No entanto, um trabalho mais recente de Davi Ruschel afirma que o MR-26 foi procurado, porém não atuou devido a problemas internos da organização.

Chevrolet americana em direção aos militantes, atropelando Fernando Damatta Pimentel. Vendo-o escapar, Félix Silveira da Rosa Neto disparou acertando o ombro do diplomata. Por fim a ação acabou não sendo bem sucedida.

Já no dia seguinte, 5 de abril de 1970, o jornal *Zero Hora* publicava uma manchete intitulada “Cônsul enfrentou terroristas na Rua Dona Laura” (RUSCHEL, 2011, p.57) mostrando todo o suposto heroísmo do diplomata. A repercussão da tentativa frustrada do sequestro também estampou o jornal *Diário Popular* na cidade de Pelotas no dia 7 de abril de 1970. A matéria denominada “Polícia gaúcha tenta prender o quarto assaltante do cônsul”:

O Gabinete de Relações Públicas da Secretaria de Segurança Pública do Estado distribuiu ontem à noite uma nota oficial a respeito da tentativa de sequestro do cônsul dos EUA ocorrida na madrugada de domingo. Diz a nota que está sendo procurado por subversão e terrorismo Emir Péricles de Camargo. A nota pede à população que indique à polícia e paradeiros deste indivíduo, pois assim estará protegendo sua família. Frisa que este elemento é suspeito de ser um dos terroristas que atacou o cônsul dos EUA em Porto Alegre, Cartis Cutter. Assinalando um record com relação as suas convergências do centro do País, a polícia gaúcha conseguiu em menos de 24 horas capturar três dos quatro terroristas que na madrugada de domingo tentaram sequestrar o cônsul dos EUA (*Diário Popular*. 7 de abril de 1970, p. 6).

O artigo exalta as ações da polícia como tempo “record” nas prisões. Também menciona o quanto é perigoso o “terrorista” que está sendo procurado pelos órgãos de segurança, além de motivar a população a denunciar sobre o seu paradeiro, pois este seria um perigo para a sociedade. O termo “terrorista” é utilizado justamente para ocasionar temor nos leitores geral, como explica João Batista de Abreu no livro *As Manobras da Informação*:

A identidade “terrorista” está impregnada da ideia de transgressão e de ameaça não apenas ao Estado, mas à própria sociedade. Por isso nomear os assaltos a bancos e sequestros de diplomatas como

atos de terror representa uma conivência com o regime, na medida em que a matéria induz o leitor a acreditar que tais ações significavam uma ameaça à população (ABREU, 2000, p. 161).

Na mesma matéria do dia 7, do jornal *Diário Popular*, há uma entrevista com Curtis Cutter intitulada “Cônsul está bem”:

“A história da diplomacia não é feita de homens armados, e por isso recomendo aos diplomatas que não saem armados”. A declaração foi feita pelo cônsul norte-americano Curtis Cutter, que na tarde de ontem recebeu a imprensa na sua residência. Inicialmente, depois de posar para fotógrafos e cinegrafistas o cônsul agradeceu aos médicos do Pronto Socorro que o atenderam. Disse que o seu estado de saúde é bom. Ontem à tarde foi inclusive examinado pelo médico norte-americano Staurt Tiers, que veio à Porto Alegre em companhia do embaixador Charles Burke Elbrick. A respeito da tentativa de sequestro, Cutter disse que reagiu instintivamente para não cair nas mãos de maus elementos, pois ficaria muito impressionado com a morte do embaixador alemão na Guatemala (*Diário Popular*. 7 de abril de 1970, p. 6).

As palavras “maus elementos” do cônsul demostram uma imagem negativa dos militantes. Quando menciona o caso do embaixador da Alemanha que foi sequestrado na Guatemala, o diplomata comete um equívoco, pois, já se tinha conhecimento do captura do embaixador Karl von Spreti pelas Forças Armadas Rebeldes, no entanto a sua morte ocorreu às 19 horas do dia 5 de abril (*Veja*, 15 de abril de 1970, p. 30), um dia após a tentativa de seu sequestro em Porto Alegre. Supunha-se que isto talvez tenha sido um meio utilizado para justificar a sua reação.

As notícias sobre a tentativa de sequestro em Porto Alegre, não ficaram apenas vinculadas aos jornais do estado, sendo divulgadas pelos meios de comunicação em outras regiões do país. O *Jornal do Brasil*, estampado na capa do dia 7 de abril de 1970, com a seguinte legenda: “O cônsul Curtis Cutter reagiu aos sequestradores e foi feliz, voltando com a mulher ao convívio dos

seis filhos". O texto também é acompanhado de uma foto do Cutter com sua esposa e seus filhos em sua casa:

Primeiro enviaram os fotógrafos e cinegrafistas que tiveram três minutos com o cônsul, sua mulher e seus dois filhos gêmeos – Sasha e Knut, de um ano. Depois que saíram, chegou a vez dos repórteres. O cônsul os recebeu sentado numa poltrona com camisa branca que deixava aparecer, pelo colarinho aberto, parte da bandagem em seu ombro direito, calça creme e sapato esporte brancos. [...] A primeira pergunta: "Sua participação na guerra da Coréia ajudou-o a escapar desta tentativa do sequestro?". Não disse que sim nem que não: "Estive na Coréia, em uma época infiltrada por guerrilheiros; havia algum tiroteio de vez em quando, mas nos oito meses que lá passei não levei nenhum tiro". O cônsul não sabe a que atribuir sua reação – "entre voltar para casa e cair nas mãos deles preferi a primeira alternativa". O Sr. Curtis Cutter não estava armado e não recomenda que diplomatas andem armados "porque a história diplomática não é de gente armada; supõe-se que vivemos num mundo civilizado, onde deve existir respeito pelos representantes de países estrangeiros". [...] A ameaça não se confirmou, "mas eu, como todo diplomata na América Latina, nunca andei realmente desocupado. (*Jornal do Brasil*, 7 de abril de 1970, p. 3)

Quando fala sobre a participação na guerra da Coréia, Cutter comenta que apesar de ter servido em um ambiente hostil, nunca havia levado um tiro, demonstrando a infelicidade de ter sido baleado. E reprova as ações de sequestro de figuras públicas.

A tentativa de sequestro também foi capa do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 06 de abril, sob o título “Diplomata escapa de sequestro no Sul”:

Percebendo a intenção dos sequestradores, que usavam chapéus e óculos, o sr. Cutter deu nova partida em seu carro e arrancou, desviando-se do Volks parado à sua frente. Neste instante, a perua Chevrolet do diplomata norte-americano atropelou um dos sequestradores, que foi atirado sobre o capô e arrastado uns vinte metros, presumindo as autoridades gaúchas que tenha recebido graves ferimentos. Os demais terroristas abriram fogo conta a

perua em fuga. Uma bala espatifou o vidro traseiro do veículo e atingiu as costas do cônsul que, mesmo ferido, dirigiu o carro até a sua residência, a uns dois quilômetros de distância (*Folha de S. Paulo*, 6 de abril de 1970, p. capa).

As matérias mostram o diplomata voltando para casa, junto à sua esposa e seus filhos, criando uma identificação e uma simpatia com o público. João Batista de Abreu caracteriza esse tipo de descrição como princípio da verossimilhança, em que a credibilidade se dá de “acordo com a visão de mundo predominante naquela comunidade” (ABREU, 2000, p. 166). As matérias buscam mostrar a suposta bravura do diplomata por ter reagido, criando uma comoção para com o leitor, quando mesmo baleado dirige até a sua casa, deixando entender que fez isso para a segurança da sua esposa e do seu amigo e só depois teria sido levado ao hospital.

Tanto a *Folha de S. Paulo* como o *Jornal do Brasil* – entre outros meios de comunicação –, tinham estreita ligação com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)⁵. Isso fez com que antes mesmo do golpe de 64 atuassem de forma crítica ao então presidente buscando “formar uma opinião pública favorável à deposição de João Goulart, [...] sua ligação com os comunistas, suas ideias revolucionárias ou suas, supostas, tendências continuistas” (DIAS, 2011, p.4).

Os jornais, já se sabe, não são neutros e acabam assumindo uma postura política, sendo assim:

É necessário dizer que a grande imprensa atual desempenha um papel de produção e reprodução de consenso. Ela é o primeiro

⁵ Segundo Jorge Ferreira o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, foi fundado em 1962 e era caracterizado por grupos mais conservadores e anticomunistas. O instituto conseguia auxílio financeiro das grandes empresas estrangeiras para derrubar o governo. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática, além de financiar candidaturas保守adoras em vários estados, fez diversas campanhas anticomunistas, criticando a reforma agrária e defendendo uma política externa independente. (FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. FERREIRA, Jorge. *O tempo de experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404).

contato com a história recém-vivida, criando versões que passaram em breve a constituir fontes e referências historiográficas. Isso implica dizer que a imprensa tem papel fundamental na produção de memória social. [...] Esse papel tem sido o de apagamento dos conflitos reais, de humanização dos ditadores e torturadores e de reverberação de teses de uma ditadura “branda”, “amena”, quase consensual (SILVA, 2013, p.149).

Acredita-se que a tentativa frustrada de sequestro serviu para alertar os órgãos de repressão sobre os acontecimentos no estado, aumentando ainda mais a repressão já instaurada. Cristiane Medianeira Ávila Dias, afirma que já no mês de fevereiro de 1970 a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul “já alertava e orientava os delegados regionais a respeito do planejamento e execução de várias atividades ‘subversivas’” (DIAS, 2012). Isso demonstra que mesmo antes das diversas ações ocorridas no percurso do ano de 1970, os órgãos de repressão já estavam atentos às atividades das organizações clandestinas.

A partir deste momento, analisar-se-á as fontes de imprensa para compreender como foram ocorrendo as quedas nas organizações de luta armada no Rio Grande do Sul. A comunidade de segurança, principalmente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no estado, atuaram de tal forma que já nas primeiras notícias vinculadas sobre a tentativa de sequestro do cônsul, estavam estampados militantes que haviam sido presos e outros que estavam sendo procurados. Um exemplo é a notícia, já mencionada, do jornal *Diário Popular* do dia sete de abril de 1970 em que já haviam três pessoas presas:

Polícia gaúcha tenta prender o quarto assaltante do cônsul. O Gabinete de Relações Públcas da Secretaria de Segurança Pública do Estado distribuiu ontem à noite uma nota oficial a respeito da tentativa de sequestro do cônsul dos EUA ocorrida na madrugada de domingo. Diz a nota que está sendo procurado por subversão o terrorista Edmur Péricles de Camargo. A nota pede à população

que indique à polícia e paradeiros deste indivíduo, pois assim estará protegendo sua família. Frisa que este elemento é suspeito de ser um dos terroristas que atacou o cônsul dos EUA em Porto Alegre, Curtis Cutter. TRÊS PRESOS. Assinalando um record com relação as suas convergências do centro do País, a polícia gaúcha conseguiu em menos de 24 horas capturar três do quatro terroristas que na madrugada de domingo tentaram sequestrar o cônsul dos EUA [...].

A capa do *Jornal do Brasil*, no dia sete de abril estampa os seguintes títulos “Polícia gaúcha caça suspeito do atentado”, e já nas páginas seguintes colocando ““Gauchão” é 1º suspeito no atentado ao cônsul do EUA” (*Jornal do Brasil*, 8 de abril de 1970 p. 7). Percebe-se que apesar do militante Edmur Péricles de Camargo não ter atuado na tentativa de sequestro do cônsul norte-americano, seu nome e seu rosto estavam estampados em diversos jornais da mídia nacional. O título, com a utilização da palavra “caçar”, que demonstra a ação da polícia política, faz alusão que Gauchão precisa ser “caçado” em seus esconderijos. Quando seu nome é mencionado, está sempre vinculado a sinônimos como “terrorista”, “elemento subversivo”, “perigoso”. Causando um desconforto com o público leitor, que passa a entender que o militante seria um perigo para a sociedade em geral.

No dia oito de abril, há informações de que alguns militantes já estavam presos, no entanto, só são divulgados os nomes de Dario Viana dos Reis, Inês Maria Serpa de Oliveira e Avelmar Moreira de Barros. No dia seguinte, *Folha de S. Paulo*, *Diário Popular* e *Jornal do Brasil*, vinculam a prisão ocorrida do militante “Gauchão”:

As 7 horas de ontem o DOPS conseguiu prender, em um hotel da zona do meretrício Edmur Péricles de Camargo, o Gauchão, aprontado como um dos líderes da tentativa de sequestro do cônsul Curtis Cutter. Com ele foi preso outro subversivo, cuja identidade não foi revelada. Versões não confirmadas indicam que seria o advogado Carlos Franklin Paixão de Araújo ou Afrânio da Costa, o Costinha, ambos considerados peças importantes no esquema da ação terrorista no Sul. A própria polícia – que

oficialmente não admitiu ter prendido Gauchão – está surpresa porque o terrorista buscou refúgio no Hotel Gaúcho, numa zona que está sob constante vigilância policial por servir de local de trattoir para as prostitutas. Outro fato comentado é que Edmур Péricles de Camargo – muito supersticioso a ponto de na sua mala ter-se encontrado farta literatura sobre astrologia – foi preso num dia em que seu horóscopo (escorpião) lhe recomendava: “Procure repousar um pouco: deixe de lado a agitação e você se sentirá renovado” (*Jornal do Brasil*, 9 de abril de 1970, p. 7).

Além do jornal descrever o local onde o militante estava, em tom de ironia, usa o horóscopo como meio de banalizar a sua apreensão, demonstrando que Edmür não buscou medidas necessárias para a sua segurança.

Alguns militantes, no momento em que eram presos tinham seus nomes divulgados nos jornais, no entanto com a atuação da censura, as prisões não eram mais publicadas nos noticiários. Isso faz parte de uma prática, na qual a polícia política não registrava e não divulgava a prisões dos militantes, que “facilitava posterior ‘desaparecimento’ da pessoa e permitia que o Estado não tivesse responsabilidade judicial perante a vítima, por executar clandestinamente a ação” (RUSCHEL, 2011, p. 65).

Nota-se que neste momento as reportagens sobre a tentativa de sequestro em Porto Alegre foram vinculadas nos diversos meios de comunicação do país. As mídias em geral elogiaram a reação do cônsul, que foi retratado praticamente como um herói contra os “terroristas”. Deixando entender ao público leitor que estes seriam uma ameaça eminente para a população em geral. Percebe-se também, que em nenhum momento é mencionado nos artigos que a ação de sequestro faz parte uma prática de luta armada contra a ditadura civil-militar.

Acredita-se que a tentativa frustrada de sequestro do cônsul norte-americano em abril de 1970 serviu para alertar os órgãos de repressão sobre os acontecimentos na capital gaúcha. Após o referido episódio ocorreu uma profissionalização da repressão

dentro do DOPS. E a partir disso a grande maioria dos grupos de luta armada começaram a *cair* sistematicamente. Entende-se que esta ação foi, entre outras, uma das causas do desmantelamento das organizações de luta armada no estado. Também tem que se levar em consideração que nos anos de chumbo é onde ocorreu a maior parte da repressão pelo Estado, segundo Vitor Amorim de Angelo já no “final do primeiro semestre de 1970, todas as organizações que um dia tiveram mais de cem militantes estavam desestruturadas” (ANGELO, 2011). O desmantelamento das organizações não ocorreram somente no Rio Grande do Sul, mas em todo o país, que praticamente já no final dos anos 70 não havia mais resistência armada no perímetro urbano. A maioria dos *quadros* das organizações neste período estavam presos, banidos ou desaparecidos.

Referências

- ABREU, João Batista de. *As Manobras da Informação. Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Manuad, 2000.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999
- BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História) – programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. A perseguição ao militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) João Carlos Bona Garcia no Brasil e no Chile: o Terror sem Fronteiras. *Espaço Plural*. Ano XIII nº 27, 2012, p 126-142.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960-1970*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação em História. Rio de Janeiro: UFF, 2007.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge. *O tempo de experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, Metodologia e Possibilidades: Os Jornais Como Fonte e Objeto De Pesquisa Histórica. *Escritas* vol. 7 n. 1, 2015, p.3-17

LIMA, Matheus da Fonseca Capssa. KONRAD, Dioge Alceno. As Resistências Armadas no Rio Grande do Sul e as Dinâmicas da Clandestinidade (1964-1972). *Espaço Plural*. Ano XIII, Nº 27, 2012. p. 143-157.

RUSCHEL, Davi Arenhart. *Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e Ditadura no Brasil: Veja e Consenso. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.) *Cone Sul em tempos de Ditadura: reflexões e debate sobre História Recente*. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013, p.147-161.

A noção de interdependência entre distintos estratos sociais em redes de compadrio de Viamão (1747 – 1759)

Israel Aquino¹

Este trabalho, fruto de uma pesquisa de Mestrado em andamento no PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se propõe a estudar a formação de uma rede de compadrio na freguesia de Viamão do século XVIII, buscando investigar sua utilização enquanto estratégia de atuação por pessoas de diferentes estratos sociais. Conforme aponta João Fragoso (2010), a sociedade constituída no Brasil do período colonial foi marcada por uma "hierarquia social costumeira", constituída por intrincadas relações entre potentados, escravos, forros, índios, clérigos e outros, tornando essa uma sociedade altamente hierarquizada e interdependente. Por outro lado, de acordo com Levi (2009), as relações engendradas por esses atores sociais estavam atravessadas por uma noção de equidade social, a qual cimentava a noção de uma sociedade de desiguais, onde a atuação de seus membros estava pautada pela busca de distinções e privilégios. Nesse contexto, adquirem especial interesse as redes formadas através do parentesco ritual, sendo possível pensar o compadrio como parte de uma estratégia de atuação que buscava favorecer a posição de um indivíduo ou grupo frente a seus semelhantes, atuação esta que era

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

permanentemente pensada como um exercício de diferenciação social. O mapeamento dessa rede de ‘compadres’ será feito através do cruzamento de dados de registros de batismo e róis de confessados da região de Viamão, no período de 1747 a 1759. Além disso, pretende-se recorrer às ferramentas conceituais da metodologia da Análise de Redes Sociais para fins de análise e interpretação de tais redes.

Compadrio e estratégias de atuação social

Ao pensar a utilização da Análise de Redes como ferramenta para refletir sobre relações sociais e históricas, e mais especificamente para pensar as relações rituais subjacentes ao rito do batismo, precisamos destacar um conceito importante para o esforço de compreensão a que nos propomos, que se refere ao construto de estratégia, cuja origem encontra-se nas teorias antropológicas. Este terá uma abordagem distinta, a partir do paradigma que se adota para sua leitura. Pierre Bourdieu, na década de 1970, propõe, a partir de uma leitura estruturalista, uma noção de estratégia como instrumento de ruptura com um ponto de vista objetivista e com a ação do agente, fundamentalmente ligada ao conceito de *habitus*, também central em sua obra.

falar de estratégias de reprodução não é atribuir ao cálculo racional, ou mesmo à intenção estratégica, as práticas através das quais se afirma a tendência dos dominantes, dentro de si mesmos, de perseverar. É lembrar somente que o número de práticas fenomenalmente muito diferentes organizam-se objetivamente, sem ter sido explicitamente concebidas e postas com relação a este fim [...]. Isto porque essas ações têm por princípio o *habitus*, que tende a reproduzir as condições de sua própria produção, gerando, nos domínios mais diferentes da prática, as estratégias objetivamente coerentes e as características sistemáticas de um modo de reprodução (BOURDIEU, 1989, p. 386-387).

Por sua vez, Fredrik Barth, em um texto anterior e de viés funcionalista, entende a estratégia como um conjunto de "ações planejadas, das decisões e das escolhas individuais", considerando, assim, preferível realizar a análise da organização social em vez da estrutura social – tomando como central, todavia, o conjunto de uma infinidade de ações individuais como formadora desta organização (BARTH, 1959, p. 4). Portanto, como se vê, no centro do debate entre as duas correntes está a atuação subjetiva, a importância que cumpria ao indivíduo e sua atuação racional, por um lado, frente a uma atuação diluída e até mesmo inconsciente, tomada assim como *habitus*, por outro.

Seja para a comunidade livre ou escrava, a prática do compadrio cumpria o papel importante de criar ou reforçar laços sociais. Ramos aponta uma dupla estratégia observada na escolha de padrinhos e madrinhas para a região de Vila Rica (MG) no século XVIII. A escolha dos compadres normalmente recaía sobre homens de status semelhante ou superior, demonstrando uma estratégia de criação de vínculos com iguais que buscava estender os laços sociais. As madrinhas, por outro lado, eram comumente escolhidas entre mulheres da família, em movimento projetado de modo a reforçar laços familiares; a escolha dos padrinhos cumpria, assim, uma função dupla, de criar novos laços e reforçar relações existentes, gerando uma imagem de vários de teias sociais superpostas (RAMOS, 2004, p. 59).

Mas o estabelecimento de relações entre ‘compadres’, ‘comadres’ e afilhados não deve ser visto, é importante que se diga, como sinônimo de uma rede de ‘iguais’, ainda que os envolvidos tivessem status social, às vezes, semelhantes. Em um contexto de elevada hierarquia social, o compadrio tornava-se mais um elemento legitimador das relações de poder internas ou externas aos grupos sociais, surgindo assim as noções de “equidade”, “amizade desigual” e “intermediários sociais”, servindo as redes de compadrio como base para o estabelecimento de complexas teias de favorecimento e fidelidade. Conforme Venâncio,

na sociedade da época, a noção de ‘prestígio’ vinculava-se à capacidade de dispor de recursos [...], gerando assim uma ‘economia de favores’, de dom e contra-dom; em outras palavras, de reciprocidade social envolvendo desiguais. Ao benfeitor cabia conceder e ao beneficiado cabia ser fiel, não sendo esse gesto visto como um desvio da ‘norma’, mas sim como sua corporificação. (VENÂNCIO et. al, 2006, p. 274)

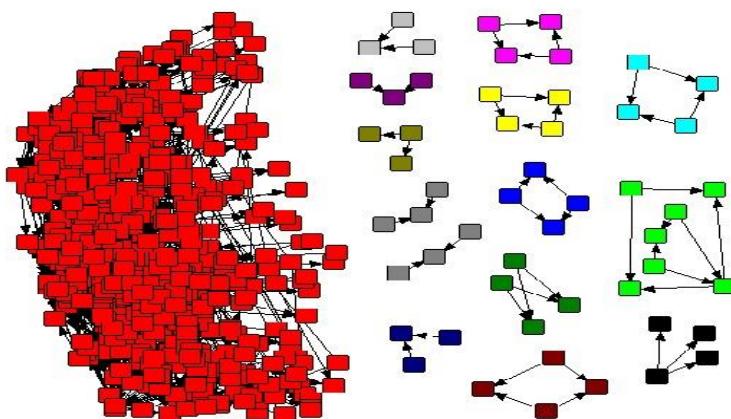
Esta questão também foi apontada por Sílvia Brügger, que indicou o esforço pela realização de alianças verticais, ou alianças “para cima”, onde os pais buscavam como padrinhos sujeitos de hierarquia social superior ou semelhante, como estratégia social para obtenção de benefícios, prestígio ou segurança (BRUGGER, 2007, p. 285). Assim, pais cativos ou forros apareciam nos livros de batismo pesquisados pela autora muito mais frequentemente estabelecendo relações de compadrio com cidadãos livres, enquanto nas famílias livres as associações se estabelecia preferencialmente com outras famílias livres, de estrato social e econômico semelhante ou superior (BRUGGER, 2007, p. 286-292).

Tomando em conta estes elementos, este trabalho parte do pressuposto de que a instituição do compadrio, nas sociedades de Antigo Regime, pode ser entendida enquanto parte de uma estratégia de atuação que era utilizada pelos atores para se inserir em redes de sociabilidade e se ligar a agentes de maior prestígio social ou que dispunham de recursos, possibilitando assim o acesso a favores, proteção, entre outros benefícios. Assim, buscaremos utilizar o método de análise de redes para investigar como se configurava uma dessas redes e produzir alguns *insights* iniciais a respeito de suas dinâmicas sociais internas.

Análise das redes de compadrio

O 1º livro de batismos da freguesia de Viamão reúne 559 registros de batismo, realizados entre os anos de 1747 e 1759. Neste

período, conforme podemos depreender dos róis de confessados ainda disponíveis, a freguesia manteve uma população regular de cerca de 1200 pessoas. A rede estabelecida a partir da sistematização dos registros deste livro é composta por 1054 agentes / nós (representados pelos pontos no grafo), que estabelecem entre si um total de 1838 laços (representados pelas linhas). A representação gráfica² desta rede é apresentada a seguir, onde é possível perceber a existência de um componente principal, relacionado mais densamente, que reúne cerca de 95% dos agentes listados. Além deste, existem 14 outros componentes menores e isolados, formados majoritariamente por famílias de migrantes que estavam chegando à região no período.



Grafo 1 - Rede de compadrio em Viamão - 1747 – 1759

Fonte: Livro 1º de Batismos de Viamão - 1747-1759

As setas do grafo indicam a direção da relação representada, que no caso apontam dos pais da criança, que ‘ofereciam’ seus filhos

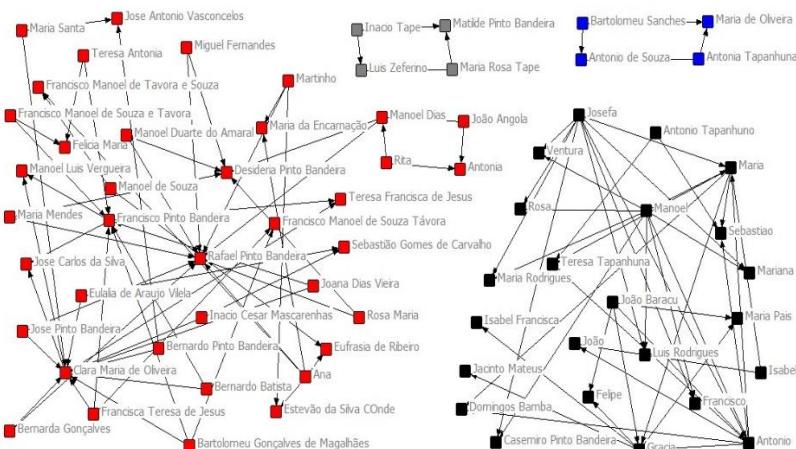
² Grafo é o nome dado à representação imagética de uma rede social, contanto com nós (que representam os agentes da rede) e laços (as linhas, que representam as relações estabelecidas). A rede pode ser formada por um ou mais componentes, ou seja, cada grupo de pessoas e as relações que estabeleceram entre si.

como afilhados para os padrinhos, que se tornavam, assim, irmãos espirituais dos pais e protetores das crianças.

Deste conjunto, o recorte estabelecido para este trabalho propõe a análise da rede de compadrio formada por uma família proprietária de terras na região, os Pinto Bandeira, e de seu plantel de escravos, a partir da análise de 31 registros de batismo em que em que filhos e escravos da família figuraram.

A família Pinto Bandeira constituiu-se em um importante grupo de poder na capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o século XVIII. Originária de Laguna, teve entre seus membros militares de carreira, estancieiros e, mais tarde, um governador da capitania. No período analisado neste trabalho, cinco integrantes da família apadrinharam 13 crianças na região de Viamão, sendo o casal Francisco e Clara, além de três de seus filhos. Os afilhados dos Pinto Bandeira provinham de diferentes camadas sociais, incluindo aí filhos de outros potentados rurais, mas também de peões, migrantes, índios e, inclusive, escravos.

Por outro lado, na escravaria da família nasceram 16 crianças durante o período estudado, sendo que em pelo menos metade dos casos os pais lograram contrair laços de compadrio com pessoas livres, incluídos aí outros proprietários de terra, mas também forros. Também houve um casal de escravos que apadrinhou um filho de escravos de outro plantel da região. A seguir, apresentamos o grafo da rede de compadrios formado pelos 31 registros.



Grafo 2 - Rede de padrinho dos Pinto Bandeira – Família e escravos

Fonte: Livro 1º de Batismos de Viamão - 1747-1759

Este componente visual traz uma contribuição valiosa para o entendimento da dinâmica de funcionamento das relações entre aquelas pessoas, especialmente ao permitir enxergar a importância que alguns agentes assumiram ao estabelecer um número maior de relações, por um lado, ou o papel desempenhado pelos atores que conectam diferentes grupos dentro da mesma rede (os chamados intermediários sociais) por outro. À esquerda, em vermelho, temos a representação das relações de padrinho mantidas pelo casal cabeça da família e seus filhos, enquanto à direita temos três componentes representando as redes de padrinho dos escravos da família. Para exemplificar, vamos analisar o papel de alguns agentes a partir da representação visual desta rede.

O primeiro elemento que nos chama atenção é a concentração de laços em torno de alguns dos agentes que compõem esta rede, ou seja, a elevada centralidade de alguns agentes (também chamada InDegree). Os nomes que concentram o maior número de relacionamentos são os do jovem Rafael Pinto Bandeira e de sua mãe, Clara Maria de Oliveira. Essa trama densa em torno dos dois os coloca na posição que Sílvia Brugger (2007) chama de “campeões de batismo”, pessoas procuradas de forma

recorrente para atuar como padrinhos e madrinhas dentro de suas comunidades.

Essa procura reforçava a posição estratégica ocupada por esses padrinhos, que a partir da concessão de seu dom formavam uma extensa rede de ‘protegidos’, uma gama variada de vínculos entre as diferentes camadas sociais que poderiam ser acionados em favor de seus próprios interesses, além de atuarem como intermediários entre diferentes grupos e estratos dessa sociedade.

Essas características permitem algumas considerações a respeito de como a família utilizava o compadrio enquanto estratégia social. A centralidade ocupada pela matriarca da família, Dona Clara Pinto Bandeira, demonstra que esta ocupava uma importante função na consolidação das relações familiares com outras famílias potentadas da região, servindo como madrinha dos filhos de diversos fazendeiros vizinhos. Por outro lado, o elevado InDegree de Rafael Pinto Bandeira nesta rede, quando o mesmo era apenas um adolescente, sugere que o mesmo já nesta época estava sendo integrado às estratégias de atuação familiar, como filho primogênito do casal Francisco e Clara e futuro líder deste clã. Interessante notar como, já neste momento, Rafael estabelecia relações com diferentes estratos sociais, prática que seria mantida durante sua vida adulta, conforme aponta estudo de Gil (2005).

Quando partimos para a análise das relações estabelecidas pela escravaria da família, notamos um fenômeno diferente. Não há nenhum escravo que concentre um InDegree semelhantes ao de seus senhores; por outro lado, há pelo menos quatro escravos (os casais Antonio e Maria, Manoel e Josefa) que apresentam elevado OutDegree, ou conexões de saída. Se o InDegree representa uma conexão de entrada, apontando para os padrinhos mais procurados nessas redes, o OutDegree indica o outro polo dessa relação, ou seja, os pais, que ofereciam seus filhos para serem apadrinhados, completando a lógica de dom e contra-dom que atravessava estas relações.

O casal Antônio e Maria batizou três filhos e apadrinhou filhos de outros três casais de escravos no período (sendo todos os seus compadres escravos). Por outro lado, o casal de escravos Manoel e Josefa compareceu à pia batismal para batizar cinco filhos no período estudado. Nessas ocasiões, estabeleceram relações com 10 compadres, sendo destes 6 escravos e 4 pessoas livres. Outros casais do plantel dos Pinto Bandeira apresentam OutDegree menor, mas conseguiram estabelecer alianças com famílias bem posicionadas, como no caso de Manoel de Souza e Ana, que tiveram como compadre o estancieiro e militar português Francisco Manoel de Távora e Souza (ou Souza e Távora, dependendo do registro), potentado local que também era compadre do próprio patriarca Francisco Pinto Bandeira. E claro, temos o casal Martinho e Ana, que tiveram um filho batizado pelo seu jovem senhor, Rafael.

Embora a maioria das relações dessa segunda rede se dê entre famílias escravas, também é possível verificar a participação de padrinhos forros e livres, inclusive membros dos estratos sociais mais elevados, sugerindo a existência de uma sociedade atravessada por relações de interdependência social. Essa ideia de interdependência é central para entender a convivência desses distintos estratos em redes do período setecentistas: senhores, peões, migrantes, escravos e forros encontravam-se todos imbricados em uma complexa teia de relacionamentos, que se constituía na própria base de sustentação dessa sociedade, compartilhando recursos e vivências dentro de uma dinâmica sociocultural que interligava essas pessoas. É esse tipo de peculiaridade, a nosso ver, que pode ser demonstrado de forma privilegiada pela análise destas redes de apadrinhamento, colocando em evidência as formas como se construíam e se hierarquizavam essas relações, e permitindo ao historiador interrogar-lhes novos sentidos.

Considerações Finais

Buscamos produzir um breve ensaio, utilizando as ferramentas da SNA para examinar algumas das características das redes de apadrinhamento formada pela família Pinto Bandeira e de seus escravos em meados do século XVIII, com o objetivo de tecer algumas considerações iniciais a respeito da forma como a instituição do compadrio era utilizada. Considerando o referencial adotado e nossos resultados preliminares, as relações identificadas sugerem o uso do compadrio como parte de uma estratégia de atuação social destes agentes. A rede apresentada permite identificar um conjunto de alianças verticais e horizontais, onde temos, por um lado, ligações entre famílias de proprietários rurais, enquanto a associação com outras camadas sociais indica a utilização do compadrio também para o fortalecimento das relações verticais com estratos subalternos dessa sociedade, que lhe serviam de base social e política. A incipienteza desta investigação e a brevidade deste ensaio impedem que façamos maiores generalizações; porém, com a continuidade da pesquisa em curso, esperamos poder contribuir para o aprofundamento deste debate.

Referências

- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. **Livro 1º de Batismos de Viamão. 1747-1759.**
- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. **Róis de confessados - Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão - Anos de 1751, 1756, 1757 e 1758.**
- BARTH, Fredrik. **Models of Social Organization.** London: Royal Anthropological Institute, 1966.
- BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État.** Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- BRUGGER, Silvia M. J. **Minas Patriarcal:** família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do Engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João;

GIL, Tiago Luís. O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica: uma tentativa de aplicação da *social network analysis* na história social. **Anais do I Colóquio do LAHES**. Juiz de Fora, 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a66.pdf>>. Acesso em 03/08/2017.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na Trama das Redes:** política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. São Paulo, Civilização Brasileira, 2010. p. 245-294.

LEVI, G. Reciprocidade Mediterrânea. In: RIBEIRO, M. e ALMEIDA, C. M. C. de (orgs.). **Exercícios de Micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 51-86.

NEUMANN, Eduardo; KUHN, Fábio. **Resgate de fontes paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. 1º Livro de Batismo de Viamão. Porto Alegre. 2009.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, p. 41-68, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/3XqUZi>>. Acesso em 09/11/2017.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social Network Analysis:** methods and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.